

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO C: MEDIAÇÃO PATRIMONIAL

**Mulheres (in)visíveis na cidade do Porto:
Uma análise comparativa entre Real Recolhimento da
Rainha Santa Isabel do Anjo e o Recolhimento de Órfãos
de Nossa Senhora da Esperança (1672-1800)**

Rita Alexandra Ferreira Costa

M

2024



Rita Alexandra Ferreira Costa

**Mulheres (in)visíveis na cidade do Porto:
Uma análise comparativa entre o Real
Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo e
o Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da
Esperança (1672-1800)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e pela Professora Doutora Paula Cristina Menino Duarte Homem

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Para a minha mãe.

Sumário

Declaração de honra	12
Agradecimentos	13
Resumo.....	16
Abstract	17
Índice de Figuras	18
Índice de Mapas	19
Índice de Tabelas.....	20
Índice de Gráficos.....	21
Lista de abreviaturas e siglas.....	23
Introdução.....	24
Capítulo I	53
«Pobres envergonhadas» – as mulheres na Idade Moderna	53
1.1. A construção da imagem da figura feminina.....	53
1.1.1. A <i>honra</i>	53
1.1.2. «Acidentes da Natureza» - a influência do pensamento “médico”	55
1.1.3. «Filhas de Eva» - a influência do pensamento teológico.....	57
1.1.4. «Incapazes e submissas» - a influência do pensamento jurídico	60
1.2. A assistência em Portugal durante a Época Moderna.....	64
1.2.1. Uma definição em permanente discussão – a <i>pobreza</i>	64
1.2.2. A comunhão entre o espírito e a sociedade - a <i>caridade</i> , a <i>misericórdia</i> e a <i>beneficência</i> 67	
1.2.3. A <i>assistência</i> e os seus mecanismos	69
1.2.3.1. As redes de assistência	69
1.2.4. As mulheres enquanto objeto assistencial e os recolhimentos	71
Capítulo II	76
«Entre Maria e Madalena» – os recolhimentos femininos na cidade do Porto	76
2.1. A evolução da cidade	76
2.1.1. O espaço urbano e a instalação das estruturas assistenciais	76
2.2. O Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo	81
2.2.1. Fundação.....	82
2.2.2. O edifício e a sua funcionalidade	84

2.2.3. Tipologia de mulheres assistidas.....	87
2.2.4. Os estatutos	88
2.2.4.1. A orgânica funcional da instituição.....	92
2.2.5. Funções desempenhadas.....	94
2.3. O Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança	94
2.3.1. Fundação.....	95
2.3.2. O edifício e a sua funcionalidade	97
2.3.3. Tipologia de mulheres assistidas	100
2.3.4. Os estatutos	101
2.3.4.1. A orgânica funcional da instituição.....	107
2.3.5. Funções desempenhadas	108
Capítulo III	109
«Entre a clausura e o século» - análise comparativa entre os dois recolhimentos	109
3.1. A admissão nos recolhimentos segundo os estatutos de 1688 e de 1725	109
3.2. Composição do universo feminino	111
3.2.1. Quantas recolhidas?	111
3.2.2. Proveniência geográfica.....	116
3.2.2.1. Naturalidade	116
3.2.2.2. Residência	122
3.3. Dinâmicas de transição.....	129
3.3.1. Entradas	129
3.3.1.1. Tendências na longa duração.....	129
3.3.1.2. Sazonalidade	136
3.3.1.3. Motivações de ingresso	139
3.3.1.4. Idades de ingresso	149
3.3.2. Saídas	153
3.3.2.1. Tendências na longa duração	153
3.3.2.2. Sazonalidade	157
3.3.2.3. Motivações e destinos	160
3.3.2.4. Idades de abandono	179
3.4. Dinâmicas de permanência	182
3.4.1. Mudanças de estatuto	182
3.4.2. Reingressos	185

3.4.3. Tendências de permanência	188
3.4.3.1. Fora das instituições	188
3.4.3.2. Dentro das instituições	191
3.4.4. Falecimentos	194
3.5. Perfil social das recolhidas.....	197
3.5.1. Proveniência geográfica	197
3.5.1.1. Naturalidade	197
3.5.1.2. Residência	202
3.5.2. Estatutos socioprofissionais.....	209
3.5.3. Afiliações.....	226
Capítulo IV	233
«Da representação à visibilidade» - a documentação cartográfica como instrumento de mediação patrimonial	233
4.1. Património – uma construção sociocultural e a democratização do conceito	233
4.2. Património, Memória e Identidade	237
4.3. Interpretação, Mediação e Educação Patrimonial	239
4.3.1. A interpretação e a mediação - ferramentas educativas	239
4.3.2. A educação patrimonial – contextos de atuação	240
4.4. Porto – Cidade Património Mundial	242
4.4.1. O processo de classificação	242
4.4.2. As ferramentas de gestão	244
4.5. As mulheres e o Património	247
4.5.1. A cidade enquanto espaço de descoberta e fruição	249
4.6. O instrumento de mediação.....	251
4.6.1. O roteiro – breve definição.....	251
4.6.2. Contributo para um roteiro temático – <i>Recolhimentos femininos no Porto Moderno</i> 254	
4.6.2.1. Parâmetros gerais	254
4.6.2.2. Esboço de programação de roteiro temático	256
Considerações Finais	261
Fontes.....	268
Bibliografia	270
Referências eletrónicas	292

Anexos	294
Anexo 1 – Categorias de análise relativas às mulheres do RRRSIA.....	294
Anexo 2 – Categorias de análise relativas às relações sociais das mulheres do RRRSIA	294
Anexo 3 – Recolhimentos portuenses por tipologia de mulheres assistidas.....	294
Anexo 4 – Planta redonda da cidade do Porto	295
Anexo 5 – Árvore genealógica de D. Helena Pereira, fundadora do RRRSIA	296
Anexo 6 – Arcanjo São Miguel	296
Anexo 7 – Fachada da Igreja do RONSE	297
Anexo 8 – Entradas, por ano, no RRRSIA (1674-1800).....	298
Anexo 9 – Entradas, por ano, no RRRSIA (1674-1800) (%).....	300
Anexo 10 – Entradas, por meses do ano, RRRSIA (1674-1800)	304
Anexo 11 – Motivações de ingresso no RRRSIA (1674-1799)	304
Anexo 12 – Saídas definitivas, por década, no RRRSIA (1674-1799)	305
Anexo 13 – Reingressos no RRRSIA (1674-1799)	305
Anexo 14 – Períodos de ausência, em anos, do RRRSIA (1674-1799).....	305
Anexo 15 - Períodos de permanência, em anos, no RRRSIA (1674-1799)	307
Anexo 16 – Estatuto socioprofissional das relações sociais das mulheres do RRRSIA (1674-1800)	308
Anexo 17 - Parentes das mulheres do RRRSIA afiliados à Ordem de Cristo (1674-1800).....	309
Apêndices	310
Apêndice 1 – <i>DATA Personagens</i> – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes às mulheres do RONSE (1731-1800)	310
Apêndice 2 – <i>DATA Movimentos</i> – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes aos movimentos das mulheres do RONSE (1731-1800).....	310
Apêndice 3 – <i>DATA Relações</i> – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes às relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)	311
Apêndice 4 – <i>DATA Estatutos</i> – Categorias de análise para a recolha de dados dos estatutos socioprofissionais das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)	311
Apêndice 5 – <i>DATA Afiliações</i> – Categorias de análise para a recolha de dados das afiliações das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800).....	311
Apêndice 6 – Documentos disponíveis no ANTT referentes ao RRRSIA e ao RONSE	312
Apêndice 7 – Documentos disponíveis na Biblioteca da Ajuda referentes ao RRSIA	314
Apêndice 8 – Plantas do AHMP relativas ao RONSE e ao RRRSIA.....	316

Apêndice 9 – Cronologia de fundação dos recolhimentos portugueses, continentais e insulares, e ultramarinos durante a Época.....	318
Moderna.....	318
Apêndice 10 – Freguesias e arruamentos do Porto (1700-1820)	326
Apêndice 11 – Estatutos ocupados pelas mulheres do RONSE	330
Apêndice 12 – Naturalidade, por cidade, das mulheres do RONSE (1731-1800)	330
Apêndice 13 – Naturalidade, por cidade, das mulheres do RONSE (%).....	331
Apêndice 14 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)	332
Apêndice 15 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres RONSE	333
(1731-1800) (%).....	333
Apêndice 16 – Residência, por cidade, das mulheres RONSE (1731-1800)	335
Apêndice 17 – Residência, por cidade, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	335
Apêndice 18 – Residência, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)	335
Apêndice 19 – Residência, por freguesia e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	337
Apêndice 20 – Entradas, por ano, no RONSE (1731-1800)	339
Apêndice 21 – Entradas, por ano, no RONSE (1731-1800) (%).....	340
Apêndice 22 – Entradas, por meses do ano, no RONSE (1731-1800)	342
Apêndice 23 – Entrada, por meses do ano, de mulheres no RONSE (%)	343
Apêndice 24 – Motivações de ingresso no RONSE (1731-1800).....	343
Apêndice 25 – Motivações de ingresso no RONSE (1731-1800) (%).....	343
Apêndice 26 – Orfandade e ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800).....	344
Apêndice 27 - Orfandade e ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800) (%).....	344
Apêndice 28 – Ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800)	344
Apêndice 29 – Idades de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800)	345
Apêndice 30 – Idades de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	345
Apêndice 31 – Saídas definitivas, anuais, do RONSE (1731-1800).....	346
Apêndice 32 – Saídas definitivas, por meses do ano, do RONSE	348
Apêndice 33 – Motivações de saída do RONSE (1731-1800)	349
Apêndice 34 - Motivações de saída do RONSE (1731-1800) (%)	349
Apêndice 35 – Doença enquanto motivação de saída no RONSE (1731-1800)	350

Apêndice 36 – Companhia enquanto motivo de saída do RONSE (1731-1800)	350
Apêndice 37 – Ordem enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800)	350
Apêndice 38 – Licença enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800).....	351
Apêndice 39 – Despedimento enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800).....	351
Apêndice 40 – Idades de abandono das mulheres do RONSE (1731-1800)	351
Apêndice 41 – Idades de abandono das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	352
Apêndice 42 – Dinâmica interna de cargos no RONSE (1731-1800).....	353
Apêndice 43 – Reingressos no RONSE (1731-1800).....	366
Apêndice 44 – Períodos de ausência, em anos, do RONSE (1731-1800).....	367
Apêndice 45 – Períodos de permanência, em anos, no RONSE (1731-1800).....	367
Apêndice 46 – Períodos de permanência, em anos, no RONSE (1731-1800) (%).....	368
Apêndice 47 – Naturalidade, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800).....	368
Apêndice 48 – Naturalidade, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	370
Apêndice 49 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)	372
Apêndice 50 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	374
Apêndice 51 – Naturalidade dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo) das mulheres do RONSE (1731-1800).....	376
Apêndice 52 – Naturalidade dos cunhados, filhos, irmãos, primos, sobrinhos e tios das mulheres do RONSE (1731-1800).....	377
Apêndice 53 – Naturalidade dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800).....	377
Apêndice 54 – Residência, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800).....	377
Apêndice 55 – Residência, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	378
Apêndice 56 – Residência, por freguesia e rua do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800).....	379
Apêndice 57 - Residência, por freguesia e rua do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	380

Apêndice 58 – Residência dos noivos, pais e avós paternos e maternos (do mesmo), das mulheres do RONSE (1731-1800).....	383
Apêndice 59 - Residência dos noivos, pais e avós paternos e maternos (do mesmo), das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	384
Apêndice 60 – Residência dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo), segundo as freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)	385
Apêndice 61 - Residência dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo), segundo as freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	386
Apêndice 62 - Residência dos cunhados, maridos, primos, sobrinhos e tios das mulheres do RONSE (1731-1800).....	387
Apêndice 63 – Residência, por freguesia e rua do Porto, dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800).....	387
Apêndice 64 - Residência, por freguesia e rua do Porto, dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	388
Apêndice 65 – Estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800).....	390
Apêndice 66 – Estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800) (%).....	390
Apêndice 67 – Estatutos socioprofissionais, discriminados, das relações sociais diretas das mulheres do RONSE	391
Apêndice 68 – Estatutos socioprofissionais, por tipologia de relação, das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)	393
Apêndice 69 – Estatutos socioprofissionais, por tipologia de relação, das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	394
Apêndice 70 – Estatuto socioprofissional dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)	395
Apêndice 71 – Estatuto socioprofissional dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	395
Apêndice 72 – Estatutos socioprofissionais dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)	395
Apêndice 73 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)	397
Apêndice 74 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)	397

Apêndice 75 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE em Confrarias/Irmandades e na Igreja Católica (1731-1800)	397
Apêndice 76 - Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE em Confrarias/Irmandades e na Igreja Católica (1731-1800) (%).....	398
Apêndice 77 – Irmãos de segunda condição da SCMP relacionadas com as mulheres do RONSE (1731-1800).....	399
Apêndice 78 – Afiliações dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)	403
Apêndice 79 – Parâmetros gerais do roteiro temático	403
Apêndice 80 – Programação do roteiro temático.....	405

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho de dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico. Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbosts baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

Porto, 15 de Setembro de 2024

Rita Alexandra Ferreira Costa

Agradecimentos

Começo por agradecer às minhas orientadoras. À professora Doutora Inês Amorim e à professora Doutora Paula Menino Homem, paradigmas no mundo académico, de quem levo as maiores aprendizagens, sobretudo no que respeita à vida. Agradeço incessantemente o tempo que dedicaram a ouvir-me, a apoiar o projeto e, principalmente, a confiança, a disponibilidade e todos os conselhos que vieram sempre no momento certo. O presente estudo é também o resultado de todo o auxílio e prontidão que as professoras demonstraram ao longo de todo o processo. Gratifico também a professora Doutora Helena Osswald, sempre disponível para a resolução de qualquer tipo de obstáculos. Agradeço inteiramente à professora Carla Luísa Moreira, professora de História A e de História e Cultura das Artes que me acompanhou durante o ensino secundário. É à professora Carla que devo todo o entusiasmo e admiração que nutro à Ciência que nos uniu. Obrigado por me ter incentivado a prosseguir um caminho que, ainda que verdadeiramente duro, me forneceu as ferramentas necessárias para compreender a importância do historiador no presente e, particularmente, no futuro. Retribuo também toda a dedicação e amizade desenvolvida com a professora Madalena, que foi, sem dúvida, uma força motriz para a realização do meu percurso académico na área da História.

Agradeço o tempo e apoio dispensados por todos os técnicos superiores que exercem funções no Arquivo Distrital do Porto, no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, na Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na Biblioteca da Ajuda e na Biblioteca Nacional de Portugal. O vosso trabalho foi um dos pilares essenciais à realização do presente estudo. Agradeço ao Doutor Miguel Nogueira, do Serviço de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por todas as conversas, sugestões, críticas e pelo auxílio prestado ao longo da realização da presente dissertação. O trabalho cartográfico que produziu é fundamental para a potencialização do projeto que se encontra plasmado neste trabalho.

Dedico também algumas palavras à Catarina e ao Rafael. Embora a minha função tenha sido ensinar-vos, foram vocês que me ensinaram tudo o que importa. Agradeço-vos o carinho com que me receberam e a fidelidade que mantiveram para comigo ao longo destes dois últimos dois anos. Ao Núcleo Académico de História da Universidade do Porto, do qual tive o gosto de ser parte integrante. Obrigado fazerem esforços constantes para que os alunos se integrem no meio académico. Foi com grande alegria que fiz parte da vossa História durante três anos, recheados de amizades e, sobretudo, de felicidade.

Sustento a maior admiração e gratificação aos meus amigos, que me ensinaram mais do que qualquer projeto que um dia possa vir a realizar. À Sofia, por ser uma verdadeira irmã e por me acompanhar em todos os momentos da minha vida. Obrigado pela presença, pelo sorriso especial, por seres o meu porto-seguro e, especialmente, por me deixares partilhar a vida ao teu lado. À Sónia, à Dona Antónia e ao senhor Rui, obrigada por serem a minha segunda família e por apoiarem todas as decisões que tomo sempre com um sorriso e um abraço gigante. A Camões, fico-te grata por tanto. Agradeço-te por me ensinares que a autodeterminação é a maior força que qualquer ser humano pode ter. Obrigada pela disponibilidade infinita, pelos desabafos, por seres um ombro amigo com quem sei que poderei sempre contar. Na verdade, as palavras escasseiam. Apesar de saber que não existem cobranças, devo-te muito. És uma certeza no meio da vida, circunstância incerta e fugaz. Ao David, não é mensurável o quanto me ensinaste e ensinas todos os dias aos que têm a sorte em ter-te a seu redor. Obrigado pelas incomparáveis gargalhadas, pelas viagens e pelas infinitas conversas que me fazem viajar no tempo e na memória, embora o sentimento que nutro por ti seja intocável. À Carolina, amiga de todas as horas e ocasiões, com quem tenho a sorte de poder exprimir-me plenamente enquanto pessoa. Obrigado por me escutares e por me amparares. Tens uma luz dentro de ti que te torna verdadeiramente especial. À Mari Lu, a amiga que tem a essência mais bonita que já vi. Obrigado por me transmitires calma nos momentos mais complicados e por seres a fonte da felicidade nas circunstâncias mais alegres. Obrigado por fazeres todos os dias do mundo um lugar melhor. Ao José Maria, o amigo que me ensina a leveza da vida e a importância de vivenciar todos os

momentos como se fossem os últimos. Obrigado pela constante preocupação e por seres um conforto absoluto. À Mariana, és luz em todas as ocasiões. A tua vontade de mudar o mundo é impactante. Fazes a diferença. Obrigado por me ensinares que nada se faz sem lutas diárias. À Teresa, agradeço-te por fazeres questão de estar presente em todos os momentos, mesmo à distância, sempre com um sorriso na cara. Os teus esforços diários são um exemplo para todos os que têm a sorte de te ter por perto. Ao António, agradeço-te os momentos especiais que partilhamos em conjunto. Ao Bernardo, a tua paixão pela História, e a adoração que nutres pelos mapas, é única. Obrigado pela predisposição em ajudar o outro, sempre. Ao Diogo Lopes por, mesmo distante, me acompanhar ao longo destes últimos anos, com apoio, amizade e cumplicidade incondicional. Ao Diogo Barbosa, por me demonstrar que a amizade prevalece intacta quando o sentimento é mútuo. À Isabel, por me ter visto crescer e por me ter apoiado incondicionalmente em todas as etapas. À Rita, por estar presente sempre, mesmo longe. Pelos momentos menos bons e pelos mais felizes passados a vosso lado, um grande obrigado.

A toda a minha família, por me demonstrar sempre que, independentemente do que o futuro me reserva, o orgulho que sentem por mim é inquebrável. À minha tia e ao meu irmão, obrigado pelo tanto que vos devo. Agradeço-vos todos os esforços que me dedicaram para que a minha vida fosse menos pesada. Ao meu primo, à Cátia e aos meus tios, pela boa disposição e a presença me colocarem sempre um sorriso na cara. À minha avó, por me ensinar que a paciência e o pensamento positivo são algumas das maiores virtudes que podemos adotar. Finalmente, o agradecimento mais relevante. Mãe, agradeço-te todas as oportunidades que me proporcionaste e, acima de tudo, o teu orgulho, amparo e colo constantes, desde sempre e para sempre. Sem ti, nada disto teria sido possível ou teria, sequer, significado algum. Este projeto é fruto da inspiração que me forneces todos os dias, por seres um paradigma em todos os aspetos da vida. Espero um dia conseguir retribuir-te todas as aprendizagens, conselhos e amor que me entregaste, sem nunca esperares nada em troca. Contigo aprendi que ninguém nasce mulher. Todos os dias nos tornamos uma. Que sorte a minha poder ser tua filha.

Resumo

Durante a Época Moderna, a proliferação de recolhimentos femininos em Portugal ilustra conceitos sociais de então. Concebidos para albergar mulheres em condição de vulnerabilidade, estes locais tinham como objetivo preservar ou regenerar a honra social feminina. Foram espaços de transição, intermediários entre o século e a clausura. Devido à ausência de um elemento masculino, ao seu afastamento temporário, à orfandade ou à viuvez, os recolhimentos assistiram mulheres desamparadas.

O presente estudo observa os percursos femininos, fora e dentro das instituições, entre a invisibilidade e a exposição, numa análise comparativa entre o RRRSIA (1672-1832), demolido em 1837, administrado pelo poder episcopal do Porto, ainda que submetido à jurisdição régia, e o RONSE, administrado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, com início de funções em 1731, transformado paulatinamente em Colégio.

O estudo analisou os movimentos das recolhidas nestas instituições - quem eram, de onde vinham e para onde iam, que relações sociais tinham e de que modo estes dois recolhimentos se conectam e representam espaços particulares de vivência feminina, a partir da reconstituição dos movimentos e do universo social destas mulheres (in)visíveis na cidade do Porto, entre 1672 e 1800. Os resultados obtidos permitiram perceber as origens e os destinos destas mulheres, traçar o seu perfil social e entender as camadas sociais das quais eram provenientes, contribuindo para a compreensão da tipologia de mulheres assistidas nas instituições em questão. Constatou-se que se em muito eram comuns, o recolhimento da Misericórdia, surpreendentemente, tornou-se um espaço privilegiado para parentes dos Irmãos de menor condição. Os conteúdos da investigação servem de base à proposta de um roteiro pelo espaço urbano portuense, que pretende envolver grupos e comunidades, com o objetivo de contribuir para uma nova leitura da cidade, classificada enquanto Património Mundial desde 1996 pela UNESCO.

Palavras-chave: Clausura, Honra, Mulheres, Recolhimentos, Porto.

Abstract

During the Modern Period, the growth of women's *recolhimentos* in Portugal illustrates the social concepts of the period. Conceived to shelter women in vulnerable conditions, these places aimed to preserve or regenerate female social honor. They were transitional spaces, halfway between the century and the cloister. Due to the absence of a male member, their temporary removal, orphanhood or widowhood, the retreats assisted helpless women.

This study explores women's journeys outside and inside the institutions, between invisibility and exposure, in a comparative analysis of the *RRRSIA* (1672-1832), demolished in 1837, administered by the Episcopal power of Porto, although subject to royal jurisdiction, and *the RONSE*, administered by *the Santa Casa da Misericórdia do Porto*, which began operating in 1731 and was gradually transformed into a College.

The study analyzed the movements of the women in these institutions - who they were, where they came from and where they went, what social relationships they had and how these two institutions were connected and represented particular spaces for women to live, by reconstructing the movements and social universe of these (in)visible women in the city of Porto between 1672 and 1800. The results obtained allowed us to understand the origins and destinies of these women, to trace their social profile and to understand the social levels from which they came, contributing to an understanding of the type of women assisted in these institutions. It was found that, although they were very common, the *Recolhimento da Misericórdia do Porto* surprisingly became a privileged space for relatives of the brothers of lower status. The contents of the research serve as the basis for the proposal of a route through Porto's urban space, which aims to involve groups and communities, with the purpose of contributing to a new reading of the city, classified as a World Heritage Site since 1996 by UNESCO.

Key-words: Cloister, Honor, Women, *Recolhimentos*, Porto.

Índice de Figuras

FIGURA 1 – FEIRA DA CORDOARIA (1835)	85
FIGURA 2 - TORRE DOS CLÉRIGOS (1837)	86
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO RRRSIA (1674-1800)	93
FIGURA 4 – IGREJA E RONSE	99
FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DO RONSE	108
FIGURA 6 - ÁREA CLASSIFICADA ENQUANTO PATRIMÓNIO MUNDIAL PELA UNESCO (A VERDE) E RESPETIVA ZONA TAMPÃO (A VERMELHO)	246
FIGURA 7 – ESBOÇO DE PROGRAMAÇÃO DO ROTEIRO	257

Índice de Mapas

MAPA 1 – CONVENTOS E RECOLHIMENTOS PORTUENSES DURANTE O ANTIGO REGIME.....	77
MAPA 2 – NATURALIDADE DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR CIDADE	117
MAPA 3 – NATURALIDADE DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR RUA.....	119
MAPA 4 – RESIDÊNCIA DAS MULHERES DO RRRSIA (1674-1800).....	123
MAPA 5 – RESIDÊNCIA DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR CIDADE.....	125
MAPA 6 – RESIDÊNCIA DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR RUA.....	127
MAPA 7 – NATURALIDADE DOS PAIS E AVÓS PATERNOS E MATERNOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR CIDADE	198
MAPA 8 – NATURALIDADE DOS PAIS E AVÓS PATERNOS E MATERNOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR CIDADE, POR RUA.....	200
MAPA 9 – RESIDÊNCIA DOS PAIS E AVÓS PATERNOS E MATERNOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR CIDADE.....	203
MAPA 10 – RESIDÊNCIA DOS PAIS E AVÓS PATERNOS E MATERNOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR RUA.....	205
MAPA 11 – RESIDÊNCIA DOS FIADORES DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800), POR RUA.....	208

Índice de Tabelas

TABELA 1 – <i>DATA PERSONAGENS</i> - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A RECOLHA DE DADOS CONCERNENTES AO INGRESSO DE MULHERES DO RONSE.....	48
TABELA 2 – <i>DATA MOVIMENTOS</i> - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A RECOLHA DE DADOS DOS MOVIMENTOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	48
TABELA 3 – <i>DATA RELAÇÕES</i> - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A RECOLHA DE DADOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	49
TABELA 4 – <i>DATA ESTATUTOS</i> - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A RECOLHA DE DADOS DOS ESTATUTOS SOCIOPROFISSIONAIS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	50
TABELA 5 – <i>DATA AFILIAÇÕES</i> - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A RECOLHA DE DADOS CONCERNENTES ÀS AFILIAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES DO RONSE	50
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS NO RRRSIA SEGUNDO OS ESTATUTOS DE 1688	90
TABELA 7 – REQUISITOS E FUNÇÕES DAS OFICIAIS DO RRRSIA SEGUNDO OS ESTATUTOS DE 1688	91
TABELA 8 – CARGOS E FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELAS OFICIAIS E SERVENTES DO RONSE	103
TABELA 9 – ROTINA DIÁRIA NO RONSE	106
TABELA 10 – COMPROMISSOS RELIGIOSO-ESPIRITUAIS DO RRRSIA (1674-1800)	137
TABELA 11 – DESTINOS CONVENTUAIS DAS MULHERES DO RRRSIA (1674-1800).....	163
TABELA 12 – CONVENTOS E RECOLHIMENTOS DE INGRESSO DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800)	173
TABELA 13 – FALECIMENTOS NO RONSE (1731-1858).....	195
TABELA 14 – LOCAIS DE SEPULTAMENTOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	196

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – UNIVERSO FEMININO DO RONSE (1731-1800).....	113
GRÁFICO 2 - ESTADO CIVIL DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800)	115
GRÁFICO 3 – ENTRADAS ANUAIS NO RRRSIA (1674-1800)	130
GRÁFICO 4 – ENTRADAS ANUAIS NO RONSE (1731-1800).....	132
GRÁFICO 5 – ENTRADAS, POR MESES DO ANO, NO RRRSIA (1674-1800).....	136
GRÁFICO 6 – ENTRADAS, POR MESES DO ANO, NO RONSE (1731-1800)	137
GRÁFICO 7 – MOTIVOS DE ENTRADA NO RRRSIA (1674-1799).....	140
GRÁFICO 8 – MOTIVOS DE ENTRADA NO RONSE (1731-1800)	142
GRÁFICO 9 – ORFANDADE E AUSÊNCIA DO ELEMENTO MASCULINO NO RONSE (1731-1800).....	144
GRÁFICO 10 – AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS MASCULINOS DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	146
GRÁFICO 11 – IDADES DE INGRESSO DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	150
GRÁFICO 12 – SAÍDAS DEFINITIVAS, POR DÉCADAS, NO RRRSIA (1674-1799)	153
GRÁFICO 13 – SAÍDAS ANUAIS DEFINITIVAS DO RONSE (1731-1800).....	155
GRÁFICO 14 – SAÍDAS DEFINITIVAS, POR MESES DO ANO, DO RONSE (1731-1800).....	158
GRÁFICO 15 – MOTIVOS DE SAÍDA DO RRRSIA (1674-1800)	160
GRÁFICO 16 – INGRESSO DAS MULHERES DO RRRSIA NA COMPANHIA DE FAMILIARES (1674-1800)	161
GRÁFICO 17 – ORDEM RELIGIOSA DOS CONVENTOS DE INGRESSO DAS MULHERES DO RRRSIA (1674-1800)	162
GRÁFICO 18 – MOTIVOS DE SAÍDA DO RONSE (1731-1800)	165
GRÁFICO 19 – DOENÇA ENQUANTO MOTIVO DE SAÍDA DO RONSE (1731-1800)	167
GRÁFICO 20 – COMPANHIA ENQUANTO MOTIVO DE SAÍDA DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	168
GRÁFICO 21 – AGENTES DE ORDEM DE SAÍDA DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	170
GRÁFICO 22 – IDADES DE ABANDONO DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800).....	180
GRÁFICO 23 – REINGRESSOS NO RRRSIA (1674-1799)	186
GRÁFICO 24 – REINGRESSOS NO RONSE (1731-1800).....	187
GRÁFICO 25 – PERÍODOS DE AUSÊNCIA, EM ANOS, NO RRRSIA (1674-1799)	189
GRÁFICO 26 – PERÍODOS DE AUSÊNCIA, EM ANOS, NO RONSE (1731-1800)	190
GRÁFICO 27 – PERÍODOS DE PERMANÊNCIA, EM ANOS, NO RRRSIA (1674-1799).....	191
GRÁFICO 28 – PERÍODOS DE PERMANÊNCIA, EM ANOS, NO RONSE (1731-1800)	193
GRÁFICO 29 – ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RRRSIA (1674-1799)	209

GRÁFICO 30 – ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RRRSIA, POR TIPOLOGIA DE RELAÇÃO (1674-1800)	210
GRÁFICO 31 – ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RONSE, (1731-1800)	212
GRÁFICO 32 – ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RONSE, POR TIPOLOGIA DE RELAÇÃO (1731-1800)	214
GRÁFICO 33 – RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NAS ÁREAS DOS SERVIÇOS/LETRADOS (1731-1800)	216
GRÁFICO 34 – RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NA ÁREA DO EXÉRCITO (1731-1800)	217
GRÁFICO 35 – RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NAS ARTES/OFÍCIOS (1731-1800)	218
GRÁFICO 36 – ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DOS FIADORES DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800)	222
GRÁFICO 37 – FIADORES DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NOS NEGÓCIOS/COMÉRCIO (1731-1800)	223
GRÁFICO 38 – FIADORES DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NAS ARTES/OFÍCIOS (1731-1800)	224
GRÁFICO 39 – FIADORES DAS MULHERES DO RONSE QUE EXERCIAM FUNÇÕES NA ÁREA DOS SERVIÇOS/LETRADOS (1731-1800)	225
GRÁFICO 40 – PARENTES DAS MULHERES DO RRRSIA NA ORDEM DE CRISTO (1674-1800)	227
GRÁFICO 41 – AFILIAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS DAS MULHERES RO RONSE (1731-1800)	228
GRÁFICO 42 – AFILIAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS, RELACIONADAS COM CONFRARIAS/IRMANDADES E COM A IGREJA CATÓLICA, DAS MULHERES RO RONSE (1731-1800)	229
GRÁFICO 43 – AFILIAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIRETAS, RELACIONADAS COM A SCMP E O SANTO OFÍCIO, DAS MULHERES RO RONSE (1731-1800)	230
GRÁFICO 44 – AFILIAÇÕES DOS FIADORES DAS MULHERES DO RONSE (1731-1800)	231

Lista de abreviaturas e siglas

ADP.....	ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO
AHMP	ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO
AHSCMP	ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO
ANTT	ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO
BPMP.....	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO
COD.....	CÓDICE
FL.....	FÓLIO
HA.....	HECTARES
IC.....	IRMÃO CONSELHEIRO
ICCROM.....	INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY (CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS)
ICOM.....	INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS)
ICOMOS.....	INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS)
Ms.....	MANUSCRITO
OWHC.....	ORGANIZATION OF WORLD HERITAGE CITIES (ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES PATRIMÓNIO MUNDIAL)
RONSE.....	RONSE
RRRSIA.....	RRRSIA
SCMP.....	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO
UNESCO.....	UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA)

Introdução

O presente estudo pretende seguir um percurso de investigação que permita reconstituir a vida de mulheres recolhidas, invisíveis porque afastadas do século, mas sem votos religiosos definitivos, encerradas em edifícios monumentais, mas podendo sair deles em determinado momento, e sobre as quais a historiografia apenas principiou a reconhecê-las há algumas décadas. As leituras realizadas justificam a aproximação que se pretende realizar e apontaram os objetivos, a justificação das fontes de informação reunidas, assim como a metodologia adotada e a estrutura da presente dissertação. São essas etapas que se tencionam apresentar nesta introdução, como ponto forte para a compreensão dos sucessivos capítulos.

Uma revisão historiográfica – da história das mulheres à história das recolhidas

A emergência da figura feminina enquanto objeto de estudo na História durante os anos 70 e 80 do século XX marca a progressão dos estudos sobre a História das Mulheres. Os trabalhos e reflexões de Michelle Perrot¹ e Louise Tilly² a este respeito são âncoras essenciais à compreensão das linhas historiográficas que se avolumaram no final da centúria passada e inícios da presente, com predominância nos Estados Unidos da América (EUA), Grã-Bretanha e França, sobretudo com a emergência dos *Women's Studies*, que estimularam abordagens interdisciplinares em torno de mais categorias de análise (género, raça, classe, etc.). No contexto português, um dos trabalhos de Irene Vaquinhas notabilizou-se pela súmula referente à História das Mulheres e do Género em Portugal, salientando algumas iniciativas dos anos 60 do século XX, em jeito de contestação ao regime do Estado Novo. O fomento destes estudos conheceu particular importância a partir dos anos 70 da mesma centúria, em parte devido ao gradual

¹ PERROT, Michelle – *Uma História das Mulheres*. Lisboa: Asa, 2007. ISBN 978-972-41-5092-5; PERROT, Michelle - *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo, EDUSC, 2005. ISBN 2-Q8.08.0010-8 I

² TILLY, Louise – Género, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. [Em linha]. Nº 3 (1994), p. 29-62. [Consult. 8 Novembro 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. ISSN 0104-8333

ingresso de investigadoras na Academia, nomeadamente na área das Humanidades e, especificamente, na produção científica relacionada com a História³.

Além disso, o enraizamento do conceito de *género* nos trabalhos referentes às Ciências Sociais e Humanas permitiu o alargamento de perspetivas relacionados com as mulheres enquanto objetos de estudo na História. Neste campo, é imperativo mencionar os trabalhos de Joan Scott a respeito dos conceitos, e como categorias de análise, de *sexo* e *género*, assim como os estudos de Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro⁴ e, ainda, de Lígia Amâncio e de João Manuel de Oliveira⁵.

O uso da expressão *género*, decididamente polissémica, foi influenciada pelas teorias feministas, que compreendiam que a utilização do conceito *sexo* era redutora, derivado de uma base biológica. Por seu turno, *género* vai além do *sexo*, abrangendo os traços de identidade social e os processos que distinguem os mesmos, associados à cultura e, conseqüentemente, ao contexto em que se inserem. Portanto, ao longo do presente estudo serão utilizados os dois termos, de acordo com contextos específicos. Também a utilização do vocábulo *mulheres* é preferencial. Os movimentos feministas fomentaram a afirmação da identidade feminina, permitindo compreender que também a categoria referente ao género era heterogénea, existindo nuances e desigualdades que não decorriam da mesma forma para umas e para outras pessoas⁶.

Além de Irene Vaquinhas, salienta-se o estudo de Maria Antónia Lopes que insistiu na compreensão do conceito de *género* enquanto categoria de análise social⁷,

³ VAQUINHAS, Irene – História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. [Em linha]. (2019), p. 37-55. [Consult. 10 de maio de 2023]. Disponível em Internet: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/88149>>. ISSN 0874-6885

⁴ VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria – Género. *Dicionário Crítico do Género* [Em linha]. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em WWW: <URL: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>>. ISBN 78-85-8147-155-6, p. 330-333

⁵ AMÂNCIO, Lígia; OLIVEIRA, João Manuel de – Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. 2014, nº 32. 23-42. ISSN 0874-6885

⁶ PEDRO, Joana Maria – Traduzindo o debate: o uso da categoria género na pesquisa histórica. *Revista História (São Paulo)*. [Em linha]. Vol. 24, nº1 (2005), p. 77-98. [Consult. 4 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>>. ISSN 1980-4369

⁷ LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias: segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989

aplicado ao estudo das mulheres portuguesas na segunda metade do século XVIII. A aproximação das leituras à historiografia sobre os recolhimentos potenciou o entendimento de conceitos que se revelaram fundamentais, devidamente desenvolvidos nos capítulos estruturantes do presente estudo, para consolidar os conhecimentos acerca destas instituições e do contexto onde as mesmas se inseriam. A análise comparativa entre os dois recolhimentos femininos na cidade do Porto, durante finais do século XVII até ao ano de 1800, principiou a ser considerada a partir de algumas leituras sobre os mecanismos de prescrição específica, aplicados pela Igreja Católica Ocidental, a determinados comportamentos femininos relacionados com a dimensão sexual da mulher durante a Época Moderna. Este tema, claramente lato e diverso, foi paulatinamente afinado através de questões e reflexões fomentadas pela bibliografia analisada.

Para a compreensão da atuação da Igreja Católica neste aspeto, a obra da direção de Carlos Moreira Azevedo colocou a ênfase em aspetos fundamentais⁸. A importância do Concílio de Trento (1545-1563) foi evidente, nomeadamente no que respeita à influência que exerceu na Europa, e em Portugal, em questões relacionadas com a vigilância dos modelos nupciais, assumindo o casamento um lugar reforçado e primordial na orgânica social. Acerca deste assunto, a obra da coordenação de António Camões Gouveia, David Sampaio e José Pedro Paiva⁹ afigurou-se indispensável. Destacam-se os artigos da autoria deste último autor¹⁰, bem como de Amélia Polónia¹¹, acerca das consequências da reunião tridentina em matéria respeitante à figura

⁸ MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, António Camões – História Religiosa de Portugal: Humanismos e Reformas. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leituras, 2000. ISBN 972-42-2359-0. Vol. 2

⁹ GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014. ISBN 978-972-8361-60-0

¹⁰ PAIVA, José Pedro – A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas...* p. 13-40

¹¹ POLÓNIA, Amélia – A recepção do Concílio de Trento em Portugal. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas...* p. 41-58

feminina. Já Elisja Schulte Van Kessel¹² detém-se também sobre a influência de Trento perante o modelo relacional desenvolvido entre homens e mulheres durante a Época Moderna, enquanto Maria de Lourdes Correia Fernandes¹³ e Flávia Oliveira¹⁴ se notabilizam pela análise da literatura de espiritualidade, sublinhando a influência de Trento sobre o modelo de casamento, bem como sobre a importância deste contrato para a preservação dos sistemas familiares vigentes durante o Antigo Regime¹⁵.

A posterior avaliação dos mecanismos utilizados pela Igreja Católica para auscultar algumas dimensões da vida privada e sexual têm sido exploradas. Sobre este aspeto, salienta-se Michel Foucault e a sua análise dos discursos sobre a sexualidade, defendendo que a vigilância e o controlo da mesma se fez através da inculcação de uma gramática de comportamentos lícitos e ilícitos, cujo principal objetivo era gerar autocontrolo nas ações¹⁶. Corroborando esta perspetiva, Joaquim Carvalho Ramos adotou esta ângulo ao abordar as sexualidades na época moderna¹⁷. A obra de Katherine Crawford revelou-se essencial nas conclusões apresentadas, especialmente nas considerações que teceu acerca da interconexão entre a religião e a sexualidade, assim como a relação entre esta última e o crime, circunstâncias evidentemente dependentes dos contextos onde se inseriam¹⁸. Ainda sobre este tópico, no que diz respeito à sua

¹² VAN KESSEL, Elishja Schulte – Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In DUBY, George; PERROT, Michelle - *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1993. ISBN 972-36-0314-4. p. 181-227

¹³ FERNANDES, Maria de Lourdes Correia – *Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995

¹⁴ OLIVEIRA, Flávia – “Prometia e dotava a ella esposada”: o dote de casamento como fonte para a historiografia da mulher. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo; CONTENTE, Cláudia; ESTEVES, Alexandra – *As Mulheres nos Caminhos da História*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2021. [Consult. 2 fev. 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76350>>. ISBN 978-989-8963-53-6

¹⁵ SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In MATTOSO, José – *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1261-1, p. 43-65

¹⁶ FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: a vontade saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-240-8. Vol. 1; FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-241-6. Vol. 2; FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-242-4. Vol. 3

¹⁷ CARVALHO, Joaquim Ramos – As Sexualidades. In MATTOSO, José – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7, p. 96-129

¹⁸ CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. ISBN 9780521548403

regulamentação, alguns estudos de Maria Antónia Lopes permitiram solidificar a compreensão da construção da imagem feminina durante a Época Moderna, segundo a visão das diversas estruturas de poder que compunham a sociedade do Antigo Regime¹⁹.

Com efeito, os esforços de diagnóstico e controlo dos comportamentos desviantes foram assegurados por mecanismos institucionais. Por um lado, destaca-se a Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, criado e consolidado em Portugal durante o século XVI, estudado por vários autores, como Elvira Mea²⁰, que permitiu compreender que a estrutura caucionava a limpeza de sangue. José Pedro Paiva²¹ e Joaquim Ramos de Carvalho²² salientam a relevância das visitas pastorais enquanto mecanismos de vigilância comportamental e meios de difusão da moralidade católica.

A centralidade desempenhada pela Igreja Católica fomentou a consolidação de uma sociedade estruturada por normas, que definiam a composição social e o lugar que cada um ocupava, de acordo com o sangue/hereditariedade e/ou a ocupação e a posição ocupada em estruturas de poder. Perante este quadro, a importância da *honra* torna-se inequívoca. J. Pitt-Rivers²³ e Arlette Farge²⁴ revelam perspetivas cruciais acerca deste atributo social. De acordo com as suas considerações, a honra aplicava-se tanto à figura masculina como feminina, mas comportava significados e exigia comportamentos e posturas completamente distintas. Como enfatiza Maria Antónia Lopes, durante a

¹⁹ LOPES, Maria Antónia - Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). In ROSSI, Maria Antonietta - *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*. [Em linha]. Viterbo: Sette Città, 2017. [Consult. 28 Abril 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43352>>. ISBN 978-88-7853-757-6

²⁰ MEA, Elvira – O poder inquisitorial durante o Antigo Regime. In JORGE, Vítor Oliveira; MACEDO, José M. Costa – *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Afrontamento, 2008. ISBN 978-972-36-0947-9, p. 207-218

²¹ PAIVA, José Pedro – Pastoral e evangelização. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal: Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2359-0. p. 239-312

²² CARVALHO, Joaquim Ramos de – Visitações. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (P-V)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. p. 365-370; CARVALHO, Joaquim Ramos – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7. p. 32-58

²³ PITT-RIVERS, J. – Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha: conceitos das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 11-60

²⁴ FARGE, Arlette – Família, honra e segredo. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges – *História da vida privada: do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Afrontamento, 1990. ISBN 972-36-0243-1, p. 581-617

Época Moderna a *honra social* era uma virtude definida, em primeira instância, pelo sexo do indivíduo e, posteriormente, pelos comportamentos que o mesmo adotava, de acordo com a sua posição social²⁵. As razões para a ocorrência de significados diferenciados, entre homens e mulheres, acerca do mesmo conceito - a honra - encontram-se devidamente plasmadas em diversos estudos que abordam a relação entre a construção dos estereótipos da figura feminina, na longa duração, e a influência da evolução de conceitos derivados das áreas como a Teologia, o Direito e a Medicina, que perpetuaram os mesmos. Nesta análise, emergem novamente os trabalhos de Maria Antónia Lopes²⁶, mas também de Michèle Crampe-Casnabet²⁷, bem como de Sara F. Matthews Grieco²⁸ e, ainda, de Évelyne Berriot-Salvador²⁹.

A construção da imagem feminina enquanto figura lasciva e maliciosa promoveu a vigilância dos seus comportamentos, impedindo que as suas ações desviantes arruinassem a sua honra e afetassem a reputação daqueles que a rodeavam, nomeadamente e, fundamentalmente, da estrutura social em que se inseria a família³⁰. Especialmente nos casos em que as mulheres se encontrassem num estado de vulnerabilidade, como sucedia aquando da ausência temporária do elemento masculino (pai, irmão, marido), da orfandade ou da viuvez, existia também a necessidade de preservar a honra, que poder-se-ia corromper se as mesmas enveredassem por caminhos menos virtuosos, como era o caso da prostituição, sempre que não tivessem bens suficientes para se sustentarem. O estudo de Maria Antónia Lopes acerca da

²⁵ LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade...*

²⁶ LOPES, Maria Antónia - Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). In ROSSI, Maria Antonietta - *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*...

²⁷ CRAMPE-CASNABET, Michèle – A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. ISBN 972-36-0314-4. p. 349-407

²⁸ GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1993. ISBN 972-36-0314-4. p. 70-119

²⁹ BERRIOT-SALVADORE, Évelyne – O discurso da Medicina e da Ciência. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. ISBN 972-36-0314-4. p. 409-455

³⁰ VAN KESSEL, Elishja Schulte – Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In DUBY, George; PERROT, Michelle - *História das mulheres no Ocidente...*p. 181-227

relação entre a assistência e o desamparo mulhêr foi seminal para compreender os contextos onde a pobreza moral seria iminente, permitindo também entender os recolhimentos enquanto espaços para preservar a virtude feminina³¹. Também outras historiadoras se têm dedicado à compreensão dos mecanismos assistenciais desenvolvidos durante a Época Moderna, interconectando os mesmos com o universo feminino. Os estudos de Isabel dos Guimarães Sá³², Elisabete Jesus³³ e Maria Marta Lobo de Araújo³⁴ são trabalhos indispensáveis para compreender os recolhimentos femininos enquanto espaços de transição entre o século e a clausura.

A assistência no Porto durante a Época Moderna caracterizou-se, entre outros aspetos, por tecer complexas redes em diversas dimensões e no acompanhamento das mulheres vulneráveis. Artur de Magalhães Basto é um autor indispensável para a compreensão de uma das estruturas de maior relevo em matéria assistencial durante a Época Moderna – as Misericórdias³⁵. Mais recentemente, Inês Amorim³⁶, Isabel dos

³¹ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000. ISBN 972-8575-22-X

³² SÁ, Isabel dos Guimarães – Os espaços de reclusão e a vida nas margens. In MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7, p. 276-299

³³ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado

³⁴ ARAÚJO, Maria Marta Lobo – A reforma da assistência nos reinos peninsulares. [Em linha]. *Cadernos do Noroeste*. Nº1-2, Vol. 19 (2002), p. 177-198. [Consult. 13 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8836/1/A%20reforma%20da%20assistencia%20nos%20reinos%20peninsulares.pdf>>; ISSN 0870-9874; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os recolhimentos femininos na Braga Moderna. In ABREU, Laurinda – *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*. [Em linha]. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007. [Consult. 24 março 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8776?mode=full>>. ISBN 978-84- 8373-925-9

³⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995. ISBN 972-96628-3-5. Vol. 1. Basto, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1999. ISBN 972-96628-7-8. Vol. 2

³⁶ AMORIM, Inês – *Sob o Manto da Misericórdia: contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Coimbra: Almedina, 2018. 4 vols; AMORIM, Inês - Memória e Arquivo como estratégias de governação da Santa Casa da Misericórdia do Porto. In RIBEIRO, Fernanda - *Os Arquivos da Misericórdia do Porto: percursos com história*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2023, p. 35-52; AMORIM, Inês – Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. *Revista de História*. [Em linha]. Vol. 7 (1986), p. 229-263. [Consult. 25 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6496.pdf>>. ISSN 2183-0479

Guimarães Sá³⁷, Laurinda Abreu³⁸, Maria Antónia Lopes³⁹ e Maria Marta Lobo de Araújo⁴⁰ têm também produzido trabalhos concernentes à atuação das Misericórdias em termos assistenciais e a sua ação fulcral nesta matéria.

Se, por um lado, a atuação destas estruturas foi substancial, também foi relevante salientar o papel de outros agentes, como o caso dos bispos. Neste sentido,

³⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães– *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. ISBN 972-8325-16-9; SÁ, Isabel dos Guimarães– *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1149-7; SÁ, Isabel dos Guimarães– Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (século XVI-XVIII): algumas metáforas. *Revista Oceanos*. Nº 35 (1998), p. 42-50. [Consult. 10 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4549>>; SÁ, Isabel dos Guimarães– Assistência. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (A-C)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2, p. 140-149. SÁ, Isabel dos Guimarães– A assistência: as Misericórdias e os poderes locais. In OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do poder local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5, p. 136-142

³⁸ ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475. ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. ABREU, Laurinda – Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). [Em linha]. *Dynamis*. Nº 20 (2000), p. 395-415. [Consult. 4 março 2023].

Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/239812602_Purgatorio_Misericordias_e_caridade_condicoes_struturantes_da_assistencia_em_Portugal_seculos_XV-XIX>. ISSN 2340-7948

³⁹ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*. [Em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. [Consult. 20 fevereiro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30059>>. ISBN 978-989-26-0203-5

⁴⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. *História: Questões & Debates*. [Em linha]. Vol. 45, nº 2 (2006), p. 155-177. Disponível em WWW: <URL:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8769/1/As%20Miseric%3b3rdias%20portuguesas%20enquanto%20palcos%20de%20sociabilidades%20no%20s%3a9culo%20XVIII.pdf>>. ISSN 0100-6932; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010. ISBN 978-989-8351-04-3, p. 357-381; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas misericórdias portuguesas (séculos XVII e XVIII)*. [Em linha]. Braga: PsicoSoma, 2011. [Consult. 10 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17438>>; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. [Em linha], 2008. Disponível na WWW: <URL: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8768/1/A%20assistencia%20as%20mulheres%20nas%20misericordias%20portuguesas_seculos%20XVI-XVIII.pdf>; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Um itinerário de investigação: os arquivos das Misericórdias portuguesas na Idade Moderna. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga* [Em linha]. Nº 9 (2013), p. 101-122. [Consult. 23 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82093>>. ISSN 1646-3188

José Pedro Paiva⁴¹ tem desenvolvido alguns trabalhos que, embora não neguem o desempenho das Misericórdias⁴², salientam outras entidades que atuaram em prol do desenvolvimento das redes assistenciais durante a Época Moderna. Crescem, ainda, outras iniciativas particulares desta mesma natureza, nomeadamente a iniciativa régia e a de mulheres viúvas. O estudo de Luciana Gandelman aponta as razões que estão por detrás desta forma de caridade redentora, aludindo à dualidade entre a vida física, do corpo, enquanto certeza efémera, e a permanência da alma enquanto circunstância que se tornava eterna a partir das obras de caridade, praticadas pelos indivíduos durante a sua vida física. A existência de uma relação intrínseca entre as obras de caridade e a crença na salvação das almas durante a Época Moderna justifica a importância das iniciativas privadas em matéria assistencial⁴³.

É na esteira das redes assistenciais tecidas durante a Idade Moderna, com raízes medievais, que os recolhimentos devem ser interpretados. Para além de mecanismos de vigilância feminina, eram espaços executados para responderem a necessidades sociais específicas, quer a nível local, quer além-mar. Tal como comprova o estudo de Timothy Coates, para além de serem estruturas destinadas a solucionar determinadas conjunturas próximas, algumas destas instituições interligavam-se com os espaços ultramarinos, formando redes de clausura feminina⁴⁴. Assim o comprovam os estudos acerca dos diversos recolhimentos. Vejam-se os trabalhos referentes a localidades dos

⁴¹ PAIVA, José Pedro – O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII). In ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica...* p. 167-196. PAIVA, José Pedro – A relação das misericórdias com a Igreja na Época Moderna (1498-1820). In PAIVA, José Pedro – *Portugalia Monumenta Misericordiarum* (Vol. 10). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017. ISBN 978-989-8375-08-7. p. 279-333

⁴² PAIVA, José Pedro – *Portugalia Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União de Misericórdias de Lisboa, 2002-2017. 10 vols. PAIVA, José Pedro – O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910). In *A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras – Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2009. ISBN 978-989-622-216-1, p. 397-412

⁴³ GALDELMAN, Luciana - *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto - séc. XVIII)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2005. Consult. 25 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/359160>>. Tese de Doutoramento

⁴⁴ COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. ISBN 972-8325-57-6

distritos de Braga⁴⁵, Bragança⁴⁶, Coimbra⁴⁷, Évora⁴⁸, Lisboa⁴⁹, Viana do Castelo⁵⁰ e Funchal⁵¹. No que respeita à cidade do Porto, os trabalhos concentram-se em torno do

⁴⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Sociabilidades femininas em clausura: conflitos e amizades na Braga Moderna. In VASSALO, Nahuel– *Historia Moderna. Problemas, debates y perspectivas*. [Em linha]. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2022. [Consult. 23 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82279>>. ISBN 978-987-655-301-8; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os recolhimentos femininos na Braga Moderna. In ABREU, Laurinda – *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social...*; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – O silêncio nas margens: vidas femininas em instituições de clausura na Braga Moderna. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCÍA, Alfredo Martín – *Os marginais*. [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2018. [Consult. 10 fevereiro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/82213/1/O%20sil%20c3%aancia%20das%20margens.pdf>>. ISBN 978-989-755-382-0; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os recolhimentos femininos na Braga Moderna. In ABREU, Laurinda – *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social...*; MACHADO, Carla – *Entre a clausura e o século: o Recolhimento de Santo António do Campo de Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2014. [Consult. 22 de junho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30399>>. Dissertação de Mestrado; OLIVEIRA, Flávia – Devotas mulheres que vestiam pardo: o Recolhimento de Santa Teresa da Cidade de Braga (1742-1766). *Revista de Cultura do Alto Minho*. [Em linha]. Nº 11 (2017), p. 177-191. [Consult. 1 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76774>>. ISSN 0871-3332; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Oração, penitência e trabalho: o Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga*. [Em linha]. Braga: Edições Húmus, 2017. [Consult. 28 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82342>>. ISBN 978-989-755-262-5; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Um quotidiano marcado por regras: o primitivo regulamento do Recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga (século XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ÁLVAREZ, María José Pérez – *Do silêncio à ribalta: os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*. [Em linha]. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2015. [Consult. 6 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41922>>. ISBN, 978-989-999484-4-0; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – En busca de la honra perdida: la “regeneración” de mujeres en Braga (siglos XVIII-XIX). In PÉREZ, Laureano M. Rubio – *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*. [Em linha]. León: Universidad de León, 2009. [Consult. 23 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82331>>. ISBN 978-84-9773-475-2

⁴⁶ FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da – *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814): clausura e destinos femininos*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2013. [Consult. 13 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24731?mode=simple>>. Tese de Doutoramento

⁴⁷ LOPES, Maria Antónia – *Do outro lado da festa...*; LOPES, Maria Antónia – Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres - uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743). *Revista Portuguesa de História*. [Em linha]. Nº 35 (2005), p. 189-229. [Consult. 3 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12745>>. ISSN 0870-4147

⁴⁸ LIBERATO, Marco – Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda – *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475, p. 275-289

⁴⁹ REIS, Maria de Fátima Dias – Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência da época moderna: os Recolhimentos de Lisboa. In ABREU, Laurinda – *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica...*; RIJO, Delmina – *Recolhimentos de Lisboa: da Época Moderna à República (sécs. XVI-XX)*. [Em

RRRSIA⁵² e do RONSE⁵³, embora existam também investigações desenvolvidas para outras instituições da mesma natureza⁵⁴. Destaque também para as investigações referentes aos recolhimentos ultramarinos, que despontaram no Brasil⁵⁵ e na Índia⁵⁶.

linha]. [Consult. 12 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.academia.edu/32225877/RECOLHIMENTOS_DE_LISBOA_DA_%C3%89POCA_MODERNA_%C3%80_REP%C3%9ABLICA_S%C3%89CS_XVI_XX_ESTUDO_DE_CASO_2015>; COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãs...*; ALMEIDA – Suely Creusa Cordeiro de – Entre a proteção e abandono: recolhimentos femininos na cidade de Lisboa no Período Moderno. In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; RIBEIRO, Marília de Azambuja. SILVA, Gian Carlo de Melo – *Cultura e Sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012. ISBN 978-85-415-0084-5, p. 287-303; COLEN, Luísa – Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rosa. In *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* [Em linha], p. 126-139. [Consult. 4 fevereiro de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://scml.pt/wp-content/uploads/2023/04/assistencia-orfas-bairro-alto-recolhimento.pdf>>

⁵⁰ MAGALHÃES, António – Um refúgio de «Mulheres nobres principaes»? O Recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX. In SANTOS, Carlota – *Família, Espaço e Património*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. ISBN 978-989-8351-14-2. p. 223-243

⁵¹ SANTOS, Filipe dos – O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (séculos XVII e XVIII). [Em linha]. *Arquivo Histórico da Madeira*. Nº 2 (2020), p. 251-398. [Consult. 10 de julho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/41>>. ISSN 2184-5743

⁵² JESUS, Elisabete – As Recolhidas do Anjo: a integração numa comunidade redentora? (Porto, sécs. XVII e XVIII). *História – Revista da FLUP*. [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, 2022. [Consult. 16 setembro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/11471>>. ISSN 2183-0479. JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* 2 vols.

⁵³ BARREIRA, Aníbal – O RONSE – as órfãs e as porcionistas (1731-1850). In *Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2012. p. 473-495; BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança – dar vida a espaços históricos*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. [Consult. 15 de junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/3EKYUFAQ17RJTEJQSSID8A152XGCTU.pdf>. Dissertação de Mestrado; FERREIRA, J. A. - *RONSE fundado na cidade do Porto no séc. XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1979. JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo Araújo; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7225-8, p. 295-324

⁵⁴ BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. *Boletim Cultural*. [Em linha]. Vol. 4, Nº 3-4 (1943), p. 272-308. [Consult. 23 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035_PDF/BPMP_P-B-2035_V6F3-4_Set-Dez1943.pdf>. JESUS, Elisabete – As Manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto. In *Em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesásticos: actas do Colóquio Internacional de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005. p. 135-154

⁵⁵ ALGRANTI, Leila Mezan - *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. [Em linha]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992. [Consult. 25 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092022-104820/pt-br.php>>. Tese de Doutorado; GALDELMAN, Luciana - GALDELMAN, Luciana - *Mulheres para um império...*

⁵⁶ COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãs...*

Estas instituições representam percursos de mulheres que se cruzam, na clausura e no século, integradas em redes de sociabilidade. É nesta linha que o presente estudo se insere – desvendar percursos individualizados, mesmo que inseridos em padrões comportamentais. Se assim o é, estes percursos incluem processos seletivos, da sua origem, de estruturas familiares, de locais, de motivações, variáveis que permitirão, ainda, seguir e reconstituir trajetórias. Ou seja, como é evidente, os recolhimentos são o produto das necessidades do contexto. Por isso, são indissociáveis do contexto local onde se situam, condição essencial para compreender a mobilidade nestes espaços. A articulação entre a compreensão do desenvolvimento do espaço urbano da cidade portuense e a perceção da figura feminina que se insere em redes de mobilidade externa para os espaços de clausura é um objetivo de análise. Ou seja, trata-se de interpretar o espaço urbano enquanto palco de ação que cruza personagens com os seus próprios contextos vivenciais (espaço de origem e mobilidade temporal).

O reconhecimento da cidade do Porto, como espaço urbano e administrativo⁵⁷ em evolução⁵⁸, no qual se instalam os dois recolhimentos, é passível de caracterizar a partir de um conjunto de obras que a ele se referem, como é o caso da obra de Luís António de Oliveira Ramos⁵⁹ ou o trabalho de Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, referente à evolução dos topónimos da cidade⁶⁰. Os estudos mais recentes foram, sem dúvida, um suporte de fôlego para a compreensão da evolução da urbe portuense. Porém, a consulta de obras de inícios do século XX continua a ser essencial, como as de Carlos de Passos e as respetivas crónicas escritas acerca do Porto⁶¹, bem como as de

⁵⁷ OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5

⁵⁸ OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 2007. ISBN 978-972-36-0877-9

⁵⁹ RAMOS, Luís António de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2

⁶⁰ FREITAS, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999. ISBN 972-8305-67-2

⁶¹ PASSOS, Carlos de – *Lembranças da terra: crónicas históricas escritas por Carlos de Passos natural desta cidade do Porto que se achou em manuscritos, documentos e outras obras existentes no Archivo Municipal e na Biblioteca Publica Municipal*. Porto: J. Pereira da Silva, 1919

Firmino Pereira⁶² ou Henrique Sousa Reis, da segunda metade de XIX⁶³ e, ainda, de meados de XVIII, como é o caso da obra do padre Agostinho Rebelo da Costa que fomentou a reflexão acerca de alguns aspetos topográficos da cidade, articulando a compreensão desta urbe desde os seus primórdios até à cronologia referente à presente investigação⁶⁴. A par destes estudos, também o elenco de plantas foi essencial, nomeadamente para a localização dos recolhimentos em estudo, articulando os mesmos com uma vista *macro* sobre a urbe⁶⁵.

A revisão da literatura acerca dos conceitos de património, com a sua carga interpretativa do espaço, justificada pela natureza da proposta que inclui um projeto de mediação, obrigou à consulta de estudos-chave acerca do conceito de *Património* e de todas as suas variáveis⁶⁶. Consequentemente, a consulta de estudos de reconhecimento do património e da sua conservação associados ao processo de classificação do Porto como Património Mundial⁶⁷, assim como outros suportes legais⁶⁸ essenciais à gestão, preservação e fruição do seu Património. Por outro lado, o direito internacional emerge também enquanto parte integrante das boas práticas da gestão. Os instrumentos que têm desenvolvido têm-se notabilizado por serem guias práticos de avaliação da eficácia da gestão do Património Mundial, distinguindo-se também pela utilidade que conferem

⁶² PEREIRA, Firmino – *O Porto d'outros tempos: notas históricas memórias recordações*. Porto: Livraria Chardron, 1914

⁶³ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984-1991. ISBN 972-634-064-0. 2 vols

⁶⁴ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto que contém a sua origem, situação e antiguidades*. Porto: Progredior, 1945

⁶⁵ MEIRELES, Maria Adelaide – *Catálogo dos livros de plantas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1982.

⁶⁶ CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-1037-4; GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0; PERALTA, Elsa; ANICO, Marta – *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5; SMITH, Laurajane – *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-31831-0

⁶⁷ Porto Vivo SRU – *Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar*. [Em linha]. Porto: Porto Vivo SRU, 2022. [Consult. 3 março de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://portovivosru.pt/centro-historico-do-porto-patrimonio-mundial/plano-de-gestao-e-monitorizacao>>

⁶⁸ Diário da República – *Lei nº 107/2001*. [Em linha]. Assembleia da República: Lisboa, 2001. [Consult. 10 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514>>

aos agentes que desempenham as suas funções *in loco*⁶⁹. A estas ferramentas, o suporte cartográfico do presente estudo é também um instrumento que se revela essencial.

Objeto de estudo, objetivos e hipóteses

Os recolhimentos femininos emergentes em Portugal tiveram uma maior expressão na Época Moderna – são eles o nosso objeto de análise. No caso da cidade do Porto, estas instituições despontaram sobretudo durante a segunda metade do século XVII, pelas razões já enunciadas. Consideradas desamparadas, as mulheres foram um dos principais objetos das redes de assistência, bem como das atividades caritativas, referidas no ponto anterior. Dependendo do público ao qual se destinava, os recolhimentos da Idade Moderna podem ser agrupados em duas categorias. Algumas destas instituições centravam-se na preservação da honra social feminina, acolhiam mulheres órfãs ou porcionistas, solteiras, ainda que, em determinados casos, pudessem também albergar mulheres casadas ou até mesmo viúvas. Outras instituições focavam-se na regeneração da honra feminina, recolhendo prostitutas ou mulheres casadas consideradas malcomportadas. Na cidade do Porto existiam ambos⁷⁰. A nossa opção foi o estudo comparativo entre o RRRSIA e o RONSE, que se inserem na primeira tipologia assinalada.

Estes recolhimentos visavam a clausura das mulheres, ainda que as mesmas não professassem qualquer tipo de votos religiosos, ao contrário de mulheres que entravam em conventos. Para além disso, enquanto nestes últimos era expectável que as religiosas permaneçam no espaço até ao final dos seus dias, os recolhimentos são espaços de transição, por um certo tempo, limitado por regulamentos, enquanto as mulheres aguardavam até tomar estado, isto é, casarem-se, ou até à figura masculina, à qual se encontravam entregues, as viesse buscar⁷¹. Enquanto recolhidas, seguiam um

⁶⁹ UNESCO – *Enhancing Our Heritage Toolkit* 2.0. [Em linha]. 2023 [Consult. 20 de fevereiro de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/en/eoh20/>>. UNESCO – *Managing Cultural World Heritage*. [Em linha]. 2016 [Consult. 26 de fevereiro de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/en/managing-cultural-world-heritage/>>

⁷⁰ Vide anexo 3.

⁷¹ SÁ, Isabel dos Guimarães – Os espaços de reclusão e a vida nas margens. In MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal*...p. 276-299

programa de formação de acordo com os arquétipos de boa esposa, de boa mãe e segundo os preceitos morais da época, cumprindo a norma pré-estabelecida e plasmada nos estatutos de cada instituição, documento principal que norteava e regia os limites do comportamento das mulheres nestes locais⁷².

Se a época moderna foi o período selecionado, como já referido, a verdade é que o recorte cronológico sofreu algumas transformações à medida que a reflexão sobre o tema foi sendo desenvolvida. A intenção inicial era analisar comparativamente o Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo (doravante RRRSIA) e o Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança (RONSE), entre a data de fundação da instituição mais antiga (o Recolhimento do Anjo), em 1672, e o ano coincidente para ambas as instituições, em que se evidenciam transformações, em 1837. No que respeita ao RRRSIA, o espaço acabou por ser demolido em 1837, dando lugar ao Mercado do Anjo⁷³. Já o RONSE foi fundado em 1722, e teve novos estatutos em 1838, circunstância que representa uma transformação na conduta interna do espaço e, consequentemente, nas medidas aplicadas às mulheres que o habitavam⁷⁴.

Todavia, a investigação permitiu compreender que os trabalhos executados para o RRRSIA estendiam a sua análise apenas até 1800, devido à escassez de fontes de informação primárias, como já assinalado nos estudos realizados por Elisabete de Jesus⁷⁵. No que concerne ao Recolhimento das Órfãs, o mesmo não se verifica, existindo fontes sistemáticas até, pelo menos, os anos 60 do século XIX. Porém, por uma questão de coerência da análise sincrónica dos dados, optou-se por iniciar o estudo em 1672, prolongando-o até 1800.

Se os dois recolhimentos possuíam objetivos de funcionamento semelhantes, tiveram administrações distintas, procurando-se distinguir e considerar, hipoteticamente, se os modelos de administração tiveram consequências na forma como responderam às necessidades de recolhimento. Outro objetivo é o de

⁷² LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

⁷³ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* 2 Vols.

⁷⁴ BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança...*

⁷⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* 2 Vols. 1; JESUS, Elisabete – *As recolhidas do Anjo...*

compreender as dinâmicas de movimentação das recolhidas, categorizando e estabelecendo tendências relativas às motivações de entrada, de reingresso (quando esta circunstância existe) e, ainda, de saída. Sobretudo procurar perceber se tais tendências estão associadas às suas origens, aos percursos anteriores dessas mulheres, averiguando também os destinos subsequentes à sua passagem pelos recolhimentos.

Associado ao anterior, um outro objetivo é o de reconstituir as relações sociais das recolhidas, ou seja, entender se existe uma prevalência de relações de parentesco ou se, por outro lado, se alargam a redes extensíveis à cidade portuense e para lá destes confins, procurando categorizar os estatutos socioprofissionais dessas redes. Nesta reconstituição, a mesma lógica será aplicada na análise da proveniência geográfica destas relações.

O penúltimo objetivo será o de ultrapassar a visão limitativa de interpretação da figura feminina passiva, obediente ao pai e/ou marido, detetando indicadores de determinação, não obstante as regras impostas pelos regulamentos, pela sociedade em geral e pelas possíveis especificidades da sociedade portuense da Época Moderna.

Finalmente, os dados compilados alimentarão a criação de um roteiro, que represente a relação dos dois recolhimentos com as suas ocupantes e o espaço urbano da cidade do Porto, ou para lá dos seus limites, em que a cartografia histórica e a sua reutilização terá um papel relevante. Se as transformações arquitetónicas e urbanas que se sucederam na cidade do Porto, desde meados do século XIX até ao presente, estarão contempladas, nomeadamente no que respeita à demolição do RRRSIA, em 1837⁷⁶, daremos relevo às novas funções deste espaço, hoje um jardim urbano no coração da cidade, denominado BASE. Sublinharemos o apagamento da memória do Recolhimento do Anjo que procuraremos restaurar. Por outro lado, o RONSE evoluiu paulatinamente para o Colégio Nossa Senhora da Esperança, instituição de ensino que ainda é tutelada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto⁷⁷. O que o presente estudo procura é associar a vida das recolhidas a estes espaços, dinamizá-los na medida em que se hoje

⁷⁶ JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra...Vol. 1

⁷⁷ BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança...*

desapareceram ou têm outras funções, no passado foram pontos centrais de muitos destinos que se procurarão reconstituir e representar graficamente.

Fontes primárias e metodologia de tratamento da informação

Afigura-se essencial referir as principais fontes de informação primárias selecionadas, justificando a sua escolha, assim como as suas potencialidades e limitações, no que respeita ao seu tratamento e à sua análise.

A bibliografia consultada permitiu localizar a dispersão de fontes de informação primárias respeitantes aos objetos de estudo. Relativamente ao RRRSIA, Elisabete Jesus⁷⁸ realizou já um levantamento exaustivo das mesmas, sendo possível a partir deste trabalho localizar, visitar e potenciar vários arquivos e bibliotecas. O Arquivo Distrital do Porto (ADP) e o respetivo fundo, assim como alguns documentos dos diversos cartórios notariais da cidade foram essenciais no trabalho mencionado anteriormente, assim como os localizados no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) e no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Por outro lado, também a Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) possui os estatutos do Recolhimento do Anjo, assim como a Biblioteca da Ajuda [detém documentação a respeito do espaço](#), instituições exploradas com o propósito de acrescentar o conhecimento [acerca](#) das fontes de informação [primárias](#) disponíveis à exploração prévia da autora referida⁷⁹.

No que respeita ao RONSE, além de bibliografia consultada⁸⁰ que permitiu uma célere reflexão acerca das entidades produtoras de informação, destaca-se o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSMP), assim como os respetivos fundos acerca do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança⁸¹ e sobre a Mesa⁸² da

⁷⁸ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1

⁷⁹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 172-177

⁸⁰ FERREIRA, J. A. – *Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança...*; BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança...*

⁸¹ AHSCMP – Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança (RONSE) (PT AHSCMP SCMP-RONSE)

⁸² AHSCMP – Mesa (PT AHSCMP SCMP-M)

mesma instituição. A pesquisa no ANTT⁸³, bem como na Biblioteca da Ajuda⁸⁴ revelou também documentação muito significativa relativa ao objeto de estudo.

Tipologicamente, assinala-se a cartografia histórica (mapas e plantas) e a iconografia (desenhos, imagens, esculturas). A catalogação disponível acerca de livros de plantas no AHMP⁸⁵ revelou-se de suma importância acerca deste tópico. A partir de algumas plantas da cidade do Porto⁸⁶, foi possível identificar o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento de Órfãos na urbe portuense, articulando a interpretação deste espaço com os restantes elementos da cidade. No que respeita à iconografia, a pesquisa no índice geral do *Tripeiro*⁸⁷ revelou-se frutífera, uma vez que permitiu localizar algumas representações visuais relativas ao RRRSIA, disponíveis *online*, tanto no AHMP⁸⁸, como também no *Yale Center for British*⁸⁹. No que respeita ao Recolhimento de Órfãos, a iconografia existente está disponível numa obra que compila gravuras da autoria de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, litógrafo e professor, nos finais do século XVIII⁹⁰.

É de suma importância referir que a tarefa foi facilitada graças ao já referido estudo de Elisabete Jesus acerca do RRRSIA⁹¹, que o presente trabalho revisita, explorando as fontes de acordo com os objetivos definidos. A seleção de fontes centrou-se, pois, no RONSE, estabelecendo categorias de análise que permitissem atingir os objetivos propostos. Para tal, foram analisados seis livros presentes no AHSCMP, que se

⁸³ Vide apêndice 6.

⁸⁴ Vide apêndice 7.

⁸⁵ MEIRELES, Maria Adelaide – *Catálogo dos livros de plantas...*

⁸⁶ Vide apêndice 8.

⁸⁷ FERREIRA, Carmo - *Índice geral de "O Tripeiro" Junho de 1908-Dezembro de 2006*. Porto: Campo das Letras, 2007. ISBN 978-989-625-213-7

⁸⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – *Gisa Web* [Em linha]. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 2023. [Consult. 10 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gisaweb.cm-porto.pt/names/17987/>>

⁸⁹ YALE CENTER FOR BRITISH ART - *Yale Center for British Art* [Em linha]. Connecticut: Yale Center for British Art, 2023. [Consult. 12 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://britishart.yale.edu/>>

⁹⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Edifícios do Porto em 1833: álbum de desenhos de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1987. https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20armc%20-%20joaquim%20cardoso%20vit%c3%b3ria%20vilanova

⁹¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*

encontram nos fundos da Mesa da Misericórdia⁹², assim como no fundo respeitante ao Recolhimento⁹³.

A documentação selecionada pretendeu estabelecer a análise dos estatutos deste espaço, por ser a norma que rege toda a vida e a orgânica funcional das instituições, e confrontá-la com a realidade dos registos de entradas, saídas e reingressos das órfãs, visando a compreensão das dinâmicas de movimento destas mulheres, nas suas variáveis (idades, filiação, naturalidade, residência, outros indivíduos). Veja-se, com algum detalhe, as potencialidades destes registos, ainda que se tenha circunscrito a análise dos mesmos aos objetivos propostos.

Os registos de entrada de órfãs, oficiais⁹⁴ e serventes⁹⁵ datam de 1731 e 1783⁹⁶, assim como o livro referente às entradas de porcionistas (as que pagam para a sua formação), entre 1731 e 1781⁹⁷, que se encontram localizados no fundo referente ao RONSE, representam o registo único para cada mulher⁹⁸. Estes assentos plasmam informações como: data de entrada e do despacho (autorização pela Mesa da Misericórdia), o nome da mulher, o estatuto com que a mesma ingressou no

⁹² AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767 (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁹³ AHSCMP – RONSE- *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁹⁴ Funcionária do recolhimento responsável por algumas funções respeitantes ao governo da casa. Entre as oficiais salienta-se a regente, a mestra, a vice-regente, a vice-mestra e, ainda, a porteira.

⁹⁵ Funcionária encarregue de servir as oficiais e as recolhidas. Entre as serventes destaca-se a servente de dentro, responsável pelas tarefas no interior da instituição, e a servente de fora, incumbida da realização de tarefas fora da mesma, ainda que para servir o recolhimento e as suas ocupantes.

⁹⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁹⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁹⁸ Existem algumas exceções acerca deste assunto. Alguns assentos registam mais do que uma mulher, sendo que normalmente esta circunstância sucede pelas mesmas partilharem algum tipo de relação de parentesco (irmãs, primas, etc).

recolhimento (órfã, porcionista, oficial ou servente), o estado civil (em alguns registos), assim como as informações relativas ao seu nascimento, batismo, falecimento e local de sepultamento, apesar das duas últimas circunstâncias serem um pouco lacunares. Além disso, estes registos fornecem a indicação da naturalidade e/ou residência da mulher em questão, apresentando também a motivação para a entrada das personagens associadas, ~~assim como estatutos socioprofissionais~~ e, por vezes, se provenientes de outros espaços de clausura. Mencionam, ainda, as suas relações sociais (nome e tipologia) e os estatutos socioprofissionais das mesmas e afiliações das mesmas⁹⁹.

É, ainda, frequente nos registos de entrada existir uma nota no canto superior a indicar o fólio onde se encontrará o assento de saída da personagem em questão. Por seu turno, os livros de saídas referentes às órfãs, oficiais e serventes¹⁰⁰, bem como às porcionistas¹⁰¹, apresentam informações respeitantes às motivações de saída, inscrevendo também a data e, em boa parte dos registos, os destinos que as mesmas mulheres teriam.

Os dois livros restantes são referentes aos assentos de entrada de órfãs, oficiais e serventes¹⁰², destinando-se o segundo ao registo de porcionistas¹⁰³, datado até aos anos 60 do século XIX. O facto destes livros se encontrarem em fundos distintos significa que o seu produtor também é diferente. Por um lado, os quatro livros referidos anteriormente, cuja cronologia se estende apenas até aos anos 80 do século XVIII, é produzida pelos escrivães do RONSE. Por outro, os dois livros com a cronologia mais alargada possuem assentos executados pelos escrivães da Mesa da SCMP. A razão para este corte abrupto na cronologia dos primeiros quatro livros não é evidente, ainda que

⁹⁹ Dados existentes nos documentos do fundo da Mesa, como os sacristãos, não foram objeto de levantamento. Por serem homens e desempenharem funções distintas das mulheres, o presente estudo optou por não recolher os dados referentes a estes indivíduos.

¹⁰⁰ AHSCMP – RONSE, *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

¹⁰¹ AHSCMP – RONSE, *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

¹⁰² AHSCMP – Mesa, *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

¹⁰³ AHSCMP – Mesa, *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

se lance a hipótese de que os livros existentes no fundo da Mesa possam ser uma cópia daqueles que ficavam na posse dos escrivães do Recolhimento. Mais ainda, ao contrário do que se verifica nas fontes de informação primárias presentes no fundo do RONSE, os registos que se encontram no fundo da Mesa da SCMP não possuem livros de saída que se relacionem com os de entrada. O assento de saída das mulheres recolhidas encontra-se num dos cantos destes registos de aceitação, frequentemente escrito por outro escrivão que não o que executou o registo de entrada. As motivações de saída acompanham esta nota, assim como a data que simboliza o movimento. Ao longo da vigência do Recolhimento, denota-se a redução do registo deste pormenor.

Como previamente exposto, o corte cronológico destes registos presentes no fundo do RONSE cessa nos anos 80 do século XVIII, tendo existido a necessidade de complementar os mesmos até 1800, ano de término da análise do presente estudo, com os assentos do fundo da Mesa da SCMP. Por um lado, a combinação dos registos do fundo do Recolhimento com os da Mesa relevou-se essencial porque permitiu concluir que existem omissões de registo das mulheres. Enquanto as serventes se encontram mencionadas no livro do Recolhimento¹⁰⁴, mas não no da Mesa¹⁰⁵, o contrário sucede com as porcionistas, onde se verifica a omissão de dezassete mulheres dos assentos do Recolhimento¹⁰⁶, achando-se as mesmas registadas no livro da Mesa¹⁰⁷.

Além disso, aos assentos de aceitação de órfãs, oficiais e serventes pertencentes à Mesa¹⁰⁸ acrescentam-se os requerimentos de recolhidas apresentados à rainha D.

¹⁰⁴ AHSMCP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

¹⁰⁵ AHSCMP – Mesa, *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

¹⁰⁶ AHSMCP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

¹⁰⁷ AHSCMP - Mesa, *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

¹⁰⁸ AHSMCP - RONSE - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Maria I (1777-1816), bem como os respetivos avisos régios que foram remetidos à Mesa da SCMP¹⁰⁹, em resposta aos documentos enviados.

Grosso modo, os registos de órfãs, oficiais e serventes deviam inscrever-se num livro destinado ao assento de mulheres possuidoras destes estatutos, enquanto o livro de porcionistas devia também ser específico para o registo de recolhidas com este estatuto. Por princípio, esta regra é cumprida, embora haja assentos realizados no livro errado, pelo outro estar perdido, sendo apenas lançado o mesmo no livro correto quando este é encontrado. Além desta circunstância, são também registadas lembranças sobre alguns momentos marcantes na vida da instituição, como a entrada da segunda regente, D. Mariana Rosa Josefa de Jesus¹¹⁰, ou a maneira como o Santíssimo Sacramento da Eucaristia foi colocado na Capela de Nossa Senhora da Esperança do Recolhimento¹¹¹.

Alguns problemas de recolha de dados exigiram particular prudência, nomeadamente as informações relativas à proveniência geográfica das mulheres recolhidas e as respetivas relações sociais. Com efeito, por diversas vezes, é feita a distinção entre a naturalidade e residência da mulher ou das respetivas relações sociais. Nestes casos, não sobra margem para dúvidas quanto a estas informações. Todavia, em diversos assentos a informação não aparece discriminada. De acordo com o capítulo 17º dos estatutos do RONSE, relativo à forma como se devem executar as petições de entrada das órfãs, a categoria a indicar no seu assento, relativamente à proveniência geográfica, é a naturalidade das recolhidas e das respetivas relações sociais¹¹². Assim sendo, decidiu-se que, nos registos onde não se encontra indicada a distinção entre estas duas categorias, naturalidade e residência, optou-se por assumir a informação de natureza geográfica como sendo a naturalidade.

¹⁰⁹ AHSMCP - RONSE - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 36-39 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

¹¹⁰ AHSCMP – RONSE, *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 16v-17v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

¹¹¹ AHSCMP – RONSE, *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 21v-23 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

¹¹² AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 17º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Ainda sobre estas opções metodológicas, é de suma importância salientar o conceito de *órfã*, bem como o tipo de classificação que foi adotada aquando da recolha dos dados. Segundo o enquadramento legislativo da Época Moderna, a explorar nos capítulos subsequentes, *órfã* designava uma mulher, menor de 25 anos, cujo pai se encontrava falecido ou era desconhecido, independentemente da sua mãe se encontrar viva ou morta¹¹³. Na maioria dos casos, nos assentos consultados existe uma clara referência ao pai, se é falecido, ou ausente, e em menos casos, à mãe, não restando dúvidas. Porém, alguns assentos revelam-se parcos quanto a esta distinção. Por isso, nos casos em que o registo se encontra formulado apenas com a expressão *órfã de*, seguindo-se o nome do pai, ou do pai e da mãe, e quando não existe informação contrária referente ao facto da mãe poder ainda encontrar-se viva, considerou-se que os progenitores teriam falecido.

Apesar dos registos de entrada e saída do RRRSIA estarem devidamente tratados no trabalho de Elisabete Jesus¹¹⁴, é necessário recordar que os registos de admissão, produzidos pelas escritãs da instituição, são fragmentários. Por estes assentos possuírem poucas informações, nomeadamente sobre as relações sociais de cada mulher, a autora necessitou de investir na consulta dos cartórios da cidade, analisar as escrituras que haviam sido firmadas nas grades do espaço em questão, optando por consultar cada escritura presente nos livros notariais mais próximos do RRRSIA. Compreendendo que esta opção podia ser falível, nomeadamente quando se observa uma deslocação das sedes e dos tabeliões ao longo do período cronológico estudado por esta autora (1672-1800), o trabalho sobre as recolhidas e o seu universo social, executado pela mesma, recorreu também a fontes documentais presentes AHMP e a documentos presentes na Biblioteca da Ajuda¹¹⁵.

Uma primeira constação pode ser feita - os registos relativos ao RRRSIA, possuem uma estrutura díspar da que pode ser observada nos registos do ~~Real~~-RONSE. Nos

¹¹³ MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Tese de Doutoramento

¹¹⁴ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto...* 2 vols.

¹¹⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 172-177

assentos do primeiro espaço mencionado, é evidente o registo do nome da mulher, mas sobretudo da porção que estava obrigada a satisfazer, existindo a informação sobre o facto de a mulher ter, ou não, pago a [sua porção-mesma](#). Portanto, a pesquisa, bem como as opções metodológicas, executadas e partilhadas ~~nos estudos~~ [no estudo](#) de Elisabete Jesus, releveram-se essenciais à metodologia aplicada às fontes do AHSCMP. A metodologia de análise que se construiu [foi](#) apenas possível devido ao levantamento e tratamento de dados prévio executado por Elisabete Jesus sobre o Recolhimento do Anjo¹¹⁶. Os mesmos são essenciais à realização do presente estudo, sendo devidamente citados e referidos ao longo do mesmo. Com um total de 385 mulheres registadas, entre 1674 e 1800, a autora criou uma série de categorias de análise que permitiram homogeneizar, da forma possível, os dados recolhidos das fontes de informação primárias para, posteriormente, elaborar elementos de comunicação visual e gráfica acerca do tópico, tornando o mesmo mais inteligível e definindo as tendências gerais, padrões e desvios comportamentais. Entre as várias ~~tabelas~~ [categorias de análise](#) que Elisabete Jesus criou, destacam-se as que se referem aos assentos de entrada e saída de recolhidas¹¹⁷, bem como as relativas às relações sociais ~~das~~ [destas](#) mulheres¹¹⁸.

Assim, para a execução desta metodologia de tratamento de dados recorreu-se ao *Excel*, programa de software de folhas de cálculo e ferramenta avançada para a análise e visualização de dados, para executar cinco tabelas que se conectam entre si a partir de um número de identificação (ID), atribuído a cada mulher (órfã, porcionista, oficial ou servente) aquando do seu ingresso no recolhimento.

A primeira, assumida enquanto a principal deste estudo, é denominada *DATA Personagens*, correspondendo ao local de registo das informações individuais de cada mulher, formulando uma espécie de ficha de identificação. A sua organização principia

¹¹⁶ JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra...Vol. 1

¹¹⁷ Vide anexo 1.

¹¹⁸ Vide anexo 2.

com o ID referido, elo de conexão entre esta tabela e as restantes que se seguem. Foram estabelecidas várias categorias de análise, que se encontram sintetizadas na tabela 1¹¹⁹.

Tabela 1 – *DATA Personagens* - Categorias de análise para a recolha de dados concernentes ao ingresso de mulheres do RONSE

ID	Personagem nome completo	Estatuto (à entrada)	Data de nascimento	Data de batismo	Data de falecimento	Naturalidade	Residência	Observações

Fonte: Rita Costa, 2024

A segunda tabela teve como objetivo a recolha de dados relativos à passagem das mulheres pelo Recolhimento. Intitulada *DATA Movimentos*, os campos de análise estabelecidos (tabela 2) registaram as entradas, saídas, reincidências e mudanças de estatuto¹²⁰ que cada mulher podia ocupar durante a sua estadia no recolhimento. Além disso, as categorias permitiram também a recolha de informações relativas às motivações de entrada e saída, sendo estas circunstâncias acompanhadas por determinadas justificações. A origem e/ou destino das mulheres foram informações presentes em alguns dos assentos, que também se registaram nesta tabela por serem características relacionadas com as motivações referidas previamente¹²¹.

Tabela 2 – *DATA Movimentos* - Categorias de análise para a recolha de dados dos movimentos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Evento REF	Personagem ID	Personagem nome completo	Estatuto (no evento)	Evento	Data evento	Motivo (Geral)	Motivo (Detalhe)	Origem/Destino (Geral)	Origem (Destino (Detalhe)

Fonte: Rita Costa, 2024

A terceira tabela correspondeu à extração dos dados relativos às relações sociais conhecidas para cada mulher. Designada *DATA Relações*, esta ferramenta de trabalho (tabela 3) serviu para registar as tipologias das relações sociais, bem como o nome das

¹¹⁹ Devido à extensão da tabela *DATA Personagens* não foi possível colocar todas as suas categorias presentes no corpo de texto. Para consultar os campos de análise estabelecidos na íntegra *vide* apêndice 1.

¹²⁰ Grosso modo, cada recolhida ingressava com um determinado estatuto no recolhimento - órfã, porcionista, servente (de dentro ou de fora), oficial (regente; vice-regente; mestra; vice-mestra; porteira).

¹²¹ Devido à extensão da tabela *DATA Movimentos* não foi possível colocar todas as suas categorias presentes no corpo de texto. Para consultar os campos de análise estabelecidos na íntegra *vide* apêndice 2.

mesmas, o seu estado (vivo, falecido ou ausente) e a sua proveniência geográfica, nomeadamente em termos de naturalidade e de residência¹²².

Tabela 3 – DATA Relações - Categorias de análise para a recolha de dados das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação ID	Personagem ID	Personagem nome completo	Relação Tipologia	Relação Nome	Estado	Naturalidade	Residência	Observações

Fonte: Rita Costa, 2024

As quarta e quinta tabelas devem ser interpretadas como um afinamento da terceira. A quarta, nomeada *DATA Estatutos*, teve como função o registo e categorização (tabela 4) de todos os estatutos socioprofissionais das relações sociais das mulheres, que foram plasmados nas fontes de informação primárias. A classificação dos mesmos podia ser feita através de vários parâmetros. Para atingir o propósito, foram estabelecidas categorias de classificação destes mesmos, definindo parâmetros idênticos com os estabelecidos por Elisabete Jesus¹²³ - Administração Local/Periférica da Coroa; Artes/Ofícios; Exército; Igreja Católica; Justiça; Negócios/Comércio; Serviços/Letrados e, por fim, *Outros*¹²⁴. Ainda assim, sublinha-se o facto de se ter optado por considerar também o nível hierárquico da ocupação, através do detalhe expresso em cada campo, para que fosse perceptível o registo do estatuto propriamente dito, mas também as variáveis que os mesmos possuíam durante a Época Moderna, nomeadamente os diferentes graus existentes em cada um¹²⁵.

¹²² Devido à extensão da tabela *DATA Personagens* não foi possível colocar todas as suas categorias presentes no corpo de texto. Para consultar os campos de análise estabelecidos na íntegra *vide* apêndice 3.

¹²³ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. I, p. 64.

¹²⁴ Esta categoria reporta-se aos estatutos socioprofissionais que, em termos numéricos, não possuem uma expressão significativa e, deste modo, não justificam a criação de uma categorização específica para a sua classificação. Ainda assim, a sua existência não é descurada, tendo consciência que os mesmos constituem casos específicos que também devem ser salientados aquando da análise dos resultados e considerações acerca dos mesmos.

¹²⁵ Devido à extensão da tabela *DATA Personagens* não foi possível colocar todas as suas categorias presentes no corpo de texto. Para consultar os campos de análise estabelecidos na íntegra *vide* apêndice 4.

Tabela 4 – DATA Estatutos - Categorias de análise para a recolha de dados dos estatutos socioprofissionais das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação ID	Personagem ID	Personagem nome completo	Relação Tipologia	Relação Nome	Estatuto Socioprofissional (Geral)	Estatuto Socioprofissional (Detalhe)	Estatuto Socioprofissional (Detalhe 2)	Estatuto Socioprofissional (Descritivo)

Fonte: Rita Costa, 2024

A quinta, e última tabela, é referente às afiliações de cada relação social das mulheres do RONSE. A *DATA Afiliações* regista todas as afiliações das relações sociais conhecidas de cada mulher, tendo sido criadas diversas categorias de classificação, no sentido de uniformizar as mesmas - Confrarias/Irmandades; Igreja Católica; Nobreza/Fidalguia e, por fim, Ordens Religioso-Militares. A par do que foi executado para os estatutos socioprofissionais, também nesta tabela (tabela 5) existem campos que precedem esta categorização e que auxiliam na compreensão das características específicas que cada uma destas afiliações comporta¹²⁶.

Tabela 5 – DATA Afiliações - Categorias de análise para a recolha de dados concernentes às afiliações das relações sociais das mulheres do RONSE

Relação ID	Personagem ID	Personagem nome completo	Relação Tipologia	Relação Nome	Afiliação (Geral)	Afiliação (Detalhe)	Afiliação (Descritivo)

Fonte: Rita Costa, 2024

Posterior à recolha de dados, cada uma das tabelas mencionadas previamente foi acompanhada pela respetiva folha de análise, onde se geraram os instrumentos de comunicação gráfica que acompanham a presente dissertação. Estes elementos, os seus resultados, permitirão, numa fase seguinte, partir para a dimensão geográfica do presente estudo. Desta forma, será possível não só definir o perfil padrão e desvios, assim como a sua distribuição pela cidade – o roteiro que permitirá a mediação da informação obtida e trabalhada.

¹²⁶ Devido à extensão da tabela *DATA Personagens* não foi possível colocar todas as suas categorias presentes no corpo de texto. Para consultar os campos de análise estabelecidos na íntegra *vide* apêndice 5.

Estrutura da dissertação

Tendo em consideração os objetivos, fontes de informação e metodologia, estruturaram-se quatro capítulos. O primeiro, de natureza contextual, incide sobre a construção da imagem da figura feminina durante a Época Moderna, centrando-se mormente nas perspetivas vinculadas pela Teologia, pelo Direito e pela Medicina. Além disso, refere ainda o enquadramento legal das mulheres durante as centúrias em questão, refletindo sobre a influência da Reforma Católica na sua perceção, bem como as reformas que esta fomentou nas redes assistenciais onde os recolhimentos femininos se inserem. No final do capítulo primeiro, encontra-se executada uma súmula das principais características referentes aos recolhimentos femininos em Portugal, nomeadamente no que respeita à associação da emergência destes espaços com o surgimento da mulher enquanto objeto assistencial.

No seguimento deste raciocínio, o capítulo segundo coloca a ênfase nos recolhimentos femininos na cidade do Porto, principalmente nas duas instituições que ocupam o presente estudo. O seu objetivo é apresentar as mesmas enquanto espaços presentes na Época Moderna em Portugal, nomeadamente num contexto local, compreendendo as diferentes camadas de análise e especificidades destes espaços. A caracterização dos mesmos é essencial para a transição para o capítulo terceiro, que se foca na análise comparativa dos recolhimentos em questão, respondendo aos objetivos propostos na introdução a este projeto. Além disso, ainda este capítulo possui uma dimensão qualitativa na sua análise, em virtude de alguns casos específicos que são salientados e explorados devido à singularidade, que demonstra vivências específicas de algumas personagens abrangidas no presente estudo.

Por último, o capítulo quarto apresenta o projeto de mediação executado para a fruição da dimensão imaterial do Património feminino em questão. A relação dos recolhimentos com a vivência destas mulheres é inegável. Por isso, considerando estes espaços como observatórios da cidade, apresenta-se um roteiro pelo Porto, elaborado a partir dos resultados colhidos do presente projeto. Considera-se também que a dinâmica deste tipo de ação de divulgação pode ser interpretada como um meio de

valorização da cidade do Porto, classificada como Património Mundial desde 1996 pela UNESCO.

Finalmente, o presente estudo dá algum espaço a algumas considerações finais acerca do projeto, referindo obstáculos, mas também potencialidades de aplicação da metodologia utilizada em investigações futuras, referenciando em seguida as fontes de informação primária utilizadas e, ainda, a bibliografia consultada, através da utilização da Norma Portuguesa 405 (NP-405). Ademais, em anexos e apêndices seguem ainda conteúdos indispensáveis à interpretação e compreensão da análise de dados que o presente projeto comporta.

Capítulo I

«Pobres envergonhadas» – as mulheres na Idade Moderna

O presente capítulo possui uma natureza contextual, com o objetivo de desconstruir conceitos-chave que definem a imagem da figura feminina durante a Época Moderna. Além do conceito de *honra*, mencionado enquanto elemento central da vida feminina, sobretudo durante os séculos XVI a XVIII, apresenta também algumas considerações perpetuadas pela Teologia, a Medicina e o Direito e como estas áreas influenciaram a percepção do papel da mulher na sociedade de então, justificando a emergência de mecanismos assistenciais que amparassem as mulheres vulneráveis, como é o caso dos recolhimentos femininos.

1.1. A construção da imagem da figura feminina

1.1.1. A *honra*

Esclarecer o conceito de *honra*, assim como as demais noções que se interligam com o mesmo, além de ser necessário para compreender os subtítulos que se seguem, é também de suma relevância para compreender um dos atributos mais importantes da sociedade do Antigo Regime. Não se afigura necessário debater todas as formas que este conceito pode assumir, antes compreendê-lo à luz da sua aplicação no estudo das mulheres. De forma sucinta, *honra* designa o valor atribuído pela sociedade a uma determinada pessoa, dependendo de uma série de requisitos, subordinados a nuances específicas respeitantes aos diferentes grupos sociais, e também das estruturas responsáveis pelo seu reconhecimento, dependendo de uma série de nuances consoante os diferentes grupos sociais da Época Moderna^{127, 128}. Ainda assim, certo é que era um valor comum a todos, devendo ser preservada de acordo com condutas pré-definidas e dependentes do contexto em que os indivíduos se inseriam¹²⁹.

¹²⁷ PITT-RIVERS, J. – *Honra e posição social*. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha...* p. 11-60

¹²⁸ PITT-RIVERS, J. – *Honra e posição social*. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha...* p. 11-60

¹²⁹ FARGE, Arlette – *Família, honra e segredo*. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges – *História da vida privada...* p. 581-617

O comportamento de cada mulher deveria corresponder às condutas expectáveis da respetiva condição social. Homens e mulheres que nasciam no seio de famílias inseridas em estratos populacionais mais elevados deviam comportar-se de acordo com as normas sociais estabelecidas, uma vez que a credibilidade de cada um era procedente da respetiva condição social e, num segundo momento, também do seu género que, como já referido, vai além da simples categorização biológica do indivíduo¹³⁰.

Contudo, salienta-se que o conceito de *honra* se aplicava de forma distinta entre homens e mulheres, dependente também da condição social que cada indivíduo ocupava na sociedade do Antigo Regime. Esta conceção relacionava-se intrinsecamente com a sexualidade dos indivíduos, masculinos ou femininos. Porém, comportava diferentes significados com base na distinção pelo género. Enquanto um homem fragilizava a sua masculinidade ao conservar a sua pureza sexual, esta interpretação era completamente distinta quando aplicada ao público feminino¹³¹. Não só detinham obrigação de ser submissas aos pais e, posteriormente, aos maridos, como também deviam seguir as regras sociais dependendo do seu estado civil, mas sempre tendo como objetivo último uma vida pautada pela honestidade¹³². Segundo as palavras de Elisabete Jesus “a honra associada ao nascimento ou à pertença a um determinado grupo social era atributo de poucos, enquanto a honra associada à virtude podia ser conquistada por quase todas”¹³³.

Deste modo, entre as mulheres, os comportamentos impostos ao reconhecimento da honra dependiam, em larga medida, do seu estado civil. Enquanto solteiras deviam conservar a sua virgindade, símbolo máximo da sua pureza. Quando casadas deviam fidelidade aos seus maridos, contribuindo para a constituição da família, o núcleo central da sociedade. Depois de viúvas, deviam preservar a sua honestidade,

¹³⁰ PITT-RIVERS, J. – Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha...*p. 11-60

¹³¹ PITT-RIVERS, J. – Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha...*p. 11-60

¹³² FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Espelhos, cartas e guias...*

¹³³ JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo Araújo; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia...*p. 297

podendo ser tutoras dos seus netos, ficando ainda responsáveis por alguns bens patrimoniais da família, caso decidissem não casar pela segunda vez¹³⁴. Nas palavras de Michelle Perrot, “o corpo está no centro de toda a relação de poder [...] o corpo das mulheres não lhes pertence”¹³⁵. A família releva-se crucial, obrigação primeira do seu género – ser uma esposa exímia e uma mãe exemplar¹³⁶. Além de um papel ativo na preservação da sua honra, também a figura feminina era responsável pela manutenção desta virtude relativamente ao seu marido e à sua família¹³⁷. As transgressões às normas colocavam em risco não apenas a honra individual, mas também de quem as mulheres, porque o matrimónio era um contrato com propósitos pré-definidos, não sendo guiado, geralmente, pelo primado das emoções¹³⁸.

Em última análise, a honra é um “capital simbólico”¹³⁹ que quando perdido acarreta diversos constrangimentos sociais para a figura feminina e os que a circundam, uma vez que a família é a base social para o desenvolvimento de redes económicas e sociais¹⁴⁰, um dos alicerces da sociedade da Época Moderna¹⁴¹. A justificação para a divisão pré-definida das funções que cada género devia ocupar na sociedade era proveniente de uma necessidade de equilíbrio social durante o Antigo Regime¹⁴².

1.1.2. «Acidentes da Natureza» - a influência do pensamento “médico”

As considerações tecidas acerca das mulheres perpetuaram uma imagem específica sobre a mesma, em que a Medicina, a Teologia e o Direito influenciaram.

¹³⁴ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade: Mulheres na Inquisição de Lisboa no Portugal Moderno (Século XVII)*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade NOVA de Lisboa, 2020. [Consult. 10 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/107639>>. Dissertação de mestrado

¹³⁵ PERROT, Michelle - *As mulheres ou os silêncios da História...* p. 447

¹³⁶ CRAMPE-CASNABET, Michèle – A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente...*p. 349-407

¹³⁷PITT-RIVERS, J. – Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha...*p. 11-60

¹³⁸ OSSWALD, Helena – Em torno da história da família. In MONTEIRO, Otilia Fernandes; MAIA, Carla - *A família portuguesa no século XXI*. 2015, p. 13-28

¹³⁹ OSSWALD, Helena – *Em torno da história da família...*p. 17

¹⁴⁰ CASEY, James - *História da família*. Lisboa: Teorema, 1990. ISBN 972-695-142-9

¹⁴¹ VAN KESSEL, Elisha Schulte – Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In DUBY, George; PERROT, Michelle - *História das mulheres no Ocidente...*p. 181

¹⁴² CRAMPE-CASNABET, Michèle – A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente...*p. 349-407

O pensamento médico Ocidental foi instigado pelas considerações dos pensadores da Época Clássica, nomeadamente Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.)¹⁴³, plasmado no *Tratado da geração dos animais*, que argumentava a inferioridade feminina, indicando o sexo masculino enquanto ser ativo durante a relação sexual, de onde emanava o sémen¹⁴⁴, e as mulheres, passivas, eram o “repositório para a semente masculina”, com a função única de procriar¹⁴⁵. Também Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.) compreendia o corpo humano enquanto estrutura composta por quatro fluídos, designados enquanto humores – a bílis amarela e negra, o fleuma e, por fim, o sangue – sendo o útero interpretado como órgão portador de vontades próprias, incapacitando a mulher de controlar as suas tentações¹⁴⁶. Mais tarde, as influências de Aristóteles e Hipócrates foram evidentes nas concepções de Galeno de Pergamo (130-200), que atribuiu quatro qualidades ao corpo humano – o quente, o frio, o seco e o húmido - que influenciavam os temperamentos e comportamentos. Qualificados enquanto quentes e secos, os homens era superiores às mulheres biologicamente, enquanto estas eram frias e húmidas, responsáveis pelos respetivos comportamentos irracionais¹⁴⁷. O desequilíbrio na estrutura de alguns dos componentes mencionados levavam-nas à histeria, considerada uma doença do útero e uma das patologias mais graves que atingia a figura feminina¹⁴⁸.

Segundo estas considerações, a procriação, cujo papel ativo dependia da ação do homem e da sua semente, determinando o sexo biológico da criança¹⁴⁹, devendo contribuir preferencialmente para a procriação de rapazes, já que o nascimento de

¹⁴³BERRIOT-SALVADORE, Évelyne – O discurso da Medicina e da Ciência. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente...*p. 409-455

¹⁴⁴ HESPANHA, António Manuel – O estatuto jurídico na época da expansão. In *Actas do Congresso Internacional: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-109-4. p. 53-64

¹⁴⁵ CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*p. 57

¹⁴⁶ ABAD, Manuel Linares – Galeno e Hipocrates. *Dicionário Crítico do Gênero* [Em linha]. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em WWW: <URL: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>>. ISBN 78-85-8147-155-6, p. 323-330

¹⁴⁷ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

¹⁴⁸ ABAD, Manuel Linares – Galeno e Hipocrates. *Dicionário Crítico do Gênero...*p. 323-330

¹⁴⁹CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*

meninas era considerado uma degeneração, e por isso “todas as mulheres são machos mutilados e imperfeitos”¹⁵⁰. Também os traços psicológicos das mulheres eram distintos dos homens, fatores que se revelavam através do paulatino crescimento das crianças, onde as meninas eram mais propícias a apresentar traços de descontrolo e passividade¹⁵¹.

A par destas concepções, também na *Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo* se concebe a figura feminina enquanto ser prevaricador¹⁵², que apenas pode ser salva a partir da procriação, da Fé e, ainda, da sobriedade¹⁵³, concepção que se prolonga durante a Idade Média, salientando-se São Tomás de Aquino (1225-1274) e a sua obra *Summa Theologica*, que apresenta as mulheres enquanto seres derivados de “acidentes da Natureza”¹⁵⁴. Estas afirmações permitem compreender que a visão aristotélica e galénica sobre a figura feminina perpetuou estereótipos, fazendo sobressair a inferioridade baseada em argumentos de ordem biológica¹⁵⁵. Estas narrativas prolongaram-se até, pelo menos, ao século XVII¹⁵⁶. Mesmo chegando ao *Século das Luzes*, a igualdade pregoada pelos pensadores iluministas não visava as mulheres. Pelo contrário, a manutenção das funções sociais do ser masculino e feminino, onde esta última se devia preservar enquanto esposa exemplar e mãe exímia, foi também prática durante estes séculos¹⁵⁷. Compreende-se, assim, que a subalternidade feminina era condição caracterizadora da orgânica social do Antigo Regime.

1.1.3. «Filhas de Eva» - a influência do pensamento teológico

As perspetivas teológicas atrás referidas estão de acordo com algumas narrativas do Livro do *Génese*, do Antigo Testamento. Eva, figura criada através da costela de Adão, havia sido seduzida pela serpente a consumir da árvore do Bem e do Mal, previamente interdita pelo Criador. A sua ação levou o sexo masculino à desgraça, condenando a

¹⁵⁰ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*p. 31

¹⁵¹ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁵² LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁵³ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão...*p. 53-64

¹⁵⁴ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão...* p. 56

¹⁵⁵ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

¹⁵⁶ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁵⁷ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

visão da figura feminina a partir da narrativa do *Pecado Original*¹⁵⁸. Agostinho de Hipona (354-430), fomentou a conotação da ação de Eva à generalização da figura feminina e dos respetivos comportamentos, sobretudo na sua dimensão sexual¹⁵⁹, condenando comportamentos como o adultério¹⁶⁰ e afirmando que as mulheres não foram concebidas à imagem de Deus. Pelo contrário, os homens eram o seu reflexo. Este argumento dá o mote para justificar, para aqueles que professavam a religião cristã, a necessidade de submissão das mulheres perante os homens¹⁶¹.

Apesar da articulação entre os conceitos médicos e os teológicos, a sexualidade europeia foi moldada à imagem do pensamento judaico-cristão, rejeitando algumas posturas que eram aceites pelas civilizações greco-romanas¹⁶². A reciclagem das narrativas da primeira categoria de pensamento mencionada teve principal protagonismo durante o século XVI, símbolo de um momento charneira sobre as considerações da Igreja acerca de alguns aspetos que englobam a figura feminina¹⁶³. Época da Reforma Católica e do Concílio de Trento (1545-1563)¹⁶⁴ existem diversos aspetos que se devem ter em consideração aquando da abordagem da influência da Igreja Católica na construção da imagem feminina.

A sexualidade das populações transformou-se num dos principais tópicos de vigilância executada pelas autoridades religiosa e civis, com um aumento paulatino do pudor em relação a determinados comportamentos e práticas, nomeadamente no que concerne ao uso do corpo para fins comerciais¹⁶⁵. A progressiva inculcação de uma gramática de comportamentos lícitos e ilícitos foi essencial para moldar as práticas

¹⁵⁸ No sentido de aprofundar esta narrativa, vide - TOLDY, Teresa Martinho – A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha]. Nº89 (2010), p. 171-183. [Consult. 17 Nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://journals.openedition.org/rccs/3761>>. ISSN 2182-7435

¹⁵⁹ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

¹⁶⁰ CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*

¹⁶¹ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁶² CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*

¹⁶³ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Espelhos, cartas e guias...*

¹⁶⁴ PAIVA, José Pedro – *A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal...*p. 13-40

¹⁶⁵ SOUZA, Alexandre Rodrigues – Legislação, sexualidade e prostituição: práticas jurídicas no Portugal Moderno. *Revista Ars Historica*. [Em linha]. Nº 13 (2016), p. 62-77. [Consult. 8 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45662>>. ISSN 2178-244X

sexuais segundo a norma estabelecida pela Igreja, visando também uma espécie de autocontrolo entre as populações, de autogestão dos comportamentos e das condutas individuais¹⁶⁶. O pudor era, assim, uma característica amplamente apreciada pelas estruturas religiosas, circunstância que fomentava a distinção moral e, consequentemente, social, nomeadamente nos estratos sociais médios¹⁶⁷. No que respeita à mulher, além da virgindade, a sua virtude mais importante, ela devia também ser assexuada, não permitindo que as suas fragilidades assumissem o controlo do seu corpo.

Alguns historiadores defendem ainda que, durante o Renascimento, a condição feminina se debilitou pelo impacto da aplicação das regras jurídicas que o Direito impunha, de controlo, vigilância e punição dos seus comportamentos sexuais. Perante estas concepções, alguns valores, como a virgindade, o celibato e o casamento, assumiram-se enquanto pilares da estrutura e orgânica social durante a Idade Moderna¹⁶⁸. O matrimónio, amplamente associado ao conceito de virgindade, e reafirmado enquanto Sacramento pela reunião tridentina, representava um laço que, para além de social e económico, era também espiritual¹⁶⁹. O casamento fazia parte dos alicerces da sociedade europeia de então, representava o enquadramento natural das mulheres, devendo fidelidade ao seu marido e desempenhando as funções de esposa e mãe.

Perante o contrato estabelecido, a Reforma Católica e as diretrizes tridentinas fomentaram a Moral conjugal legítima, onde os comportamentos sexuais lícitos eram caracterizados pela procriação dentro do casamento, a única razão válida para a execução de relações sexuais¹⁷⁰. No que concerne às mulheres, fora do campo matrimonial, nenhuma prática sexual era considerada lícita, pelo que estas deviam conservar a sua virgindade até ao momento de celebração do casamento. Além de

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade...*Vol. 1

¹⁶⁷ GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente...*p. 70-119

¹⁶⁸CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*

¹⁶⁹FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Espelhos, cartas e guias...*

¹⁷⁰CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities...*

serem consideradas desonradas se transgredissem esta norma, a sua honra social diminuía porque, sendo teoricamente propriedade sexual masculina, decrescia o seu valor quando era utilizada por outros indivíduos que não o seu proprietário legítimo¹⁷¹.

Assim, compreende-se a importância deste Sacramento enquanto parte integrante da vivência feminina durante a Época Moderna, sendo um aspeto crucial na formulação dos seus comportamentos e condutas. Em última instância, o casamento era a união coletiva entre famílias e as respetivas redes sociais e económicas¹⁷². Se, por um lado, a mulher era caracterizada enquanto tentadora perante o sexo masculino e, por isso, havia de estar subordinada ao mesmo, por outro, a credibilidade e honra social masculina dependia das mulheres, já que as condutas sexuais femininas influenciavam quer a sua honra pessoal e da sua família, quer a do seu respetivo marido¹⁷³. Existia, pois, uma relação de interdependência entre os comportamentos do sexo feminino e do masculino. A mulher, obediente, devia comportar-se de forma a não corromper a sua virtude, salvaguardando a sua honra e a de quem a rodeava. Por seu turno, o homem conferia-lhe proteção e credibilidade social, essenciais para a manutenção da ordem social do Antigo Regime.

1.1.4. «Incapazes e submissas» - a influência do pensamento jurídico

Por serem inferiores biologicamente e moralmente, a Lei não podia às mulheres conceder as mesmas prerrogativas jurídicas que os homens possuíam¹⁷⁴. Contudo, a marginalização das mulheres com base no Direito dependia das tradições jurídicas em determinados locais¹⁷⁵, articulando-se comportamentos e contextos¹⁷⁶.

¹⁷¹ GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente...*p. 70-119

¹⁷² OLIVEIRA, Flávia – “*Prometia e dotava a ella esposada*”...

¹⁷³ O GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente...*p. 70-119.

¹⁷⁴ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

¹⁷⁵ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão...*p. 53-64

¹⁷⁶ CRUZ, Vanessa Caroline da – Representações sobre a honra e a sexualidade feminina no livro V das Ordenações Filipinas: o estatuto jurídico da mulher no Direito português no período colonial. *XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH: Humanidades, Estado e desafios didático-científicos*. [Em linha] (2016), p. 1271-1280. [Consult. 16 setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://pdf.blucher.com.br/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt15_278.pdf>

Na Europa Ocidental, o Direito Comum dominava, durante os finais da Idade Média até à Época Moderna. Segundo António Manuel Hespanha, esta designação incorporava a combinação entre várias tipologias do Direito, como o Justinianeu, o Canónico e aqueles que vigoravam localmente, o costumeiro. Compreende-se a heterogeneidade. Acresce o Direito natural, estabelecido entre os homens e a natureza, devendo os juristas conservar os costumes dos diversos contextos existentes na Europa Ocidental, nomeadamente, no caso das mulheres, onde as mesmas deviam ser submissas aos homens. Portanto, todos os indivíduos, com base no seu estatuto social e, posteriormente, no seu género, deviam adotar comportamentos e condutas que correspondessem a esta orgânica social que, em última instância, pretendia também perpetuar as dinâmicas dos diferentes estratos existentes na sociedade do Antigo Regime¹⁷⁷.

Se a Teologia pregava contra as tentações carnis, a sociedade civil determinava que o corpo feminino estava predisposto a cometer o crime¹⁷⁸. Influenciada pelos conceitos Clássicos referidos anteriormente¹⁷⁹, o Direito Comum português era fruto do Direito Romano e do Canónico, que derivavam de um modelo judaico-cristão¹⁸⁰. Grosso modo, nas conceptualizações jurídicas, era utilizado o masculino para se referir ao todo, enquanto o feminino para se induzir a uma parte específica, dependendo claramente da situação. Por isso, mais do que compreender a visão jurídica perante as mulheres, há que perceber que as nuances do Direito também contribuírem para perpetuar alguns estereótipos na longa duração, que originaram particularidades sobre as mulheres perante o Direito¹⁸¹. Tal como afirma António Manuel Hespanha, o Direito projetou, em certa medida, algumas das preconcepções existentes, tratando as mulheres enquanto seres fracos, nomeadamente do ponto de vista intelectual, devendo estas ser

¹⁷⁷ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁷⁸ GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente...* p. 70-119

¹⁷⁹ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁸⁰ LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade...*

¹⁸¹ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão...* p. 53-64

amparadas primeiramente pelo pai e, depois de casadas, pelo respetivo marido¹⁸², já que a sua inaptidão para cumprir determinadas funções assim o exigia¹⁸³.

Pela sua natureza inferior, no campo jurídico a mulher não tinha as competências necessárias para desempenhar uma função de relevo na sociedade, nomeadamente a nível político¹⁸⁴. A par do Direito Canónico, que excluía as mulheres dos exercícios de funções de relevo, também o Direito Civil perpetuava a imagem de incapacidade da figura feminina¹⁸⁵.

O matrimónio teve um tratamento jurídico incorporado na legislação, por via das disposições tridentinas amplamente divulgadas em Portugal, nomeadamente através das *Ordenações Filipinas*¹⁸⁶ e das *Constituições Sinodais* de cada arcebispado¹⁸⁷. As diretrizes jurídicas resultam da fusão dos argumentos médicos, que perpetuaram a narrativa da inferioridade biológica, e da intrínseca ligação entre o poder espiritual e o poder temporal que vigoravam em Portugal durante a Época Moderna. No reino português, as *Ordenações Filipinas* (desde 1603), diziam respeito às leis em matérias cíveis e penais, em assuntos tocantes à Igreja e ao Estado, aos privilégios da nobreza, ao Direito Processual, Civil e Criminal, vigorando até ao Código Civil de 1867¹⁸⁸. Nelas, as considerações referentes às mulheres devem ser interpretadas em articulação com o conceito de *pater familias*, remontante ao Direito Romano, que previa a subordinação das mulheres sob a alçada de um elemento masculino até aos 25 anos de idade, ano da

¹⁸² HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão*...p. 53-64

¹⁸³ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão*...p. 53-6

¹⁸⁴ Relembre-se a *Lei Mental* do século XV que determinava que os bens de raiz a doar pela Coroa podiam apenas ser transmitidos ao varão primogénito, evitando as divisões das terras. *Vide* HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão*...p. 53-64

¹⁸⁵ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão*...p. 53-6

¹⁸⁶ Relembra-se o facto de as *Ordenações Filipinas* terem também estado em vigor em Espanha e nas poses ultramarinas portuguesas, como foi o caso do Brasil. CRUZ, Vanessa Caroline da – Representações sobre a honra e a sexualidade feminina no livro V das Ordenações Filipinas o estatuto jurídico da mulher no Direito português no período colonial. *XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS*...p. 1271-1280

¹⁸⁷ PAIVA, José Pedro – A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*...p. 13-40

¹⁸⁸ GUIMARÃES, Elina – A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. 22, nº 92/93 (1986), p. 557-577. [Consult. 16 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.jstor.org/stable/41010686>>. ISSN 0003-2573

sua maioridade. Quando casada, a figura feminina dever-se-ia integrar na família do respetivo marido. Se, na teoria, o matrimónio oferecia um amparo social às mulheres, também a esposa devia ficar completamente submissa ao elemento masculino, o marido, podendo este castigá-la corporalmente, matá-la ou colocá-la em cárcere privado se esta cometesse adultério. Por seu turno, a esposa podia requerer a separação dos bens, já que a maior parte dos casamentos era executado em comunhão dos mesmos, mas também das pessoas, quando os casos envolviam sevícias (castigos corporais) consideradas graves¹⁸⁹.

Além disso, apesar de estar proibido de dispor dos bens de raiz sem a autorização da sua esposa, era o marido quem controlava os bens da mesma. Quando se tornava mãe, a figura feminina nunca era equiparada ao marido no exercício desta função. O poder paternal estava delegado no pai e, deste modo, quando este falecia, a criança passava a ser considerada órfã até atingir os 25 anos de idade, devendo ser entregue ao tutor que o pai nomeara em testamento. Ainda assim, e em alguns casos, quando não existia uma determinação explícita neste mesmo documento, as mães e as avós, que não fossem casadas pela segunda vez, podiam ser nomeadas tutoras pelo juiz dos órfãos, obedecendo a uma série de cláusulas respeitantes à gestão e administração dos bens das crianças menores. No caso de a mulher enviudar, esta podia tomar posse dos bens do falecido marido, uma vez que passava a ocupar a função de cabeça de casal. Segundo esta ótica, a mulher era capaz de obter uma certa autodeterminação em termos económicos, especificamente quando se tratava de famílias pertencentes a estratos mais elevados. Nestes casos, em termos jurídicos, as viúvas eram equiparadas às donzelas¹⁹⁰.

O quadro traçado permitiu compreender os arquétipos, comportamentos e posturas que as mulheres deviam assumir, de modo a preservar a orgânica social do Antigo Regime, sendo que a figura da Virgem Maria emergia enquanto paradigma comportamental e religioso¹⁹¹. Mas também por estas mesmas razões as mulheres eram

¹⁸⁹ GUIMARÃES, Elina – *A mulher portuguesa na legislação civil...*p. 557-577

¹⁹⁰ GUIMARÃES, Elina – *A mulher portuguesa na legislação civil...*p. 557-577

¹⁹¹ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX...*

propícias a um maior estado de vulnerabilidade, que condicionava as suas vidas e as suas ações, especialmente quando a figura masculina era inexistente.

Dada a sua vulnerabilidade, emergiram os mecanismos de amparo e prevenção, que permitiam garantir a preservação de um dos atributos primordiais da sociedade moderna – a honra. Nesta matéria, sobretudo no que à assistência feminina diz respeito, os diversos mecanismos assistenciais portugueses desempenharam um papel de destaque. É sobre os mesmos que incide o ponto seguinte do presente capítulo.

1.2. A assistência em Portugal durante a Época Moderna

1.2.1. Uma definição em permanente discussão – a *pobreza*

Compreender as mulheres enquanto um dos focos das redes de assistência, assim como das obras de caridade que se desenvolveram entre os séculos XVII e XVIII, é fulcral para elencar e perceber a relação entre vulnerabilidade e as medidas tomadas para impedir percursos questionáveis. Daí a relação entre os conceitos de *assistência*, *caridade*, *misericórdia* e, sobretudo, *pobreza*.

O conceito de *pobreza* é absolutamente polissémico. Sendo a sua definição ampla, a mesma depende dos aspetos que se pretendem abordar e dos fatores que se relacionem com o contexto. Ao observar as diversas conceções historiográficas acerca do tema, e tal como salienta Maria Antónia Lopes, “é tão complexo estabelecer os critérios de caracterização de pobreza e sobretudo especificar o peso de cada um [...] que geralmente se opta por distinguir categorias sociais de pobres ou definir situações-tipo, deixando a questão teórica em aberto”¹⁹². Conceito decididamente “atemporal”¹⁹³, a tentativa de definição desta designação captou o olhar dos sociólogos, especialmente durante o século XIX, definindo duas categorias para esta dimensão – a pobreza absoluta e a relativa. Grosso modo, a primeira seria definida pela falta de elementos que suprissem as necessidades consideradas básicas à sobrevivência dos indivíduos, sendo a segunda estabelecida através da confrontação com o contexto geral

¹⁹² LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*p. 23

¹⁹³ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...* p. 23

da sociedade¹⁹⁴. Ainda que para a Sociologia a *pobreza* seja sinónimo de *exclusão social*, Maria Antónia Lopes ressalta o facto de poder “existir pobreza sem exclusão e exclusão sem pobreza”¹⁹⁵. Portanto, torna-se evidente que, para a realização de uma análise histórica, há que considerar principalmente o contexto do objeto de estudo, considerando as dimensões temporais e locais do mesmo.

Maria Antónia Lopes perspetiva a pobreza como privação de algumas necessidades básicas, como é o caso da alimentação, do alojamento e também do vestuário. A equação destas falhas com os mecanismos de sustento (como o labor, de forma remunerada ou não, ou, ainda, a posse de bens fundiários) é essencial para entender a fronteira entre o pobre e o não-pobre¹⁹⁶. A sociedade da Época Moderna, além de hierarquizada, era demarcada por estruturas socioeconómicas que exigiam a posse “de terras, de casas, de capital, de rendas”¹⁹⁷, que, por sua vez, e segundo esta perspetiva, são categorias de análise que correspondem a diferentes rendimentos.

Se para alguns a pobreza era um fenómeno que podia ser experienciado em sociedades “marcadas por uma baixa produtividade agrícola e industrial [...] com uma desigual distribuição de rendimentos”¹⁹⁸, outros apontam razões para a ocorrência de situações de pobreza: acidentais, como era o caso das doenças, que não escolhiam a condição social dos indivíduos que atingiam; cíclicas, reportando aos recursos disponíveis em determinados lugares e momentos que, por vezes, não coincidiam com as necessidades populacionais, e, por fim, as estruturais. Estas últimas afetavam mormente um dos pilares da sociedade da Época Moderna – o núcleo familiar – e os momentos decisivos na vida de um indivíduo e da respetiva família, como o trabalho, o casamento, o nascimento de filhos, entre outros momentos. Como referido, as fronteiras entre a pobreza e os restantes níveis de vida são, acima de tudo, fluídas e as suas barreiras não são estanques. Por estes motivos, um momento menos favorável na

¹⁹⁴ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

¹⁹⁵ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*p. 24

¹⁹⁶ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*5

¹⁹⁷ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*p. 25

¹⁹⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3, p. 456

vida de um indivíduo e/ou da sua família, potenciava a necessidade de auxílio¹⁹⁹. Outros historiadores preferem dividir os pobres entre estruturais - que não possuem meios físicos para abandonar a sua condição - e os conjunturais, aqueles que, em certas circunstâncias, podiam cair na pobreza, os vulneráveis.²⁰⁰ Outros estudos referem uma pobreza geracional e transmissível, ainda que, efetivamente, a experiência mais comum pareça ser coincidente com a última categoria indicada por Robert Jütte, caracterizada pela pobreza em determinados períodos do ciclo de vida de um indivíduo²⁰¹. Pelos motivos apresentados, compreende-se que a categorização entre um pobre e um não-pobre pode correr o risco de, segundo determinadas perspetivas, ser arbitrária, uma vez que depende dos critérios utilizados²⁰².

A intemporalidade do conceito revela-se também nas diferentes perspetivas que as sociedades medievais e modernas lhe atribuíram. Se, por um lado, a pobreza se revela enquanto uma necessidade para a manutenção da orgânica social, em que o pobre era o reflexo do sofrimento de Cristo na Terra, interpretado enquanto um intermediário privilegiado com Deus, cujas orações contribuía a favor dos benfeitores que, dadores da esmola, encontravam o caminho da Salvação²⁰³, já a sociedade moderna atribuiu ao pobre um outro atributo, o de ser fator de perturbação social²⁰⁴. No século XVI, perspetivados enquanto ameaça à orgânica funcional da sociedade, os pobres deveriam ser separados dos restantes indivíduos, dando origem ao designado *renferment* em França, com a deportação de mendigos para o exterior²⁰⁵. Na Inglaterra, um fenómeno semelhante ficou conhecido como *confinement*²⁰⁶. Desenvolve-se o conceito de pobreza selecionada, entre os merecedores e os não-merecedores das práticas de assistência e

¹⁹⁹ JÜTTE, Robert - *Poverty and deviance in early modern Europe*. Cambridge: University Press, 1966. ISBN 0-521-42322-8

²⁰⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães - Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira - *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*...p. 457

²⁰¹ WOOLF, Stuart - *The poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth centuries*. Londres: Routledge, 1986. ISBN 978-1-138-20330-3

²⁰² WOOLF, Stuart - *The poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth centuries...*

²⁰³ GUTTON, Jean-Pierre - *La société et les pauvres en Europe XVI-XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974

²⁰⁴ MOLLAT, Michel - *Les pauvres au moyen age*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1984. ISBN 2-87027-135-2

²⁰⁵ GUTTON, Jean-Pierre - *La société et les pauvres en Europe XVI-XVIII siècles...*

²⁰⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre...*

caridade, baseando esta distinção na crença de que a pobreza material encorajava a ociosidade²⁰⁷.

Deste modo, as atitudes perante os pobres nunca foram homogêneas, dependendo de valores de vária ordem, nomeadamente económicos e, com maior interesse para o presente estudo, os morais. Nesta matéria, a Igreja Católica teve influências significativas. O apelo à distribuição de esmola como sinal de despojamento necessário à salvação da alma assumiu vários contornos. O fomento à repartição da riqueza pelos ricos, em matéria de esmolas, foi uma característica essencial, inserindo “o pobre no modelo organicista da sociedade, [...] a sua funcionalidade no âmbito da economia da salvação”²⁰⁸. O rico, possuidor de bens materiais, ao doar esmolas aos pobres, construía a libertação dos seus pecados²⁰⁹. Os atos de *caridade*, de *misericórdia* evoluirão para os de *beneficência*, em íntima correlação.

1.2.2. A comunhão entre o espírito e a sociedade - a *caridade*, a *misericórdia* e a *beneficência*

Longe da polissemia que apresenta o conceito de *pobreza*, a *caridade* e a *misericórdia* foram definidos pela Teologia Moral, intrinsecamente conectados com os valores vigentes na sociedade portuguesa da Época Moderna, plasmados na crença da vida eterna, da necessidade de salvação da alma, na preparação para o Juízo Final e a desejada ascensão ao Céu²¹⁰.

A caridade, enquanto amor a Deus, permitia a união entre a dimensão social e a espiritual. As práticas eram executadas pelo amor que os indivíduos nutriam por Deus. Por seu turno, e segundo esta perspetiva, o amor de Deus pelos seus *filhos* era um elemento da sua compaixão, da sua misericórdia²¹¹, assim como da piedade que o

²⁰⁷ WOOLF, Stuart – *The poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth centuries...*

²⁰⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*...p. 456-461

²⁰⁹ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

²¹⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – A reforma da assistência nos reinos peninsulares. *Cadernos do Noroeste* [Em linha]. Nº1-2, Vol. 19 (2002), p. 177-198. [Consult. 13 março 2023]. Disponível em WWW: <URL:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8836/1/A%20reforma%20da%20assistencia%20nos%20reinos%20peninsulares.pdf>>. ISSN 0870-9874

²¹¹ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*

mesmo nutria pelos pobres²¹². Mais tarde, já em finais do século XVIII, os ideais e valores defendidos pelo Iluminismo, concernentes aos pobres, pautavam-se pela centralidade do Estado em matéria assistencial, procurando a *beneficência*, o amor nutrido aos homens, ao contrário da caridade, que implicava o afeto para com Deus²¹³.

Enquanto conceito polissémico e dependente do contexto em questão, a pobreza não se materializava apenas na falta de bens materiais. Como previamente referido, a vulnerabilidade em consequência de fatores relacionados com a pobreza conjuntural parecia afetar boa parte dos indivíduos das sociedades modernas²¹⁴. Ainda assim, salienta-se o facto de a pobreza selecionada não depender apenas dos fatores que levaram o indivíduo a sucumbir a este estado, mas também, aspeto fulcral, dos critérios existentes para a elegibilidade das práticas caritativas de terceiros²¹⁵.

A falta de um dos atributos de ordem social, cultural e religiosa, como era o caso da ausência da honra, manifestava-se também neste campo, originando uma pobreza moral²¹⁶, ameaçadora especialmente para as mulheres. Ainda que algumas não tivessem as condições materiais para viverem de acordo com o seu estatuto social²¹⁷, é notória a articulação entre a pobreza material e a moral, dificultando as soluções para a figura feminina. O desamparo de que eram alvo quando caíam em situações de maior vulnerabilidade, como já abordámos – a orfandade, a viuvez ou a ausência temporária de um elemento masculino – podia originar a desonra, a perda do atributo fulcral na sociedade onde o parecer era mais importante que o ser²¹⁸. Se em cada mulher

²¹² OSSWALD, Helena – As obras de misericórdia. Que obras, para quem e através de quem. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 233-256

²¹³ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

²¹⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)...*, p. 456-461

²¹⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)...*p. 458

²¹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)...*p. 456-461

²¹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)...*p. 456-461

²¹⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre...*

dominava Eva, figura impulsionadora do Mal, quais foram as soluções encontradas para a preservação da honra feminina?

1.2.3. A assistência e os seus mecanismos

O termo *assistência*, surgido em finais do século XVIII e inícios do XIX, remete para a proximidade e a prestação de auxílio a outrem, ilustrando uma relação de dependência²¹⁹. O aumento de indivíduos que se inseriam numa das várias tipologias albergadas por esta condição por toda a Europa, especialmente nos núcleos urbanos, originou uma incapacidade de resposta por parte dos mecanismos assistenciais estabelecidos durante a Idade Média²²⁰.

As instituições emergentes durante os finais do século XV e os inícios do XVI condicionam e caracterizam a direção para a qual a assistência caminhou nas centúrias seguintes, nomeadamente até ao século XIX, defendendo a centralização dos serviços assistenciais, assim como a intervenção régia²²¹. As práticas caritativas em Portugal, durante o período moderno, não são marcadas por mudanças abruptas, mas por complementaridade, por vezes algum conflito, entre as diferentes redes assistenciais²²².

Deste modo, compreender o desenvolvimento dos modelos e práticas assistenciais em Portugal implica conhecer os contextos que enquadram as mulheres enquanto objeto de especial interesse.

1.2.3.1. As redes de assistência

As redes de assistência não começam na época moderna. Muito sumariamente, pode-se recuar aos finais do século XV, com a congregação de uma rede hospitalar, no que significa na altura, cujo exemplo maior foi a construção do Hospital de Todos-os-Santos, em 1492²²³ e a posterior ação da rainha Dona Leonor (1481-1495) nas Misericórdias, com a fundação da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia de Lisboa,

²¹⁹ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

²²⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo – *A reforma da assistência nos reinos peninsulares...*p. 177-198

²²¹ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

²²² ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica....*

²²³ BASTO, Artur de Magalhães– *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto...*Vol. 1

em 1498, enquanto espécie de “arquiconfraria”²²⁴, já que as restantes instituições espalhadas pelo Reino, e fora dele, até ao século XIX, se desenvolveram à imagem desta. Beneficiando de uma isenção do controlo eclesiástico, as Santas Casas tomaram a administração da rede hospitalar do reino, o que muito contribuiu para o papel prestado aos necessitados²²⁵.

Seguiam um compromisso pelo qual os irmãos participantes eram obrigados a cumprir as obras espirituais e corporais desta confraria²²⁶, nomeadamente o auxílio a outrem, ainda que dependente de uma seleção prévia, devido a todos os critérios que pelos quais o conceito de *pobreza* se caracterizava. Entre as suas principais funções estavam o cuidado de doentes em idade tenra e mais avançada, o socorro aos pobres conhecidos, mas também aos envergonhados, através das esmolas e, ainda, o auxílio aos peregrinos²²⁷ e aos cativos²²⁸.

Ainda que contasse com o auxílio de algumas autoridades locais, as Santas Casas emergem enquanto redes assistenciais de preferência, já que os poderes locais eram, em diversas vezes, complementares. O facto de as Misericórdias serem também um dos principais polos aglutinadores das elites do poder local em muito contribuiu para conflitos de influência²²⁹, dada a permeabilidade de alguns irmãos maiores, que pertenciam ao poder local, a desempenhar papéis enquanto Mesários nestas instituições²³⁰, numa articulação com os restantes poderes vigentes durante a Época Moderna²³¹.

²²⁴ ABREU, Laurinda – *Purgatório, Misericórdias e caridade...*p. 404

²²⁵ ABREU, Laurinda – *Purgatório, Misericórdias e caridade...*p. 395-415

²²⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da - A assistência em Portugal na época Moderna. Algumas notas e subsídios. In AMARAL, Luís Carlos; FONSECA, Luís Adão da; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. ISBN 972-26-2060-6, p. 1415-1422

²²⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da - A assistência em Portugal na época Moderna. In AMARAL, Luís Carlos; FONSECA, Luís Adão da; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno...*p. 1415-1422

²²⁸ ABREU, Laurinda – *Purgatório, Misericórdias e caridade...* p. 404

²²⁹ SÁ, Isabel dos Guimarães - A assistência: as Misericórdias e o poder local. In OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do Poder local...*p. 136-142

²³⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães - A assistência: as Misericórdias e o poder local. In OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do Poder local...*p. 136-142

²³¹ SÁ, Isabel dos Guimarães– *Quando o rico se faz pobre...*

Segundo alguns autores, as Misericórdias tomaram o lugar de protagonistas na assistência aos necessitados em Portugal, sobretudo durante os séculos XVI e XVII²³², embora a par de outras confrarias²³³. As Ordens Terceiras Seculares, enquanto agentes assistenciais no período em questão, ganharam especial força durante as centúrias que compõe o período mencionado²³⁴, a par das ações introduzidas pelos bispos²³⁵

Independentemente das circunstâncias consideradas, todas as Misericórdias obedeciam a um preceito essencial – a caridade cristã²³⁶ - que durante o século XVIII sofre algumas alterações práticas, desde que as leis de Sebastião José de Carvalho e Melo questionavam a legalidade dos legados patrimoniais às Misericórdias, limitando a liberdade dos testadores durante as suas últimas vontades²³⁷. O espaço que aqui lhe conferimos prende-se com o facto de ser sob a sua tutela da SCMP que se colocou a administração do RONSE, como adiante ficará explícito.

1.2.4. As mulheres enquanto objeto assistencial e os recolhimentos

O enquadramento traçado anteriormente permite-nos definir o perfil da mulher exposta à *pobreza*. Apesar de algumas não sofrerem condicionantes relacionadas com o limiar da subsistência, era pelo risco que corriam numa sociedade baseada na honra que eram consideradas *pobres* pelas diversas instituições de assistência presentes em Portugal durante a Época Moderna²³⁸. A sua exclusão e posterior (re)integração social eram circunstâncias essenciais para esconder a *pobreza envergonhada* de que eram

²³² ABREU, Laurinda – *Purgatório, Misericórdias e caridade...*p. 395-415

²³³ LOPES, Maria Antónia – Estudos históricos sobre as Ordens Terceiras portuguesas. In MARTINS, William de Souza – *Ordens Terceiras no Mundo Luso-Brasileiro (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2019. ISBN 978-85-5968-724-8, p. 13-37

²³⁴ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As ordens terceiras do Noroeste português na Idade Moderna e os seus irmãos nos estatutos setecentistas: processo de admissão e benefícios espirituais e materiais. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018. ISBN 978-989-33-0011-4, p. 261-307

²³⁵ PAIVA, José Pedro – O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII). In ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica...* p. 167-196

²³⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da - A assistência em Portugal na época Moderna. In AMARAL, Luís Carlos; FONSECA, Luís Adão da; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno...*p. 1415-1422

²³⁷ ABREU, Laurinda – *Purgatório, Misericórdias e caridade...*p. 395-415

²³⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3, p. 456-461

vítimas, isto é, o facto de não serem capazes de manter o nível de vida proporcional à sua condição social²³⁹. A ausência de um elemento masculino era, pois, um fator de risco e de vulnerabilidade. O perfil destas mulheres é conhecido - órfã, menor de 25 anos, com um pai falecido, independentemente de a mãe se encontrar viva ou morta²⁴⁰. Por vezes, as vítimas da orfandade eram crianças e jovens de tenra idade, sendo esta considerada uma faixa etária predisposta à tentação. Por seu turno, também a viuvez se afigurava propícia a uma vida menos honrosa pela falta de um marido provedor e, consequentemente, com a necessidade de enveredar por caminhos questionáveis.

É a partir do advento da Expansão Portuguesa para locais como a África, a Ásia e a América do Sul, em finais do século XV e inícios do XVI, bem como através do puritanismo e a vigilância provenientes da reunião tridentina que o surgimento dos recolhimentos, enquanto mecanismos de tentativa de controlo dos comportamentos sexuais femininos, deve ser interpretado. Estes espaços visavam responder às necessidades locais, ainda que estivessem integrados numa rede de clausura onde permitiam a movimentação de algumas mulheres por diversos espaços.

Atendendo a diferentes necessidades, principalmente às mencionadas anteriormente, o objetivo primordial dos recolhimentos destinados a mulheres honradas era a preservação da sua honra sexual e, consequentemente, da reputação de quem a circundava, nomeadamente a sua família. As mulheres, além de seres inferiores, eram também perigosas²⁴¹. Assim sendo, a segregação e a clausura foram os caminhos encontradas para a manutenção da orgânica social do Antigo Regime²⁴². A crença na lascividade feminina corroborava esta perspetiva, perpetuando o estereótipo das mulheres enquanto seres instáveis, devendo a vigilância dos seus comportamentos ser uma prioridade dos mecanismos assistenciais²⁴³. Contudo, saliente-se ainda o facto desta ótica se aplicar sobretudo a mulheres de escalões superiores, cuja honra dependia

²³⁹ LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna...*

²⁴⁰ MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto...*

²⁴¹ LEAL, Ivone de Freitas – Mulher. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3, p. 284-288

²⁴² LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX*

²⁴³ HESPANHA, António Manuel – *O estatuto jurídico na época da expansão...*p. 53-64

também da manutenção da sua condição social, não podendo exercer trabalhos manuais. Por outro lado, se o intuito fosse abordar as mulheres de estratos inferiores, o cenário traçado nas presentes considerações esbater-se-ia um pouco, já que era imperativo a figura feminina de estatuto inferior trabalhar, no sentido de auxiliar na sobrevivência do seu agregado familiar²⁴⁴.

Os dotes de casamento providos pelas Misericórdias, bem como por iniciativas particulares, assim como as ações praticadas pelos eclesiásticos, nomeadamente a criação dos recolhimentos, especialmente destinado às donzelas e a viúvas, são algumas das ações a ser exploradas no capítulo seguinte, enquanto resposta à dualidade exposta²⁴⁵. Fundamentais por fomentarem uniões entre indivíduos da mesma condição social, os dotes são também características fulcrais para a manutenção da sociedade estratificada e hierarquizada do Antigo Regime. A sua ausência estimulava casamentos “socialmente desequilibrados”²⁴⁶. Denotam-se, por isso, iniciativas assistenciais baseadas na divisão dos indivíduos considerados pobres, desenvolvendo mecanismos de assistência às diferentes tipologias – doentes, expostos ou órfãos. Assim, a idade e o género são alguns dos fatores primordiais para o desenvolvimento de práticas assistenciais direcionadas a problemas particulares, dependentes do tempo e do espaço²⁴⁷.

A criação de recolhimentos femininos em Portugal, quer continental quer insular, mas também nos seus espaços ultramarinos são respostas ao perfil definido. A orfandade, viuvez, solidão, provocada por perdas ou ausências humanas/masculinas no

²⁴⁴ CAEIRO, Maria Margarida – A mulher na família nos séculos XVI e XVIII. In SANTOS, Maria Clara Curado – *A mulher na História: Actas do Colóquio sobre a temática da Mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2001. p. 191-202

²⁴⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Mulheres pobres: a caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FLECK, Eliane Cristina Deckmann – *Mulheres do Reino e do Império: aproximações e singularidades (séculos XVI a XVIII)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022. ISBN 978-65-5974-070-3, p. 211-231

²⁴⁶ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 52

²⁴⁷ ALGRANTI, Leila Mezan – Conventos e recolhimentos em Portugal e na América portuguesa: um estudo comparativo sobre as instituições de reclusão feminina (séculos XVII e XVIII). In COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa – *Desafios da comparação: família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, 2004. ISBN 972-774-197-5, p. 65-88

Ultramar²⁴⁸, por crises de mortalidade e movimentos migratórios que, por consequência, culminaram no desequilíbrio do núcleo familiar – como já referido, central na vida de qualquer figura feminina – resultaram no desamparo e posterior vulnerabilidade de mulheres²⁴⁹.

Por estes motivos, são vários os espaços que se dedicam a socorrer órfãs e porcionistas, estas últimas mulheres cujo objetivo de ingresso era a preservação da sua honra, ainda que não obrigatoriamente órfãs, pelo que pagavam uma porção para o sustento dentro da instituição. A todas estas condições estava subjacente a vigilância dos comportamentos sexuais femininos. O recato, a modéstia, a castidade e, sobretudo, o recolhimento eram característica essenciais às mulheres²⁵⁰. Antes de tudo, o recolhimento era uma atitude que devia ser cumprida pela figura feminina, ilustrando a dimensão imaterial deste conceito. Materializava-se, pois, nas diversas instituições que surgiram para o efeito e que, assim, tomaram também esta denominação, esclarecendo acerca da dimensão material deste comportamento²⁵¹.

Sublinhe-se o que os distinguia dos conventos. Estes simbolizam a morte para o século, visando a clausura permanente das mulheres, enquanto os recolhimentos, apesar de almejarem a clausura e a devoção religiosa das mulheres institucionalizadas, não pretendiam que esta última fosse permanente, nem que as mesmas professassem votos religiosos, sendo uma “casa de religião, ou retiro do mundo, sem votos religiosos”²⁵². Contudo, apesar deste objetivo transversal a todas as instituições, há duas tipologias de razões que devem ser salientadas, pois foram coexistentes. A primeira é a que se reporta à preservação da honra sexual feminina e, consequentemente, à manutenção deste atributo no seu seio familiar²⁵³. A segunda encontra-se relacionada

²⁴⁸ RIJO, Delmina – *Recolhimentos de Lisboa: da Época Moderna à República...*

²⁴⁹ COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãs...*

²⁵⁰ LOPES, Maria Antónia - *Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX*

²⁵¹ JESUS, Elisabete – *As Manteladas...*p. 135-154

²⁵² SILVA, António Morais - *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau/ reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2º vol, p. 297*

²⁵³ FONSECA, Teresa – O Recolhimento de N.ª Sr.ª da Luz de Montemor-o-Novo (1749-1874): uma vida de privações e conflitos. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Recolhimentos femininos no mundo ibérico*

com casos em que a honra sexual e, também, social, se havia corrompido. É o caso das mulheres consideradas arrependidas dos pecados e crimes que haviam cometido. Eram penitentes²⁵⁴, sendo essencial converter as *Madalenas*, nomenclatura que podia designar prostitutas ou mulheres adúlteras²⁵⁵, em mulheres honradas, que seguissem os preceitos marianos. Portanto, as tipologias de recolhimentos diferenciavam-se através do público-alvo a quem os mesmos se destinavam, ainda que se assemelhassem em diversas dimensões, como a sua natureza transitória, teoricamente temporária²⁵⁶ e, supostamente, segura²⁵⁷ destes espaços.

Em última instância, os recolhimentos eram um atestado de pureza sexual – ou regeneração, em alguns casos – que conferia honra e credibilidade às mulheres perante a sociedade da Época Moderna. Estas instituições desenvolveram-se, grosso modo, entre o século XVI e inícios do XIX²⁵⁸. As normas que regiam a vida nestes espaços – os estatutos – são de suma importância para entender o cumprimento das mesmas, mas também as possíveis transgressões dos comportamentos, embora não passem de normas. Mesmo que sujeitas a regras, será que a entrada nos recolhimentos poderia conferir àquelas mulheres uma possibilidade de autodeterminação em determinados aspetos?

(séculos XVI-XIX). Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. ISBN 978-989-8963-65-9, p. 115

²⁵⁴ REIS, Maria de Fátima Dias – *Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência da época moderna...*

²⁵⁵ LAGE, Ana Cristina Pereira – Aportamentos acerca dos recolhimentos femininos na América Portuguesa. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Recolhimentos femininos no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. ISBN 978-989-8963-65-9, p. 48-63

²⁵⁶ FONSECA, Teresa – O Recolhimento de N.ª Sr.ª da Luz de Montemor-o-Novo (1749-1874): uma vida de privações e conflitos. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Recolhimentos femininos no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*...p. 114-128

²⁵⁷ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Mulheres pobres: a caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FLECK, Eliane Cristina Deckmann – *Mulheres do Reino e do Império: aproximações e singularidades (séculos XVI a XVIII)*...p. 211-231

²⁵⁸ Vide apêndice 9.

Capítulo II

«Entre Maria e Madalena» – os recolhimentos femininos na cidade do Porto

O capítulo segundo procura aproximar-se dos dois recolhimentos – o RRRSIA e o RONSE - no contexto da cidade e o seu ambiente demográfico e urbano. Procura ainda fazer uma breve caracterização dos mecanismos assistenciais que se desenvolveram no espaço portuense durante a Época Moderna, com especial ênfase naqueles que se revelaram proeminentes na fundação e administração dos recolhimentos femininos da cidade. Assim, partir-se-á para a caracterização do objeto de estudo, no que concerne à sua fundação, instalação e administração.

2.1. A evolução da cidade

2.1.1. O espaço urbano e a instalação das estruturas assistenciais

A cidade do Porto, situada no litoral Noroeste de Portugal, era a segunda cidade do então Reino português, relevante pelas suas atividades portuárias²⁵⁹. Cresceu a partir do sopé do morro da Pena Ventosa, núcleo nevrálgico de desenvolvimento da urbe²⁶⁰, onde, na Época Medieval, já se encontrava erguida a Sé do Porto, embrião do espaço urbano portuense²⁶¹. Cercada por sucessivas muralhas²⁶², as suas entradas, designadas enquanto *portas* da cidade, foram um fator crucial e influente na dinâmica entre as zonas intra e extramuros²⁶³.

²⁵⁹ OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto...*

²⁶⁰ OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto...*

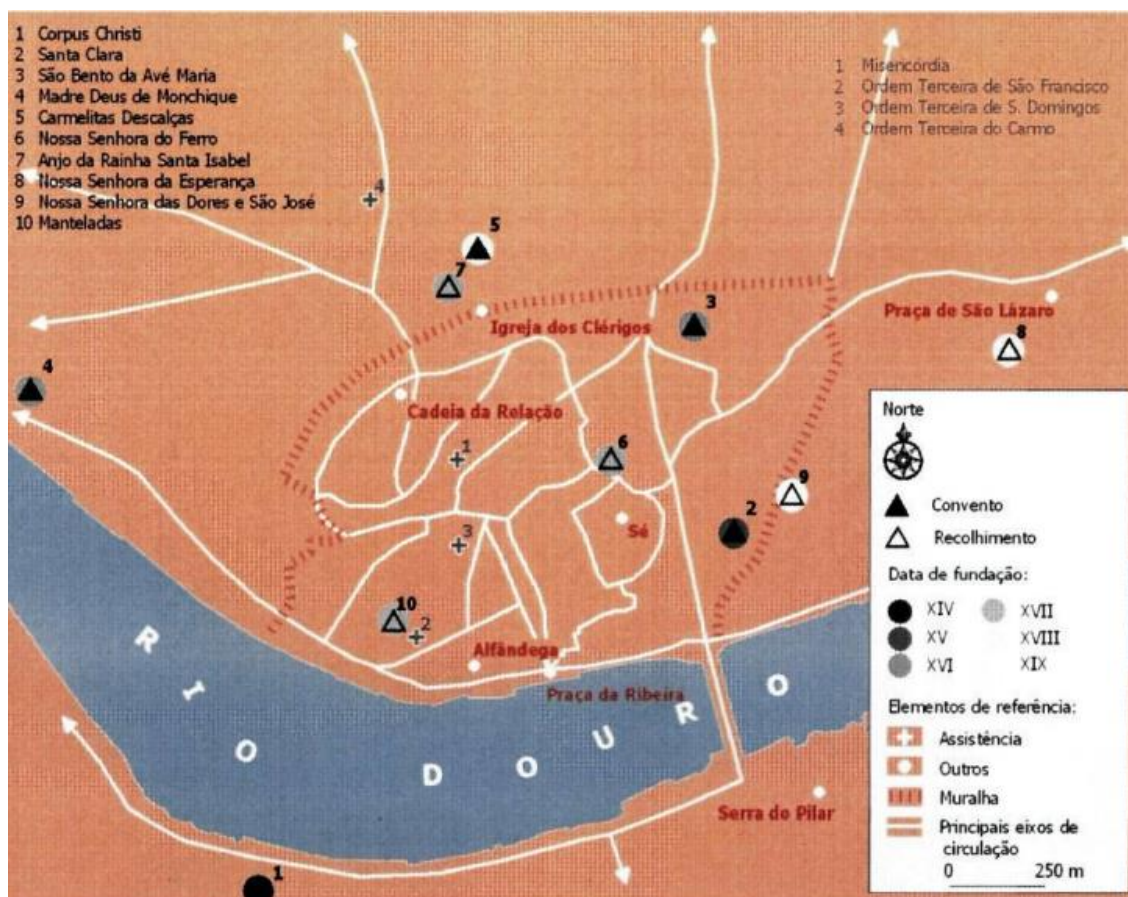
²⁶¹ QUEIRÓS, João Laranja – O Porto – a formação da urbe entre o século XII e o século XIII. *Erasmus: Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*. [Em linha]. Nº 1 (2014), p. 138-151. [Consult. 15 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/15576/1-2014_O-PORTO-A-FORMA%C3%87AO-DA-URBE-ENTRE-O-SECULO-XII-E-O-SECULO-XVIII.pdf?sequence=1&isAllowed=y > ISSN 2341-2380

²⁶² OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto...*

²⁶³ Vide apêndice 10.

Além desta área, os arrabaldes incluíam freguesias/paróquias de especial interesse, como se verá.²⁶⁴ Não obstante, sublinhe-se que, dado que os recolhimentos visavam a clausura e a exclusão social das mulheres do século, estas instituições instalaram-se em espaços extramuros à época. Podem-se indicar um conjunto de recolhimentos além dos que são objeto da análise comparativa²⁶⁵. Veja-se o mapa 1.

Mapa 1 – Conventos e recolhimentos portuenses durante o Antigo Regime



Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 33

Ao que tudo indica, um dos primeiros recolhimentos a ser desenvolvido na cidade do Porto era destinado a mulheres com um passado questionável. Entre prostitutas e mulheres casadas, consideradas malcomportadas²⁶⁶, a História do Recolhimento do Ferro é obscura, pelo menos durante a segunda metade do século XVII, pela latente

²⁶⁴ RAMOS, Luís António de Oliveira – *História do Porto...*

²⁶⁵ Vide novamente o anexo 3.

²⁶⁶ JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia...* p. 297

carência de fontes de informação primárias que impedem o estudo aprofundado da instituição. De facto, apenas se pode indicar um trabalho que se centre apenas no estudo deste espaço, da autoria Artur Magalhães Basto,²⁶⁷ ainda que outros possam ser salientados por fazerem menção ao mesmo²⁶⁸. A primitiva instituição foi primeiramente instaurada na atual Rua Escura da cidade portuense, também designada pelo topónimo de *Rua Nossa Senhora do Ferro*, espaço que dava lugar à Capela de Nossa Senhora do Ferro, à qual o recolhimento estava próximo, tendo recebido a sua designação. A figura feminina devia aceitar e cumprir o exemplo de castidade de Santa Maria Madalena, levando uma vida de penitência dentro do estudo, com o objetivo de remediar os escândalos que havia cometido. Mais tarde, a instituição foi transferida para as escadas do Codessa²⁶⁹.

Também o Recolhimento de Santa Isabel da Hungria, ou das Manteladas, não auferia de diversos trabalhos científicos a seu respeito. Pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, o Recolhimento das Manteladas era restrito às Irmãs professoras na ordem mencionada, mulheres pobres, incapacitadas por diversos motivos – inaptidão física ou a idade avançada²⁷⁰. Os critérios de ingresso nesta instituição eram distintos daqueles que se verificam no caso do Recolhimento do Ferro, ou mesmo quando se refere o RRRSIA e o RONSE.

Os espaços onde o RRRSIA e o RONSE se instalaram durante a Época Moderna auferiam de algumas características de especial relevância. Verificou-se a ocorrência da feira franca anual de São Miguel, no dia 29 de setembro, localizada no Terreiro do Anjo do Recolhimento com a mesma designação, comercializando-se uma panóplia de

²⁶⁷ BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. *Boletim Cultural*. [Em linha]. Vol. 4, Nº 3-4 (1943), p. 272-308. [Consult. 23 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035_PDF/BPMP_P-B-2035_V6F3-4_Set-Dez1943.pdf>

²⁶⁸ JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia*...p. 297

²⁶⁹ BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. *Boletim Cultural*...p. 272-308

²⁷⁰ JESUS, Elisabete – As Manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto. In *Em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiais: actas do Colóquio Internacional de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005. p. 135-154

louças²⁷¹, embora exista também notícia de uma feira constituída por géneros alimentícios nesta zona²⁷². Já no século XVIII se viria a desenvolver, próximo a este espaço, a Igreja e Torre dos Clérigos, um complexo erguido pela Irmandade do mesmo nome²⁷³. Portanto, provido de um tribunal, símbolo do poder temporal, assim como de um complexo arquitetónico de volume na cidade, representando o poder espiritual, este é o espaço que virá a dar lugar ao Recolhimento do Anjo durante o século XVII²⁷⁴, sendo de especial importância para compreensão das transformações e dos movimentos executados na instituição ao longo do seu tempo de vigência.

Por outro lado, resta ainda salientar a zona de São Lázaro, que deu lugar ao RONSE. O espaço que albergou a instituição de clausura mencionada encontrava-se já um pouco mais deslocado do centro das atividades, comparativamente ao Recolhimento do Anjo. No século XV, São Lázaro albergava a Gafaria com a mesma designação²⁷⁵, dando posteriormente lugar a um dos objetos de estudo da presente dissertação – o RONSE - fundado em 1722. Decorria o século XVIII enquanto o espaço de clausura feminina estava próximo ao Convento de Santo António do Porto, pertencente aos franciscanos, o que não deixa de ser relevante, já que era um espaço destinado a albergar homens²⁷⁶.

Também nesta centúria há notícia da realização de uma feira anual que tinha lugar neste campo, caracterizando-se enquanto um dos diversos polos comerciais existentes na cidade. A compra e venda de gado, nomeadamente bovino e suíno, havia também sido colocada neste espaço desde 1747, tendo uma frequência semanal,

²⁷¹ CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Em linha]. Braga, 2009. [Consult. 19 de junho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11886>>. ISBN 78-972-98662-4-1

²⁷² PEREIRA, Firmino – *O Porto d'outros tempos...*

²⁷³ CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património...*

²⁷⁴ FREITAS, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense...*

²⁷⁵ BASTO, Artur de Magalhães– *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto...*Vol. 1

²⁷⁶ CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património...*

nomeadamente às terças-feiras²⁷⁷. Já no século XIX, o ajardinamento do campo teve como principal objetivo a necessidade de criação de uma zona de convívio alinhada com as tendências europeias²⁷⁸.

Durante a Época Moderna, o crescimento da cidade prendeu-se com uma tendência bem conhecida - a mobilidade urbana da população - mas também a sua heterogeneidade²⁷⁹. O Porto, a par de outras cidades do reino português, era um dos principais pontos de emigração para o Brasil²⁸⁰, ainda que fosse sobretudo um ponto de atração. A cidade só cresceu ao longo da época moderna graças à entrada de habitantes dos concelhos em seu redor, como provou Helena Osswald, aumento que se verificou de forma mais densa na beira-rio, isto é, nas freguesias intramuros da cidade – Sé, da Nossa Senhora da Vitória e a de São Nicolau²⁸¹. A diminuta concentração populacional das freguesias extramuros – Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso e São Pedro de Miragaia – é uma tendência que apenas encontra uma reviravolta já em finais do século XVIII e inícios do XX²⁸².

Assim, o destaque para as ruas que compunham a freguesia da Sé é também outro traço de especial importância quando se aborda a fixação da população portuense. Luís de Oliveira Ramos refere-se a este espaço enquanto local com a maior densidade populacional durante os inícios da Época Moderna, sendo posteriormente suplantada pelos espaços extramuros, como é o caso da freguesia de Santo Ildefonso, nomeadamente durante finais do século XVIII, dando destaque a alguns locais de

²⁷⁷ CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*

²⁷⁸ PASSOS, Carlos de – *Guia Histórica Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, 1935

²⁷⁹ SANTOS, Cândido dos - A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana. *História – Revista da FLUP*. [Em linha]. Vol. 1 (1978), p. 281-350. [Consult. 11 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9417>>. ISSN 2183-0479

²⁸⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN 972-31-0633-7

²⁸¹ OSSWALD, Helena – *Nascer, viver e morrer no Porto de Seiscentos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento

²⁸² SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820...*p. 281-350

comércio e convívio, como é o campo de São Lázaro²⁸³. Sublinha-se ainda o facto de ser apenas na segunda metade do século XVIII que parece ter existido um crescimento populacional notável na cidade, segundo José Manuel Pereira de Oliveira, destacando novamente a freguesia da Sé, mas também a de São Nicolau e a de Santo Ildefonso²⁸⁴.

A planta da autoria de George Balck, datada de 1813, é de suma importância na compreensão da evolução do espaço urbano da cidade do Porto²⁸⁵. Uma cidade com esta dimensão desenvolveu os seus mecanismos assistenciais, resultado de “uma dupla herança: a medieval e a da Contra-Reforma”²⁸⁶. Os abrigos para peregrinos, as leprosas e os hospitais que pertenciam a confrarias foram, evidentemente, uma herança da Idade Média. Em contrapartida, uma série de novas instituições emergiu nas cidades, fruto dos preceitos da Reforma Católica, nomeadamente no que dizia respeito à assistência às mulheres. Os exemplos mais óbvios destas afirmações são, pois, os recolhimentos. As administrações destes espaços variavam de tipologia, altamente dependentes das fundações que haviam possuído²⁸⁷.

2.2. O Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo

O RRRSIA, um dos objetos de estudo da presente dissertação, ao contrário do Recolhimento do Ferro e das Manteladas, apresenta um estudo de fôlego previamente executado²⁸⁸, a par de outros estudos que se centram no mesmo²⁸⁹ ou que, pelos diversos motivos, o referem²⁹⁰.

É, pois, sobre algumas das principais características desta instituição que o presente subponto do capítulo segundo se pretende deter, antes de avançar para a análise comparativa assente no capítulo seguinte. A par da fundação, debater-se-á um

²⁸³ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 256-375

²⁸⁴ OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto...*

²⁸⁵ Vide anexo 4.

²⁸⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*p. 115

²⁸⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*

²⁸⁸ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

²⁸⁹ JESUS, Elisabete – *As Recolhidas do Anjo...*p. 63-84

²⁹⁰ BARREIRA, Aníbal – *A assistência hospitalar no Porto: 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. Vol.1, p. 4

pouco acerca da sua forma de administração, bem como sobre a tipologia de mulheres assistidas, revelando ainda alguns aspetos principais presentes nos estatutos da instituição, a par de algumas considerações respeitantes às funções desempenhadas por este espaço durante as largas centúrias da sua vigência.

2.2.1. Fundação

As motivações para a fundação do RRRSIA obedeceram, antes de mais, ao contexto mencionado no presente capítulo, que despoletou o surgimento de uma série de mulheres desamparadas, que deviam preservar a sua honra. A cidade do Porto, não escapando a esta conjuntura, albergava também uma série de mecanismos assistenciais, como era o caso da SCMP e das Ordens Terceiras, ainda que o auxílio ao próximo não fosse o objetivo primeiro destas últimas ou, ainda, as diversas confrarias e irmandades que foram fundadas no espaço urbano portuense, assim como a Igreja enquanto estrutura ativa na assistência aos vulneráveis²⁹¹.

Por outro lado, emergem razões distintas, nomeadamente de cariz pessoal e familiar²⁹². Fundado pela viúva de Gonçalo Borges Pinto, cidadão do Porto, e descendente de Paulo Borges Porto, também ele cidadão, fidalgo, vereador e procurador na mesma cidade, D. Helena Pereira utilizou os bens que havia herdado na fundação do RRRSIA, ainda que as suas intenções iniciais abarcassem a fundação de um convento de capuchas descalças²⁹³. Também esta proveniente de uma família que desempenhava cargos relacionados com as estruturas de poder²⁹⁴, não admira que esta instituição, como tantas outras, tivesse aplicado o conceito de *pobreza selecionada* ao público mulheril que assistia.

Como se encontra patente no capítulo anterior, a salvação da alma era uma preocupação transversal durante a Época Moderna, afetando sobretudo os indivíduos com condições económicas e morais para prestar assistência aos restantes. Por isso, esta

²⁹¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

²⁹² JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 30

²⁹³ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

²⁹⁴ Vide anexo 5.

circunstância não deve deixar de ser mencionada aquando da abordagem da fundação do Recolhimento do Anjo, representando, nas palavras de Elisabete Jesus, um “carácter individual”²⁹⁵. Deste modo, não só a fundação deste espaço se enquadrava na conjuntura pós-tridentina, nomeadamente no que se refere aos aspetos relacionados com a honra social, como também emergem motivações pessoais da fundadora que dirigem os objetivos do espaço, bem como a estrutura orgânica do mesmo, adiante explícita. Veja-se, enquanto mulher viúva, teoricamente desamparada pela falta do elemento masculino – neste caso, o marido – e sem filhos, ao erguer esta estrutura, estava também a cumprir um dos preceitos da época, preservando a sua castidade e, conseqüentemente, a sua honra²⁹⁶.

A par destas vontades, D. Helena Pereira obteve auxílio de um eremita francês, Carlos de São Marcos, que havia chegado à cidade do Porto anos em 1656. Auxiliando a viúva na ereção deste espaço, deslocou-se à corte para a obtenção das licenças necessárias a esta ação, auferindo mesmo da proteção da rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1666-1668) e conseguindo a cedência, por parte do Senado do Porto, de um espaço amplo para a construção do espaço, financiada pela viúva. Assim, compreende-se a existência de uma articulação entre as diversas estruturas de poder vigentes durante a Época Moderna em Portugal, particularmente entre o poder local, sobretudo acerca da concessão do terreno para a construção da instituição, nomeadamente da ermida do Anjo São Miguel, na freguesia de Santo Ildefonso, extramuros da cidade do Porto²⁹⁷; o central, já que o monarca enviou a Roma a súplica para a fundação do espaço, em 1672, aprovando posteriormente os estatutos da instituição e o episcopal, pelo Bispo da Diocese do Porto ficar responsável pela administração do Recolhimento do Anjo após a morte da fundadora²⁹⁸.

²⁹⁵ JESUS, Elisabete – Poder, *caridade e honra*...Vol. 1, p. 37

²⁹⁶ JESUS, Elisabete – Poder, *caridade e honra*...Vol. 1

²⁹⁷ CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*...

²⁹⁸ JESUS, Elisabete – Poder, *caridade e honra*...Vol. 1

Seguindo o modelo de santidade feminina da Rainha Santa Isabel (1288-1325), associada a uma série de obras caritativas, e sob a invocação de São Miguel Arcanjo, foi a 15 de abril de 1674 que entraram as primeiras recolhidas para a instituição, incluindo a fundadora, D. Helena Pereira, que viria a falecer em 1690 vítima de pleurisia²⁹⁹.

2.2.2. O edifício e a sua funcionalidade

As similitudes entre os conventos e recolhimentos são várias, característica sublinhada anteriormente, sobretudo no que concerne ao modo de vida praticada dentro do espaço de clausura. Todavia, além das semelhanças presentes nos comportamentos, parece que também a arquitetura dos recolhimentos se assemelhou, em vários aspetos, às construções conventuais e monásticas, através da utilização de alguns elementos comuns, como foi o caso da existência de claustros, celas e grades³⁰⁰.

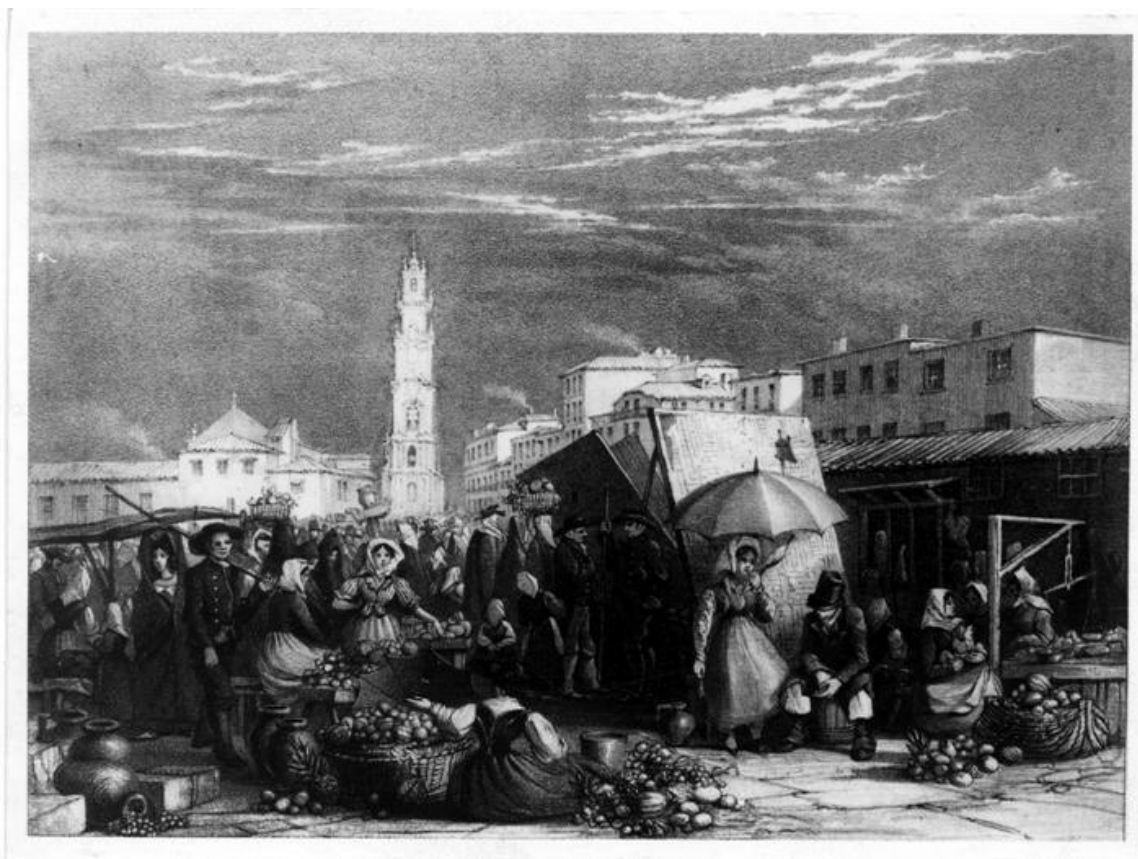
Apesar das informações acerca da arquitetura do espaço serem deveras parcas, arrisca-se a fazer uma pequena síntese sobre os aspetos principais. De andar único, composto por paredes lisas, o Recolhimento do Anjo era constituído por uma arquitetura modesta, idêntica à dos conventos, possuindo, a par dos mesmos, rodas, locutórios e espaços formados por grades. No seu interior, o claustro era um espaço de destaque, onde emergia um chafariz no centro, sendo que a cerca do recolhimento descia até à viela de São Filipe de Nery³⁰¹. Não obstante, desconhecem-se plantas concernentes à planificação do edifício, que consigam corroborar a descrição previamente executada. Todavia, a existência de algumas iconografias respeitantes à Feira da Cordoaria e à Torre dos Clérigos, datas do século XIX, fontes de informação primárias, ainda que indiretas sobre o objeto de estudo em questão, auxiliam na perceção do aspeto arquitetónico do recolhimento. Vejam-se alguns exemplos.

²⁹⁹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

³⁰⁰ ALGRANTI, Leila Mezan – Conventos e recolhimentos em Portugal e na América portuguesa: um estudo comparativo sobre as instituições de reclusão feminina (séculos XVII e XVIII). In COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa – *Desafios da comparação...*

³⁰¹ PASSOS, Carlos de – *Lembranças da terra...*

Figura 9 – Feira da Cordoaria (1835)



Fonte: AHMP – *Feira da Cordoaria* - (PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSCS-GHC/1689- 1694/PUB.9-F.P:CMP:9:179.1)

A figura 1, representante da Feira da Cordoaria durante o ano de 1835, permite observar no plano de fundo a Torre dos Clérigos e, imediatamente próximo à mesma, o Recolhimento do Anjo. Através desta iconografia não é possível aferir a veracidade de alguns aspetos arquitetónicos tratados por Carlos de Passos, como é o caso do interior do edifício. Contudo, verifica-se que, perante esta figura, o recolhimento parece ter apenas um andar, provido de uma arquitetura bastante simples. A Igreja do mesmo espaço encontrava-se, pois, anexa ao mesmo, parecendo figurar de frente ao edifício da Irmandade dos Clérigos.

Figura 29 - Torre dos Clérigos (1837)



Fonte: YALE CENTER FOR BRITISH ART – Torre dos Clérigos, Oporto. [Em linha]. Connecticut: Yale Center for British Art, 2024. [Consult. 13 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://collections.britishart.yale.edu/catalog/tms:170>>

A figura 2, gravura da autoria de James Holland, e datada do ano de 1837, tem como principal intenção representar a Torre dos Clérigos, ainda que, novamente, seja possível observar apenas parte do Recolhimento do Anjo no plano de fundo.

A demolição do edifício teve lugar em outubro de 1837. Por isso, Carlos de Passos afirma que, no que respeita ao edificado, sobreviveu apenas a imagem de São Miguel, que posteriormente passou para a posse da Igreja de São José das Taipas³⁰². Sobre esta circunstância, não se conseguiu aferir a garantia da veracidade desta informação. Por

³⁰² PASSOS, Carlos de – *Lembranças da terra...*

um lado, a Irmandade de São José das Taipas é, efetivamente, detentora de uma imagem de São Miguel no seu núcleo museológico³⁰³. Porém, a sua proveniência é desconhecida, não sendo, neste momento, possível aferir a fiabilidade da informação.

2.2.3. Tipologia de mulheres assistidas

Destinado a donzelas órfãs, mulheres casadas e viúvas, que fossem de condição nobre, o RRRSIA apresenta, assim como outros espaços, uma série de fatores que condicionavam o ingresso das mulheres. Primeiramente, a condição social de cada uma na orgânica do Antigo Regime e, claramente, os atributos e virtudes morais, já que o espaço era destinado a mulheres virtuosas. Tal como salientado aquando da menção do conceito de *pobreza* e todas as nuances que o mesmo comporta, o desamparo feminino tomava diferentes formas.

Por seu turno, quando se aborda a presente instituição, deve-se equacionar também alguns impeditivos económicos que faziam com que as recolhidas não conseguissem suportar um dote de casamento ou de uma instituição conventual, devendo manter a sua condição social num recolhimento, um espaço de transição e intermediário para que, mais tarde, conseguissem alcançar o matrimónio ou ingressar num convento³⁰⁴. Todavia, parece que outros fatores também podiam ter peso quando se refletia acerca da entrada num recolhimento, como era o caso da reputação da qual a instituição auferia ou a existência, ou não, de familiares dentro do espaço³⁰⁵.

Resta ainda mencionar que as recolhidas do Anjo seguiam a regra da Ordem Terceira de São Francisco devido a diversos motivos, um dos quais parece ser a permeabilidade desta ordem às figuras femininas, já que também a própria Rainha Santa

³⁰³ Vide anexo 6.

³⁰⁴ Sobre esta questão, façam-se algumas ressalvas relacionadas com as estratégias de gestão patrimonial da instituição. Suportando os gastos a partir de caridade particular e pública, as porcionistas pagavam, além da cõgrua, ou porção anual, valores referentes ao piso, à sacristia e às propinas. Portanto, em finais do século XVIII, a entrada no RRRSIA custava cerca de 205.000 réis, ainda que o valor das cõgruas fosse transformado ao longo dos vários momentos da História da vida da instituição, com uma notória tendência ascendente. Vide JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

³⁰⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

Isabel professou a mesma. Ainda assim, sublinha-se também a ligação de D. Helena Pereira, a fundadora, à Ordem Terceira franciscana³⁰⁶.

2.2.4. Os estatutos

Os estatutos do RRRSIA, depois de transformados em alguns aspetos, foram aprovados pelo monarca D. Pedro II (1683-1705), em 1688, isto é, anos após a entrada das primeiras recolhidas no espaço. Inspirado nos regimentos de outros espaços, como foi o caso dos recolhimentos do Castelo, em Lisboa, ou mesmo os espaços com uma natureza semelhante, em Évora, a norma do Recolhimento do Anjo discriminava todas as funções, regras, bem como a hierarquia existente na casa, devendo a mesma ser escrupulosamente cumprida, ainda que existam dados demonstrativos do contrário, mencionados adiante³⁰⁷. Compostos por 25 capítulos, os estatutos do RRRSIA abordam as funções que cada mulher ocupava dentro do espaço, estabelecimento também alguns dos pré-requisitos de que estas devem ser portadoras para ingressarem na instituição ou para exercerem funções na mesma.

Estabelecendo de imediato, nomeadamente no capítulo 1º, algumas considerações já mencionadas acerca da fundadora do espaço, prossegue, no capítulo 2º, para elucidar acerca dos pré-requisitos que o administrador deveria ter para desempenhar esta função. Além de zeloso, devia prosseguir com visitas ao espaço, com o objetivo de preservar os bons costumes. A norma prossegue a tecer algumas considerações referentes às qualidades das órfãs e das porcionistas que ingressassem no espaço. Estabelecem-se requisitos de ordem geográfica, mas também de natureza social e moral, uma vez que “As Orfas, e Porcionistas hão de ser naturaes desta cidade ou Bispado, nobres por Pays, e Avóz, Donzellas, virtuosas, pobres [...]”³⁰⁸. As idades para a permanência no recolhimento balizavam-se entre os 12 e os 40 anos, já que se

³⁰⁶ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

³⁰⁷ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

³⁰⁸ BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 3º

pretendia que neste tempo tomassem estado, ainda que o espaço pudesse albergar também mulheres casadas³⁰⁹.

As similitudes entre os espaços conventuais e os recolhimentos são evidentes, nomeadamente no capítulo 4º, referindo-se à preservação da clausura da forma em que “que se observa nos Mosteiros das Religiozas”³¹⁰. Portanto, os comportamentos honestos e, sobretudo, as atitudes modestas eram qualidades exigidas às mulheres que quisessem permanecer no Recolhimento do Anjo, sobretudo no que respeita ao modo de vestir das órfãs e porcionistas do espaço. Deviam utilizar “cor parda, e toucando-se decentemente sem nenhum genero de joyas, adereços, fitas ou quaisquer effeites, que a vaidade introduzir alheos do habito Religiozo, usarão somente de çapatas negras, e chinelas da mesma cor”³¹¹.

O capítulo 6º ocupa-se da rotina quotidiana das recolhidas, dividida entre as diversas tarefas na casa, os labores e, evidentemente, os exercícios religiosos, práticas regidas através de um exigente horário, dependendo da estação do ano, nomeadamente do verão ou do inverno.

³⁰⁹ BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 3º

³¹⁰ BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 4º

³¹¹ BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 5º

Tabela 6 – Distribuição de tarefas no RRRSIA segundo os estatutos de 1688

Horário	Tarefa
05h00 (Verão) ³¹² 06h00 (Inverno) ³¹³	Amanhecer através do tanger da campainha, tocada por uma órfã nomeada pela Vice-Regente, seguindo pelos dormitórios a despertar as recolhidas, batendo em cada porta
05h00-07h00 (Verão) 06h00-08h00 (Inverno)	As recolhidas dirigem-se ao Coro, colocando-se de joelhos nos seus lugares. Segue-se uma meditação dos livros espirituais e, depois, a antífona do Espírito Santo. Posteriormente, as mulheres devem executar a oração mental durante meia hora, seguindo-se a Missa
07h00 -10h00 (Verão) 08h00-11h00 (Inverno)	Momento intermédio no exercício da religiosidade, na casa de labor ³¹⁴
Sem referência ³¹⁵	Almoço, escutando a lição espiritual ou de vida dos Santos, seguido de oração no Coro
13h00-17h00 (Verão e Inverno)	Casa de Labor
17h00-18h00 (Verão) 17h00-20h00 (Inverno)	Lição espiritual no Coro, acompanhado de meia hora de oração mental
18h00 -20h00 (Verão) 20h00-21h00 (Inverno)	Jantar, seguido de exame de consciência no Coro
Sem referência ³¹⁶	Uma vez acabado o exame mencionado, as recolhidas seguem para as suas celas onde devem preservar o silêncio, sem se ausentar deste espaço

Fonte: Rita Costa, 2024 a partir de BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*

Entre os capítulos 7º e o 9º são tecidas diversas considerações acerca do exercício de comungar, estando as recolhidas obrigadas a fazê-lo, pelo menos, uma vez por mês. Seguem-se algumas afirmações sobre as confissões, que devem acontecer particularmente nos dias da Rainha Santa Isabel, de São Miguel, de São Francisco e de Santo António, rogando a Deus pela fundadora do recolhimento.

³¹² O horário de Verão era balizado entre o dia de Páscoa até Exaltação da Cruz, a 14 de setembro.

³¹³ O horário de Inverno era balizado entre o dia 14 de setembro, que simbolizava a Exaltação da Cruz, e o dia de Páscoa.

³¹⁴ Na casa de labor eram ensinadas algumas tarefas essenciais à figura feminina, como coser ou, ainda, se ruma boa esposa e mãe, fomentando ainda o trabalho manual de onde algumas recolhidas podiam auferir algum rendimento. *Vide* JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1

³¹⁵ Quanto ao horário de almoço, os estatutos de 1688 não são específicos. Ainda assim, pelos horários estabelecidos em seguida.

³¹⁶ O horário de recolher depende do tempo da duração do exame de consciência.

Entre os restantes capítulos, os mais importantes a salientar são, sem dúvida, os que referem as qualidades e as funções de cada oficial desempenhava dentro da instituição.

Tabela 7 – Requisitos e funções das oficiais do RRRSIA segundo os estatutos de 1688

Cargo	Requisitos	Funções	Duração (anos)
Regente	- Condição nobre pelos avós - Maior de 40 anos, donzela ou viúva - Virtuosa e prudente - Preferencialmente antiga recolhida do Anjo	- Nomeia as restantes oficiais - Repreende e aplica castigos às recolhidas - Preside os atos de comunidade - Concede permissão às recolhidas para falar no locutório e na grade com os parentes de primeiro grau - Examina a correspondência - Benze das recolhidas no final de cada dia	3
Vice-Regente/Vigária	- A mais antiga e de maior capacidade e virtude	- Substitui a Regente em caso de impedimento da primeira - Auxilia no exercício de coser - Vigia as conversas do locutório e da grade (visão e audição) - Acompanha os oficiais masculinos que entram no recolhimento - Ensina as mulheres a rezar o ofício de Nossa Senhora	3
Porteira	- Escolhida entre as mulheres mais antigas da instituição	- Abre e fecha as portas mediante o horário - Vigia entradas e saídas de elementos internos e externos do Recolhimento - Recebe cartas, recados, roupas e presentes - Examina os objetos que entram na instituição - Vigia a clausura das mulheres	1
Provisora	- Grande capacidade	- Provém no sustento do recolhimento - Examina as receitas da botica - Assistente na execução das porções	1
Enfermeira	- Escolhida entre as recolhidas, devendo destacar-se pela caridade e piedade	- Assiste nas sangrias, nas visitas do médio e auxilia na alimentação das recolhidas doenças - Destila água e outros materiais	Sem referência
Sacristã	- Virtuosa	- Fornece os Sacramentos e a roupa branca - Vigia a clausura das recolhidas enquanto estas se encontram na Igreja	Sem referência

Criada de dentro	- Virtuosa	- Serve as oficinas e executar as restantes tarefas das quais a regente a incumbir	Sem referência
Criada de fora	- Virtuosa	- Executa os recados fundamentais fora do recolhimento	Sem referência

Fonte: Elaboração própria a partir de BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*

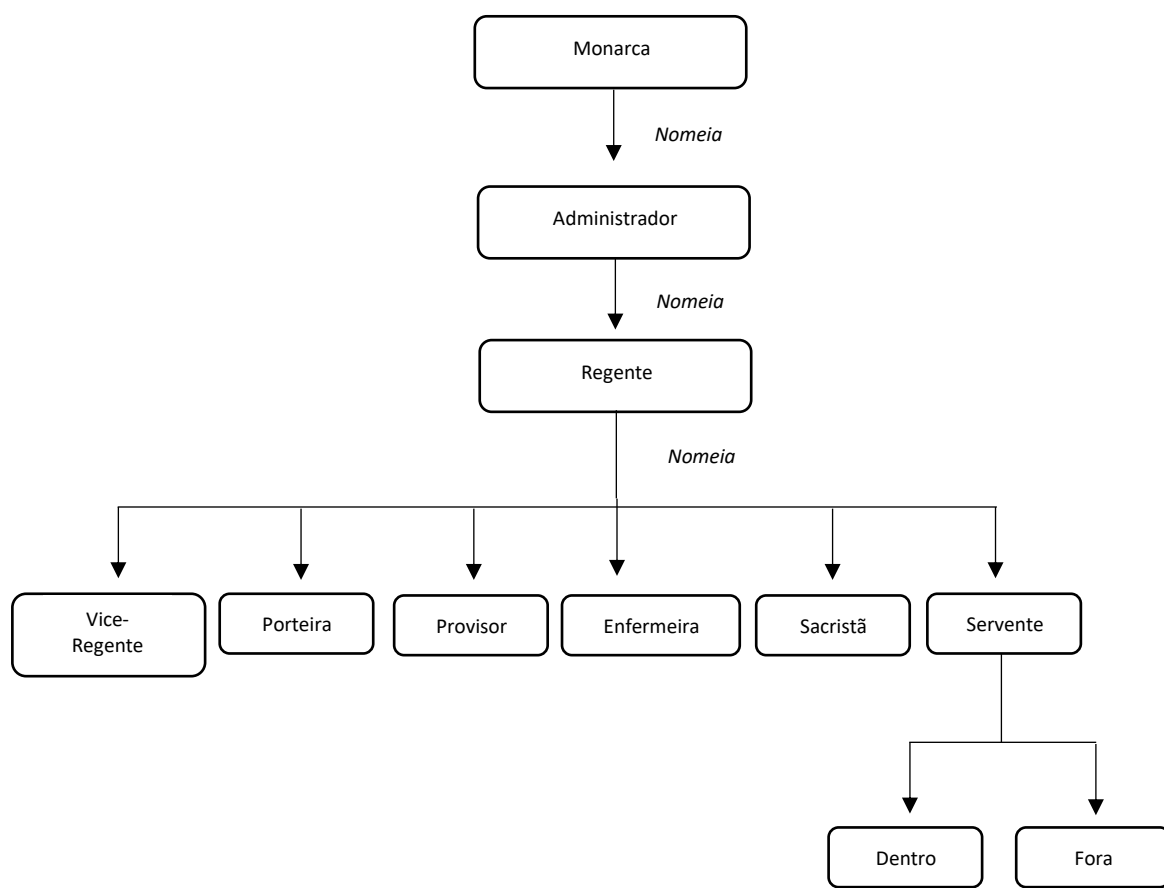
2.2.4.1. A orgânica funcional da instituição

A par de todas as instituições desta natureza, também o RRRSIA possuía uma estrutura funcional, composta pelas oficiais mencionadas na tabela 7, que permitia a vivência do quotidiano da comunidade. As mulheres, especificamente hierarquizadas, desempenhavam diferentes funções para garantir que a instituição respondia ao seu objetivo principal – preservar a honra feminina. Dotado de *uma* “administração diocesana submetida à jurisdição real”³¹⁷, este espaço era encabeçado por um administrador, que desempenhava a função de Bispo da Diocese do Porto, diretamente nomeado pelo rei que, por conseguinte, elegia a Regente do recolhimento, a quem as recolhidas e demais oficiais deviam obediência³¹⁸.

³¹⁷ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 42

³¹⁸ BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 13º

Figura 65 – Organograma do RRRSIA (1674-1800)



Fonte: Elaboração própria a partir de BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*

Em jeito de conclusão, e como se comprova por trabalhos previamente realizados no âmbito do Recolhimento do Anjo, o funcionamento e a vigência de instituições desta natureza não dependiam apenas da caridade particular, como foi o caso da ação de D. Helena Pereira. Pelo contrário, a existência de uma articulação entre o poder central, local e episcopal foi o fator responsável pela permanência da comunidade até finais da década de 40 do século XIX³¹⁹.

³¹⁹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

2.2.5. Funções desempenhadas

O trajeto do RRRSIA pode ser observado sob diferentes categorias de análise. No que respeita à movimentação e ao universo social das recolhidas, Elisabete Jesus executou esta tarefa³²⁰, da qual se serve o presente estudo para executar a análise comparativa presente no capítulo seguinte.

Resta, pois, elucidar sobre alguns aspetos essenciais, como é o caso de o período de vigência da instituição ter terminado em 1832, sendo o edifício demolido cinco anos depois, em 1837. Utilizado enquanto quartel e hospital militar durante o Cerco do Porto (1832-33), episódio integrante da Guerra Civil portuguesa (1832-1834), as recolhidas do Anjo viram-se a braços com diversas dificuldades para combater este período. Sousa Reis afirma que as mulheres presentes na instituição eram já de idade avançada e que se foram ausentando do espaço nos anos 30 do século XIX³²¹. Carlos de Passos e Firmino Pereira chegam a afirmar que estas mulheres foram forçadas a abandonar a instituição, tendo pedido asilo no Convento de São Bento de Avé-Maria, também no Porto. Consequentemente, a Câmara do Porto pretendeu recuperar o espaço, sendo a instituição extinta no dia 20 de maio de 1833, por decreto e portaria. Posteriormente, em 1837, dar-se-ia início à demolição do edifício outrora ocupado pelas recolhidas do Anjo. Apenas dois anos após o sucedido, em 1839, já o local dava lugar ao Mercado do Anjo³²².

2.3. O Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança

O RONSE, enquanto objeto de estudo integrante na presente dissertação, requer a menção a alguns dos principais vetores que o caracterizam e definem. É, pois, sobre estas circunstâncias que a presente secção pretende elucidar, antes de se avançar para a análise comparativa presente no capítulo seguinte. À semelhança dos motivos que conduziram à sua fundação, irão ser tecidas algumas considerações acerca da sua forma

³²⁰ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

³²¹ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto...*Vol. 1

³²² Vide PASSOS, Carlos de – *Lembranças da terra...*; PEREIRA, Firmino – *O Porto d'outros tempos...*

de administração, acompanhadas por algumas noções respeitantes à tipologia de mulheres assistidas, bem como à norma vigente no espaço e, ainda, às funções que esta instituição desempenhou até à centúria vigente, adiantando que, ao contrário do Recolhimento do Anjo, o seu edificado permanece na estrutura urbana da cidade do Porto.

2.3.1. Fundação

Ao contrário das motivações apresentadas para a fundação do RRRSIA, em 1672, o surgimento do RONSE nasceu por motivações e meios distintos, apenas na década de 20 do século XVIII. Falecido a 28 de agosto de 1718, o padre Manuel Passos de Castro, tesoureiro-mor da Colegiada de Cedofeita, morador na freguesia de Santo Ildefonso, deixou enquanto testamenteiros Dionísio Botelho Pereira d'Almeida, Chantre dessa mesma Colegiada, assim como António Pacheco Pereira, licenciado. Além disso, dissonante à narrativa de nascimento do Recolhimento do Anjo, o testador não deu ordens específicas para a fundação de um recolhimento. Pelo contrário, a cláusula presente neste documento afirmava que o remanescente do seu legado, depois de dispostas todas as obrigações testamentárias, fosse aplicado numa obra de caridade, que ambos os testamenteiros tivessem refletido sobre³²³.

Aceite em 1721 pela Misericórdia do Porto, o legado do padre Manuel de Passos Castro encontrava-se já liquidado quatro anos após o seu falecimento, em 1722. Na verdade, o surgimento da ideia de fundação de um recolhimento para meninas órfãs surgiu por parte do Chantre da Colegiada, Dionísio Botelho Pereira d'Almeida, que a apresentou ao então Provedor da Santa Casa, Francisco Luís da Cunha Ataíde, que a aceita. Após a convocação dos Irmãos que compunham a Mesa da SCMP para discutir a aplicação do remanescente numa obra de tal envergadura, o próximo passo foi selecionar um local para construir o edifício que albergaria a instituição. O primeiro pedido, indeferido pelo Paço, negou o acesso da construção na alameda da Cordoaria (curiosamente próximo ao Recolhimento do Anjo), razão pela qual a segunda

³²³ FERREIRA, J. A. – *Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança...*

preferência passou para os terrenos pertencentes à Misericórdia do Porto, que tinham lugar em São Lázaro, na freguesia de Santo Ildefonso³²⁴. As primeiras recolhidas entraram em maio de 1731, depois de, em janeiro, a Misericórdia do Porto, administradora do espaço, ter dado o aval positivo para esta ação³²⁵.

A SCMP, fundada em finais do século XV³²⁶, pouquíssimo tempo após a Misericórdia de Lisboa, assumiu a assistência aos expostos, através da administração da Casa da Roda do Porto, mas também de meninas órfãs e mulheres adultas, como veio a suceder com a administração do RONSE³²⁷. Os seus Compromissos, à imagem do de Lisboa, contemplava o cumprimento das obras de misericórdia, entre as espirituais e as corporais³²⁸, ou seja, acudir a falta de recursos essenciais à sobrevivência, como o apuramento moral, sendo os irmãos, de maior e menor condição, convocados a estas práticas, numa lógica de compromisso com a eternidade e a salvação da sua alma³²⁹. Ser Irmão era, antes de tudo, uma condição bastante específica, que não podia deixar de ter em conta dimensões de natureza moral, como a reputação e a fama dos homens³³⁰. Eram inseridos num “programa agregador, de ativação de redes sociais, dentro e fora da própria Irmandade”³³¹.

No que respeita ao governo desta Irmandade, a orgânica funcional da mesma estava a cargo de dois elementos de suma importância – o Provedor e o escrivão, homens com mais de quarenta anos – somando os onze Irmãos conselheiros que compunham o órgão principal da gestão desta entidade – a Mesa – cuja função era

³²⁴ FERREIRA, J. A. - *Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança ...*

³²⁵ JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo Araújo; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia...*p. 295-324

³²⁶ AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Sob o manto da misericórdia: contributos para a história da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-1668)*. ISBN 978-972-40-7207-4, p. 51-154

³²⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*

³²⁸ OSSWALD, Helena – As obras de misericórdia. Que obras, para quem e através de quem. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia...*p. 233-256

³²⁹ PAIVA, José Pedro Paiva; SÁ, Isabel dos Guimarães Sá - A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I. In PAIVA, José Pedro Paiva - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...* 10

³³⁰ AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Sob o manto da misericórdia...*p. 51-154

³³¹ AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Sob o manto da misericórdia...*p. 73

tomar decisões respeitantes à Irmandade e, conseqüentemente, ao Recolhimento das Órfãs.

Não se afigura de especial importância mencionar as tarefas de cada um, apenas notar que a estrutura orgânica da Misericórdia do Porto era complexa, sendo necessários diversos recursos humanos, que se repartiam entre os distintos cenários aos quais a confraria dava resposta. Aliás, as considerações tecidas referem-se à norma prevista no Compromisso de 1643-1646, já que a orgânica funcional desta entidade foi também evoluindo consoante a passagem das largas centúrias³³².

No que respeita à mulher enquanto objeto assistencial desta Irmandade, destaca-se a fundação do Recolhimento das Órfãs, assim como a atribuição de dotes de casamento para mulheres vulneráveis e desamparadas, como era o caso paradigmático das órfãs³³³.

2.3.2. O edifício e a sua funcionalidade

Ao contrário do conhecimento existente para o RRRSIA, não se dispõe de alguma descrição do aspeto interior do RONSE, pelo que a presente secção terá de se submeter aos aspetos económicos que esta obra acarretou. Ainda assim, tal conceção não se aplica à Igreja da mesma instituição, cuja fachada se encontra estudada.

Dois anos se passaram entre a decisão de edificação do RONSE e o efetivo trabalho que acarretava construir um edifício para albergar uma instituição desta natureza. Apenas em 1724, a Santa Casa do Porto encarregou António Pereira, Mestre Pedreiro, de executar a planta (ou o *risco*) para a construção do recolhimento. De plantas para tal construção não se tem conhecimento, reconhecendo que a sua análise podia, em muito, contribuir para o enriquecimento do presente estudo. Além do mais, a construção do RONSE conheceu alguns entraves, visto que as verbas para a sua

³³² Note-se que a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia do Porto tinha aspetos diferentes à luz do Compromisso de 1516 e 1594. *Vide* AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Sob o manto da misericórdia*, p. 51-154

³³³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Tomar estado...*p. 357-381

construção tinham sido gastas em apenas um ano, sendo necessário recorrer ao auxílio monetário do Cabido da Sé do Porto e ao próprio poder local. Além deste amparo, também as escolas recolhidas no Brasil, com a evidente autorização régia, contribuíram para a edificação do espaço. As obras do recolhimento cessaram em 1743, doze anos após a entrada da primeira Regente e das primeiras recolhidas³³⁴.

A par da edificação do espaço que albergaria o recolhimento, fora também construída, a partir de 1743, a Igreja anexa ao mesmo, designada também enquanto a nomenclatura de *Nossa Senhora da Esperança*. Geralmente atribuída a Nicolau Nasoni (1691-1773), há, no entanto, alguns autores que discordam que a Igreja do RONSE tenha sido obra do artista italiano, já que não existe documentação que comprove o contributo deste arquiteto nas obras referentes a esta estrutura³³⁵. Já outros estudiosos tendem a discordar da perspetiva, afirmando a autoria de Nasoni nesta obra, argumentando que os traços plásticos da fachada da Igreja são traços caracterizados e típicos presentes nos diversos trabalhos do arquiteto³³⁶.

Sobre esta questão, não se pretende debater além do que as considerações previamente tecidas, antes destacar alguns elementos deste espaço. A Igreja de Nossa Senhora da Esperança ostenta as armas da Casa Real, sendo também possuidora de escultura ornamentada por motivos florais, que auxiliam na sensação de movimento³³⁷ da sua fachada. A mesma ideia parece defender Carlos de Passos quando aborda a igreja em questão e a relaciona com o italiano³³⁸. A obra, terminada já em 1763, permanece até aos dias correntes em São Lázaro³³⁹, integrada na estrutura do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, uma vez que era também parte integrante da mesma obra.

Sobre o edifício onde as recolhidas habitavam, poucas são as iconografias disponíveis. Na verdade, sabe-se que o edifício sofreu algumas transformações quando o século XIX já ia avançado. Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova produziu, em 1833, uma

³³⁴ FERREIRA, J. A. - *Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança...*

³³⁵ FERREIRA, J. A. - *Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança...*

³³⁶ SMITH, Robert C. - *Nicolau Nasoni: architecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966

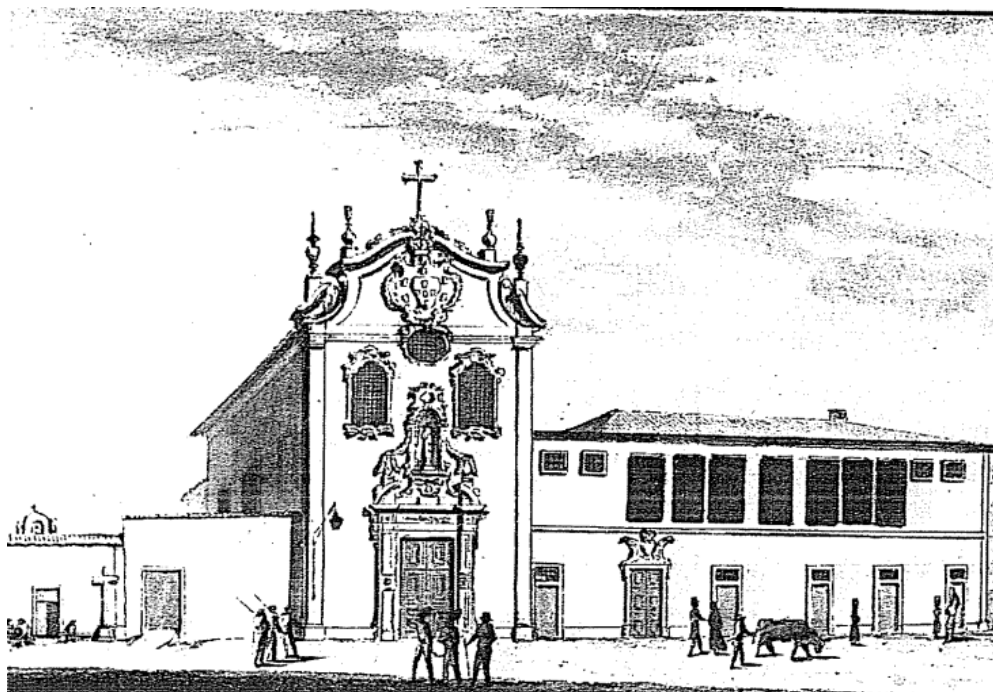
³³⁷ SMITH, Robert C. - *Nicolau Nasoni...*

³³⁸ PASSOS, Carlos de - *Lembranças da terra...*

³³⁹ Vide anexo 7.

estampa relativa ao espaço frontal da Igreja e Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança.

Figura 4- Igreja e RONSE (1833)



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto- Edifícios do Porto em 1833. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1987

Ainda que não seja a intenção do presente estudo analisar detalhadamente a arquitetura do espaço, importa salientar que os mesmos representam uma fronteira entre o mundo civil e a clausura e, por isso, alguns elementos arquitetónicos salientam esta característica. Vejam-se as janelas gradeadas, que eram normalmente acompanhadas por outros componentes, como as gelosias, um mecanismo no qual se pode observar o mundo exterior sem ser visto por quem frequenta o mesmo. Vale ainda acrescentar que o espaço do recolhimento era também protegido por uma cerca³⁴⁰.

Sabe-se que já em 1838 o Recolhimento pediu autorização à Câmara do Porto para obter a licença para a planta que pretendia ampliar as dimensões do edifício, sendo

³⁴⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – O silêncio nas margens: vidas femininas em instituições de clausura na Braga Moderna. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCÍA, Alfredo Martín – *Os marginais...*

os anos do 60 e 70 da mesma centúria marcados por estas transformações. Será também de suma importância adiantar que esta instituição sofre algumas adaptações nas funções que desempenha ao longo do século XIX, tornando-se paulatinamente numa instituição de ensino destinada a meninas alunas internas, mas também externas³⁴¹.

2.3.3. Tipologia de mulheres assistidas

Como previamente mencionado, o RONSE foi transformando as suas funções, adaptando as mesmas às progressivas necessidades da cidade do Porto. Por conseguinte, a tipologia de mulheres foi-se também alterando ao longo do seu período de vigência. Porém, para o presente estudo importa caracterizar as mulheres que habitaram este espaço até ao ano de 1800.

A lógica perante a figura feminina mencionada no primeiro capítulo vigorou durante a Época Moderna, aplicando-se evidentemente também ao RONSE. Tal como o nome indica, o espaço destinava-se sobretudo a meninas órfãs, conceito que, como mencionado, e segundo a legislação civil, se refere a uma rapariga, menor de 25 anos, cujo pai se encontrava falecido, independentemente da mãe se encontrar viva ou não. No entanto, a entrada de outro tipo de mulheres na instituição foi também uma constante. Eram designadas enquanto porcionistas que, também como previamente mencionado, pagavam uma porção anual para se sustentarem na instituição, já que as órfãs eram suportadas pela entidade que administrava o espaço – a SCMP. Sobre a administração do mesmo, algumas considerações irão ser tecidas adiante. Ainda no que diz respeito às porcionistas, os estados civis destas mulheres podiam ser diversos, existindo a presença de solteiras, casadas ou viúvas na instituição.

Grosso modo, no caso do RONSE, as mulheres em estudo representam, a par das recolhidas do Anjo, uma pobreza envergonhada, presente em indivíduos que não conseguiam viver de acordo com a sua condição social, resultando de situações de

³⁴¹ BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança...*

desamparo – a orfandade, a viuvez e a ausência de um elemento masculino por um longo período³⁴².

2.3.4. Os estatutos

Ao contrário dos estatutos do RRRSIA, a norma vigente no RONSE era composta por 48º capítulos. A dimensão desta regra deve-se, possivelmente, ao facto do Recolhimento de Órfãs de inserir numa orgânica funcional bastante distinta do Recolhimento do Anjo, uma vez que era um espaço administrado pela SCMP, integrando-se na estrutura funcional desta entidade, tendo também uma orgânica funcional aplicada apenas a este espaço, como se verá adiante.

No que respeita ao conteúdo deste documento, elaborado ainda em agosto de 1724, foi aprovado em 1725 pelo Mesa da Misericórdia e pelo órgão consultivo da mesma, o Definitório, enquanto D. João V (1706-1750) deu o seu aval positivo em 1731. Os primeiros capítulos transparecem, pois, a estrutura orgânica do RONSE, amplamente distinta do RRRSIA, principiando por mencionar no capítulo 1º as obrigações da Mesa perante a instituição, já que era este órgão que elegia, todos os anos, os Irmãos que presidiam às diversas funções do Recolhimento, ocupando diversos cargos, como o de escrivão e tesoureiro. É também nesta secção que se sublinha a subordinação destes oficiais à orgânica da Santa Casa, representada pela Mesa, já que “todo o mais régimen do Recolhimento e de todas as pessoas dele, estará em tudo subordinado à Mesa”³⁴³.

Os capítulos 2º a 6º definem as obrigações dos oficiais mencionados, nomeadamente do escrivão do Recolhimento que desempenhava um papel essencial na fixação da memória da instituição, ficando a seu cargo uma série de tarefas, destacando a sua função de registar “na portaria do mesmo Recolhimento, quando haja de entrar nele alguma órfã, porcionista ou servente para lhe fazer termo de entrada”. O capítulo

³⁴² JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo Araújo; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia...*p. 295-324

³⁴³ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lazaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 1º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

segundo prossegue ao elencar os parâmetros que devem ser registados nos assentos de entrada das recolhidas. Veja-se o seguinte excerto.

“Aos tantos de tal mez do ano de tantos, na casa da portaria do Recolhimento, etc., aonde eu escrevão vim para fazer este termo de entrada a fulana, órfã ou porcionista, a qual foi admitida por despacho da Mesa de tantos de tal mez, que fica em meu poder; e além disso me mostrou certidão do baptismo da qual consta foi baptisada em tal freguesia a tantos de tal mez e ano; e declarou ser filha de fulano e fulana e neta por ambas as partes de fulanos de tal freguesia, cidade, vila, lugar, concelho, comarca e bispado declarando tudo sem breve nem entrelinha, nem duvidda que coisa faça e outro si me entregou o traslado da escritura de fiança, e obrigação que fez á Mesa feito nas notas do tabelião, de fiz este termo que assinei com a regente fiador”.³⁴⁴

O segundo capítulo prossegue com a divisão dos registos, informando que a formulação prevista deve ser registada nos livros destinados às entradas de órfãs, oficiais e serventes, que se conectaria com outro livro respetivo à saída destas personagens. Já, por seu turno, as entradas das porcionistas deviam ser registadas noutro espaço, bem como as suas saídas, perfazendo um total de quatro livros com assentos de entradas e saídas das recolhidas, oficiais e serventes do espaço. No caso destas últimas, o capítulo segundo estabelece também as categorias a analisar

“Fulana, que tem o seu assento no livro das entradas a folhas tantas, saiu em tal dia deste ano por despacho da Mesa (se fôr por culpa) por assim parecer conveniente; e se entregou a seu fiador. Se fôr para qualquer outro fim se dirá o para que. E se fôr para casar se declarará o nome do marido, sua terra, e os nomes e terras dos seus quatro avós, e quem lhe deu o dote”³⁴⁵.

O capítulo 3º refere-se às condições que o tesoureiro deve possuir, sendo uma pessoa de confiança, especialmente em questões relacionadas com a gestão económica. Os capítulos 7º a 14º são de especial importância, uma vez que definem as obrigações das oficiais que compõem a casa.

³⁴⁴ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 2º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁴⁵ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 2º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Tabela 8 – Cargos e funções desempenhadas pelas oficiais e serventes do RONSE

Cargo	Requisitos	Funções	Duração
Regente	- Pelo menos 40 anos, não devendo ser casada - Limpa de sangue e de raça - Branda - Vigilante	- Governo de toda a instituição, nomeadamente em matéria política e económica - Aplica castigos às recolhidas	Sem referência
Vice-Regente	- Mulher do recolhimento com capacidade - Limpa de sangue e raça	- Governa o recolhimento em casa de impedimento por parte da Regente - Dorme e assiste na casa das órfãs e porcionistas, em casa de impedimento das mestras - Pode castigar em recolhidas em flagrante delito	Sem referência
Porteira	- Mais de 40 anos - Limpa de sangue e raça - Deve conseguir ver e ouvir	- Vigiar os comportamentos na portaria e impedir que as recolhidas se aproximem da roda, porta ou raro sem a permissão da regente - Examina a correspondência das recolhidas para entregar à regente	Sem referência
Mestra	- Limpa de sangue e raça - Preferencialmente donzela a uma mulher casada ou viúva - Virtuosa - Deve saber a doutrina cristã, ler, escrever, bordar, coser, executar rendas e fiar	- Educa para a vida temporal e para a espiritual, ensinando às recolhidas as qualidades de uma mulher ideal	Sem referência
Criada/servente de dentro	- Limpa de sangue e de raça - Bons costumes - Robusta - Sadia	- Preparar as refeições, servir as mesmas, cozer pão e os restantes alimentos	Sem referência
Criada/servente de fora	- Limpa de sangue e de raça - Bons costumes - Robusta - Sadia	- Fazer os recados fora do recolhimento	Sem referência

Fonte: Rita Costa, 2024 a partir de AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, livro 2767 (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Após as considerações acerca das oficiais que ocupam os cargos pertencentes à orgânica interna do recolhimento, os estatutos tecem algumas considerações sobre as circunstâncias relacionadas com as órfãs e as porcionistas. Não existe um *numerus clausus* referente ao número de órfãs que o recolhimento conseguiria suportar, uma vez

que “como o estado do tempo costuma ser vário, não se pode constituir o número que neste recolhimento há-de haver de órfãs”³⁴⁶.

Dependentes de uma petição à Mesa para ingressar na instituição, as órfãs deviam ainda apresentar a certidão de batismo, declarando também a proveniência geográfica dos seus pais e quatro avós, através da discriminação da “rua, cidade, vila, aldeia, freguesia, bispado, concelho, comarca donde cada um é natural”, nomeando no fim deste documento o fiador que fica encarregue da menina, salientando a sua residência e a sua condição socioprofissional³⁴⁷, uma vez que não deviam ser admitidas nos espaços mulheres que não dessem conhecimento de um fiador aquando da entrada, já este continuava detinha responsabilidade sobre a figura feminina quando o seu tempo na instituição terminasse³⁴⁸.

Os capítulos 18º e 19º são particularmente relevantes, uma vez que enumeram as qualidades às quais as órfãs devem obedecer para conseguir ingressar no RONSE. As órfãs podiam ingressar a partir dos 7 anos, estando autorizadas a permanecer na instituição até aos 25³⁴⁹, data em que, legalmente, deixariam de auferir do estatuto de órfã. Além disso, enquanto requisitos para a entrada, as meninas órfãs deviam ser

“limpas de toda a raça [...] sadias e não aleijadas, cegas ou faltas de vista ou de algum sentido, nem que tenham lezão na cara de que se lhe siga deformidade [...] nascidas nesta cidade, ou seus arrabaldes ou terem vindo para ela de menos de sete anos [...] órfãs ao menos de pai e sempre hão-de preferir as mais desamparadas”³⁵⁰.

³⁴⁶ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 16º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁴⁷ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 17º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁴⁸ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 21º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁴⁹ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 19º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁵⁰ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 18º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

A par das oficiais, que se deviam vestir modestamente, também as demais órfãs estavam proibidas de utilizar elementos no seu vestuário que não estivessem relacionados com a simplicidade ou honestidade,

“convem que todas andem da mesma côr, que será serafina parda, a saber: uma vestia e uma saia sem mais feitiço nem guarnição que um tomado liso e por baixo um mantêo azul, e um colete fechado no pescoço, de pano branco [...] Na cabeça trarão toucas fechadas [...] das quais usarão nos atos de comunidade, e quando falarem a qualquer pessoa de fóra”³⁵¹.

À exceção destas considerações, apenas as porcionistas estavam isentas da utilização da touca, estando também obrigadas a pagar uma porção anual no valor de 50.000 réis, se a mulher fosse casada, e 40.000 réis, se a mesma fosse solteira³⁵². Além destas despesas, também as mulheres que ingressam enquanto porcionistas deviam ser portadores do seu móvel, isto é, um conjunto de elementos que lhes permitisse montar o seu leito, assim como possuir materiais para executar as refeições e as demais tarefas na casa³⁵³.

O capítulo 25º descreve a rotina quotidiana das recolhidas na instituição que, a par das mulheres que habitavam no Anjo, era também caracterizada por rigorosos horários e tarefas a serem cumpridas, dependentes da altura do ano em que as órfãs e porcionistas se encontravam. Novamente, o dia de Páscoa emerge enquanto fronteira temporal da rotina das recolhidas, quer nas do Anjo, quer nas do Recolhimento da Misericórdia, apresentando-se também o Verão e o Inverno enquanto guias na rotina das mulheres.

³⁵¹ AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto, livro 2767, capítulo 23º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁵² AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto, livro 2767, capítulo 41º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁵³ AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto, livro 2767, capítulo 42º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Tabela 9 – Rotina diária no RONSE

Horário	Tarefa
05h30-6h30 (Verão) 6h15-7h15 (Inverno)	- A Mestra acorda as recolhidas, batendo com alguma coisa nos pilares dos leitos - Depois de se vestirem, as recolhidas devem rezar, ainda na câmara, uma ladainha a Nossa Senhora, quatro Padres Nossos, uma Avé Maria e, ainda, uma Salvé Rainha
06h30-10h (Verão) 7h30-10h (Inverno)	- Missa com a Mestra - Almoço, onde as recolhidas devem apenas gastar um quarto de hora
10h-11h15 (Verão e Inverno)	- Aprender a ler e a escrever, ensinando também a doutrina pela cartilha do padre mestre Inácio Martins
11h15-13h (Verão e Inverno)	- A Mestra deve ensinar as recolhidas a comer com asseio, devendo advertir ao mais leve descuido - Depois de comer, rezam um Padre Nosso e uma Avé-Maria pela alma de Manuel Passos de Castro
13h-15h (Inverno) 13h-16h (Verão)	- Casa de labor, executando as tarefas que parecerem mais úteis à Regente e à Mestra
15h-15h30 (Inverno) 16h-16h30 (Verão)	- As recolhidas merendam
15h30-16h45 (Inverno)	- Leitura e correção das matérias, acompanhado pelo ensino das orações
16h45-19h (Inverno)	- Trabalhos na casa de labor
18h (Verão) 19h (Inverno)	- Ida até ao Coro para rezar o Rosário, seguido do canto de três Salvé Rainhas à Nossa Senhora
Após a ida ao Coro	- Ceia no refeitório, devendo no final proferir o cântico Benedictus Dominus
Após a ceia-21h (Verão) Após a ceia-21h45 (Inverno)	- As recolhidas seguem para as suas câmaras, onde podiam ler e falar
21h (Verão) 21h45-22h (Inverno)	- Exame de consciência

Fonte: Rita Costa, 2024 a partir de AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, livro 2767, (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Além destas questões do quotidiano, as órfãs e porcionistas estavam apenas autorizadas a falar com

“todos os seus parentes de primeiro grau de consanguinidade e afinidade e também com os tios, irmãos de pai ou mãe, com seus tutores; porém a estes ha-de estar presente a Regente”³⁵⁴.

Os restantes capítulos debatem outras questões, nomeadamente a prestação de serviços às mulheres enfermas, destacando particularmente o capítulo 36º, que demonstra os procedimentos no caso de uma recolhida falecer dentro da instituição. As órfãs e porcionistas que falecessem no RONSE teriam a sua sepultura na igreja do

³⁵⁴ AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, livro 2767, capítulo 37º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

recolhimento, devendo as restantes habitantes da instituição rezar cinco Rosários. Sublinha-se também a importância do capítulo 38º que se refere aos casamentos entre as recolhidas e os seus pretendentes, devendo

“O homem que quizer cazar com alguma órfã, o fará saber primeiro à Mesa por petição, declarando nela tem licença de sua mãe e tutor; o ofício ou trato de que vive; o nome de seus pais e donde é natural e morador”³⁵⁵.

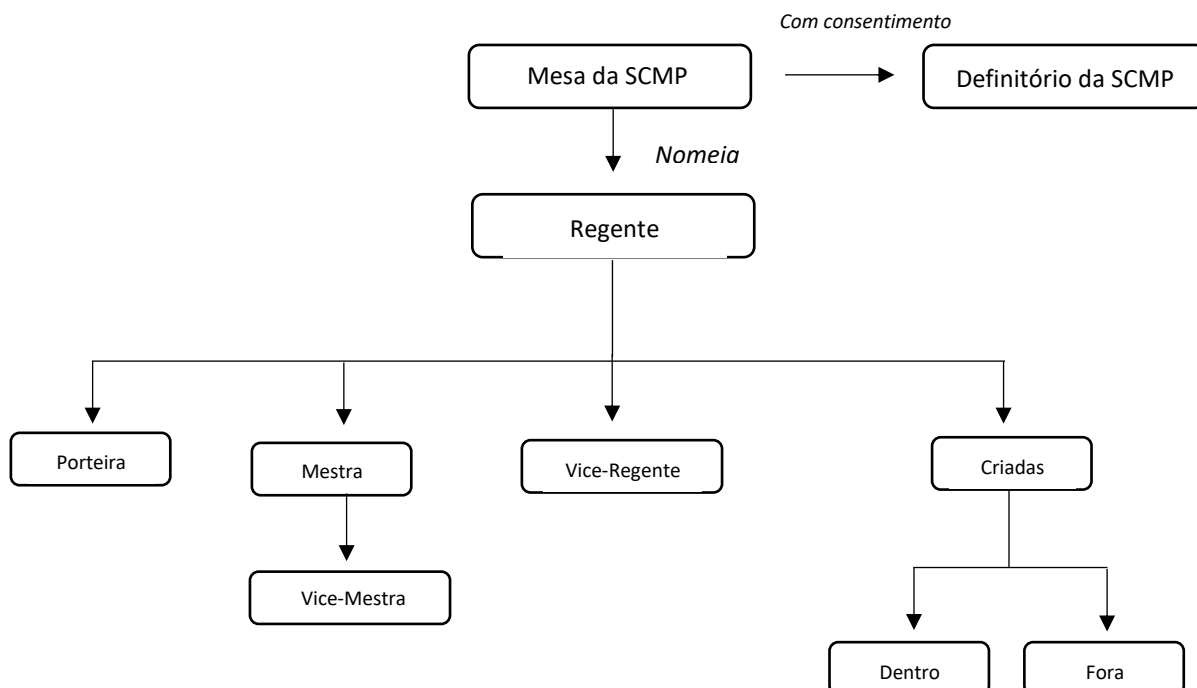
O capítulo 44º, uns dos últimos, estabelece as razões pelas quais será legítimo prosseguir com a expulsão de uma órfã ou porcionista, destacando vários motivos, entre os quais a falta de obediência às oficiais, uma doença incurável ou o estabelecimento de um contrato de casamento sem o conhecimento da Mesa da Santa Casa.

2.3.4.1. A orgânica funcional da instituição

Os estatutos mencionados, assim como as diversas considerações que os mesmos transparecem acerca do recolhimento, possibilitam a compreensão da estrutura orgânica da fundação. Sublinha-se ainda o facto do mesmo espaço estar subordinado à hierarquia da SCMP. Por isso, há que compreender a orgânica funcional interna do Recolhimento integrada na orgânica funcional externa que, neste caso, é correspondente à estrutura da Misericórdia do Porto.

³⁵⁵ AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, livro 2767, capítulo 39º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

Figura 5 – Organograma do RONSE



Fonte: Rita Costa, 2024 a partir de AHSCMP – Mesa - Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, livro 2767, (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

2.3.5. Funções desempenhadas

A par do Recolhimento do Anjo, o RONSE adaptou também as suas funções às necessidades do tempo e do espaço onde se encontrava. No entanto, ao contrário do recolhimento que acolhia mulheres nobres, a instituição a cargo da SCMP não teve o seu edifício demolido.

Na verdade, as mudanças executadas fizeram-se paulatinamente e caminharam a passos largos para transformar o Recolhimento em Colégio, nomeadamente durante o século XIX no quadro político do Liberalismo³⁵⁶. Nos dias correntes, o Colégio é ainda designado pela nomenclatura de Nossa Senhora da Esperança e até então pertencente à SCMP, mantendo-se também no local original da sua primeira edificação.

³⁵⁶ BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança...*

Capítulo III

«Entre a clausura e o século» - análise comparativa entre os dois recolhimentos

O presente capítulo pretende deter-se sobre o universo social feminino do RRRSIA e do RONSE, espaços que possuíam objetivos semelhantes, mas administrações distintas. O objetivo último é, pois, compreender quem eram as mulheres, de onde vinham e para onde iam, averiguando se as administrações díspares influenciaram, de alguma forma, as movimentações mulheris nas instituições referidas.

Além de uma observação relativo à proveniência geográfica das recolhidas, no que respeita à naturalidade e à residência, debater-se-á acerca das movimentações das mulheres institucionalizadas, dando especial ênfase às motivações de entrada, saída e reingresso das mesmas, auscultando também os tempos de permanência dentro e fora destes recolhimentos. Com efeito, afigura-se de suma importância compreender os destinos das recolhidas, nomeadamente após a estadia nos espaços de transição referidos. Finalmente, a presente investigação detém-se a analisar as redes de sociabilidade onde cada mulher se inseria, observando aspetos relativos à naturalidade, residência, aos estatutos socioprofissionais, assim como às afiliações, que auxiliaram no traçar do perfil social das mulheres recolhidas.

Inicia-se a abordagem pelo RRRSIA, cuja fundação é anterior ao RONSE, no que diz respeito às normas de entrada de mulheres e só posteriormente a análise comparativa para períodos sincrónicos.

3.1. A admissão nos recolhimentos segundo os estatutos de 1688 e de 1725

A entrada nos recolhimentos devia cumprir o estabelecido no documento mais relevante para a orgânica funcional da instituição – os estatutos. A proveniência geográfica, assim como a condição social e a idade das mulheres eram fatores decisivos na aceitação das petições de ingresso. Com efeito, segundo os estatutos do RRRSIA, de

1688, assim como no RONSE, de 1725, além da menção à proveniência geográfica das mulheres, era necessária a indicação das idades das mesmas e a condição em que as mesmas se encontravam.

No que respeita ao RRRSIA, a norma estabelecida em finais dos anos 80 do século XVII previa, no capítulo 3.^o, que “as Orfas, e Porcionistas hão de ser naturaes desta cidade ou Bispado» do Porto. Além disso, o mesmo capítulo acrescenta que as recolhidas deviam ser “nobres, por pays e Avóz, Donzellas, virtuozas, pobres, manssas de condição”. É ainda neste capítulo que se encontra a idade mínima de ingresso das mulheres, 12 anos “não entrarão no Recolhimento de menos idade que de doze anos, e poderão estar nelle athé os quarenta para que no discurso deste tempo possam tomar estado”³⁵⁷.

No que concerne ao RONSE, o capítulo 18.^o, referente às petições das mulheres que desejavam entrar nesta instituição, menciona que as mesmas “hão de ser nascidas nesta cidade, ou seus arrabaldes ou terem vindo para ela de menos de sete anos”, ou seja, naturalidade ou residência no Porto, aspeto que confere uma maior amplitude ao ingresso feminino no espaço, ao contrário do Recolhimento do Anjo. O mesmo capítulo refere ainda que as mulheres “hão-de ser órfãs ao menos de pai [...] as filhas dos homens nobres preferirão às dos oficiais”, evidenciando a preferência por mulheres vítimas de orfandade, ainda que não exclua o ingresso de outras tipologias da condição feminina no espaço³⁵⁸. Além disso, as recolhidas podiam ser admitidas quando tivessem “sete anos completos; e desta idade até à de catorze as poderão recolher [...] Poder-se-hão conservar até à idade de 25 anos”³⁵⁹. A idade mínima de entrada aos 7 e até aos 14 anos, podendo ficar até ao limite máximo de 25.

Compreende-se, pois, que se as diferenças dos critérios de admissão de idade são notórios, também a condição social das destinatárias o é - o RRRSIA fixa

³⁵⁷ BPMP - Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 3^o

³⁵⁸ AHSCMP - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 18.^o (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

³⁵⁹ AHSCMP - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 19.^o (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

expressamente nos seus estatutos que o espaço se destinava a mulheres nobres, enquanto o RONSE estava direcionado a meninas consideradas, pela legislação civil, órfãs³⁶⁰ e que, por isso, se encontravam numa situação de especial desamparo e vulnerabilidade. Deste modo, os estratos sociais com acesso aos recolhimentos podem variar.

Por um lado, o Recolhimento do Anjo previa a entrada de meninas a partir dos 12 anos, permitindo a sua permanência até aos 40 anos, não fazendo a distinção de idades entre as mulheres que ingressavam enquanto órfãs e as que entraram no recolhimento enquanto porcionistas. O mesmo não se aplica no RONSE, destinado a órfãs, ainda que não deixasse de aceitar mulheres de outra condição, a norma da instituição baliza as idades de ingresso e de saída entre os 7 e os 25 anos apenas para as meninas órfãs, não definindo a faixa etária aplicável às porcionistas. Embora estas nuances, ambas as faixas etárias mencionadas traduziam um período de especial importância na vida das meninas, de maior vulnerabilidade no corrompimento da honra.

3.2. Composição do universo feminino

Embora as diretrizes impostas pelos estatutos sejam fatores essenciais, que guiam o presente estudo, a análise dos registos de entrada e de saída das mulheres permite compreender a verdadeira dinâmica do movimento feminina nestas instituições, demonstrando que o quotidiano dos recolhimentos portuenses podia estar longe da norma.

3.2.1. Quantas recolhidas?

O RRRSIA acolheu mulheres nobres, provenientes de estratos elevados da sociedade moderna, nomeadamente portuense, mas também originária de outros locais do reino, sobretudo da região Norte, como provou o trabalho de Elisabete de Jesus. Entre 1674, ano de ingresso das primeiras recolhidas, e 1800, data que simboliza o término dos registos de entrada conhecidos para o espaço, ingressaram 385 mulheres. A esmagadora maioria das recolhidas ocupou o estatuto de porcionista (96%) na

³⁶⁰ MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto...*

instituição, ainda que esta tenha também reservado alguns lugares para órfãs, particularmente 16, designadas enquanto *órfãs da casa* ou *do número* (4%)³⁶¹. As primeiras sustentavam a sua vida dentro do espaço, pagando uma porção, que cobria as despesas relacionadas com o teto, o vestuário e a alimentação. As segundas, enquanto vítimas da orfandade, usufrutuavam da assistência gratuita.

Conclui-se que não era capaz de receber um número avultado de órfãs, mulheres que dependiam do sustento da instituição, mas antes de porcionistas, que pagavam semestralmente uma porção para o seu sustento, fruto do apoio de algum indivíduo com poder económico suficiente para satisfazer o valor. Designado enquanto fiador, ou pagador da cômgrua, no caso do RRRSIA, este indivíduo é uma figura central para a compreensão de alguns aspetos explorados adiante. Por outro lado, as órfãs, desprovidas da figura masculina central – o pai – não tinham a mesma possibilidade, ainda que os recolhimentos exigissem que todas as meninas ingressantes fornecessem os dados relativos ao fiador, homem que estava encarregue de cuidar das mesmas quando saíssem destes espaços. Esta distinção, entre porcionistas e órfãs, podia significar diferenças nas redes de sociabilidade em que se inseriam, como procuraremos avaliar.

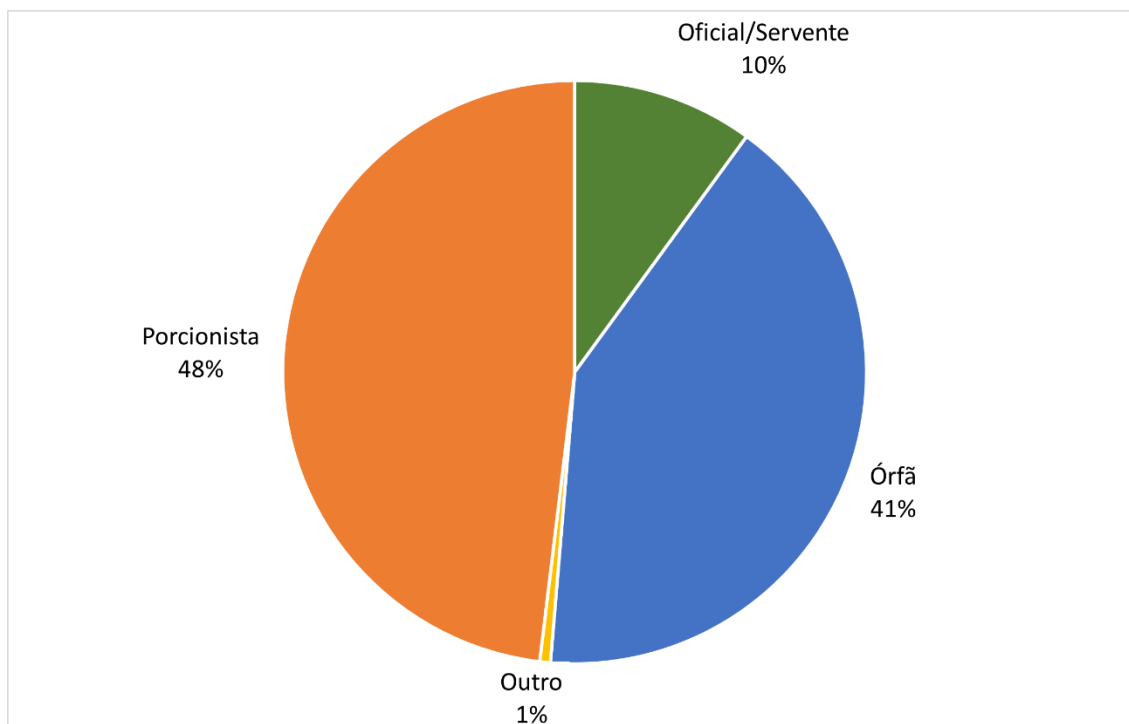
Além destas considerações, resta ainda debater outro dado relevante. O RRRSIA, além de acolher donzelas solteiras que procuravam tomar estado (casar) enquanto se encontravam na instituição, parece também ter sido um espaço de depósito de mulheres casadas, assim como residência para viúvas. Elisabete Jesus apresenta apenas alguns dados referentes a estas circunstâncias, ainda que não se arrisque a estabelecer interpretações face ao peso residual destes fatores nas mulheres residentes. Pode-se admitir que o facto de as mulheres poderem ingressar neste espaço entre os 12 e os 40 anos, período temporal significativamente mais alargado quando comparado ao RONSE, e tendo em consideração que a idade média de casamento europeia se balizava entre

³⁶¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 121-122

os 24 e os 25 anos³⁶², não seria de estranhar que a probabilidade do ingresso de mulheres casadas no RRRSIA fosse maior, comparativamente ao RONSE.

No que concerne ao RONSE, os seus registos de entrada entre 1731 e 1800 evidenciam 339 assentos. Entre estes, 2 são residuais, mas significativos - 1 menino de 4 anos, que ingressou na instituição pela petição apresentada pelo seu pai à rainha D. Maria I (1777-1816), assim como a presença de uma criada de duas recolhidas, que entrou no Recolhimento das Órfãs em conjunto com as mesmas. Neste caso, os registos mencionados resultam numa distribuição visível no gráfico 1³⁶³.

Gráfico 1 - Universo feminino do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Entre a cronologia analisada para o RONSE, a presença de uma diferença quantitativa entre órfãs e porcionistas é evidente. Integrantes dos 339 registos totais, as órfãs contabilizam 140 (41,3%) meninas institucionalizadas, enquanto as porcionistas

³⁶² SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In MATTOSO, José – *História de Portugal...*p. 43-65

³⁶³ Vide apêndice 11.

somam 163 (48,3%) mulheres. Surgem, pois, diversas questões relacionadas com este dado. O RONSE era, evidentemente, destinado a meninas órfãs, considerações expressamente fixadas nos Estatutos de 1725 da instituição. Por isso, não só a constatação da existência de uma maioria numérica de porcionistas neste recolhimento é significativa, como levanta a hipótese das suas porções anuais serem um dos meios de sobrevivência da instituição, administrada pela SCMP.

Pelos registos de entrada analisados, compreende-se a variação, ao longo dos anos, dos valores que as porcionistas deviam pagar à instituição. O valor mais baixo registado corresponde a 40.000 réis, custo aplicado ao sustento de duas porcionistas que ingressaram no espaço no ano de 1745, Josefa Eufrásia, que ingressou a 9 de maio do mesmo ano³⁶⁴ e Ana Margarida, que entrou no dia 15 do mesmo mês e ano³⁶⁵. O registo de sete porcionistas que entraram entre os finais dos anos 80 e 90 do século XVIII revela um acréscimo de 10.000 réis ao valor mencionado, perfazendo um total de 50.000 réis de porção anual. D. Ana Joaquina de Santa Escolástica, que entrou a 10 de dezembro de 1789, mulher casada, apresentou à Mesa da Santa Casa dois fiadores para garantir o pagamento da sua porção, ainda que nenhum deles fosse o seu marido³⁶⁶. Maria Joana Lima³⁶⁷; D. Custódia Maria do Sacramento, também casada³⁶⁸; Catarina Maria de Oliveira³⁶⁹; D. Custódia Maria Jacinta Benedita, também casada³⁷⁰; D. Ana Amália³⁷¹ e Josefa Joaquina³⁷² representam as restantes porcionistas cujos registos de

³⁶⁴ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 23 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

³⁶⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 23v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

³⁶⁶ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 34 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁶⁷ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 40-40v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁶⁸ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 42 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁶⁹ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 43v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁷⁰ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 44 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

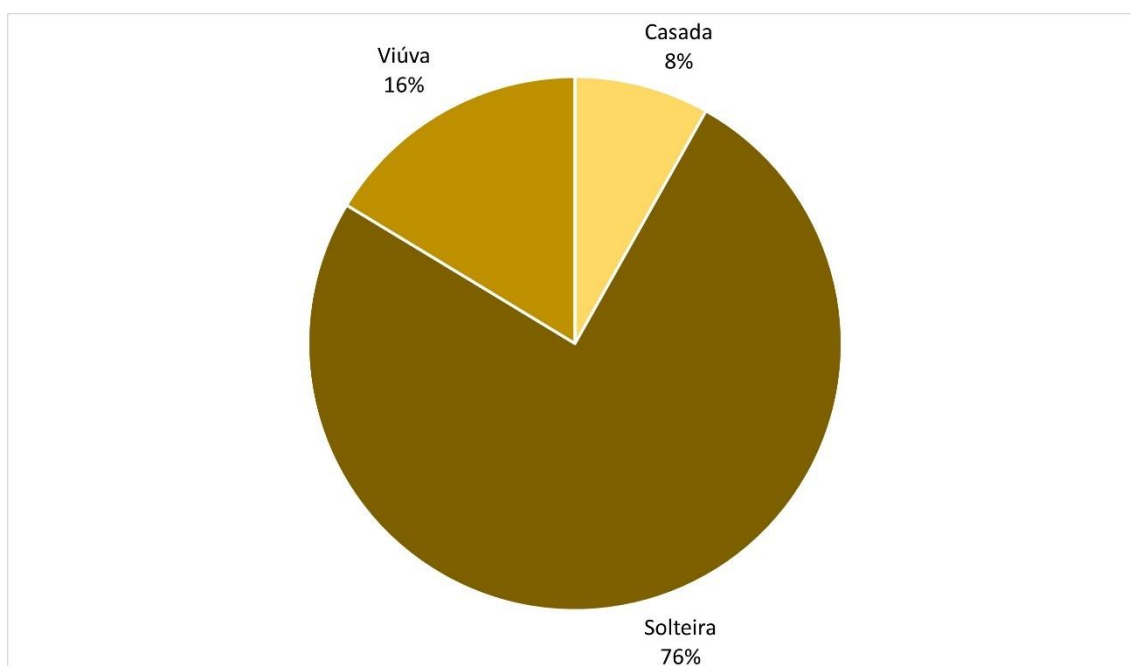
³⁷¹ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 44 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁷² AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 44-44v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

entrada fornecem uma compreensão acerca do valor das suas porções. O ano de 1800 representa também uma tendência ascendente em relação a este custo, encontrando-se Maria Joaquina de Araújo, porcionista que ingressou a 26 de abril de 1800, obrigada a satisfazer uma porção no valor de 60.000 réis³⁷³.

As restantes mulheres que ingressaram para desempenhar funções enquanto oficiais/serventes perfazem um total de 34, correspondendo a 10% do universo feminino. Ainda assim, a esta breve explicação da composição não se consideraram as mudanças de estatuto que, como se terá a oportunidade de analisar, foram práticas razoavelmente expressivas nestes recolhimentos, especialmente na instituição administrada pela SCMP. Além do mais, os estados civis destas mulheres são, a par das informações disponíveis para o Recolhimento do Anjo, informações parcas que correspondem apenas a 49 (14%) dos 339 registos.

Gráfico 2 - Estado civil das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

³⁷³ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 44v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

Constata-se que o Recolhimento das Órfãs acolheu também outras tipologias de mulheres, em estados distintos das suas vidas, extravasando as iniciais intenções de acolher apenas donzelas vítimas de orfandade, comportamento semelhante ao Recolhimento do Anjo.

3.2.2. Proveniência geográfica

No que respeita à proveniência geográfica das mulheres institucionalizadas no RRRSIA e no RONSE, as fontes de informação primárias nem sempre distinguem a naturalidade da residência. No caso das mulheres do Anjo, existe apenas informação concernente à residência das recolhidas e das respetivas relações sociais. No segundo, na maioria das vezes existe a distinção entre naturalidade e residência do universo feminino, aplicando a mesma lógica aquando da indicação das suas relações sociais. A comparação apenas poderá ser executada ao nível da residência, nomeadamente no que respeita às mulheres institucionalizadas. As relações sociais das recolhidas da Misericórdia do Porto foram possíveis de mapear, ainda que o mesmo cenário não se aplique ao Recolhimento do Anjo, pelas lacunas detetadas nas fontes de informação primárias por Elisabete Jesus. Por este motivo, a análise à proveniência geográfica inicia-se com a observação da naturalidade das mulheres do RONSE, partindo posteriormente para a observação comparada entre as residências das recolhidas do Anjo e as mulheres do RONSE.

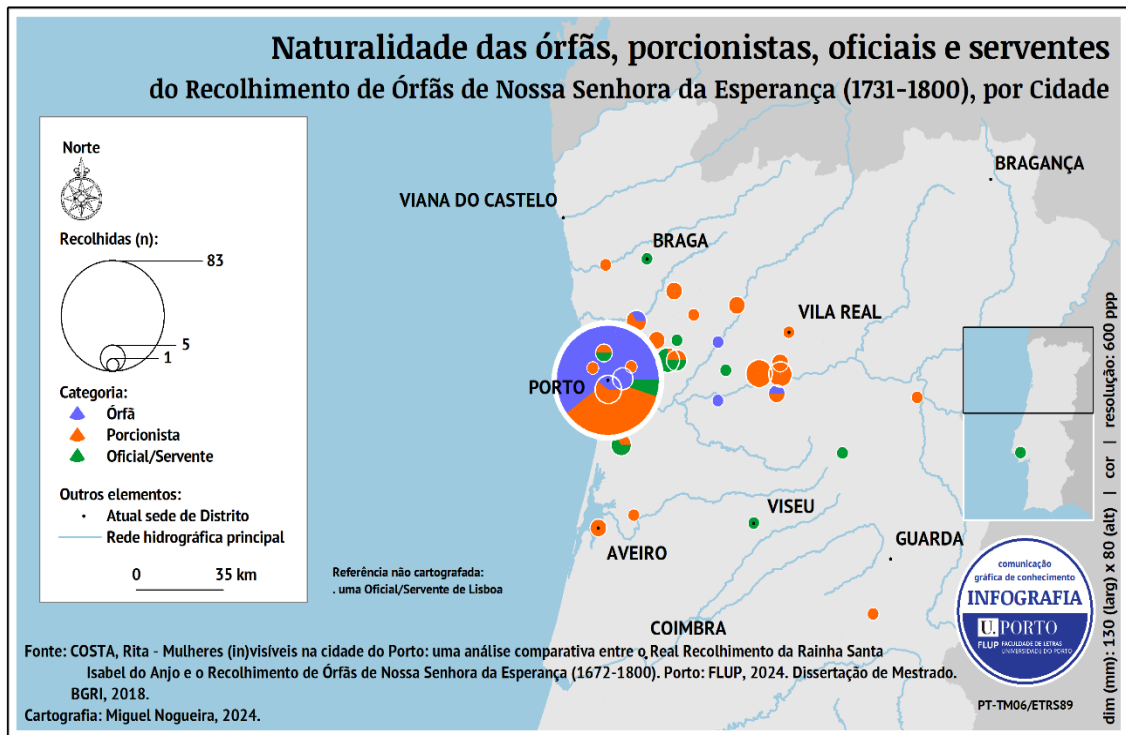
Vale ainda ressaltar que os dados não são exaustivos, devendo ser encarados enquanto hipóteses interpretativas das dinâmicas que ocuparam espaço nos recolhimentos em análise³⁷⁴.

3.2.2.1. Naturalidade

Os dados relativos às naturalidades das recolhidas no RONSE dizem respeito a apenas 143 mulheres, pelo que o mapa 2 corresponde a uma amostragem de 42%.

³⁷⁴ Vide apêndices 12 e 13.

Mapa 4 – Naturalidade das mulheres do RONSE (1731-1800), por cidade



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Como seria expectável, de acordo com os estatutos de 1725, a cidade do Porto contabilizou um total de 83 (58%) mulheres naturais deste espaço, das 143 para as quais existem informações acerca desta categoria da proveniência geográfica. As restantes distribuem-se pelo Norte do país. Todavia, há também uma tendência de especial relevância que pode ser observada no mapa. Se, por um lado, as órfãs são maioritariamente naturais da cidade do Porto, assim como dos espaços próximos à mesma, como é o caso de Gondomar, com o registo de 3 (2,10%) mulheres, denota-se uma tendência crescente para o afastamento das porcionistas e oficiais/serventes deste epicentro. Ainda que se encontrem registadas 29 (20,28%) porcionistas naturais do Porto, em contraposição com 50 (34,97%) órfãs naturais da mesma cidade, as zonas de Mesão Frio (3,50%), Peso da Régua (2,80%), Vila Nova de Gaia (2,10%), Aveiro (1,40%), Celorico de Basto (1,40%), Guimarães (1,40%), Paços de Ferreira (1,40%), Santo Tirso (1,40%) e Santa Marta de Penaguião (1,40%) assinalam a naturalidade de parte das porcionistas que não nasceram na cidade do Porto. No caso das oficiais/serventes, a

tendência para o afastamento do epicentro do espaço urbano portuense é também notória, ainda que se registem 4 mulheres naturais deste mesmo espaço (2,80%). Destacam-se, enquanto cidades de naturalidade, Paredes (2,10%), Penafiel (1,40%), Santa Maria da Feira (1,40%), Maia (0,70%), Lousada (0,70%), Braga (0,70%), Baião (0,70%), Sernancelhe (0,70%), Viseu (0,70%) e, ainda, na região Sul do país, Lisboa (0,70%). No caso dos dados de dispersão geográfica as interrogações podem ser pertinentes, embora as do Porto já tenham vindo, numa anterior geração. Se a proximidade explica as do Porto, as de fora fazem refletir sobre a possibilidade de motivações pessoais e familiares, das redes de sociabilidade onde cada mulher se inseria que, infelizmente, as fontes de informação primárias relativas à entrada de mulheres no RONSE não parecem esclarecer.

Destacam-se ainda dois exemplos de maior importância relativo à naturalidade das recolhidas. A entrada de D. Ana Maria de São José, porcionista, a 20 de agosto de 1780³⁷⁵, natural da cidade da Baía, no Brasil, e o ingresso de D. Ana Engrácia Cadruet, a 15 de outubro de 1781, mestra, natural da Irlanda³⁷⁶.

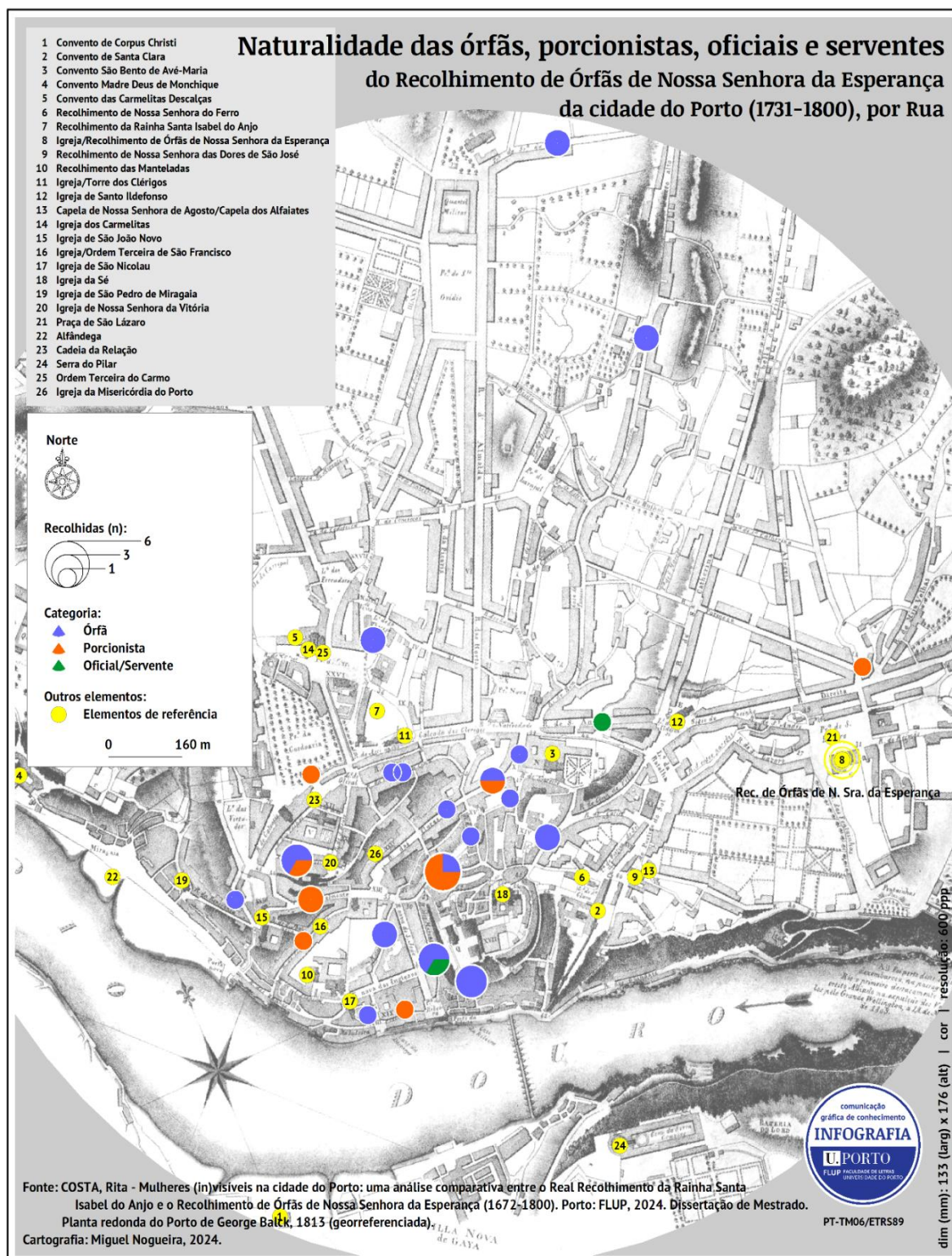
Numa análise mais micro, e fazendo um *zoom* na naturalidade ao nível da freguesia e rua das mulheres do RONSE, dos 143 registos que referem esta dimensão de análise, apenas 71 (50%) mencionam a freguesia e rua da cidade do Porto³⁷⁷.

³⁷⁵ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 28v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

³⁷⁶ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 33 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

³⁷⁷ Vide apêndices 14 e 15.

Mapa 3 – Naturalidade das órfãs, porcionistas, oficiais e serventes do RONSE (1731-1800), por rua



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Além de uma evidente concentração de naturalidades das recolhidas em locais próximos ao Rio Douro, nomeadamente nas freguesias intramuros, não se pode deixar de salientar também uma distribuição de órfãs, porcionistas, oficiais e serventes em freguesias e arruamentos localizadas além do espaço muralhado da cidade. Na verdade, a freguesia de São Nicolau, espaço intramuros, que contabiliza um total de 20 (28,17%) mulheres naturais da freguesia, é um dos locais com maior concentração de naturalidade das recolhidas, contando com o registo de 12 órfãs (16,90%) e 7 porcionistas (9,86%). A mesma tendência se verifica na freguesia da Sé, com 15 (21,13%) registos, 11 dos quais respeitantes a meninas órfãs (15,49%) e 4 concernentes às porcionistas (5,63%). A dinâmica de concentração de naturalidades das órfãs, porcionistas, oficiais e serventes nos espaços intramuros é reforçada pelos resultados demonstrados na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, com 11 registos (15,49%), que representam 7 órfãs (9,86% de 15,49%) e 4 porcionistas (5,63%), embora neste espaço se evidencie uma distância numérica menos expressiva entre meninas órfãs e porcionistas.

Além desta última freguesia contar também com um número significativo da pequena amostragem de que o presente estudo dispõe, não se pode deixar de notar o protagonismo de dois espaços extramuros – a freguesia de Santo Ildefonso (18,31%), que na verdade ultrapassa a de Nossa Senhora da Vitória, e a de São Pedro de Miragaia (8,45%), com uma especial concentração de valores relacionados com a naturalidade de órfãs. Santo Ildefonso contabiliza o registo de 7 órfãs (9,86%), o mesmo valor atribuído à freguesia de Nossa Senhora da Vitória, e 5 porcionistas (7,04%), número que ultrapassa as freguesias da Sé e de Nossa Senhora da Vitória. Já São Pedro de Miragaia, apesar de contabilizar uma ínfima parte de registos de naturalidade de porcionistas, notabiliza-se também por possuir 5 órfãs naturais da freguesia (7,04%).

Apesar das parcas informações referentes à naturalidade das oficiais e serventes do RONSE é possível traçar uma tendência de recrutamento tanto em espaços extramuros quanto intramuros da cidade portuense. A freguesia de Nossa Senhora de Campanhã (2,82%) emerge enquanto local com maior número de registos, contabilizando 2 mulheres, enquanto Santo Ildefonso e São Nicolau se demonstram

enquanto freguesias de naturalidade para 2 oficiais/serventes (1,41%), uma em cada uma das mesmas.

Conclui-se, pois, a existência de um peso considerável nas freguesias de São Nicolau, Sé e Nossa Senhora da Vitória, espaços intramuros, no que respeita à naturalidade das meninas órfãs. A mesma tendência parece manter-se quanto ao recrutamento de porcionistas, onde a freguesia de São Nicolau se revela essencial, ainda que os valores de Santo Ildefonso ultrapassem os da freguesia da Sé e de Nossa Senhora da Vitória. Ainda que a freguesia de Nossa Senhora de Campanhã registre o recrutamento de 2 oficiais naturais do espaço, o valor é posteriormente igualado pelas freguesias de Santo Ildefonso e São Nicolau.

Não será, pois, de estranhar que as ruas portadoras de maior notabilidade, no que respeita à expressividade numérica da naturalidade das mulheres, sigam uma tendência de concentração intramuros.

A rua da Bainharia, que contabiliza 1 registo para uma órfã e 3 para porcionistas junta-se à rua dos Canos, com 2 registos de naturalidade, de 1 órfã e de 1 relativo a uma mulher porcionista, ainda que a rua Chã e das Congostas registem 4 órfãs naturais destes arruamentos, 2 para cada arruamento mencionado. A evidente tendência de concentração em arruamentos pertencentes a freguesias intramuros da idade do Porto é também notória na freguesia de São Nicolau, especialmente na rua do Barredo, com o registo de 3 órfãs e de 2 mulheres com o mesmo estatuto na rua dos Mercadores. Igualando estes valores, a freguesia de Santo Ildefonso, extramuros da cidade, notabiliza-se pelo registo de 6 órfãs, 2 naturais da rua do Bonjardim, 2 da rua do Calvário Velho e 2 da rua do Paraíso.

Os valores registados para as porcionistas seguem também a tendência dos espaços intramuros da cidade, encontrando-se uma maior concentração de registos na rua da Bainharia, pertencente à freguesia da Sé, com o registo de 3 mulheres e na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, nomeadamente na rua de Belmonte, com 2 registos, e na rua de São Miguel que contabiliza apenas 1. No que respeita às oficiais, é

a rua dos Carros, na freguesia de Santo Ildefonso, que regista 1 mulher natural do espaço, assim como a rua dos Mercadores, que regista o mesmo valor.

Os resultados obtidos a partir dos registos de entrada do RONSE devem ser confrontados com os dados estatísticos disponíveis, relativos à evolução demográfica da cidade do Porto, que apresentou um crescimento populacional entre o século XVII e finais do século XVIII. Ademais, os dados referentes aos arruamentos que contabilizavam uma maior concentração populacional na Época Moderna são também coincidentes com os registos de naturalidade das mulheres do RONSE. Destaca-se a tendência para uma concentração populacional na freguesia da Sé, que se disseminava em direção à Ribeira, com especial ênfase nas ruas da Reboleira, dos Banhos, da Bainharia, dos Mercadores, das Congostas e a rua Chã. Especial notoriedade tinha também a freguesia de Santo Ildefonso, cuja dimensão era maior, relativamente a outros espaços intramuros³⁷⁸. As mesmas conclusões são suportadas através de alguns trabalhos onde os autores evidenciam uma maior concentração populacional nas três freguesias intramuros, Sé, São Nicolau e Nossa Senhora da Vitória e, ainda, salientam a expressividade numérica que as freguesias extramuros de Santo Ildefonso e São Pedro de Miragaia começam a ter em finais da Época Moderna³⁷⁹. As conclusões de Helena Osswald acerca da distribuição populacional na Diocese do Porto são também denominadores de especial importância, uma vez que demonstram exatamente a concentração populacional em espaços coincidentes com os dados referentes às recolhidas da Misericórdia do Porto³⁸⁰.

3.2.2.2. Residência

No que respeita ao Recolhimento do Anjo, foi possível apurar a residência para 149 (39%) das 385 mulheres recolhidas³⁸¹. Apesar da amostragem corresponder a menos de metade da totalidade das mulheres, a cartografia demonstra uma evidente

³⁷⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís A. De Oliveira – *História do Porto...* 254-375

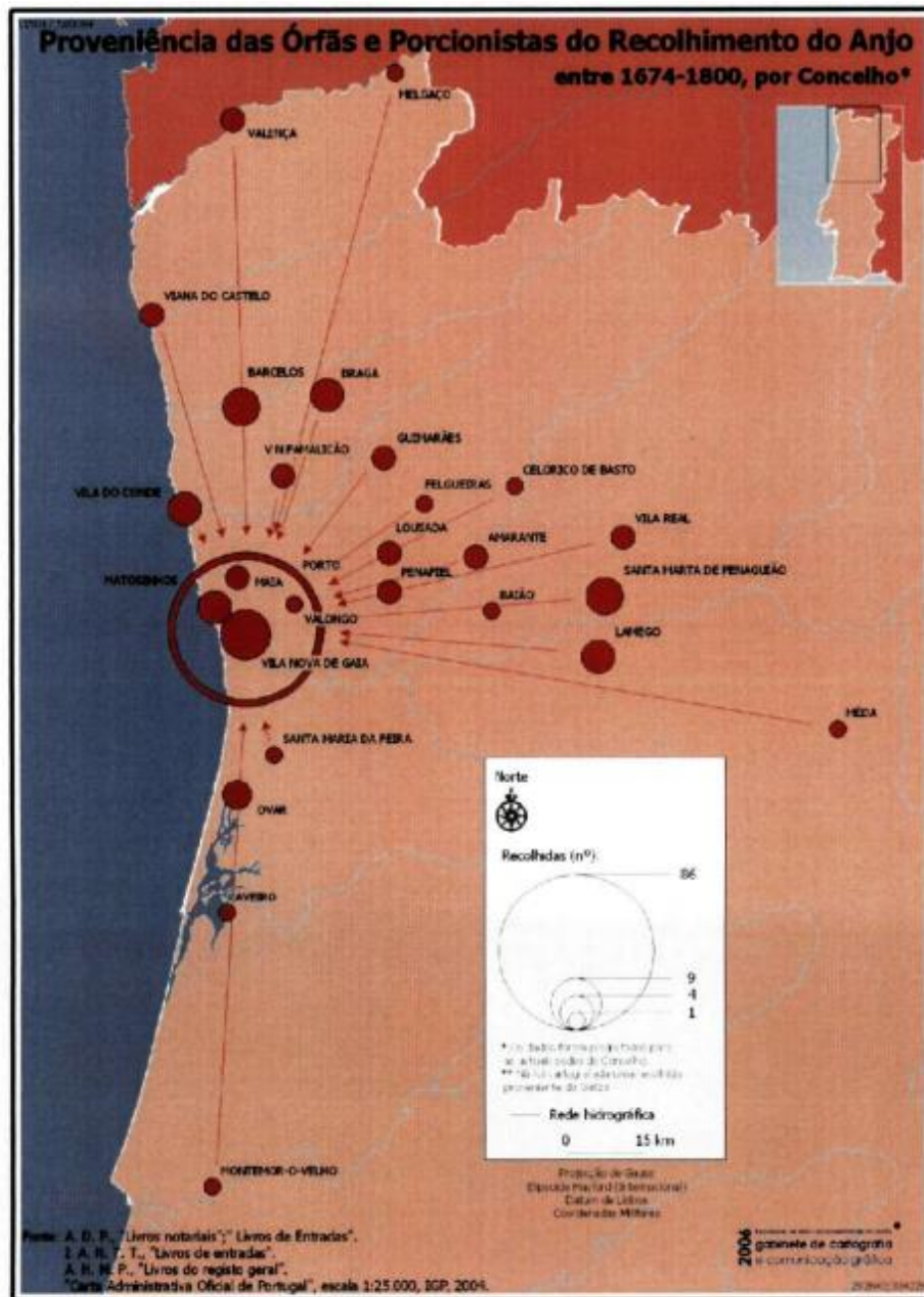
³⁷⁹ SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820...* p. 281-350

³⁸⁰ OSSWALD, Helena – *Nascer, viver e morrer no Porto de Seiscentos...*

³⁸¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 118

concentração na região Norte do país, para lá da cidade do Porto, cumprindo os estatutos.

Mapa 4 – Residência das mulheres do RRRSIA (1674-1800)



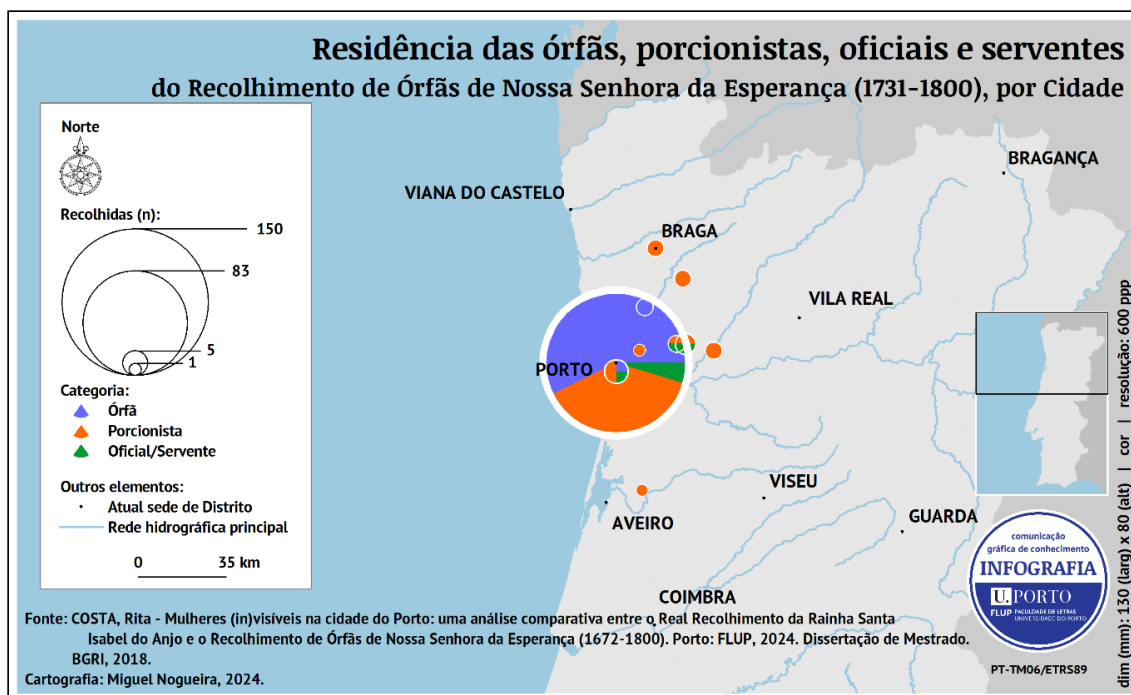
Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol.1, p. 118

Mesmo assim, algumas são de regiões como Braga e Lamego, apesar de nestas e noutras localidades em que residiam, como Viana do Castelo e Guimarães, existissem instituições de reclusão equiparáveis ao recolhimento em questão, o que pressupõe a existência de circunstâncias relacionadas com as redes de sociabilidade das mulheres na cidade do Porto³⁸².

Também para o RONSE existe apenas uma amostragem que corresponde a 169 (50%) dos 339 registos de entrada. A existência de um número superior de residências, comparativamente à naturalidade, pode indicar que houve maior cuidado no registo desta variável por parte do escrivão, quer da Mesa, quer do Recolhimento, talvez se devesse à maior importância da residência enquanto dado essencial a conhecer, embora esta circunstância contraria as considerações impostas nos estatutos de 1725.

³⁸² JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1

Mapa 5 – Residência das órfãs, porcionistas, oficiais e serventes do RONSE (1731-1800), por cidade



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

O mapa 5 mostra que, no caso do RONSE, não existia a dispersão de localidades, no que respeita à residência das mulheres institucionalizadas³⁸³. Na cidade do Porto residiam 150 mulheres (88,76%), sendo que próximo desta urbe emergem espaços como Vila Nova de Gaia, com o registo de 4 mulheres (2,37%).

É notória a centralização de grande parte das mulheres na cidade do Porto, especialmente as órfãs, com 86 (50,89%) registos, mais de metade das 150 mulheres residentes no espaço urbano portuense. Seguem-se as porcionistas, com 57 (33,73%) e das oficiais/serventes 7 (4,14%) mulheres eram residentes neste espaço. Tal como acontecia com as mulheres do Anjo, também as residências se estendiam a espaços como Penafiel, com 3 registos contabilizados, assim como Braga, Guimarães e Marco de Canaveses, contabilizando cada uma destas localidades 2 mulheres, por razões que não

³⁸³ Vide apêndices 16 e 17.

conseguimos apurar, até porque Braga, Viana do Castelo e Penafiel possuíam instituições de cariz semelhante, especialmente direcionadas a mulheres honradas³⁸⁴. A existência de redes familiares na cidade do Porto ou o esgotamento da possibilidade de acolhimento nos recolhimentos mais próximos às suas residências, evidenciam-se enquanto hipóteses explicativas destas deslocações³⁸⁵. Como evidencia Timothy Coates³⁸⁶, os recolhimentos eram instituições destinadas a suprir necessidades locais, dependendo intrinsecamente da conjuntura em que um determinado espaço que desenvolvia.

A análise espacial das recolhidas por freguesias e ruas de maior concentração é possível no caso das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, ainda que apenas aplicável a 137 (40%) mulheres³⁸⁷.

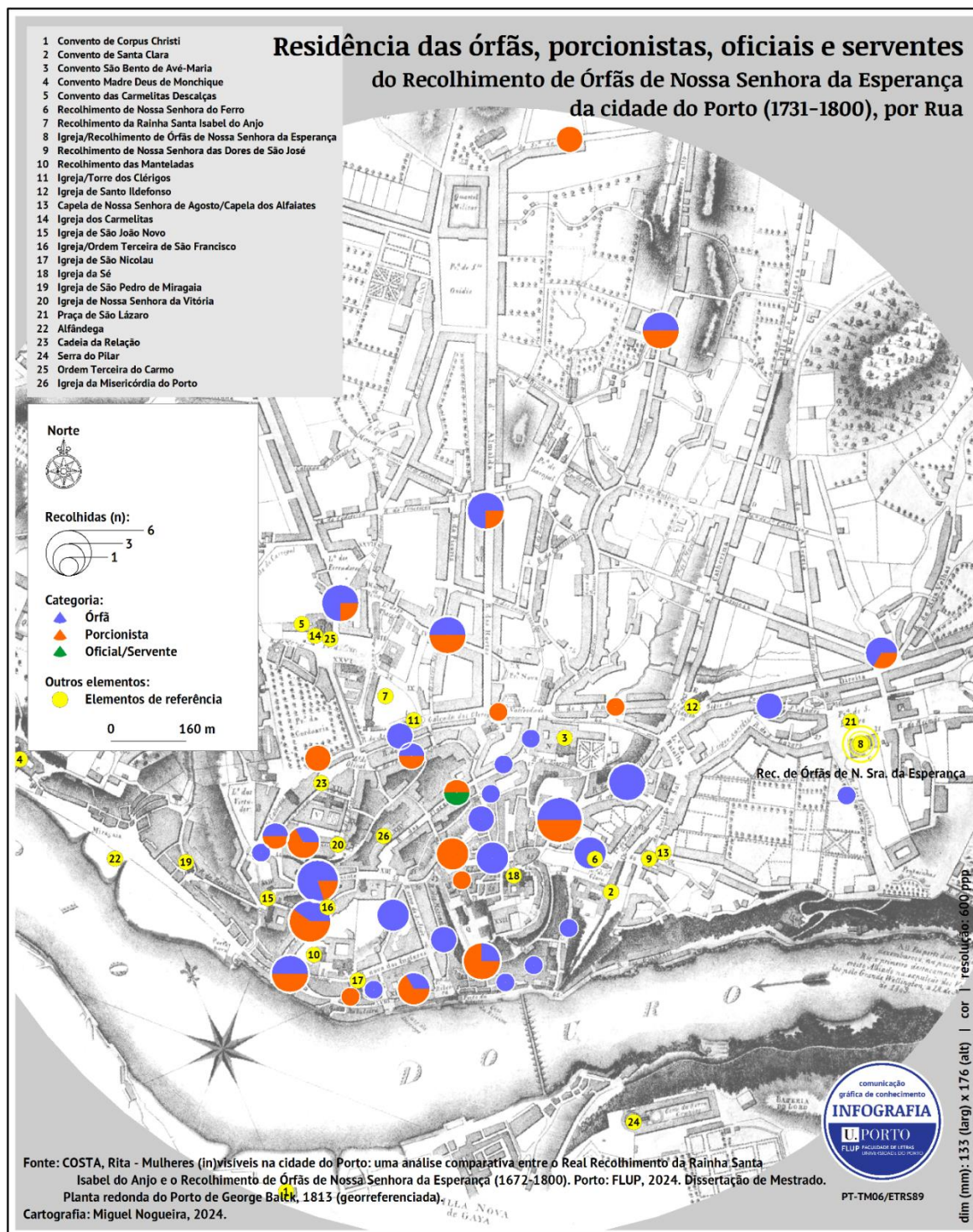
³⁸⁴ Vide apêndice 4.

³⁸⁵ JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra...Vol. 1, p. 119

³⁸⁶ COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãs...*

³⁸⁷ Vide apêndices 18 e 19.

Mapa 6 – Residência das mulheres do RONSE (1731-1800), por ruas da cidade do Porto



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

As freguesias com maior concentração de residências das órfãs, porcionistas, oficiais e serventes encontram-se, efetivamente, nos espaços intramuros das cidades. A freguesia da Sé regista um total de 42 mulheres residentes (30,66%), às quais se juntam as 23 provenientes da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (16,79%) e as 22 de São Nicolau (16,06%). Também os valores das residências são significativos na freguesia de Santo Ildefonso, que contabiliza 44 mulheres (32,12%). Ainda assim, convém também analisar a distribuição de acordo com o estatuto das diferentes mulheres. À maior predominância das órfãs na freguesia da Sé, com um total de 30 mulheres (21,90%), juntam-se, na freguesia de São Nicolau, 11 mulheres registadas (8,03%) e na freguesia de Nossa Senhora da Vitória 12 órfãs (8,76%). Destacam-se também as 22 moradoras na freguesia de Santo Ildefonso (16,06%), extramuros da cidade, às quais se juntam, à beira-rio, em São Pedro de Miragaia, extramuros, 4 mulheres órfãs residentes.

A mesma tendência parecem seguir as porcionistas, quando os dados demonstram que, apesar de 18 (13,14%) residirem na freguesia de Santo Ildefonso, os restantes valores apresentados, nomeadamente na freguesia de São Nicolau, com 11 mulheres registadas (8,03%), assim como na Sé (8,03%) e de Nossa Senhora da Vitória (7,30%), demonstra uma tendência semelhante à das órfãs, mas não simultânea, podendo apontar uma outra tipologia de mulheres com alguns recursos ou notabilidade. A referência às oficiais e serventes, apesar de pontual, destaca novamente a freguesia de Santo Ildefonso, com 4 mulheres registadas, assim como as duas freguesias intramuros de Nossa Senhora da Vitória e da Sé.

Ao nível dos arruamentos, destaca-se a rua de Belmonte, com registo de 4 meninas residentes, assim como a rua da Ferraria de Baixo e a rua de Trás, cada uma com o registo de 2 recolhidas. Por outro lado, na freguesia de Santo Ildefonso, a maior concentração encontra-se nas ruas do Almada e dos Ferradores, cada uma com o registo de 3 órfãs, às quais se juntam mais 2 órfãs em cada uma das seguintes ruas - do Bonjardim, da Fábrica, do Padrão das Almas, de Santo André, de Santo Ovídio e a Direita. A mesma dinâmica de distribuição ocorre na freguesia de São Nicolau, com especial notoriedade para a rua do Banhos e dos Mercadores. Na freguesia da Sé, destacam-se 3 órfãs em cada um dos seguintes arruamentos - rua Chã, das Congostas, de Santo

António do Penedo e de São Sebastião, ao que crescem mais 4 meninas na rua de Cimo de Vila e 2 na rua do Souto.

No que respeita às porcionistas, apesar de uma evidente semelhança na concentração de residência por freguesias, a mesma circunstância não se aplica quando se abordam os arruamentos nas quais as mesmas mulheres habitavam. Na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, destacam-se 3 porcionistas que residiam na rua da Ferraria de Baixo e 2 habitavam na rua de São Miguel. Na freguesia de Santo Ildefonso, as ruas do Bonjardim, da Cordoaria, da Fábrica e do Paraíso destacam-se por terem, cada uma, 2 mulheres porcionistas. Já em São Nicolau é a rua do Barredo, com o registo de 3 mulheres que se destaca, a par dos 2 registos na rua da Fonte Taurina. A tendência para a disparidade nos arruamentos entre órfãs e porcionistas denota-se também na freguesia da Sé, onde se contabilizam apenas 2 porcionistas na rua da Bainharia e outras 2 na rua Chã. No que concerne à residência das oficiais, as informações acerca dos seus arruamentos são parcas, contabilizando apenas 1 mulher na rua dos Carros, freguesia de Santo Ildefonso, e outra na rua das Flores, freguesia da Sé.

3.3. Dinâmicas de transição

O presente subponto possui enquanto principal objetivo a compreensão das dinâmicas de entrada e saída das mulheres institucionalizadas no RRRSIA e no RONSE. A sua avaliação poderá contribuir para avançar com as principais motivações para o ingresso e o abandono da instituição.

3.3.1. Entradas

3.3.1.1. Tendências na longa duração

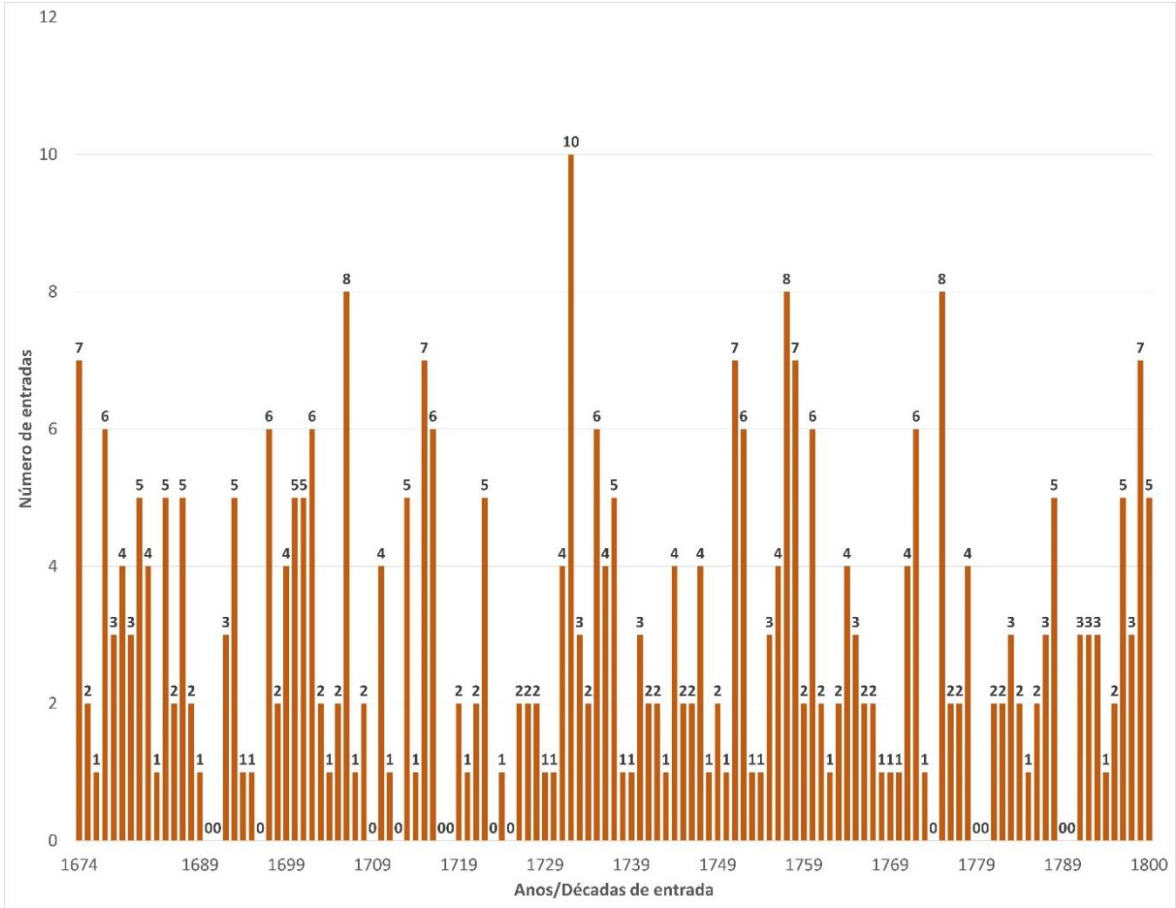
As entradas analisadas para o RRRSIA, assim como para o RONSE, compreendem apenas a primeira vez que as mulheres ingressaram em cada uma destas instituições.

No que respeita ao Recolhimento do Anjo, são conhecidas as datas de entrada, pela primeira vez, de 357 (93%) das 385 presentes no espaço³⁸⁸. Numa primeira

³⁸⁸ JESUS, *Elisabete – Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 125

abordagem Elisabete Jesus realizou uma análise das entradas de 4 em 4 anos e, posteriormente, de dez em dez anos para que os dados fossem mais substanciais e representativos. Utilizando os mesmos, trabalhámo-los por ano, de modo a comparar com as entradas no RONSE.

Gráfico 3 – Entradas anuais no RRRSIA (1731-1800)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 95-97

O gráfico 3 demonstra diversos picos de entradas já anotados por Elisabete Jesus³⁸⁹. A segunda metade da década de 70 do século XVIII regista um total de 20 (5,63%) entradas, aumentando este número na década seguinte da mesma centúria, contabilizando 32 (9,01%) ingressos. A mesma tendência seguem os anos 90 do século

³⁸⁹ Vide anexos 8 e 9.

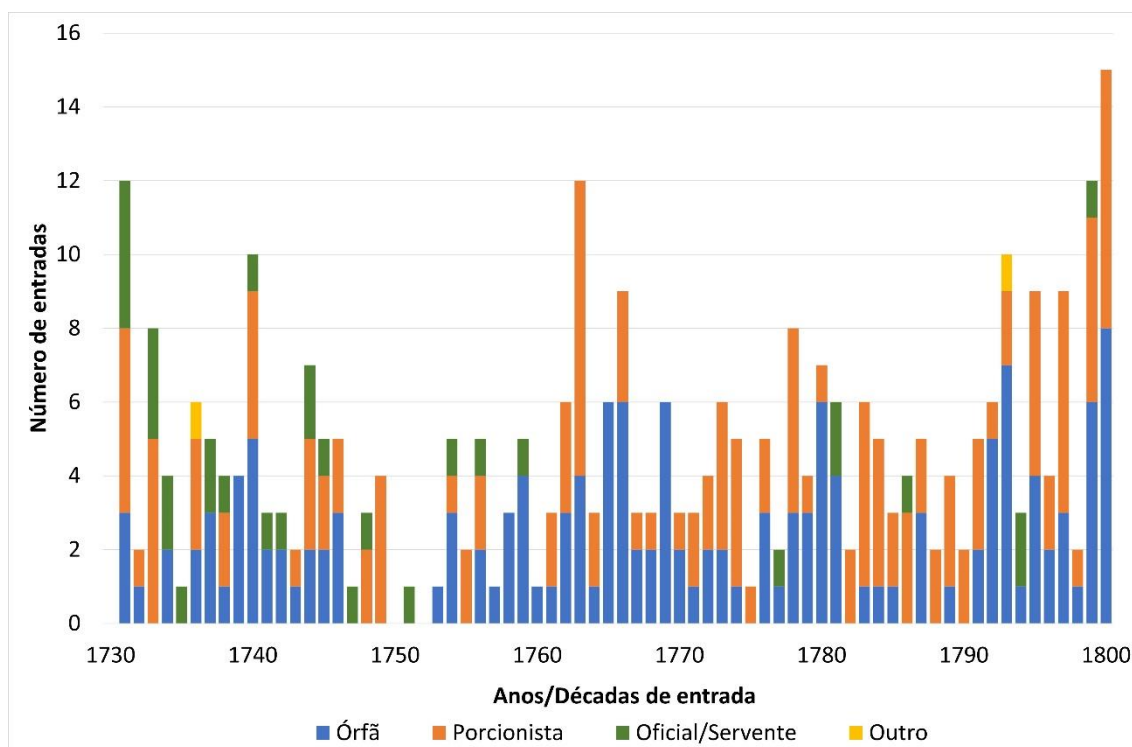
XVII e a primeira década da centúria de Setecentos, apresentando 22 (6,20%) e 32 (9,01%) entradas, respetivamente.

A tendência existente é apenas quebrada nas duas primeiras décadas do século XVIII, que contabilizam descidas consecutivas no número de ingressos das recolhidas. Entre 1710 e 1719 registam-se 26 (7,32%) entradas e no decénio seguinte o número desce para 16 (4,51). Todavia, os anos 30 demonstram uma tendência ascendente nos valores, com 37 (10,42%) ingressos, retomando-se novamente a tendência característica do espaço de uma década com entradas diminutas e a seguinte contabilizando um número maior relativamente à anterior. A segunda metade do século XVIII notabiliza-se por se iniciar com o maior número de ingressos registados no espaço, com um total de 40 (11,27%) recolhidas. As restantes décadas seguem o modelo de valores *descendentes-ascendentes* até ao ano de 1800, não tendo o RRRSIA registado números de entrada tão significativos como aqueles apresentados durante a década de 50 do século XVIII. Ainda assim, e comparativamente ao RONSE, parece ter existido um padrão de funcionamento no RRRSIA, se a análise for decenal. À exceção das décadas de 10 e 20 do século XVIII, não parecem existir descidas abruptas ou subidas acentuadas, já que a média de entrada de mulheres por ano se demonstra coerente entre as décadas apresentadas, oscilando os ingressos entre 2 e 3 mulheres por ano, exceccionalmente atingindo 4 durante os anos 50 do século XVIII.

O caso do RONSE apresenta dados bastante díspares comparativamente ao RRRSIA. Se, por um lado, existem também dados que permitam uma análise anual, e decenal, às entradas das recolhidas, os valores demonstrados são, significativamente, mais altos. Entre 1731 e 1800 são conhecidas informações para 327 (97%) das 338 mulheres e 1 menino que habitaram o Recolhimento da Misericórdia do Porto.

A observação do gráfico 4 permite, a par da tendência detetada no Recolhimento do Anjo, demonstrar a existência de picos de ingressos em determinadas décadas de Setecentos³⁹⁰.

Gráfico 4 – Entradas anuais no RONSE



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Se, por um lado, no RRRSIA os dados demonstram que o ritmo de entradas apresentava um padrão de uma década com números descendentes, seguido de dez anos com a subida dos ingressos das mulheres, no RONSE existem duas décadas com contabilizações de entradas relativamente próximas, como é o caso dos anos 30 do século XVIII, que contabiliza um total de 46 mulheres (14,07%), concluindo a existência da entrada de 5 mulheres, em média, em cada ano que compõe o decénio em questão.

Os anos 40 de Setecentos, por outro lado, aproximam-se destes valores, ainda que registem uma leve descida dos ingressos, totalizando 43 (13,15%), testemunhando,

³⁹⁰ Vide apêndices 20 e 21.

pois, o ingresso de 4 mulheres, em média, nos anos que compõem esta década. A descida abrupta registada durante os anos 50 da instituição difere, em larga medida, com os valores registados para o Recolhimento do Anjo, onde o mesmo período decenal se notabilizou por contar atingir os 40 ingressos na instituição, o maior número registado no Anjo. Por seu turno, o RONSE contou apenas com o ingresso de 23 mulheres durante 1750 e 1759, significando, em média, a entrada de 3 mulheres por ano.

A tendência ascendente parece retomar nos anos 60, com a entrada de 52 mulheres (15,90%), com uma média de 5 mulheres por ano, descendo novamente nas décadas de 70 e 80, ainda que seja de suma importância ressaltar que as mesmas registam valores aproximados. Se, por um lado, entre 1770 e 1779 são registadas 41 (12,54%) entradas, o valor sobe ligeiramente entre 1780 e 1789 com o registo de 44 (13,46%) ingressos. Na verdade, o pico mais elevado regista-se durante os anos 90, com a entrada total de 62 mulheres e 1 menino (19,27%), perfazendo a entrada média de entrada de 6 pessoas por ano.

A tendência ascendente do volume de entradas parece manter-se, especialmente entre 1799 e o ano de 1800, com valores de registo semelhantes, contabilizando o primeiro ano mencionado 12 (3,68%) entradas e o segundo 15 (4,60%). É ainda de salientar o maior número de entradas que são consecutivamente registadas nos três primeiros anos de todas as décadas, à exceção dos decénios relativos aos anos 50 e 70, que representam uma diminuição assinalável no número de entradas de mulheres.

Os anos 30 assinalam a entrada de 12 (3,68%) mulheres em 1731, descendo este valor para 8 em 1733 (2,45%). Em 1740, são registadas 10 (3,07%) entradas de recolhidas e, apesar dos anos 50 constituírem uma exceção, nomeadamente 1750 e 1752, que não registam ingresso de recolhidas, a década seguinte sinaliza, em 1763, a entrada de 12 (3,68%) mulheres. Esta tendência não se evidencia na década de 70, onde o número mais notável de entradas corresponde a 8, em 1778, ainda que 1780 e 1781 registem o maior número de ingressos de mulheres na instituição durante a década de 80, nomeadamente 7 (2,15%) e 6 (1,84%) ingressos, respetivamente. O decénio dos anos 90, assim como a transição deste para o ano de 1800, representa novamente o padrão

referido, com o ingresso, em 1793, de 9 mulheres e 1 menino (3,07%), sendo que a transição de 1799 para 1800 soma um total de 27 mulheres ingressantes na instituição.

Ao contrário da tendência encontrada no Recolhimento do Anjo, no RONSE não parece existir um padrão estabelecido nos valores totais contabilizados em cada década. No entanto, é ainda de notar que, relativamente ao Recolhimento do Anjo, Elisabete Jesus não fez uma distinção entre os ingressos de porcionistas e órfãs, uma vez que, como previamente mencionado, o número de órfãs sempre foi diminuto, comparativamente às porcionistas, pelo que uma análise destas duas categorias não se justificaria para o seu estudo. No entanto, para o Recolhimento das Órfãs vale a pena perspetivar os dados segundo este ângulo. No que respeita às meninas que ingressavam enquanto órfãs, os valores das suas entradas não superam os 5 na década de 30, reduzindo este número para 4 no decénio seguinte. Na década de 50, as suas entradas são escassas, mas revelam-se em ascensão na de 60, nomeadamente no ano de 1763, com o ingresso de 8 órfãs. A tendência para uma distribuição uniforme, que atinge um dos seus picos em 1800, com a entrada de 7 (2,15%) meninas órfãs, é evidente quando se observam os dados.

No caso das porcionistas, nas três primeiras décadas de funcionamento da instituição, as suas entradas não são uniformes, com picos de ingresso nos anos de 1765, 1766 e 1769, que contabilizam a entrada de 6 porcionistas em cada ano. Os restantes valores balizam-se entre a entrada de 1 e 4 porcionistas, com exceção dos anos de 1780, com o ingresso de 6 mulheres e, em 1792 e 1793, com a entrada de 5 e 7 porcionistas, respetivamente, assim como os anos de 1799 e 1800, com o ingresso de 7 e 8 mulheres, respetivamente.

O registo da entrada de oficiais é, em comparação com os restantes estatutos, diminuto, ainda que seja notória uma elevada entrada no primeiro ano de funcionamento da instituição, com 4 mulheres ingressantes. Além disso, a tendência mantém-se em 1733, com a entrada de mais três mulheres, encontrando-se as restantes entradas de 1 ou 2 mulheres nas décadas posteriores bastante dispersas. A tendência de concentração dos valores mais elevados nos primeiros anos do funcionamento do

espaço é facilmente explicada pela necessidade do recolhimento em estabelecer um corpo de oficiais e serventes que gerissem as necessidades do espaço.

Como aponta Elisabete Jesus³⁹¹, o estabelecimento de um *numerus clausus* no Recolhimento do Anjo, patente no capítulo 3.º dos estatutos, aquando da referência de que a totalidade das mulheres, recolhidas e oficiais, “não passarão de vinte, e huma”³⁹² foi apenas cumprido entre 1674 e 1679, já que os restantes dados recolhidos para a instituição revelam que este número foi largamente ultrapassado nos decénios seguintes³⁹³. A estas considerações, acrescenta-se também a entrada de apenas 20 mulheres na década de 80 de Setecentos, ainda que os restantes decénios apresentem valores mais elevados. A respeito do RONSE, as considerações relativas a *numerus clausus* não existem, já que os estatutos de 1725 são, também, explícitos quanto a estes aspetos referindo “Como o estado do tempo costuma ser vário, não se pode constituir o número que neste Recolhimento há-de haver de órfãs”³⁹⁴.

³⁹¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 128

³⁹² BPMP – Reservados, manuscrito 781, *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688*, capítulo 3º

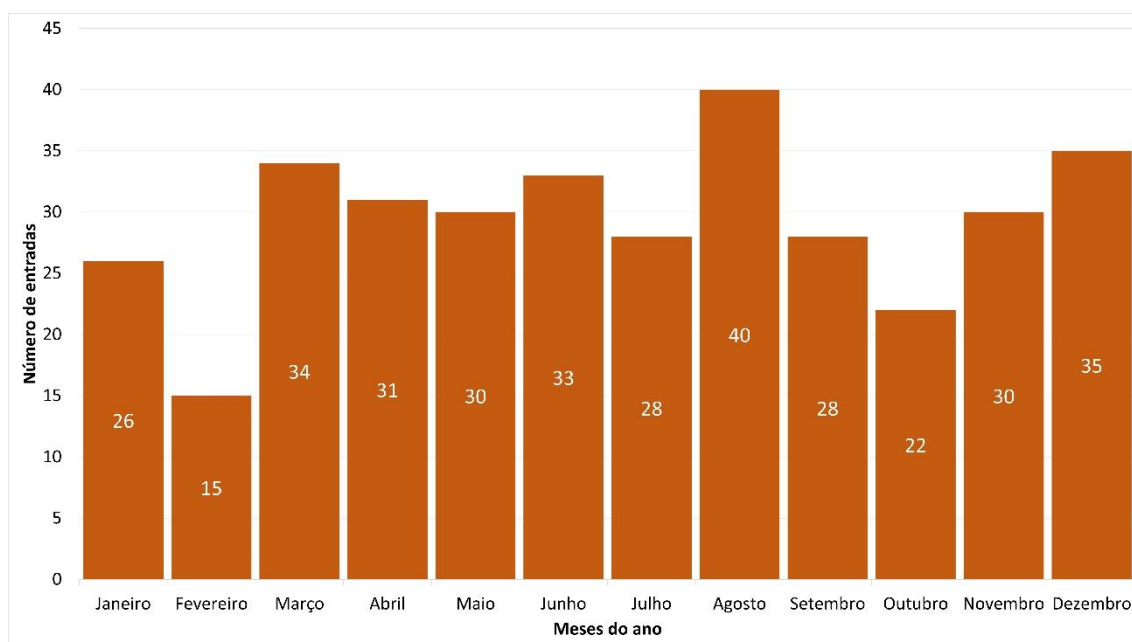
³⁹³ Vide novamente apêndices 19 e 20.

³⁹⁴ AHSCMP - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lazaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 16º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

3.3.1.2. Sazonalidade

Uma outra abordagem também essencial para a compreensão dos ritmos de entrada nos espaços de reclusão feminina é observar as tendências consoante os meses que constituem o ano.

Gráfico 5 – Entradas, por meses do ano, no RRRSIA



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 126

Os valores mensais permitem, pois, constatar que o maior número de ingressos tomavam lugar entre março e junho e, posteriormente, agosto, que contabilizou 40 entradas³⁹⁵. São dados coincidentes com o calendário religioso-espiritual da instituição, nomeadamente durante o Natal, a Páscoa e as festividades relacionadas com os santos patronos do recolhimento, que podem ser observadas na tabela 10.

³⁹⁵ Vide apêndice 23.

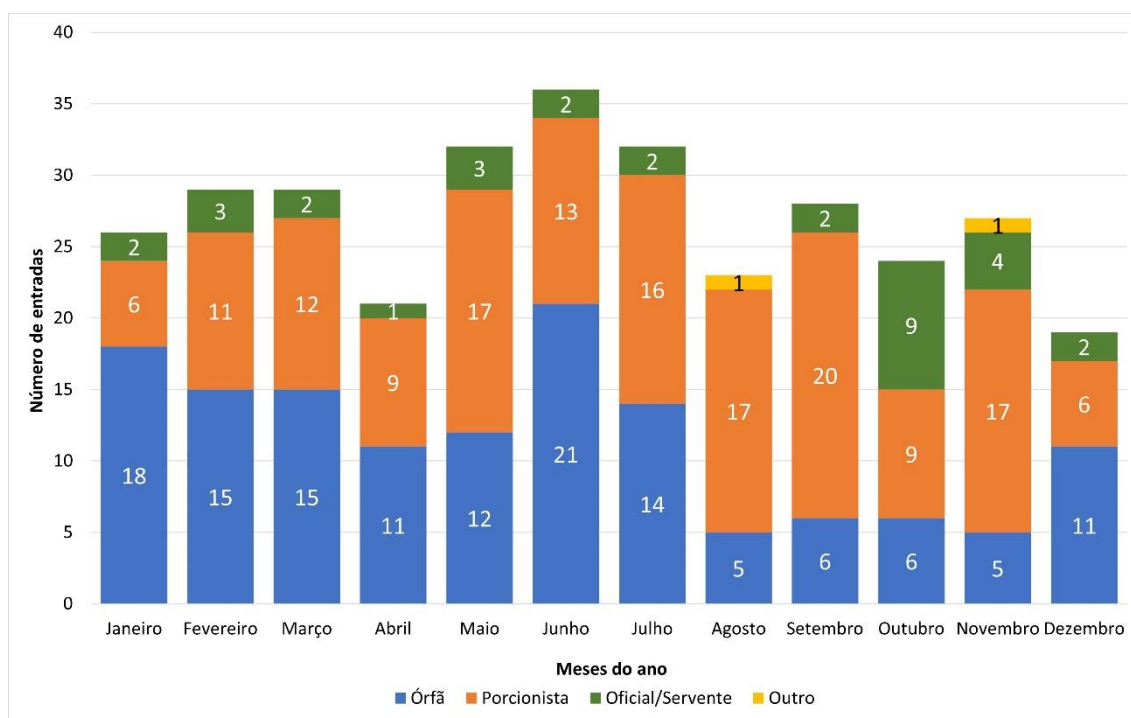
Tabela 10 – Compromissos religioso-espirituais do RRRSIA (1674-1800)

Santo invocado	Data
Desposórios de São José	23 de janeiro
Senhor Jesus do Anjo	1 de maio
Anjo São Miguel	8 de maio 29 de setembro 2.º Domingo de julho
Santo António	13 de junho
Santa Isabel	4 de julho
São Francisco	3 de outubro
Santa Cecília	20 de novembro

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 69

No caso do RONSE, os dados não são coincidentes. Junho assinala o maior número de entrada de órfãs, mas setembro é o sobressai no que respeita porcionistas. Os valores acumulados, das suas tipologias de mulheres assistidas, apontam para junho, enquanto período de maior concentração dos ingressos³⁹⁶.

Gráfico 6 – Entradas, por meses do ano, no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

³⁹⁶ Vide apêndices 22 e 23.

No RONSE, durante os primeiros três meses do ano, o número oscila entre os 26 (7,95%) e os 29 (8,87%) ingressos, mas é entre o mês de maio e julho que o espaço regista os seus valores mais elevados, que se balizam entre as 32 (9,79%) e as 36 (11,01%) entradas. As semelhanças com o Anjo dão-se entre os meses de setembro e novembro, com entradas que oscilaram entre as 24 (7,34%) e as 29 (8,87%) mulheres.

Analisando as entradas mensais por estatuto, o ingresso de órfãs, de forma mais demarcada, deu-se durante os primeiros três meses do ano, registando o mês de janeiro 18 (5,50%) ingressos, assim como valores aproximados nos meses de fevereiro e março, que contabilizam 15 entradas, diminuindo os ingressos nos meses seguintes. Os valores tendem a ser, novamente, ascendentes no mês de junho, o auge dos ingressos, com 21 (6,42%) órfãs registadas, valor que decresce levemente em julho e que desce abruptamente entre agosto e novembro, meses que registam os valores mais baixos durante o ano, entre as 5 e as 6 entradas, ao contrário da tendência demarcada do Recolhimento do Anjo. Por outro lado, o mês de dezembro apresenta uma subida, com 11 entradas registadas, idêntico a abril.

No caso dos ingressos das porcionistas, é notória a concentração de ingressos nos meses em que se registam quebras de entrada para as órfãs. Entre os meses de maio e setembro são contabilizados, no total, 84 ingressos, representando 55% das entradas das 154 porcionistas. Atingindo o pico no mês de setembro, com 21 (6,42%) entradas, este valor desce para menos de metade em outubro, com 9 ingressos, voltando a quase duplicar em novembro, mês que contabiliza 17 entradas, para voltar a reduzir em dezembro, com 6 entradas, valor que se mantém em janeiro, duplicando nos meses de fevereiro e março em relação a dezembro.

Conclui-se, pois, que as entradas de órfãs e porcionistas, no Recolhimento da Misericórdia portuense possuem dois padrões distintos. Enquanto as meninas ingressantes com o primeiro estatuto entram de forma mais demarcada durante a primeira metade do ano, que regista um total de 92 (66%) ingressos, dos 139 conhecidos, as mulheres porcionistas entram de uma forma expressiva a partir do quinto mês do ano, tendência que se mantém, grosso modo, até novembro, onde são registadas 110 (71%) das 154 entradas conhecidas.

Por seu turno, as oficiais e serventes apresentam uma distribuição unânime das suas entradas, ainda que o mês de outubro sobressaia ao registar 9 ingressos, o número mais alto, enquanto os restantes meses oscilem entre as 2 e as 4 entradas.

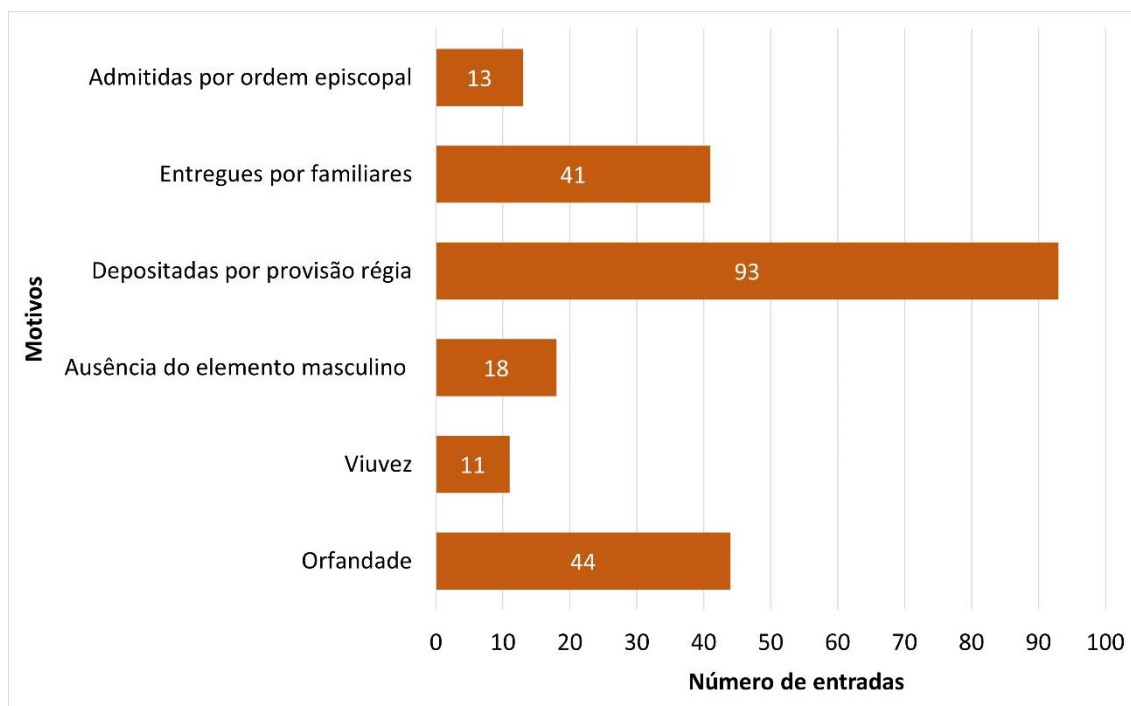
A reflexão acerca destes dados permite compreender alguns padrões de suma importância. Se, por um lado, a tendência de ingresso das porcionistas da Misericórdia do Porto é coincidente com as entradas das mulheres porcionistas do Anjo, é também patente a sazonalidade existente, não apenas entre as duas instituições, mas também dependente dos estatutos que cada mulher possui quando ingressava na instituição. A análise por estatuto permitiu, assim, compreender que os ingressos nas instituições podiam ser influenciados pela vida quotidiana que cada uma destas casas exercia, mas também pelo facto de estarem intrinsecamente dependentes do estatuto das mulheres ingressantes.

3.3.1.3. Motivações de ingresso

Apesar de públicos-alvo distintos, numa primeira abordagem, as motivações de entrada de mulheres no Anjo e no de Nossa Senhora da Esperança parecem semelhantes, embora os indicadores numéricos tenham valores bastante distintos. No caso do Recolhimento do Anjo, existe conhecimento acerca das motivações para 220 (57%) mulheres, do universo total de 385³⁹⁷.

³⁹⁷ Vide anexo 11.

Gráfico 7 – Motivos de ingresso no RRRSIA (1674-1799)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 130

Apesar da existência de mulheres 44 (20%) vítimas de orfandade no RRRSIA, é notória a existência de muitas outras razões para o ingresso do público feminino. O motivo dominante é fruto da aplicação de provisões régias, um total de 93 mulheres (42,27%), o que determina um perfil muito particular, uma instituição muito vocacionada, em que o termo *Real* realmente se emprega de forma adequada. Como explica Elisabete Jesus³⁹⁸, as mulheres visadas entraram na instituição através de uma ordem legal, procedida do poder central, e que constituía, pois, uma coação. Nos casos que a mesma analisou, sobressaem ocorrências relacionadas com os comportamentos das mulheres que, em algum momento, podiam comprometer a honra da família. Esta pobreza, mormente moral, exemplifica os casos de mulheres que, pertencendo a um estrato social elevado, não possuíam os meios para manter a sua condição. Ainda assim, sobressaem também outros cenários, como o dos maus-tratos. Por estes motivos, a clausura parecia ser o único caminho para estas mulheres, sendo esta decisão decretada

³⁹⁸ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol.1, p. 140

pelo poder régio que, independentemente das considerações dos componentes da orgânica funcional do espaço, como o Bispo e a Regente, fazia prevalecer a sua ordem.

Já a orfandade era o segundo motivo dos ingressos mulheris entre 1674 e 1799, como se verifica no gráfico 7. Os primeiros 15 anos de funcionamento do recolhimento registam o maior número destes ingressos, com 6 mulheres e outras 9 no decénio seguinte. Os valores baixam progressivamente, especialmente a partir dos anos 50 do século XVIII, onde são registadas 4 entradas e, daí em diante, apenas 1 durante os anos 70 da mesma centúria. A explicação para esta circunstância pode advir da fundação, em 1722, e do funcionamento a partir de 1731, do RONSE, espaço especialmente destinado a meninas e mulheres vítimas da orfandade.

Mostra-se igualmente relevante as entradas mulheris por parte de familiares. São contabilizados 41 (18,63%) casos que não possuem uma justificação específica, ainda que Elisabete Jesus refira que, por dizer respeito a assuntos de ordem familiar e pessoal, dos pais, irmãos e, em alguns casos, também dos tios, é provável que a omissão dos motivos seja frequente nos registos de ingresso das mulheres³⁹⁹.

A ausência do elemento masculino, nomeadamente dos pais e dos maridos, foi um dos motores dos ingressos femininos no espaço, contando com 18 (8,18%) recolhidas que entraram por aguardarem o regresso deste elemento, circunstância provocada pela frequente deslocação masculina em terras sul-americanas, especialmente no Brasil⁴⁰⁰.

Por último, destacam-se os ingressos por ordem episcopal e o estado de viuvez. Foram contabilizadas 13 (5,90%) entradas por ordem do Bispo do Porto, enquanto 11 (8,18%) ingressaram por serem viúvas. As decisões de ingresso de viúvas eram influenciadas também pelo seu estatuto legal, já que estas mulheres passavam a ser as cabeças de casal, administrando os bens herdados do falecido marido. A opção pela clausura, a necessidade de professar votos religiosos, assim como o casamento, eram

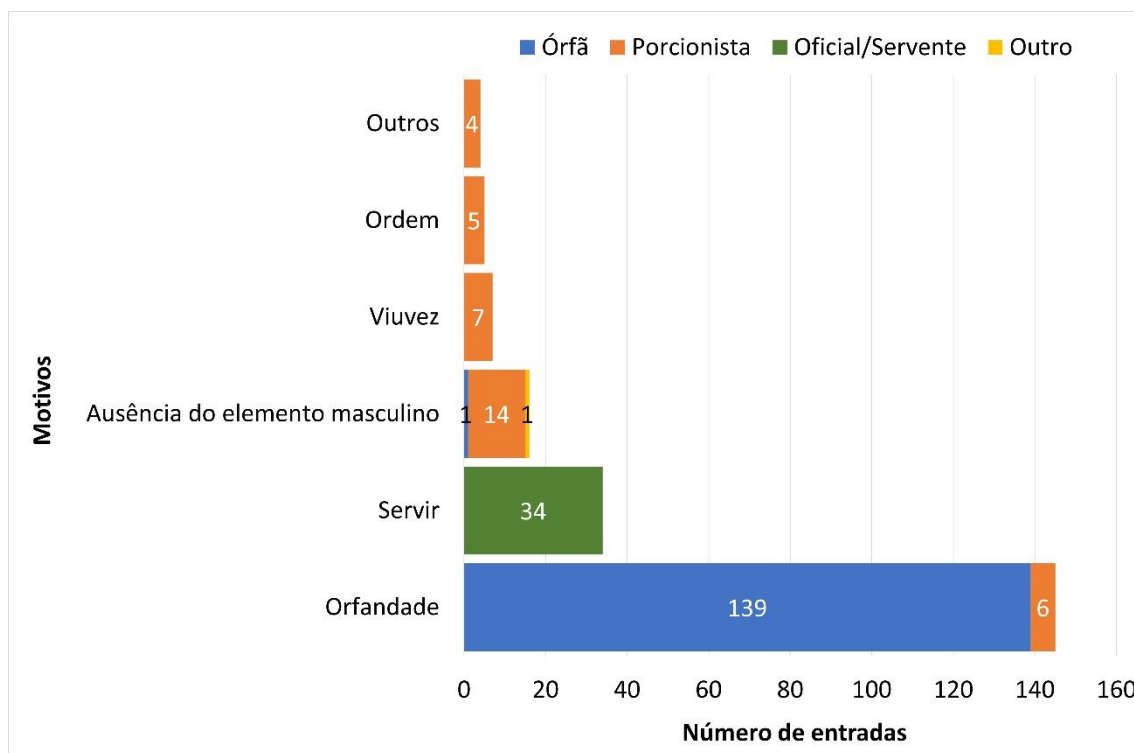
³⁹⁹ JESUS, Elisabete - *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 141

⁴⁰⁰ JESUS, Elisabete - *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 135-137

circunstâncias sinónimas de abdicação desta prerrogativa⁴⁰¹, resultantes das opções familiares e pessoais.

No caso do RONSE, existem algumas similitudes para os motivos de entrada, embora nem sempre se verificasse esta circunstância. Os dados plasmados no gráfico 8 dizem respeito a 211 casos (62%) do universo total de 339 ingressos⁴⁰².

Gráfico 8 – Motivos de ingresso no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

As órfãs possuem, definitivamente, uma maior representatividade. Começamos a análise pela categoria designada enquanto “servir”, que contabiliza 34 mulheres, motivos exclusivos da condição de oficial ou servente. Especificamente, as histórias destas mulheres merecem detalhe. Na verdade, é nada década de 30 de Setecentos que se regista a entrada de duas recolhidas do Anjo no RONSE. D. Luísa Maria Pereira, natural

⁴⁰¹ JESUS, Elisabete - *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 133

⁴⁰² Vide apêndice 24 e 25.

da cidade de Braga, freguesia de São Tiago da Cividade, que foi ocupar a função de primeira regente do RONSE. Ingressou a 16 de maio de 1731, com 40 anos de idade⁴⁰³. Em conjunto com esta, ingressa também, na mesma data, Teresa Angélica de São Bernardo, como primeira mestra do Recolhimento da Misericórdia do Porto, natural da rua dos Mercadores da cidade do Porto, com 18 anos de idade⁴⁰⁴.

Ambas provenientes do RRRSIA, D. Luísa Maria Pereira havia ingressado pela primeira vez na instituição destinada a mulheres nobres a 18 de março de 1719, saindo, também pela primeira vez, a 6 de setembro de 1725, reingressando um ano depois e, finalmente, saindo com destino ao RONSE em 1731. Todavia, a sua estadia nesta instituição não seria longa, já que em 1733 voltou a reingressar no Recolhimento do Anjo⁴⁰⁵. O mesmo destino teve a mestra do Recolhimento das Órfãs, Teresa Angélica de São Bernardo que, em 1733, reingressou no Recolhimento do Anjo⁴⁰⁶.

Outra entrada, proveniente de um outro recolhimento, demonstra a falta de dirigentes no RONSE. A 10 de outubro de 1733 ingressa a segunda regente da instituição, D. Mariana Rosa Josefa de Jesus, senhora de 50 anos de idade, proveniente do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Arrifana de Sousa, atual Penafiel⁴⁰⁷, de onde veio acompanhada por Maria de Oliveira, mulher que desempenhou o cargo de servente de dentro no RONSE⁴⁰⁸. A outra servente de dentro, de seu nome Luísa, ingressou dois meses depois, a 2 de dezembro de 1733, aparentemente, sem conexão à regente e à servente de dentro referidas.

⁴⁰³ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 2-3 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴⁰⁴ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 3-4 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴⁰⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 44

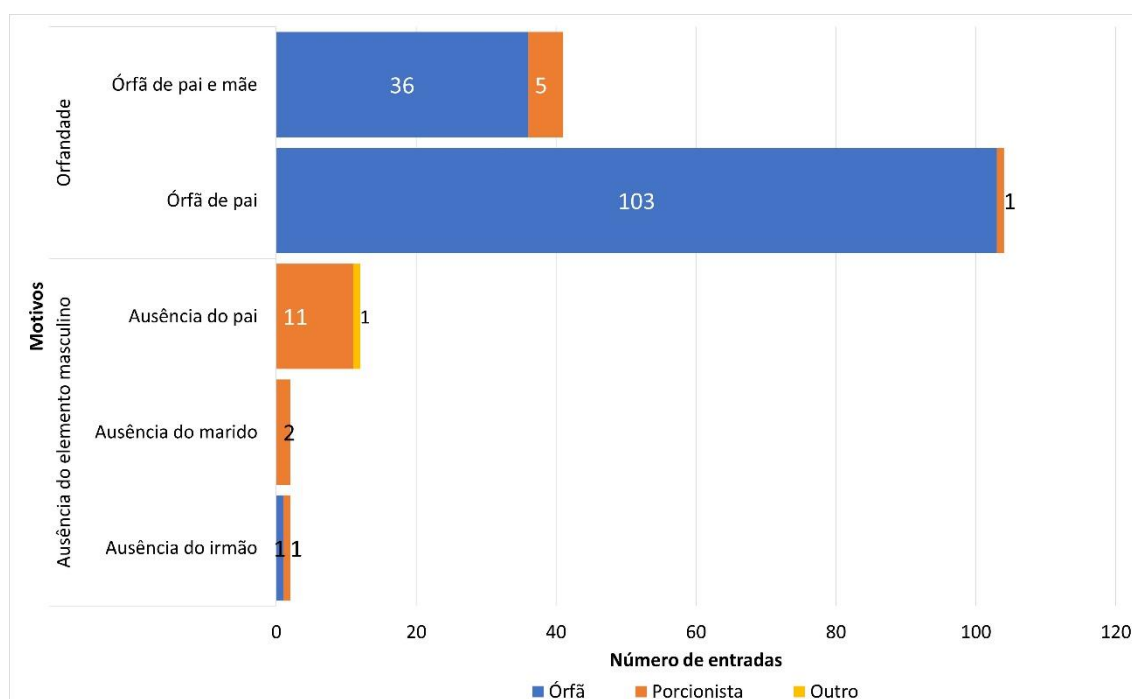
⁴⁰⁶ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 46

⁴⁰⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl.16v-19 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴⁰⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl.19-19v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

No que diz respeito a meninas vítimas de orfandade, o Recolhimento das Órfãs da Misericórdia do Porto regista, para as 140 órfãs registadas como tal, 139 vítimas da orfandade e 1 menina entregue ao recolhimento por ausência do elemento masculino, o pai. No caso das porcionistas, efetivamente a ausência de um elemento masculino, nomeadamente o pai ou o marido, é razão mais acentuada relativa à entrada das porcionistas⁴⁰⁹.

Gráfico 9 – Orfandade e ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A partir do gráfico 9, os dados apresentados demonstram que 103 (63,98%) meninas do recolhimento da Misericórdia portuense são órfãs de pai, enquanto apenas 36 (22,36%) se apresentam enquanto órfãs de pai e mãe. Por outro lado, ainda que não menos significativo, as porcionistas podiam também ingressar por serem vítimas de orfandade, ainda que apenas 1 declare ser órfã de pai e 5 de pai e mãe.

⁴⁰⁹ Vide apêndices 26 e 27.

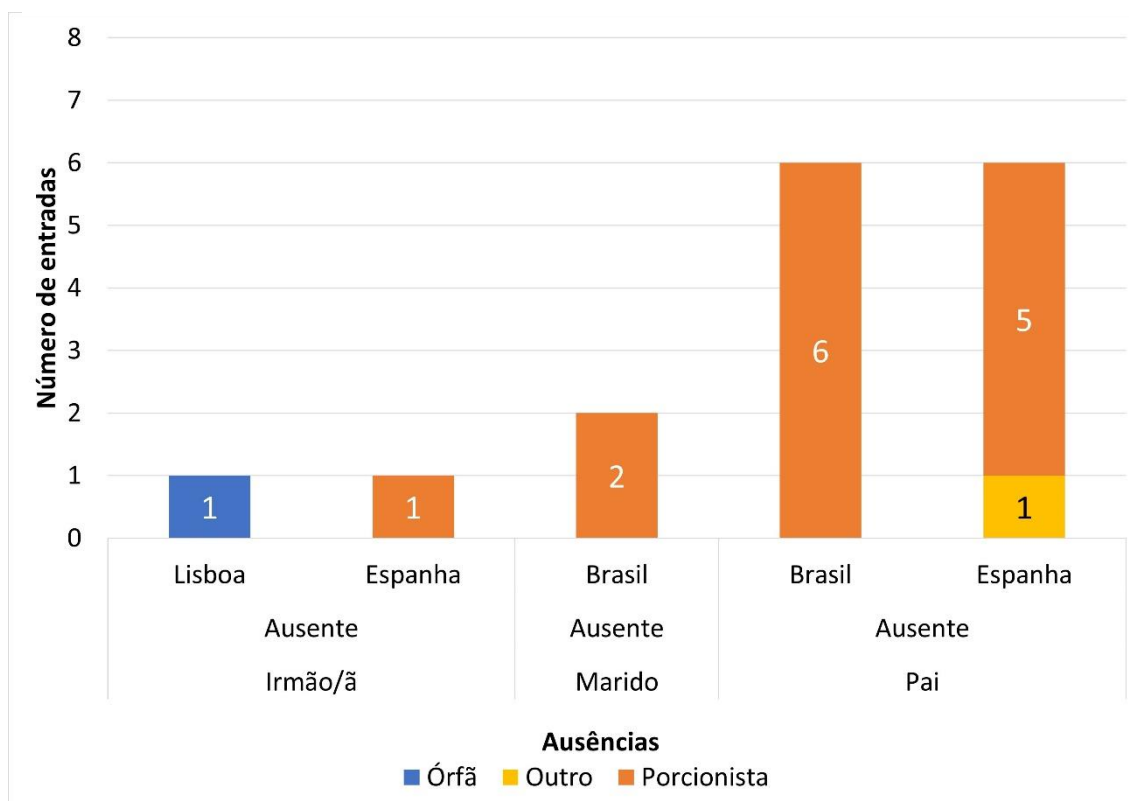
Porém, no caso das porcionistas, a ausência do elemento masculino revela-se enquanto motivo principal de ingresso. Se, no Recolhimento do Anjo, apenas existe registo de mulheres ingressantes devido à ausência dos pais ou dos maridos, no caso do Recolhimento da Misericórdia acrescenta-se a variável relativa aos irmãos destas mulheres. Na verdade, as porcionistas com pais ausentes são 11 (6,83%), seguidas por 2 registos de mulheres com o marido ausente e outra com o irmão ausente.

No caso das ausências masculinas destaca-se a única órfã que possui o irmão ausente em Lisboa, Francisca Luísa de Jesus, que ingressou no RONSE a 6 de dezembro de 1749⁴¹⁰. Assim como às 13 porcionistas que possuem os pais, o marido e o respetivo irmão ausentes, acrescentando-se o estatuto de *outro* também no gráfico 9, respeitante à criada e ao menino que ingressaram, também existe a possibilidade de apurar alguns dos destinos dos homens ausentes. Embora as informações não sejam numericamente significativas, a presente investigação não desprezou os seguintes dados⁴¹¹.

⁴¹⁰ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 46 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴¹¹ Vide apêndices 28.

Gráfico 10 – Ausência dos elementos masculinos das órfãs e porcionistas do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

O gráfico 10 demonstra três destinos que os pais, maridos e irmãos das órfãs tiveram – notabiliza-se um irmão de uma porcionista em Espanha, 5 pais de porcionistas ausentes neste mesmo espaço, assim como o pai de um menino ausente em Espanha. Além disso, também o estatuto designado enquanto *outro* se apresenta no gráfico 10, registando a ausência do pai. Na verdade, o presente estudo reporta-se a António, o menino de 4 anos que ingressou no RONSE, em 1793, em conjunto com as três irmãs e a tia, de 80 anos, casos definitivamente, singular, não apenas pela evidente transgressão que este ingresso revela, já que o espaço era destinado ao público feminino, como também pelo evidente poder régio exercido sobre o RONSE. O pai das crianças, e irmão da tia das mesmas, Manuel Carneiro de Azevedo, era capitão de Granadeiros na Oitava Companhia do Primeiro Regimento de Infantaria da Guarnição do Porto, que havia sido destacado para Espanha, ao serviço da Coroa portuguesa. Por esta razão, e por ser viúvo há dois anos, refere na petição que apresenta ao poder central que a tenra idade dos

seus filhos, assim como sexo das meninas e da sua irmã, exigia a maior precaução⁴¹². D. Rosa Maria de Melo, irmã do capitão, com idade de 80 anos, D. Maria, com 15, D. Rosa, com 9 e D. Ana, com 6, entraram no recolhimento em conjunto com o irmão mais novo, António, de 4 anos, a 22 de agosto de 1793, depois da petição ser apresentada à Mesa da Misericórdia portuense, que cumpriu o aviso régio⁴¹³.

O caso exposto parece assemelhar-se ao da porcionista Maria do Vale, cuja petição foi realizada pelo seu pai, José Pimenta de Sousa, Cabo de Esquadra da Oitava Companhia do Primeiro Regimento da cidade do Porto, à rainha D. Maria I. Afirmando servir Sua Majestade há quase 23 anos, e tendo sido destacado para Espanha, afirmava que a sua filha de 13 anos encontrar-se-ia no maior desamparo depois da sua partida⁴¹⁴. A menina ingressou a 4 de outubro de 1793, após o deferimento do requerimento do seu pai e a apresentação do aviso régio à Mesa da SCMP⁴¹⁵.

No entanto, o Brasil afigura-se destino maior, nomeadamente no que respeita aos 2 maridos ausentes neste espaço, 1 no Rio de Janeiro, assim como aos 11 (37,50%) pais ausentes neste local ultramarino.

Todavia, conhecem-se apenas os motivos de entrada para 36 (22%) porcionistas, justificados pela ausência do elemento masculino em 14 mulheres⁴¹⁶. Sem dúvida que as parcas informações suscitam questões embora pareça haver razões comuns ao ingresso das porcionistas nos dois recolhimentos. Através da comparação dos gráficos 8 e 9 percebe-se que a viuvez atingiu 7 mulheres no RONSE, não se distanciando em larga medida das 11 mulheres que ingressaram pelo mesmo motivo no Recolhimento do Anjo.

Ainda que os números respeitantes ao RRRSIA sejam consideravelmente maiores no que respeita às entradas sob coação, isto é, através da ordem expressa de um

⁴¹² AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 36-36v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴¹³ AHSCMP - Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 36v-37v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴¹⁴ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 37v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴¹⁵ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 38 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴¹⁶ Vide novamente os apêndices 29 e 30.

terceiro, esta circunstância teve também lugar no da Misericórdia do Porto, com 5 casos registados, todos pertencentes a porcionistas. Veja-se o caso de Ana Maria Joaquina, entregue ao Juiz dos Órfãos para ingressar no recolhimento das Órfãs, por ordem do poder central, efetivando esta decisão a 9 de setembro de 1754, sem que se conheçam as razões para tal⁴¹⁷. Já no decénio seguinte, D. Joaquina Josefa da Silva Campos ingressou a 5 de maio de 1766 no RONSE, procedente do Convento das religiosas de Vairão, e guiada pelo Juiz dos Órfãos para o Recolhimento referido, onde ficaria depositada até lhe ser atribuída uma providência mais justa⁴¹⁸. Conduzida pelo Juiz de Fora do Porto foi também Maria Marcelina, que entrou no Recolhimento de Órfãos a 24 de maio de 1772⁴¹⁹. Finalmente, D. Ana Joaquina de Mesquita Vasconcelos Sarmento, porcionista, ingressou a 21 de julho de 1797 por ordem de Francisco de Almada⁴²⁰, à data provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto⁴²¹.

Dois outros casos foram incluídos na categoria *outros*, representada no gráfico 9. Trata-se de duas primas porcionistas. A 2 de fevereiro de 1737 ingressa no RONSE Francisca, designada enquanto “mentecapta”, a par de Maria Custódia do Sacramento, sua prima, a pedida da mãe de Francisca, Clara Maria, viúva⁴²². Não foi possível apurar a idade das porcionistas. No entanto, compreende-se que o pedido se insere no que a legislação civil previa. Segundo as Ordenações Filipinas, “mentecapto” era um termo atribuído aos indivíduos desprovidos de faculdades mentais, carecendo de juízo⁴²³,

⁴¹⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 29 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴¹⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 42v-43 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴¹⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 52 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴²⁰ AHSCMP - Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 41v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴²¹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – Anexos: Provedores da Santa Casa da Misericórdia (1668-1820). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 491

⁴²² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 10v-11 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴²³ ORDENAÇÕES FILIPINAS - Título LXXXI – *Das pessoas que não é permitido fazer testamento*. [Em linha]. [Consul. 6 de abril de 2024]. Livro IV. Disponível em WWW: <URL: <https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livros-iv-e-v/>>

devendo os menores de 25 anos ficar encarregues a um curador, cuja função era permitir o auxílio na administração dos bens dos indivíduos padecentes desta condição⁴²⁴. O caso, singular no Recolhimento das Órfãs, acusa apenas uma menina da condição referida, podendo considerar-se que a sua prima tinha, pois, a função de cuidar de Francisca aquando do ingresso das duas no RONSE. Contudo, com o falecimento da mãe, após o ingresso das primas no Recolhimento, surgiram querelas entre a prima, Maria Custódia do Sacramento, e a Mesa da Misericórdia do Porto, culminando com o seu abandono da instituição em 1738.⁴²⁵ Francisca vem a falecer mais tarde, a 19 de maio de 1740⁴²⁶.

O outro caso de especial relevância é o de Maria Joana de Lima, porcionista ingressante a 17 de fevereiro de 1797 pela iniciativa do Bispo do Porto, Lourenço Correia de Sá e Benevides (1796-1798), que era também fiador da mesma mulher. A conexão entre estes dois indivíduos não foi possível de discernir, já que as relações sociais da porcionista não apresentam qualquer tipo afiliação relacionado com aquela figura ou outra tutela familiar.

3.3.1.4. Idades de ingresso

Os registos do RRRSIA, além de numericamente insuficientes, são também parcos. Apenas 9 recolhidas referem a sua idade de uma forma aproximada. Todavia, a análise aos mesmos constatou uma permeabilidade na norma estabelecida imposta pelos estatutos, já analisados, devido à existência de mulheres bastante mais velhas, especialmente depois de completarem 40 anos, idade limite de permanência no espaço⁴²⁷.

⁴²⁴ ORDENAÇÕES FILIPINAS - Título LXXXI – *Dos curadores, que se dão aos pródigos e mentecaptos*. [Em linha]. [Consul. 6 de abril de 2024]. Livro IV. Disponível em WWW: <URL: <https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livros-iv-e-v/>>

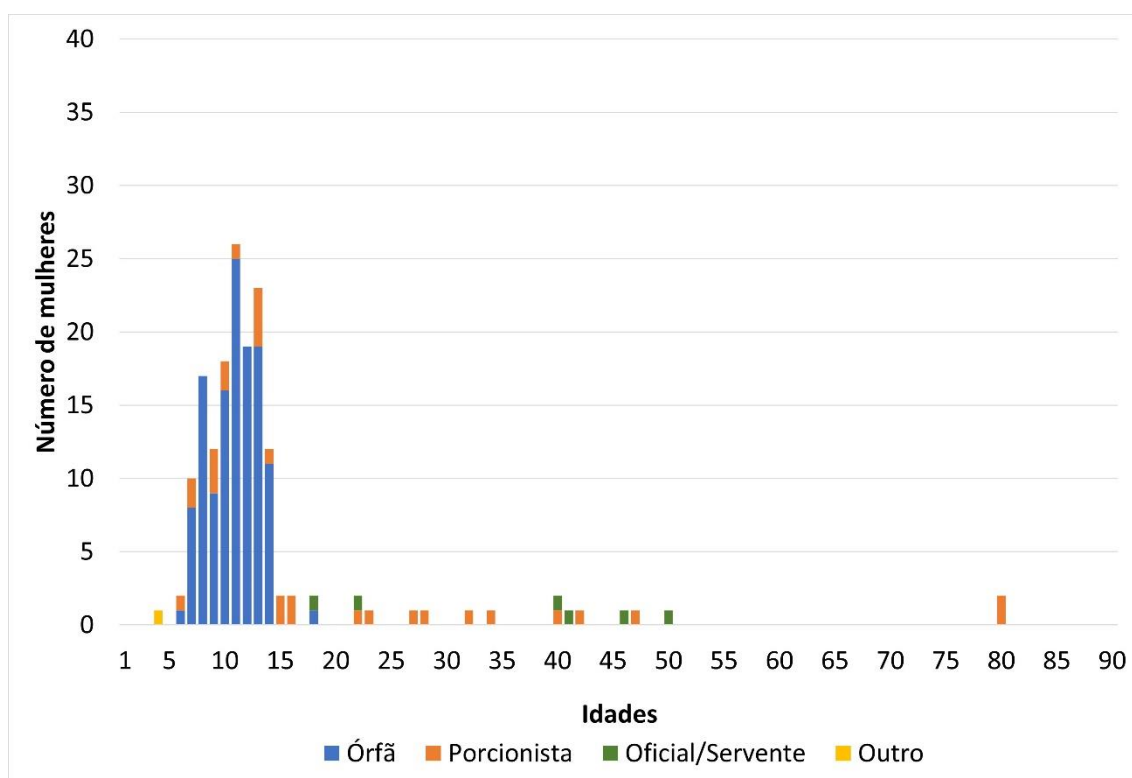
⁴²⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 5 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴²⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 5v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴²⁷ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade, honra...* Vol. 1, p. 124

No caso do RONSE, os dados sobre estas circunstâncias são bastante mais precisos e abundantes. Para além da referência, na maior parte dos casos, à data de nascimento e de batismo das mulheres, também em diversos assentos de entrada são registadas as idades das recolhidas. No entanto, nos registos de entrada das órfãs, porcionistas, oficiais e serventes, apenas 15 assentos referem, de forma direta, a idade das recolhidas. Por outro lado, registam-se 136 (40%) mulheres com data de nascimento atribuída de forma completa, isto é, com a referência ao dia, mês e ano de nascimento. Além disso, também as informações relativas ao batismo foram de suma importância, contabilizando 46 (13%) mulheres com data de batismo atribuída. Feitos os cálculos, dispomos do conhecimento da idade, à entrada, para 162 (48%) recolhidas⁴²⁸.

Gráfico 11 – Idades de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Órfãs Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Órfãs Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴²⁸ Vide apêndices 29 e 30.

Uma primeira abordagem aos dados expostas no gráfico 11 demonstra uma elevada concentração de idades das recolhidas entre os 7 e os 14 anos, exatamente a baliza de idades estabelecida pelos estatutos de 1725⁴²⁹. Ou seja, uma presença de meninas com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, com uma especial incidência nos 11 anos, que contabiliza 25 (15,43%) órfãs. Seguem-se os 12 e 13 anos, com 19 meninas (11,73%), assim como os 8 anos de idade, que contabiliza 17 (10,49%) órfãs, a par dos 10 anos, que somam 16 (9,88%) meninas. Na sua totalidade, o intervalo de tempo entre os 7 e os 14 anos representa 124 (77%) da totalidade das 162 idades conhecidas para as órfãs, porcionistas, oficiais e serventes.

Caso relevante é o de uma menina que ingressou no RONSE com 6 anos de idade, de seu nome Antónia Paz Azevedo. Nascida a 7 de abril de 1743, natural e residente na rua Chã, freguesia da Sé do Porto, a menina ingressou na instituição a 8 de dezembro de 1749⁴³⁰, filha de Timóteo da Paz e Azevedo, falecido, cabeleireiro e irmão de segunda condição da SCMP⁴³¹. A sua estadia na instituição foi prolongada, uma vez que, a 29 de agosto de 1766, Antónia mudou de estatuto para porcionista,⁴³² não existindo qualquer informação sobre a sua saída ou possível falecimento na instituição. Esta informação ilustra a permeabilidade da instituição, nomeadamente favorecendo o ingresso de uma menina que não correspondia à idade mínima para a entrada, mas que era filha de um Irmão da Santa Casa portuense, mesmo que de menor condição, como era o caso. Ademais, o registo de um menino de 4 anos da idade remete para o caso de António, desenvolvido anteriormente, que entrou a par das suas irmãs e tia, todas com estatuto de porcionistas.

Os dados relativos às porcionistas revelam um total de 14 meninas com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, com especial incidência na idade de 9 anos, com

⁴²⁹ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 19º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

⁴³⁰ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 44v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴³¹ AHSCMP - *Dos Irmãos da Casa 1611 a 1787*, fls. 218v-219 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

⁴³² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 43v-44 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

3 meninas registadas, e os 13 anos de idade, com 4 meninas. É entre os 15 e os 80 anos que se notabilizam os registos das idades das recolhidas. São, acima de tudo, valores que revelam a disparidade de idades existentes nas mulheres que ingressavam com este estatuto. Se, por um lado, os estatutos de 1725 estabelecem apenas a idade-limite de 25 anos para as órfãs⁴³³, não fazendo alusão a uma idade-limite de estadia para as porcionistas, denota-se uma distribuição bastante semelhante entre as mulheres que se encontravam na casa dos vinte anos, assim como aquelas que ingressam já nos trinta. Ainda assim, não deixa de ser significativa a presença de duas senhoras com 80 anos. Não apenas pela idade avançada que possuíam durante o século XVIII, mas também porque são exemplos significativos da panóplia de idades existentes no RONSE.

Por outro lado, as idades referentes às oficiais, apesar da amostragem deveras pequena de que o presente estudo dispõe, auxilia na compreensão de que estes cargos estavam sobretudo concentrados em mulheres cujas idades se balizavam entre os 40 e os 50 anos, correspondendo às disposições presentes nos estatutos.

Segundo a tendência observada no RONSE, é provável que a maior concentração de idades no RRRSIA estivesse presente em mulheres a partir dos 20 anos, tal como Elisabete Jesus refere no seu trabalho. Esta hipótese, que deve apenas ser interpretada enquanto tal, já que os dados respeitantes às idades das mulheres do Anjo são omissos, não deixa de contribuir para a reflexão acerca da tipologia de mulheres assistidas em ambas as instituições. Por um lado, no Recolhimento do Anjo observa-se a passagem de mulheres numa faixa etária mais avançada, comparativamente aos dados de que o presente estudo dispõe para o Recolhimento da Misericórdia. Efetivamente, este último espaço parece ter acolhido uma panóplia de meninas mais novas, que conviveram quotidianamente com mulheres de idades mais avançadas.

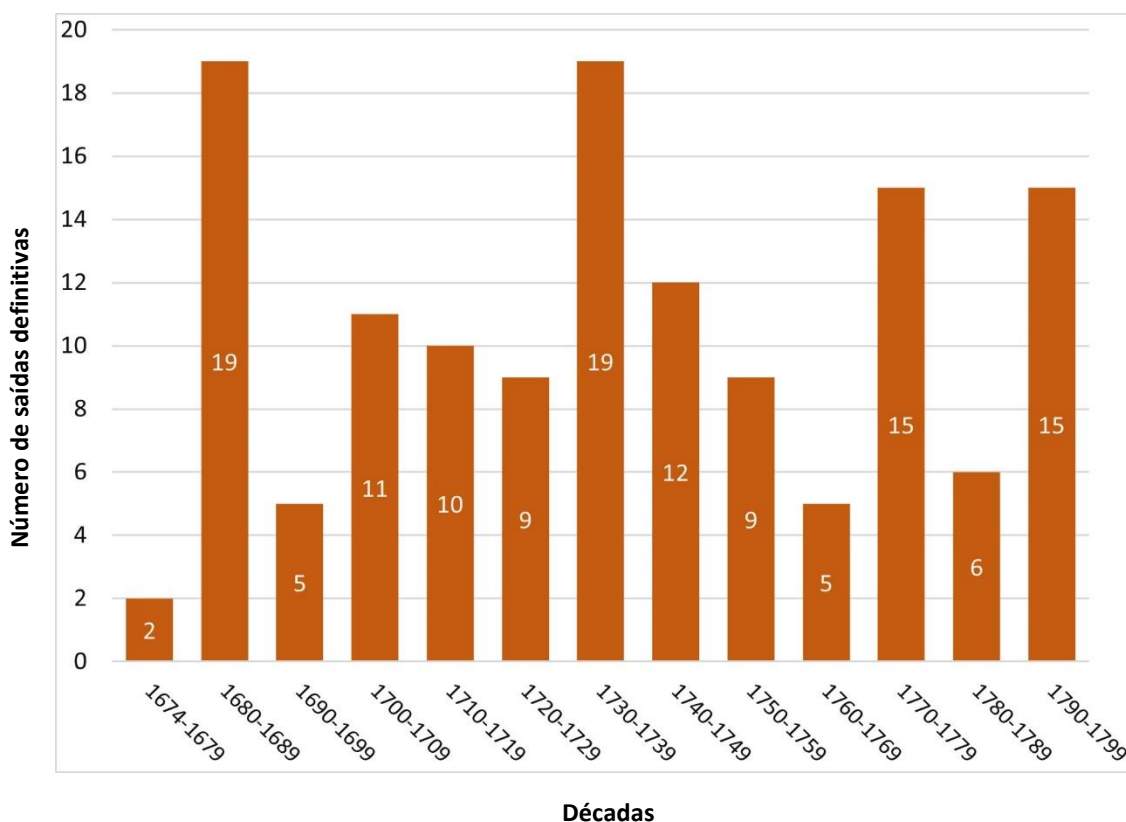
⁴³³ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lazaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 19º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

3.3.2. Saídas

3.3.2.1. Tendências na longa duração

Segundo Elisabete Jesus, no que respeita ao RRRSIA, 298 (77%) das 385 recolhidas registadas no seu estudo entrar am apenas uma vez no espaço⁴³⁴. Por isso, no que respeita às informações concernentes às suas saídas, existem apenas conhecimento de saída definitiva de 137 (36%) mulheres que habitaram a instituição⁴³⁵.

Gráfico 12 – Saídas, por décadas, no RRRSIA (1674-1799)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 127

No gráfico 12 são facilmente detetadas duas décadas com uma maior expressão numérica, no que respeita ao RRRSIA. Com um total de 19 (13,86%) saídas entre 1680 e 1689, é possível verificar que os abandonos da instituição registam o seu primeiro auge nos 12 anos imediatos após as primeiras entradas das recolhidas, em 1674. Na década

⁴³⁴ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 127

⁴³⁵ Vide anexos 12.

de 90 do século XVII, contabilizam-se apenas 5 saídas face às 33 entradas⁴³⁶. Por seu turno, as décadas seguintes apresentam também uma tendência decrescente, ainda que os inícios do século XVIII represente o aumento do número de saídas, um total de 11. Ao longo das duas décadas seguintes, o recolhimento perdeu 10 e 9 recolhidas, respetivamente, números que se relacionam, hipoteticamente, com o decréscimo de entradas patente entre as décadas de 10 e de 20 do século XVIII.

A década de 30 desta mesma centúria regista o segundo pico de saídas do Recolhimento do Anjo, contabilizando 19 abandonos da instituição, talvez proporcional ao número de entradas da mesma década, um total de 37. As três décadas que se seguem, até finais dos anos 60, demonstram uma diminuição progressiva no número de saídas, ainda que as tendências de ingresso na instituição, especialmente durante os anos 50, sejam de crescimento. As décadas de 70 e 90 apresentam, relativamente ao número de entradas, abandonados desproporcionais. Entre 1770 e 1779 saíram 15 mulheres do Recolhimento do Anjo, o mesmo valor registado na década de final do século, que contrapõe estes valores aos de entrada, que registam uma progressiva acentuação.

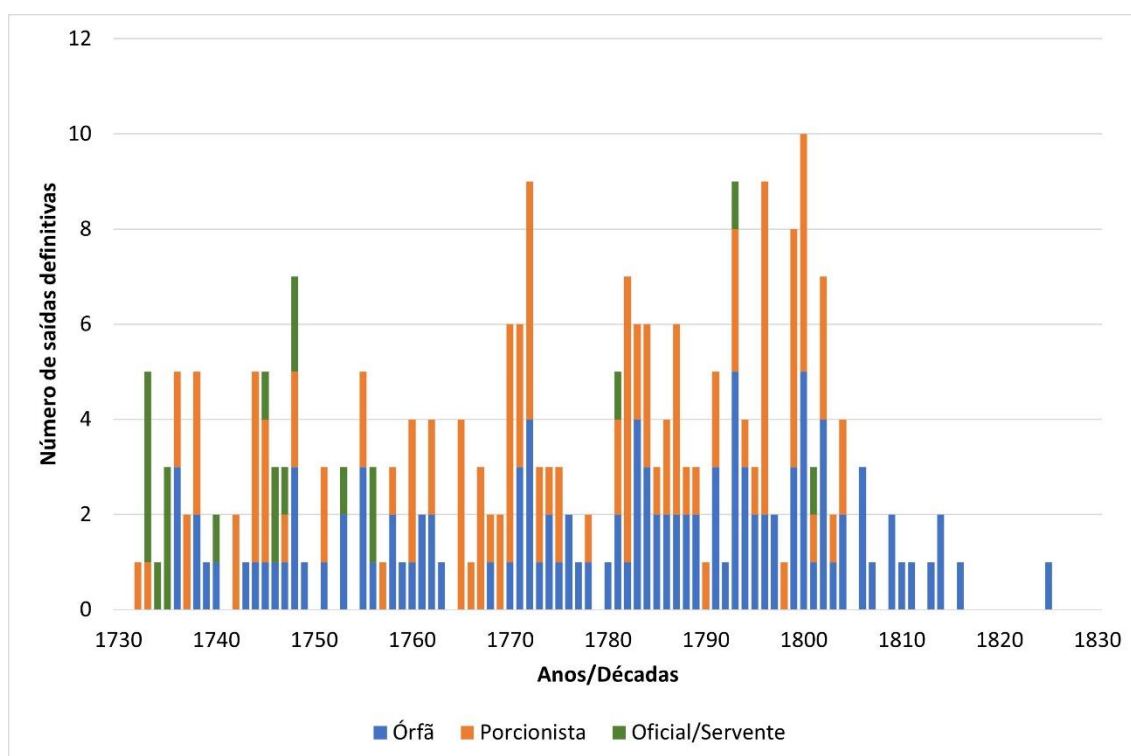
Por outro lado, os dados relativos ao RONSE são também parciais. Do universo total de 339 registos, existe apenas conhecimento para 257 (76%) saídas definitivas, 117 (45,53%) correspondentes a órfãs, 117 (45,53%) a porcionistas, 21 (8,17%) respeitantes às oficiais e serventes e 2 (0,78%) à categoria designada enquanto *outros*⁴³⁷.

⁴³⁶ Vide novamente os anexos 8 e 9.

⁴³⁷ Vide apêndice 31.

É ainda relevante salientar que os dados, apesar de apresentados até 1830, correspondem apenas ao levantamento das saídas até ao ano de 1800. Alguns dos assentos das recolhidas registavam os seus reingressos, algumas delas prolongando-se no tempo até às décadas de 20 e 30 do século XIX. Embora estes dados sejam explorados no subponto seguinte, o presente estudo não quis menosprezar os mesmos. Com efeito, as saídas definitivas registadas entre 1731 e 1800 representam um total de 228 (67%) movimentos dos 257 registadas no gráfico 13.

Gráfico 13 – Saídas anuais definitivas do RONSE (1731-1830)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Saídas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A primeira década de funcionamento da instituição conheceu saídas definitivas das mulheres portadoras dos diversos estatutos. Com um total de 24 (9,34%) saídas, os anos de 1733, 1736 e 1738 registam, cada um, 5 abandonos da instituição, perfazendo o número mais elevado presente nesta década. A década seguinte assinala um ligeiro aumento no número de saídas, mais 5 abandonos do que no decénio anterior,

totalizando 29 (11,28%) saídas definitivas, especialmente no ano de 1748, que contabiliza 7 saídas, proporcionalmente distribuídos entre órfãs, estatuto que contabiliza 3 saídas. A este número acrescem as 2 saídas de porcionistas e 2 abandonos das oficiais/serventes, perfazendo as 7 saídas mencionadas. Todavia, esta tendência quebra-se durante os anos 50 do século XVIII, onde, comparativamente às décadas anteriores, se registam apenas 19 (7,39%) saídas, circunstância passível de ser justificada pelo diminuto número de entradas – recordem-se os 23 (7,03%) ingressos na instituição, número claramente diminuto se comparado com a década anterior e a que lhe seguiu. O padrão ascendente emerge durante a década de 60, que regista 23 (8,95%) saídas, continuando este número a aumentar paulatinamente para as 35 (13,62%), no decénio seguinte, com especial ênfase no ano de 1772, que atingiu as 9 saídas definitivas, 4 de órfãs e 5 de porcionistas.

Por seu turno, e com a manutenção da tendência explícita, os anos 80 e 90 são as décadas que mais registos de saídas possuem, notando que relativamente aos ingressos, a década de 80 do século XVIII regista 44 entradas para o mesmo número de saídas. Além de 1782, que contabiliza 7 saídas definitivas, os restantes anos da década mencionada não parecem superar a data mencionada no que respeita ao número de saídas. Por outro lado, a década de 90 foi, sem dúvida, uma das décadas que registou um maior número de abandonos do Recolhimento das Órfãs do Porto. Com um total de 44 abandonos (17,12%), recorda-se que a instituição tinha acolhido, na mesma década, 63 mulheres. O ano de 1793 e 1796 notabilizam-se por registar 9 e 10 saídas definitivas, respetivamente.

Com efeito, conclui-se que entre 1770 e 1780 saíram, em média, 4 mulheres por ano, número que se mantém na década do 90 de Setecentos. Deste modo, a comparação relativamente às saídas do RRRSIA é possível a partir dos anos 30. Na verdade, recorde-se que fora fundada em 1672, com as primeiras entradas de mulheres dois anos depois, sendo que apenas meio século após a sua fundação registou o maior número de saídas. O mesmo não sucede com o RONSE, onde a tendência para o alcance do primeiro auge de saídas se notabiliza mais cedo, 40 anos após as primeiras entradas na instituição, em 1731. Consolidação difícil, sustentabilidade duvidosa que obrigava a

um certo número *clausus*, mesmo que os estatutos não o impusessem? Na verdade, os valores de abandonos definitivos no da Misericórdia do Porto são significativamente maiores, comparativamente aos valores de saídas das recolhidas do Anjo. Deste modo, pode-se concluir que, apesar do universo total de cada espaço ser aproximado, o RONSE apresenta uma tendência mais célere.

3.3.2.2. Sazonalidade

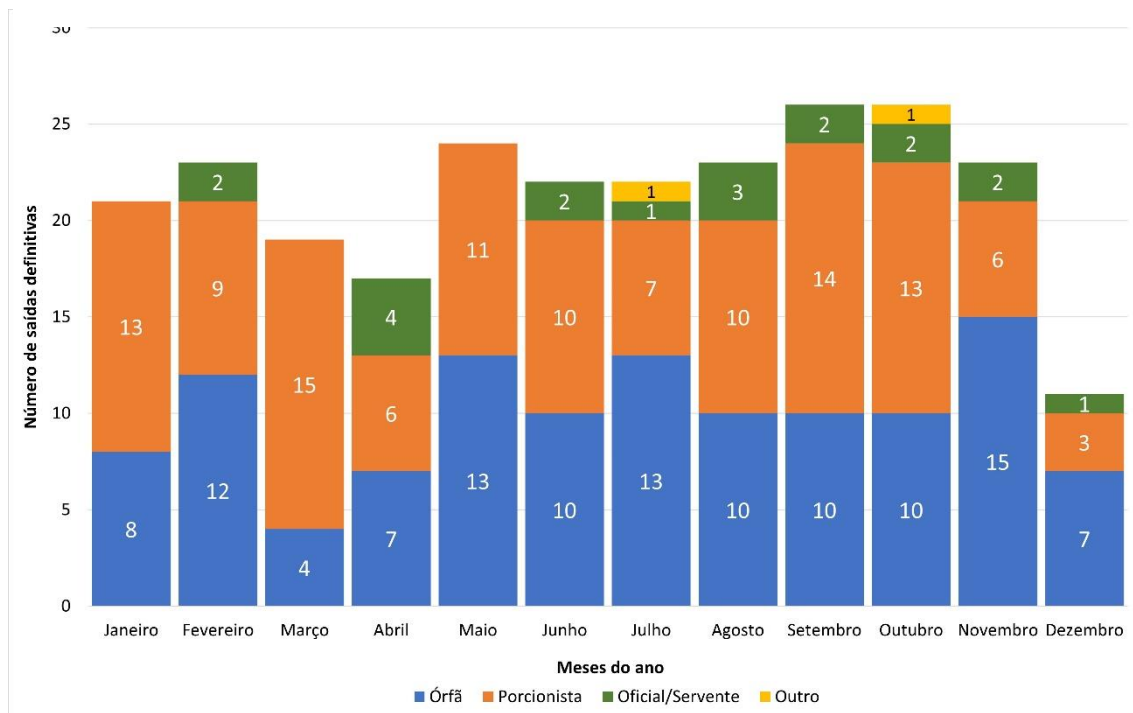
Os meses de verão, nomeadamente entre junho e agosto, se notabilizam por serem a época do ano com o maior número de saídas definitivas registadas, entre os 23 e os 29 casos do Anjo. A par dos ingressos na instituição, com um número significativo de entradas, mormente entre abril e maio e, posteriormente, entre novembro e dezembro, as saídas nestas épocas do ano diminuíram significativamente, balizando-se entre as 11 e os 16 abandonos definitivos da instituição⁴³⁸.

No caso do RONSE, é possível fazer uma análise um pouco mais detida, sobretudo no que respeita às mulheres que ingressavam com diferentes estatutos na instituição⁴³⁹. Com efeito, 119 (46,30%) destes dados dizem respeito às órfãs e 117 (45,53%) às porcionistas. Por seu turno, existem 19 informações relativas às oficiais e serventes e 2 enquanto outros.

⁴³⁸ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 127

⁴³⁹ Vide apêndice 32.

Gráfico 14 – Saídas definitivas, por meses do ano, do RONSE RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

O gráfico 14 apresenta uma tendência de abandonos bastante distintos dos registados para o RRRSIA. Se, neste caso, as saídas se notabilizaram nos meses de verão, no que respeita ao RONSE, os números mais elevados são registados nos meses de setembro e outubro e, ainda, entre maio e fevereiro. Com um total de 23 (8,95%) abandonos, o mês de fevereiro parece seguir uma tendência de ascendência comparativamente aos dois meses que o precedem. O mês de dezembro, que regista 11 (4,28%) saídas, parece ser o único fator em comum com o RRRSIA, uma vez que é o único período do ano a registar um valor tão baixo. O mês que se lhe segue, janeiro, quase duplica o valor apresentado, demonstrando um total de 21 (8,17%) abandonos.

Concentrando parte dos seus abandonos nos meses de fevereiro, maio e, posteriormente, entre agosto e novembro, as saídas definitivas das órfãs do RONSE caracterizam-se por apresentar quebras apenas entre dezembro e janeiro e, posteriormente, entre março e abril. Compreende-se, pois, que auge das saídas é

alcançado nos inícios de cada ano, contabilizando o mês de fevereiro 12 (4,67%) abandonos, tendência quebrada em março e abril, que apenas apresentam 4 (1,56%) e 7 (2,72%) saídas, respetivamente. O valor de maio, que atinge um total de 13 (5,06%) saídas, mantém-se nos meses de junho, com 10 (3,89%) abandonos, tendência que ascende em julho, registado 13 (5,06%) saídas e que se mantém durante três meses, entre agosto e outubro, cada um contabilizando 10 (3,89%) abandonos, para atingir o auge dos resultados em novembro, com 15 (5,84%) saídas do espaço por parte das órfãs. Apesar da mencionada quebra em junho, entre maio e novembro são registadas, no total 81 (68%) saídas das 119 registadas para as órfãs.

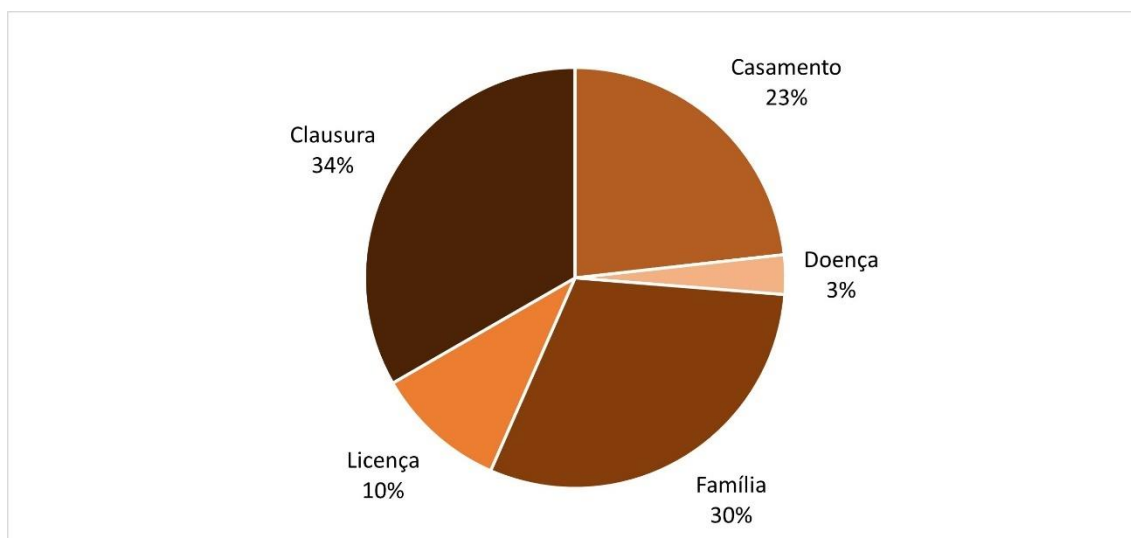
No caso das porcionistas, o cenário é ligeiramente dissonante em alguns aspetos. Se, por um lado, o mês de dezembro é coincidente no que respeita aos abandonos de órfãs e de porcionistas, registando-se números baixos, especialmente para as últimas, com apenas 3 (1,17%) saídas definitivas, a par do mês de abril, com somente 6 (2,33%) abandonos, as tendências são mais ténues no que respeita à sua manutenção. Com efeito, são registadas quebras nos abandonos definitivos da instituição de forma mais frequente, destacando nomeadamente o período entre novembro e dezembro, assim como o mês de fevereiro e o previamente referido mês de abril. No que concerne aos restantes meses, janeiro notabiliza-se com 13 (5,06%) saídas, ainda que março se destaque por ser o mês com 15 (5,84%) saídas, o maior valor registado para as porcionistas. Entre maio e outubro, e com exceção do mês de julho, os valores mantêm-se entre os 10 e os 14 abandonos, perfazendo um total de 58 (50%) das 117 saídas conhecidas para as porcionistas.

Portanto, é possível concluir que as órfãs, a par das oficiais e serventes, concentravam as suas saídas, grosso modo, na segunda metade de cada ano, enquanto as porcionistas tinham uma dinâmica própria, e previamente explícita, no que respeita ao abandono do RONSE. Compreender os motivos para estas dinâmicas de transição afigura-se de suma importância.

3.3.2.3. Motivações e destinos

Do universo total de 385 recolhidas que habitaram o RRRSIA, Elisabete Jesus revela que se conhecem os motivos de saída definitiva para 50% das mesmas, ou seja, cerca de 193 mulheres. No seu estudo, a autora incluiu o falecimento enquanto motivo de saída. Porém, o presente estudo não considerou esta circunstância enquanto tal, ainda que os dados acerca dos falecimentos de algumas mulheres não tenham sido menosprezados. Pelo contrário, os mesmos encontram-se devidamente desenvolvidos no ponto seguinte. A exclusão do falecimento enquanto motivo de saída fez reequilibrar os fatores relacionados com as motivações que se apresentam no gráfico 15. Ainda assim, é de suma importância salientar que, em nenhum momento, se procedeu à alteração quantitativa dos dados de Elisabete Jesus, mas a um reequacionar das proporções provocado pela exclusão do falecimento enquanto motivo de saída.

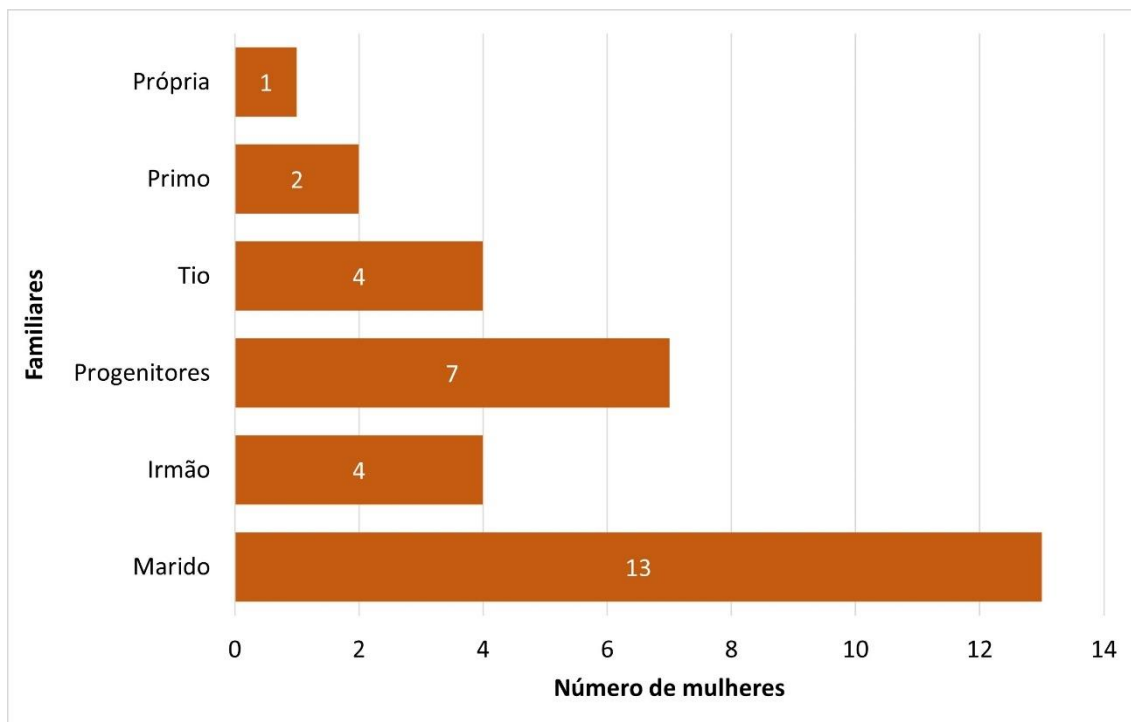
Gráfico 15 – Motivos de saída do RRRSIA (1674-1800)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 147

A partir do gráfico 15, o presente estudo apresenta uma adaptação das conclusões previamente tecidas por Elisabete Jesus acerca das motivações de saída do RRRSIA. Contando com 30% das saídas, o ingresso em casa de familiares é, sem dúvida, uma das principais razões de abandono do Recolhimento do Anjo.

Gráfico 16 – Ingresso das mulheres do RRRSIA na companhia de familiares (1674-1800)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 147-148

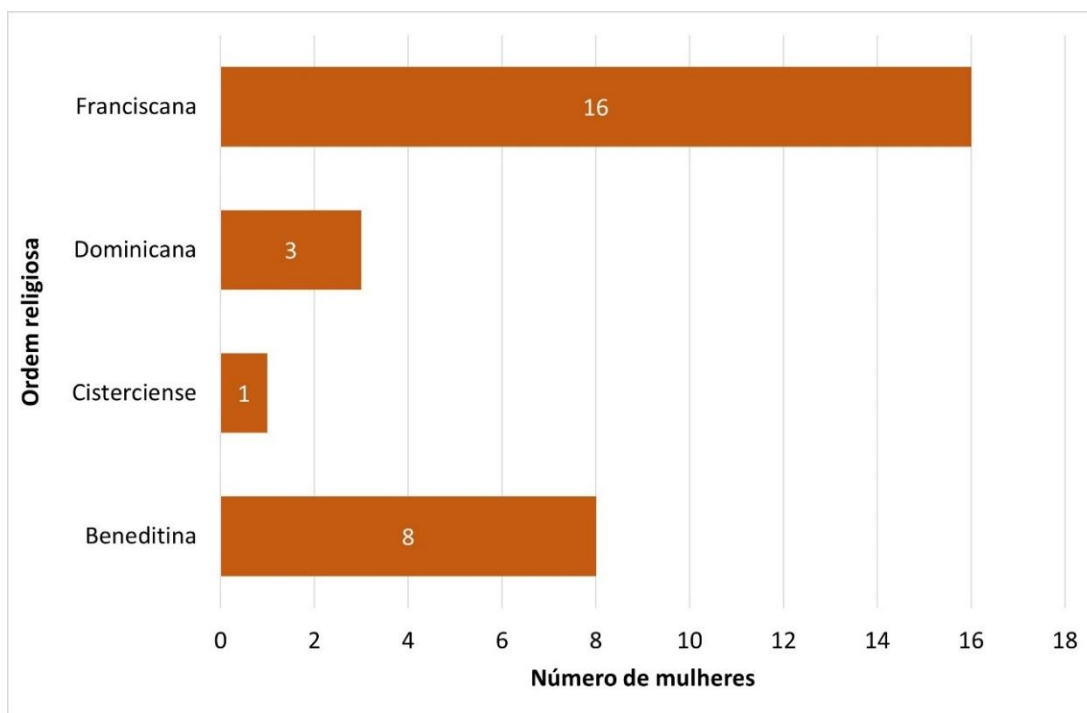
O gráfico 16 permite identificar que 13 mulheres voltaram a reunir-se com os maridos e, segundo Elisabete Jesus, provavelmente voltariam a retomar as suas tarefas enquanto esposas e, talvez, mães, enquanto permaneciam na área doméstica. Outras 4 ingressaram em casa de irmãos, enquanto 7 mantiveram ligações com os seus progenitores. Por último, ainda que não menos significativo, há registo de 4 mulheres que ingressaram em casa de tios e 2 no domicílio dos primos. A estas considerações, parece que apenas uma tinha preferido a casa própria à reclusão do Anjo⁴⁴⁰.

Interessante é, também, compreender que 34% destas mulheres ingressaram novamente em espaços de clausura. Da totalidade mencionada, 28 professaram votos religiosos em conventos, na cidade do Porto e noutras localidades, e 6 enveredaram pela vida em recolhimentos, especialmente aqueles que se situavam em outras zonas do país. No que respeita aos conventos, e segundo as reflexões da autora mencionada,

⁴⁴⁰ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 147-148

a década de 80 do século XVII revela-se especialmente relevante no que respeita às saídas e posteriores ingressos nestes espaços.

Gráfico 17 – Ordem religiosa dos conventos de ingresso das mulheres RRRSIA (1674-1800)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p.148

A predominância da regra Franciscana enquanto norma de vigência nos espaços conventuais selecionados pelas recolhidas do Anjo demonstra, assim como já mencionou Elisabete Jesus, que esta escolha podia recair, sobretudo, pela regra do espaço ser a mesma, o que, certamente, facilitaria a adaptação das recolhidas a uma vida em clausura noutro espaço.

Tabela 11 – Destinos conventuais das mulheres do RRRSIA (1674-1800)

Convento	Regra	Localização	Recolhidas
Arouca	Cisterciense	Arouca	1
Corpus Christi de Vila Nova de Gaia	Dominicano	Porto	2
Madre Deus de Monchique	Franciscano	Porto	5
Penha	Franciscano	Braga	1
Santa Clara	Franciscano	Porto	6
Santa Clara de Vila do Conde	Dominicano	Vila do Conde	3
Santa Clara de Vila Real	Franciscano	Vila Real	1
São Bento das Freiras	Beneditino	Porto	3
São Bento de Bragança	Beneditino	Bragança	1
Tojal	Dominicano	Viseu	1
Vairão	Beneditino	Vila do Conde	4
Total			28

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 148

Vitória da Cruz de Meneses partiu para a reforma do Recolhimento de São Tiago, em Viana do Castelo, de onde era natural, levando consigo a sobrinha Antónia de 31 anos de idade, tendo previamente ocupado o lugar de Regente no Recolhimento do Anjo em finais do século XVII, entre 1694 e 1700⁴⁴¹. Com data de ingresso a 20 de maio de 1693, a senhora abandonou a instituição a 21 de fevereiro de 1707⁴⁴² em direção ao Recolhimento de Viana do Castelo, instituição fundada durante o século XVII, destinado a meninas órfãs, mulheres casadas e viúvas de condição nobre, administrado pela Misericórdia local⁴⁴³.

Por outro lado, Francisca das Chagas Coutinho havia ingressado no Recolhimento do Anjo a 8 de dezembro de 1697. Tendo desempenhado o cargo de Regente da mesma instituição entre 1701 e 1705 e, posteriormente, entre 1714 e 1716⁴⁴⁴, exerceu a mesma função no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Arrifana de Sousa, atual Penafiel, espaço destinado a mulheres honradas provenientes de camadas médias e

⁴⁴¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 14

⁴⁴² JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 29

⁴⁴³ MAGALHÃES, António – *Um refúgio de «Mulheres nobres principaes»?....* p. 223-243

⁴⁴⁴ SANTOS, Filipe dos – *O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal...*p. 251-398

⁴⁴⁴ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 14

altas da sociedade⁴⁴⁵, levando consigo as suas três irmãs, Mariana de São Francisco, Catarina de Jesus e Ângela dos Serafins, abandonando as quatro a instituição a 17 de dezembro de 1716⁴⁴⁶. Filhas de Jerónimo Teixeira Cabral e de Maria de Lemos e Vasconcelos, todas eram naturais da freguesia de São João Batista de Miomães, ingressando no Recolhimento de Arrifana de Sousa para desempenhar funções relacionadas com o governo do espaço. Francisca das Chagas assumiu o papel de Regente, Ângela dos Serafins ingressou para ser vice-regente, Catarina de Jesus para porteira e, finalmente, Mariana de São Francisco desempenhou a função de provisora da instituição⁴⁴⁷. Parece, pois, evidente que estas senhoras partiram para desempenhar cargos relacionados com o governo das instituições do Norte de Portugal, construindo o que se afigura como carreiras e aplicando as suas experiências da clausura noutras partes.

O casamento, que representa 23% da totalidade das motivações de saída do RRRSIA, não parece ter sido um motivo significativo neste espaço. Na verdade, Elisabete Jesus afirma mesmo que o maior período de incidência deste fenómeno ocorreu entre as décadas de 30 e de 40 do século XVIII, ainda que sem uma aparente expressão significativa. No entanto, há dois casos que valem a pena ser mencionados. Duas viúvas que voltaram a casar, Luzia Teresa da Silva e Luísa Clara Isabel Pessoa de Carvalho, esta última já com 40 anos⁴⁴⁸. Já no caso das saídas por doença e licença, as fontes de informação são omissas sobre estas questões.

⁴⁴⁵ FERNANDES, Paula Sofia Costa - Alimentando o corpo e o espírito no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel nos séculos XVIII e XIX. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os recolhimentos femininos no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)*. [Em linha]. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. [Consult. 8 de outubro de 2023]. P. 128-149. Disponível em WWW: <URL: <https://lab2pt.net/publications/2022-os-recolhimentos-femininos-no-mundo-iberico-seculos-xvi-xix>>. ISBN 978-989-8963-65-9

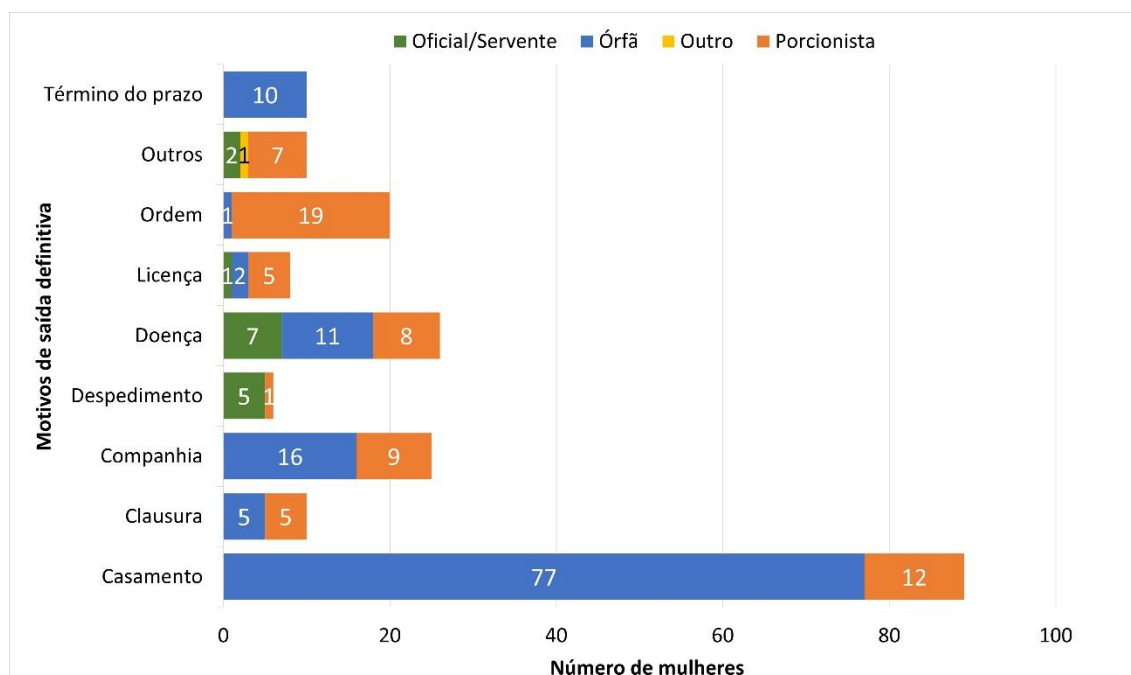
⁴⁴⁶ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 38-39

⁴⁴⁷ FERNANDES, Paula Sofia Costa - Alimentando o corpo e o espírito no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel nos séculos XVIII e XIX. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os recolhimentos femininos no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)*...p. 143

⁴⁴⁸ JESUS, Elisabete - *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 149.

Veja-se o destino das mulheres do Recolhimento da Misericórdia. Entre o universo total de recolhidas, apenas se conhecem as motivações de 204 (60%)⁴⁴⁹, sendo 122 (59,80%) órfãs, 66 (32,35%) porcionistas, 15 (7,35%) oficiais e serventes e apenas 1 para a categoria designada enquanto outros. De imediato, denota-se uma disparidade, sobretudo entre as órfãs e as porcionistas.

Gráfico 18 – Motivos de saída do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Uma primeira visualização do gráfico 18 permite compreender que o motivo com peso notório na vida da instituição foi, sem dúvida, o casamento. Com um total de 89 (43,63%) mulheres, 77 (37,75%) órfãs e 12 (5,88%) porcionistas, o casamento notabiliza-se, ao contrário do que acontecia no Recolhimento do Anjo, por ser o maior motivo. O Recolhimento era uma passagem dominante para as órfãs, à procura de um “ofício” de casada.

⁴⁴⁹ Vide apêndices 33 e 34.

Esta circunstância talvez possa ser explicada através da observação das idades de ingresso das recolhidas. As idades de ingresso das meninas órfãs e das porcionistas eram, sem dúvida, mais baixas, comparativamente às mulheres do Anjo. Balizando-se entre os 7 e os 14 anos, o maior número de ingressos de órfãs e porcionistas registou-se exatamente na faixa etária mencionada⁴⁵⁰, distanciando-se, sem dúvida, das idades de ingresso de algumas das recolhidas do Anjo. Além disso, os dados mencionados, se observados em contraposição com os estudos referentes à idade média de casamento a nível europeu, entre os 24 e os 25 anos⁴⁵¹, são expectáveis. Pela tenra idade com que ingressavam no Recolhimento da Misericórdia do Porto, o casamento, que decorria anos depois do ingresso feminino nestas instituições, notabilizou-se enquanto motivo de saída para a maior parte das meninas órfãs e, ainda, algumas porcionistas.

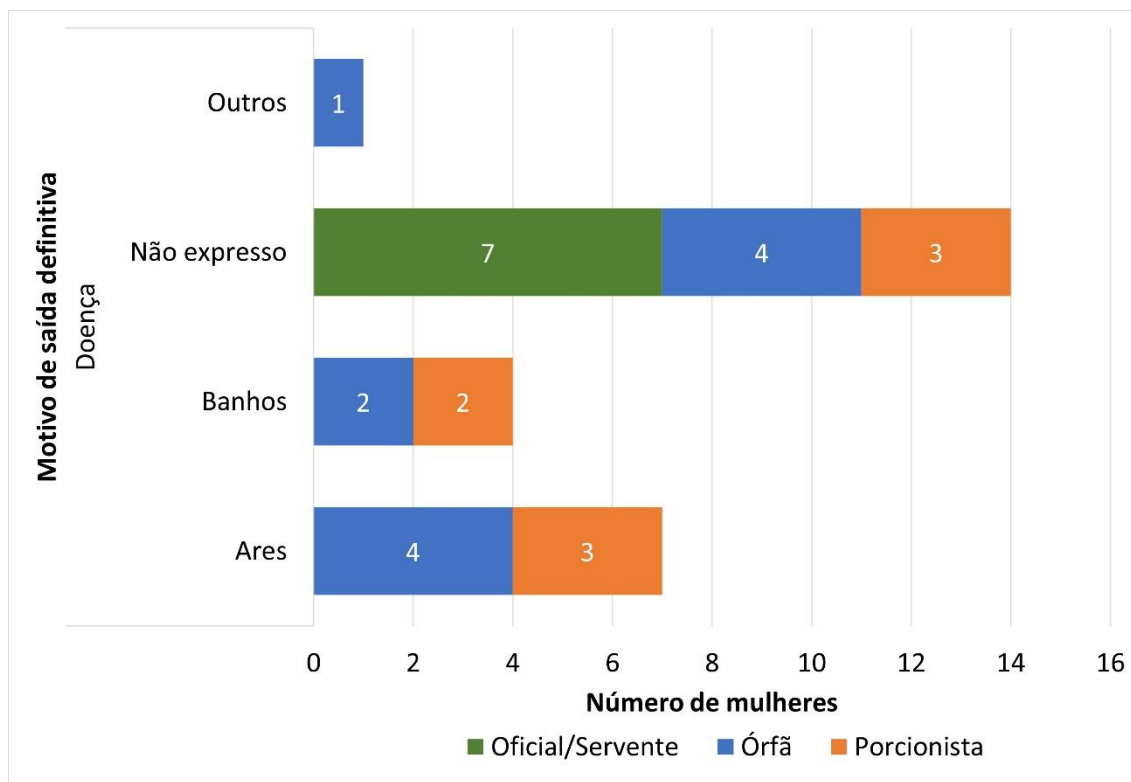
A doença atingiu os 26 (12,75%) casos registados, sendo que em 14 casos deste motivo não apresentem esta circunstância de modo detalhado. No entanto, são apontadas algumas medidas terapêuticas, como é o caso dos banhos e dos ares⁴⁵².

⁴⁵⁰ Vide novamente o gráfico 11.

⁴⁵¹ SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In MATTOSO, José – *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1261-1, p. 55

⁴⁵² Vide apêndice 35.

Gráfico 19 – Doença enquanto motivo de saída das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

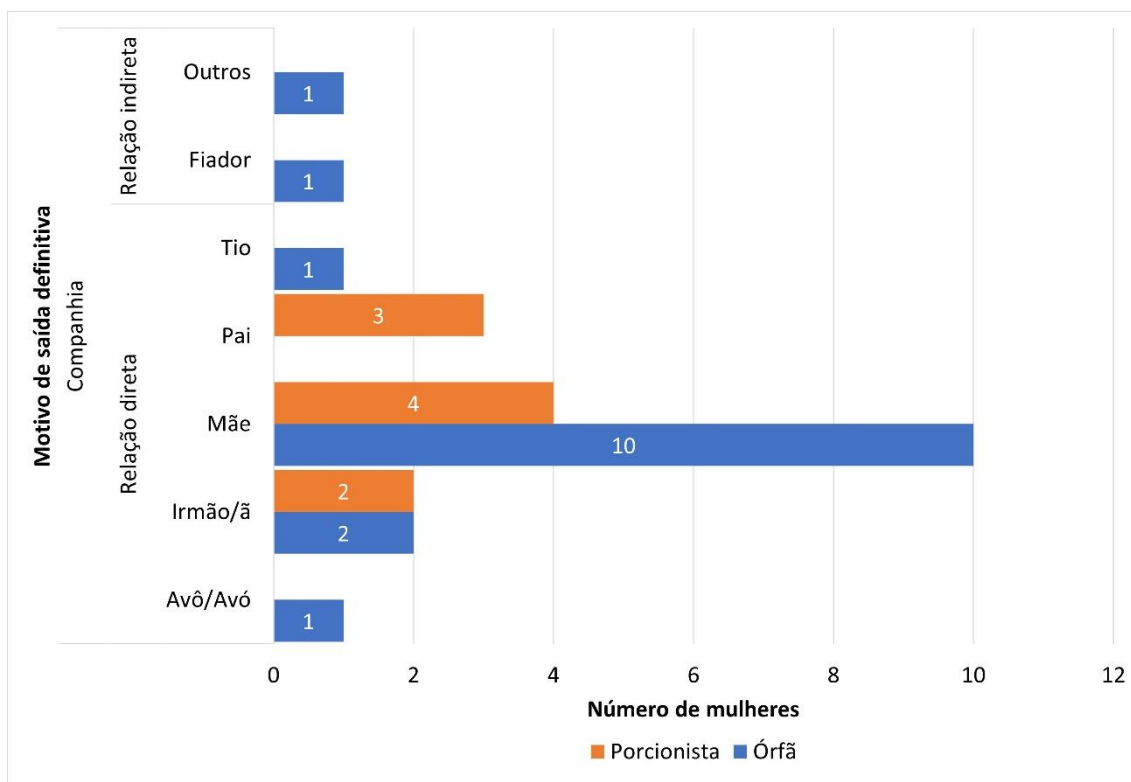
Salienta-se o caso de Josefa Maria de Assunção, menina de 13 anos, órfã de pai, que sofrendo de ataques epiléticos foi retida pela sua mãe, Ana Marques das Neves, a 11 de novembro de 1746, quando já tinha 16 anos⁴⁵³.

Há ainda que destacar a saída para a companhia de outro indivíduo, fosse este proveniente das relações diretas da recolhida, como é o caso dos parentes, fosse este pertencente a outros meios, consideradas, pois, relações indiretas das mulheres. Destaca-se a existência de 16 órfãs e 9 porcionistas que saíram por esta razão⁴⁵⁴.

⁴⁵³ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 10-10v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁴⁵⁴ Vide apêndice 36

Gráfico 20 – Companhia enquanto motivo de saída do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Deste modo, pode-se concluir que, posterior ao casamento, a saída justificada pelo ingresso na companhia de um terceiro se notabiliza enquanto segunda motivação com maior peso no caso das órfãs. Ainda assim, também as porcionistas saíram, diversas vezes, para ingressar na companhia de um terceiro indivíduo, ainda que o número de casos registados seja definitivamente inferior ao das órfãs⁴⁵⁵.

No que concerne a estas últimas, por serem desprovidas de pai, a mãe emerge enquanto agente de maior protagonismo no que concerne ao (re)ingresso da respetiva filha na sua companhia. Contabilizando 10 dos 16 casos totais, sem dúvida que o ingresso na companhia de relações diretas se evidenciam enquanto um dos principais motivos de saída das meninas órfãs. Ainda assim, também os irmãos registam 2 casos em que as respetivas irmãs ingressam na sua companhia, sendo esta tendência seguida

⁴⁵⁵ Vide apêndices 40 e 41.

pelos avós e os tios, cada um contabilizando 1 caso. Ambos registadas enquanto órfãs de mãe e de pai, Margarida Rosa, de 25 anos, ingressa na companhia do seu irmão, Damião Pereira de Azevedo, também fiador da recolhida, a 9 de novembro de 1783⁴⁵⁶. Por seu turno, também Maria Leonor Lami, de 23 anos, ingressou na companhia do seu irmão Francisco Joaquim Lami a 25 de novembro de 1806⁴⁵⁷. Enquanto órfã de pai e mãe, também D. Ana Gertrudes de Almeida, que havia ingressada na instituição com 7 anos, abandonou o espaço com 13, no dia 26 de agosto de 1793, para a companhia da sua avó materna, Maria Caetana de Sousa, mãe de D. Ana Claudina de Almeida. Gertrudes Maria da Cruz, que ingressou com 7 anos, era órfã de pai e mãe e partiu para a companhia do seu tio, Manuel José de Castro, 16 anos após a sua primeira entrada no Recolhimento das Órfãs, com 23 anos⁴⁵⁸

No que respeita às relações indiretas, os fiadores, responsáveis pelas meninas órfãs quando estas abandonassem a instituição⁴⁵⁹, também ocupam 1 registo. Há, ainda, um caso que não apresenta a tipologia da relação do indivíduo para a qual ingressa na companhia. Maria Benedita, de 10 anos, ingressou enquanto órfã no RONSE a 12 de agosto de 1799. O pai, José António de Araújo, encontrava-se falecido e Isabel Joaquina, a mãe, assistia com a menina na casa do “Ilustríssimo” António Lopo de Sande⁴⁶⁰. Este último, apresentando enquanto fiador da menina, viria a falecer anos após a sua entrada. Maria Benedita, por seu turno, tendo saído uma vez e ingressado na instituição novamente, viria a abandonar o Recolhimento das Órfãs definitivamente a 13 de julho de 1810, já com 21 anos, para a companhia de D. Maria Preciosa, viúva de António Lopo de Sande, tendo-lhe sido oferecida mantilha⁴⁶¹. Não se conseguiu apurar a tipologia de

⁴⁵⁶ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 35v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁵⁷ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 46v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁵⁸ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 53v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁵⁹ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfãs de São Lázaro da Administração da Santa Caza da Misericórdia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 21º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

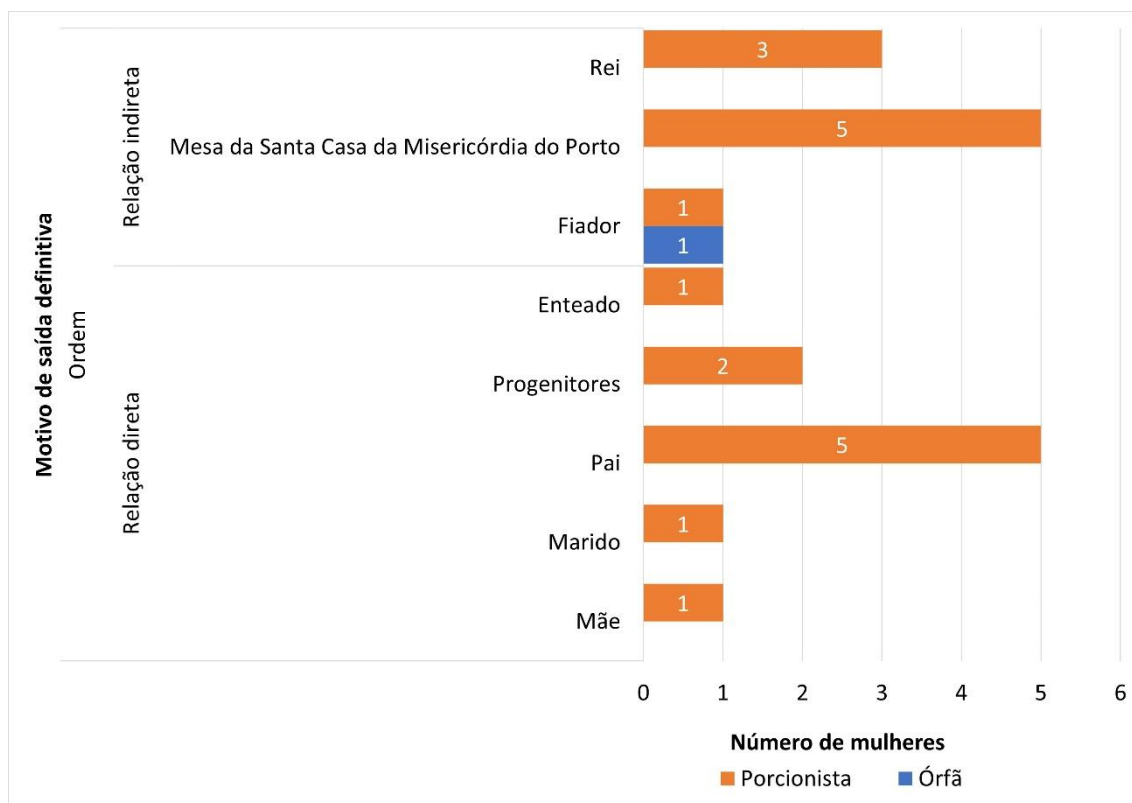
⁴⁶⁰ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 51v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁶¹ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 51v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

relação entre a menina órfã e o casal mencionado, ainda que se saiba que Maria Benedita e a mãe assistiram na casa dos mesmos em finais do século XVIII.

No caso das porcionistas, o ingresso na companhia da mãe, que contabiliza 4 casos difere dos valores registados para as órfãs, ainda que seja evidente a presença do pai de algumas destas mulheres, assim também como dos irmãos. Um outro indicador de saída é o da ordem expressa para saírem em 20 casos, emitida por diversos agentes, aplicável, quase exclusivamente às porcionistas, com uma única exceção⁴⁶².

Gráfico 21 – Agentes de ordem de saída das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁶² Vide apêndice 37.

Apesar do motivo mencionado se aplicar também a uma menina órfã, retirada do RONSE por ordem do seu fiador, como mencionado previamente aquando da abordagem dos motivos de entrada no espaço, e apesar de algumas porcionistas serem também órfãs, a verdade é que parte destas mulheres tinham também os pais e, por vezes, ambos os progenitores vivos, tendo ingressado no espaço por outras razões diversas. Por isso, seria expectável e confirma-se que o pai fosse um dos principais agentes a retirar a filha porcionista do espaço, contabilizando um total de 5 dos 19 casos conhecidos⁴⁶³. Além disso, registam-se também 2 casos em que as mulheres foram retiradas por ambos os progenitores, ainda que outros mencionem a ordem da mãe ou o enteado. Destaca-se o caso de D. Maria Teresa Luísa, porcionista, filha de João de Oliveira de Miranda e de D. Luísa Margarida de Lima Lobo, que abandonou a instituição a 23 de janeiro de 1736, após um período experimental na mesma, desde o dia 13 de dezembro de 1735, tendo sido por este motivo que a porcionista apenas possui o registo de saída. Parece que a vida em clausura não lhe agradou, razão pela qual os pais a retiraram da instituição⁴⁶⁴.

Apesar do RONSE não contar com uma quantidade numérica significativa de mulheres casadas, destaca-se o caso de Inácia Teresa de Jesus, porcionista que havia ingressado a 17 de junho de 1731 pela ausência do marido no Brasil⁴⁶⁵, e que abandonou a 9 de janeiro de 1732 a instituição por ordem do marido⁴⁶⁶.

A própria Mesa da SCMP, em 5 casos dá a ordem,⁴⁶⁷, embora não se tenham encontrado a justificação todas. Um caso é peculiar. D. Maria Eufrásia, filha ilegítima de António Bernardo Alves de Brito, escrivão da SCMP entre 1766 e 1779 e,

⁴⁶³ Vide apêndices 42 e 43.

⁴⁶⁴ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 5 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁴⁶⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 2v-3 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴⁶⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 2 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁶⁷ Vide novamente figura 8.

posteriormente, entre 1792 e 1798⁴⁶⁸, havia sido ordenada a abandonar a instituição após um aviso régio emitido. O requerimento do Provedor e dos Irmãos da Misericórdia portuense, solicitando a Sua Majestade a ordem de expulsão da porcionista advinha das desobediências da mesma à Mesa, bem como à Regente, sobretudo pela mesma trocar correspondência com o exterior sem consentimento para tal. Às ordens do pai, foi fechada numa cela e castigada sem piedade, ações que divergiam dos propósitos da Misericórdia, que afirmava não ter sido criada para castigar, mas para amparar. Porém, como a porcionista manteve a sua postura desobediente, a Mesa temia que a reputação do recolhimento fosse prejudicada⁴⁶⁹. A porcionista acabou por abandonar a instituição a 4 de abril de 1781⁴⁷⁰. Também D. Ana Joaquina de Santa Escolástica foi retirada da instituição por ordem régia, onde se encontrava desde 10 de dezembro de 1789 pela ausência do seu marido no Rio de Janeiro, que ordenou o seu ingresso no Recolhimento do Anjo. A porcionista abandonou efetivamente a instituição a 9 de setembro de 1793⁴⁷¹, embora não exista qualquer registo da sua entrada no Recolhimento do Anjo, segundo os dados de Elisabete Jesus.

Em resumo, as similitudes com o RRRSIA afiguram-se evidentes, nomeadamente entre porcionistas do Anjo e as mulheres com o mesmo estatuto no recolhimento da Misericórdia do Porto. Os motivos de abandono destas últimas são, em larga medida, coincidentes com as motivações das mulheres do Anjo, ainda que no RONSE sejam os pais os protagonistas pela (re)integração das respetivas filhas no século. Por seu turno, observa-se no Recolhimento do Anjo uma predominância dos maridos, circunstância

⁴⁶⁸ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – Anexos: Escrivães da Santa Casa da Misericórdia (1668-1820). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 500-501

⁴⁶⁹ ANTT – Ministério do Reino 1736/1910 – *Requerimento do provedor e irmãos da Misericórdia da cidade do Porto, solicitando a expulsão do Recolhimento das Meninas Órfãs de D. Maria Eufrásia* (PT/TT/MR/EXP/051/0240/00058)

⁴⁷⁰ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 29v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁷¹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 34 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

que pode ser explicada pela diferença de idades entre as porcionistas das duas instituições.

Recordando, novamente, o gráfico 18, denota-se que existe uma motivação que se aplica somente às órfãs - o término do prazo - isto é, o abandono da instituição quando as mulheres completassem 25 anos de idade. Registrando 10 casos, a pouca expressão numérica pode ser explicada pelo facto de parte das órfãs terem conseguido enveredar, em tempo útil, por um casamento, ou por terem partido para a companhia de outrem, como mencionado. D. Dionísia de Santa Teresa, D. Zeferina e D. Micaela são exemplos de mulheres que saíram da instituição pelo encerramento do seu tempo de permanência. Eram irmãs, filhas de Plácido Carneiro de Albuquerque, falecido, e de D. Maria Vitória de Sousa, que acolheu as filhas após as saídas graduais das mesmas em 1755, 1756 e 1759, respetivamente.

Não menos importante que estes números, e também significativamente relevantes, são os dados referentes ao ingresso das recolhidas da Misericórdia do Porto noutros espaços de clausura, nomeadamente conventos e recolhimentos, num total de 10 casos, como demonstra a tabela 12. Estes ingressos podem ter representando uma intenção prévia ao ingresso dos recolhimentos, impossível de realizar até as circunstâncias materiais, nomeadamente de um dote, o permitirem.

Tabela 12 – Conventos e recolhimentos de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800)

Tipologia de instituição	Nome da instituição	Localização	Número de recolhidas		Total
			Órfã	Porcionista	
Convento	Capuchas de Guimarães	Guimarães		1	1
Convento	Carmelitas	Porto		1	1
Convento	Santa Clara de Caminha	Caminha	2		2
Convento	São Salvador de Lisboa	Lisboa	1		1
Convento	Ursulinas de Viana	Viana do Castelo	2		2
Convento	Vairão	Vila do Conde		2	2
Recolhimento	RRRSIA	Porto		1	
Total			5	5	10

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Ainda que as mulheres do RRRSIA apresentem uma quantidade numérica superior às recolhidas da Misericórdia do Porto, no que respeita ao ingresso em espaços de clausura, não deixa de ser de suma relevância a semelhança na escolha de alguns espaços, nomeadamente no Convento de Vairão e, evidentemente, o RRRSIA. No que respeita a este último espaço, não nos reportamos a D. Ana Joaquina de Santa Escolástica no Recolhimento do Anjo, visto que o seu ingresso não figura nos dados a que Elisabete Jesus teve acesso, mas a Ana Claudina Rosa Era órfã de Luís Pinto Rosa e havia ingressado no Recolhimento da Misericórdia a 9 de julho de 1773⁴⁷², mudando de estatuto para porcionista em 1786⁴⁷³ e abandonando o espaço para entrar no Recolhimento do Anjo a 8 de agosto de 1793⁴⁷⁴. Todavia, as fontes relativas ao Recolhimento da Misericórdia não mencionaram que a menina, com 12 anos em 1773, como referem os dados de Elisabete Jesus, era proveniente do Recolhimento do Anjo. A autora não conseguiu atribuir um dia e um mês para a sua entrada, nem para a sua saída, indica apenas o ano de 1773 enquanto primeira entrada de Ana Claudina no Anjo⁴⁷⁵. Ora, o seu registo de entrada e a indicação da sua data de nascimento permitem compreender que Ana Claudina Rosa entrou no Recolhimento das Órfãs com 13 anos, o que significa que, em algum momento da primeira metade de 1773 esteve recolhida no Anjo, passando posteriormente à comunidade onde permaneceu durante 20 anos para, depois, (re)ingressar no Recolhimento do Anjo.

Além disso, a preferência por espaços conventuais leva o presente estudo a crer que os recolhimentos não eram apenas espaços transitórios para o ingresso num casamento, mas também um período que conferia às mulheres um atestado de pureza e de honra social, atributos de suma importância para a integração feminina na sociedade de Antigo Regime. Note-se, também, que não existe uma diferença numérica significativa, no que respeita ao estatuto das mulheres ingressantes nos espaços

⁴⁷² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 74v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁴⁷³ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 32v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴⁷⁴ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 32v (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴⁷⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 56

conventuais. Pelo contrário, são contabilizadas 5 órfãs que enveredaram por espaços conventuais e apenas 4 porcionistas tiveram caminhos semelhantes. Ana Maria e Joana do Espírito Santo, irmãs naturais da freguesia de São Nicolau do Porto, órfãs de pai, ingressaram no Recolhimento da Misericórdia do Porto em 1736 e 1740, respetivamente. Pese embora esta diferença, as duas abandonaram a instituição a 28 de dezembro de 1748, com 21 e 18 anos, respetivamente, para ingressarem no Convento de Santa Clara de Caminha, local onde foram conduzidas pelo tio, Nicolau de Sousa Cruz⁴⁷⁶. Órfã de pai e mãe, Josefa de Almeida Camelo havia abandonado o Recolhimento das Órfãs, sem data conhecida, para ingressar no Convento das Carmelitas⁴⁷⁷, enquanto Maria Francisca Jesus, natural da freguesia de Santo Ildefonso da cidade do Porto, abandonou a instituição em junho de 1745 para ingressar no Convento das Capuchas de Guimarães⁴⁷⁸

D. Joana Rosa, que permaneceu apenas 4 anos na instituição, abandonou o Recolhimento das Órfãs a 30 de outubro de 1770 para ingressar no Mosteiro de Vairão⁴⁷⁹. Quem também seguiu o mesmo percurso foi D. Ana Peregrina de Carvalho e Almeida, que entrou na instituição a 23 de junho de 1787⁴⁸⁰. Depositada por aviso régio no Recolhimento das Órfãs, parece que a iniciativa de abandono foi sua. O requerimento que esta senhora faz a Sua Majestade ilustra a sua vontade de ingressar num convento, justificando esta ação com a falta de liberdade que tinha para tratar dos seus negócios no Recolhimento das Órfãs do Porto. Na verdade, D. Ana Peregrina relata que se queria afastar da mãe, senhora viúva, por esta andar envolvida com um homem. Com receio pela sua reputação, D. Ana havia pedido auxílio à irmã, descobrindo posteriormente que

⁴⁷⁶ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 11v-12 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁴⁷⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 11v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁷⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 8v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁷⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 45 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴⁸⁰ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 33v-34 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

não era filha legítima do homem que pensava ser seu pai⁴⁸¹. A 6 de junho de 1790 acabou por abandonar a instituição, sendo entrega à mãe, que a conduziu ao Mosteiro de Vairão⁴⁸².

Órfãs de pai e mãe, ainda que sem uma conexão aparente e sem ligação a Viana do Castelo, Gertrudes Rosa do Nascimento e Teresa de Jesus ingressaram no Convento das Ursulinas de Viana em 1784⁴⁸³ e 1785⁴⁸⁴, respetivamente. Francisca Rosa Batista de Queirós, órfã de pai, abandonou o Recolhimento das Órfãs a 10 de novembro de 1784 para ingressar no Convento de São Salvador de Lisboa, aos 17 anos⁴⁸⁵. Nenhuma das mulheres mencionadas, à exceção de Ana Claudina Rosa, parece ter alguma ligação à localidade onde os conventos de ingresso se situam.

Por último, as licenças concedidas e o “despedimento”, expressão utilizada na documentação, também se afiguraram motivos de saída do RONSE⁴⁸⁶. Com 8 casos totais, 1 respeitante a uma oficial/servente, 2 a órfãs e 3 respeitantes às porcionistas, as únicas informações acerca destas licenças é que as mesmas foram concedidas, sendo as razões omissas. Contudo, a concessão de licenças era igual ou superior ao período de 3 meses em 5 dos 8 casos.

No que concerne ao despedimento, a motivação de saída aplica-se às as oficiais e serventes do RONSE, ainda que exista também registo de uma porcionista envolvida⁴⁸⁷. Maria Custódia do Sacramento, prima de Francisca, mentecapta, que havia entrado no recolhimento a par da mesma em 1737, como descrito anteriormente, foi despedida da instituição a 13 de março de 1738 por “estar de perguntas de casamento

⁴⁸¹ ANTT – Ministério do Reino – *Requerimento de Ana Peregrina de Carvalho e Almeida, solicitando ser recolhida em qualquer convento onde tenha liberdade, e não no Recolhimento das meninas órfãs do Porto* (PT/TT/MR/EXP/051/0011/00037)

⁴⁸² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 33v-34 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

⁴⁸³ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 30 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁸⁴ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 24 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁸⁵ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 31 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁴⁸⁶ Vide apêndices 38 e 39.

⁴⁸⁷ Vide apêndice 45.

com um homem”, ação que, segundo o capítulo 44.º dos estatutos, valia a expulsão⁴⁸⁸. Ademais, foram-lhe entregues bastantes bens móveis que a mesma afirmou terem sido dados por Clara Maria, mãe de Francisca e sua tia, tendo levado ainda, ocultamente, peças de ouro de valor considerável⁴⁸⁹.

É ainda de notar que 3 oficiais/serventes saíram por vontade própria, através da apresentação do seu despedimento. Dois deles são referentes às saídas de D. Luísa Maria Pereira, regente, e de Teresa Angélica de São Bernardo, mestra do RONSE. Ambas provenientes do Recolhimento do Anjo, ingressando no das Órfãs em 1731, abandonam a instituição dois anos depois para reingressarem no RRRSIA. Todavia, é de notar que D. Luísa Maria Pereira apresenta enquanto justificação para a sua vontade de abandonar a instituição, o facto de não ter saúde no Recolhimento das Órfãs, tendo partindo posteriormente para a casa do seu irmão, a 14 de julho de 1733⁴⁹⁰. No entanto, em nenhum momento expressa a sua vontade de reingressar no Recolhimento do Anjo, ainda que o tenha feito a 8 de novembro de 1733⁴⁹¹. Já Teresa Angélica demonstrou abertamente a sua vontade de retornar ao Anjo aquando da apresentação do seu despedimento, tendo abandonado o Recolhimento de Órfãs a 13 de outubro de 1733⁴⁹² e reingressado no Recolhimento do Anjo no mesmo dia⁴⁹³. Cristina Rosa da Soledade, mestra do RONSE entre 1786 e 1793, despediu-se, tendo abdicado do cargo e feito um requerimento à Mesa para abandonar a instituição a 22 de agosto de 1793⁴⁹⁴.

Veja-se novamente o gráfico 18 e recorde-se a categoria designada enquanto *outros*, que revelam diversas situações peculiares, nomeadamente no que respeita às mulheres porcionistas. A primeira, D. Luísa Teresa de Meireles, viúva que permaneceu

⁴⁸⁸ AHSCMP – Mesa - *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto*, livro 2767, capítulo 44º (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)

⁴⁸⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 5 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁹⁰ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 2 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁴⁹¹ Elisabete Jesus, vol. II, p. 43

⁴⁹² AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 3-4 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁴⁹³ Elisabete Jesus, vol. II, p. 46

⁴⁹⁴ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 45-45v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

124 dias na instituição apresentou enquanto justificação do seu abandono da instituição, a 4 de fevereiro de 1738, o facto de se querer recolher mais próxima à sua pátria⁴⁹⁵. Do seu destino nada mais se sabe, a não ser que, aquando do seu ingresso na instituição, residia na Quinta do Fontão, na freguesia de São Salvador da Gandra⁴⁹⁶. Noutro caso, Inácia Teresa de Jesus, porcionista, partiu, em 1742, para servir o seu irmão, gravemente doente depois da viagem entre o Rio de Janeiro, Brasil, e Portugal⁴⁹⁷.

Finalmente, D. Maria Luísa da Cunha é o único caso de fuga registado no Recolhimento das Órfãs, pelo menos no período em questão. Era filha de Francisco Pinheiro dos Santos, Capitão de Mar e Guerra da Armada Real, e de D. Maria do Rosário e Cunha⁴⁹⁸. Sobre a sua fuga, a 21 de julho de 1742, apenas 4 meses após a sua entrada, não existem informações suficientes para traçar o seu destino⁴⁹⁹. O caso de Josefa Eufrásia parece também ter sido singular, visto alegar não ter quem lhe assistisse com os alimentos, pelo que teve de abandonar o seu lugar na instituição⁵⁰⁰. D. Antónia parece ter abandonado o espaço em conjunto com a sua irmã, D. Joana, ainda que não se conheça a cronologia para este acontecimento⁵⁰¹. Já Teresa Angélica teve também de sair da instituição pelo facto do seu fiador se ter eximido de pagar os seus alimentos, em 1784⁵⁰², enquanto D. Francisca Joana Leite Peixoto abandonou o RONSE sem mostrar à regente despacho da Mesa, valendo a repreensão da instituição, em 1795⁵⁰³.

⁴⁹⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 12v (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴⁹⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 4 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁹⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 6 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁴⁹⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 20 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁴⁹⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 6v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁵⁰⁰ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 10v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁵⁰¹ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 23 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵⁰² AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 27v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵⁰³ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 35 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

Maria Francisca, servente de dentro, abandonou a instituição a 15 de novembro de 1734 porque quis servir noutro espaço com um pagamento maior⁵⁰⁴, enquanto Caetana Pereira, também servente, saiu do recolhimento a 24 de fevereiro de 1740 por ter falecido a sua mãe e precisar de ir para casa⁵⁰⁵. Por último, destaca-se a saída de Antónia, criada que tinha ingressado com Maria da Purificação e Ana da Purificação, porcionistas, em 1736, abandonando o espaço apenas 1 ano após a sua entrada, em 1737, acompanhando a saídas das porcionistas mencionadas⁵⁰⁶.

3.3.2.4. Idades de abandono

Esta variável não é analisada por Elisabete Jesus no seu trabalho acerca do Recolhimento do Anjo, uma vez que as fontes de informação primárias utilizadas pela mesma autora foram omissas quanto a esta questão, tal como acontecia com as idades de entrada das recolhidas do Anjo. Ainda que as fontes acerca do RONSE também não forneçam estes dados, o cálculo das idades, à data da saída definitiva, foi possível a partir do cruzamento das datas de nascimento e de batismo com as datas de saída das mulheres do RONSE. Do universo total de 339, o cálculo foi possível para 127 (37%)⁵⁰⁷ -

⁵⁰⁴ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 3v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

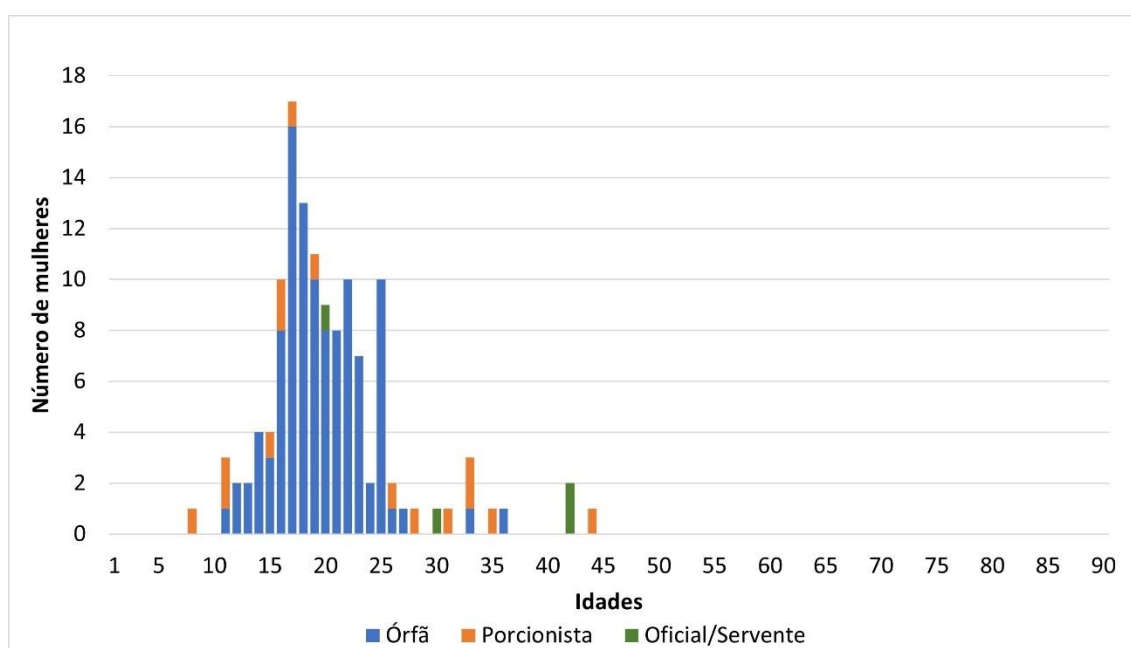
⁵⁰⁵ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 8 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁵⁰⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797, fl. 3v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

⁵⁰⁷ Vide apêndices 40 e 41.

108 casos referem-se às órfãs e apenas 15 às porcionistas. A informação disponível para as oficiais/serventes é ainda mais diminuta, contabilizando apenas o conhecimento de 4 casos. Portanto, compreende-se que os dados que se encontram representados no gráfico 23 correspondem, maioritariamente, às meninas e mulheres órfãs que residiram no RONSE.

Gráfico 22 – Idades de abandono das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A análise dos dados referentes às idades de saída evidenciam uma concentração das saídas das meninas e mulheres órfãs, essencialmente, entre os 16 e os 25 anos, contabilizando um total de 92 (85%) das referências totais às idades das órfãs. Todavia, há ainda algumas idades que merecem ser destacadas - aos 17 anos saíram 16 órfãs, aos 18 foram contabilizadas 13 saídas, sendo ainda evidente uma predominância dos 19, 22 e 25 anos, totalizando, cada uma destas idades, 10 órfãs que abandonaram o espaço. Com 16 anos, 8 meninas abandonaram o espaço, contabilizando o mesmo número entre os 20 e os 21 anos. Os 23 e 24 anos correspondem também a 7 e 2 mulheres órfãs que abandonaram o espaço, embora a tendência suba aos 25 anos de idade. Todavia, os

dados analisados não representam novidades, sendo mesmo expectável que as órfãs saíssem para casar, jovens, frequentemente com homens mais velhos, à imagem do mercado matrimonial da época.

Ainda assim, há 4 casos de especial importância. São detetadas saídas de órfãs aos 26, 27, 33 e 35 anos. Segundo os estatutos, as órfãs deviam abandonar o espaço quando atingissem os 25 anos, mas os dados apresentados evidenciam um cenário diferente. Era expectável que algumas tivessem mudado de estatuto, nomeadamente para porcionistas, já que os estatutos não estabeleciam uma idade-limite para a permanência destas mulheres, o que poderá criar oportunidades de permanência. Esta hipótese aplica-se apenas ao caso de Ana Claudina Rosa, mencionada anteriormente por ter posteriormente reingressado no Recolhimento do Anjo, passando, em 1786, de órfã a porcionista⁵⁰⁸, razão pela qual abandona a instituição com 33 anos. Por outro lado, Ana Rosa do Nascimento, que ingressou no Recolhimento enquanto órfã, tornou-se vice-regente e porteira da instituição⁵⁰⁹. Por seu turno, Ana Rita Duarte e D. Luísa Joaquina da Lapa não apresentam justificação aparente para permanecerem na instituição mais tempo do que o estipulado, embora o tenham feito na condição de órfãs, até aos 26 e 27 anos, respetivamente.

No caso das porcionistas, embora as informações sejam insuficientes, entre os 15 e os 19 anos, 5 porcionistas abandonaram a instituição, sendo que é a partir dos 26 anos, e até aos 44, que existem mais referências às idades de saída - 9 mulheres que distribuem as suas idades entre os 26, os 28, os 31, os 33, os 35 e os 44 anos de idade.

Por fim, no caso das oficiais/serventes, as informações disponíveis mencionam os 20, 30 e os 42 anos enquanto idades destas mulheres à saída.

⁵⁰⁸ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 32v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵⁰⁹ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 55 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

3.4. Dinâmicas de permanência

Ainda que, para maior parte das mulheres que habitaram os recolhimentos em análise, estes espaços se tenham caracterizado enquanto instituições de transição, fosse entre o casamento, o regresso a casa de um familiar ou até mesmo um convento ou um recolhimento, também para algumas o RRRSIA e o RONSE afiguraram-se enquanto locais de permanência. Fosse pelo estabelecimento de uma evolução de carreira no funcionamento do espaço, ou porque algumas cessam a sua vida com a morte ocorrida nos recolhimentos, o presente subponto aponta percursos individuais que demonstram dinâmicas de permanência nas instituições.

3.4.1. Mudanças de estatuto

Aquando da entrada de uma mulher numa instituição de clausura, nomeadamente em recolhimentos, a mesma ingressava com um estatuto que poderia, eventualmente, mudar. Entre os mais comuns, às órfãs e porcionistas, juntavam-se as oficiais com funções específicas na governação interna, como a regente, a vice-regente, a mestra, a vice-mestra e a porteira - corpo responsável por fazer cumprir a educação temporal e espiritual das órfãs e porcionistas. Ainda assim, também as serventes, de dentro e de fora, que trabalhavam, faziam parte deste corpo. O presente estudo recorda que todos estes estatutos tinham as suas prerrogativas estabelecidas na norma estatutária que regia a vida em comunidade⁵¹⁰, que deviam ser, evidentemente, cumpridas.

No que respeita ao RRRSIA, Elisabete Jesus não se deteve neste tópico, ainda que algumas transformações possam ser detetadas, mormente no que respeita aos cargos de regente. Recorde-se o caso de D. Luísa Maria Pereira, que abandonou o Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo para ingressar enquanto regente no das Órfãs e entrar novamente na primeira instituição enquanto porcionista. Anos volvidos após o seu reingresso no Anjo, ocupou o lugar de regente neste local entre 1751 e 1757⁵¹¹. O caso

⁵¹⁰ Vide novamente as tabelas 7 e 8.

⁵¹¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 15

de Francisca das Chagas Coutinho, que abandonou o Anjo para ingressar no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, em Arrifana de Sousa, é também um exemplo destas mudanças de estatuto, uma vez que desempenhou o cargo de Regente do Recolhimento do Anjo entre 1701 e 1705 e, novamente, entre 1714 e 1716, permanecendo os restantes anos enquanto porcionista na instituição. Salienda-se, ainda, a evidente alternância entre os cargos de regente, vice-regente e escrivã de algumas mulheres do Anjo. Observa-se, ainda, uma tendência ascendente na ocupação dos cargos. Tome-se enquanto exemplo Helena de Jesus, que desempenhou a função de vice-regente entre 1701 e 1703 e, posteriormente, entre 1706 e 1710, subindo nas funções desempenhadas entre 1710 e 1711, quando ocupa o cargo de regente. O mesmo sucede com D. Luísa de Santo António, que em 1705 ocupa as funções de vice-regente e, posteriormente, entre 1706 e 1710 e, depois, entre 1717 e 1727 ocupa o cargo de Regente. O caso que parece fugir a esta tendência é o de Leonor de São Norberto de Andrade, que ocupa o lugar de escrivã entre 1702 e 1703 e, posteriormente, as funções de vice-regente entre 1710 e 1711 para, entre 1714 e 1715, voltar a ser escrivã do Recolhimento do Anjo⁵¹². O cenário expectável no Recolhimento do Anjo é exatamente este. Recorde-se que 96% das mulheres eram porcionistas. Com efeito, seria mais provável que as mesmas mudassem de estatuto para desempenhar algum cargo relacionado com o governo da comunidade, do que o cenário que tomou lugar no RONSE.

Apesar de circunstâncias pontuais, as mudanças de estatuto neste último espaço representam 15 (4%) movimentos das recolhidas. Ainda que este número seja, de veras, diminuto, não é de menosprezar⁵¹³. Destas, 7 transitam de recolhida para oficial, enquanto 3 permanecem oficiais, mas providas de um estatuto diferente. Além disso, há também 1 caso em que uma recolhida transita entre oficial para recolhida e, por fim, mais 3 que permanecem recolhidas, mas com estatutos diferentes. Claudiana Maria do Espírito Santo ingressou enquanto porcionista no Recolhimento das Órfãs em

⁵¹² JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 2, p. 14

⁵¹³ Vide apêndice 42.

1734⁵¹⁴, passando a mestra apenas 8 meses após o seu ingresso, em junho de 1735⁵¹⁵. A mesma circunstância sucedeu com Rosa Caetana da Encarnação, que de porcionista, em 1739⁵¹⁶, passou a mestra, em 1746⁵¹⁷, assim como D. Ana Maria, que ingressa enquanto órfã, em 1744⁵¹⁸, e em 1756 se torna mestra ⁵¹⁹. Outro caso é o de D. Ana Maria Joaquina, que em 1776 ingressou enquanto porcionista⁵²⁰ e, em 1799, tinha ascendido a mestra ⁵²¹

Sentido inverso toma o rumo de Ana Maria de Jesus Evangélica no Recolhimento das Órfãs, quando em 1734 ingressa enquanto mestra⁵²² e se torna, em 1771, porcionista na comunidade⁵²³. As restantes mulheres de seus nomes Antónia da Paz Azevedo⁵²⁴, Ana de São Joaquim⁵²⁵, Ana Claudina Rosa⁵²⁶ e Inocência Rita⁵²⁷ constituem alguns dos exemplos de meninas órfãs que almejaram o estatuto de porcionista. Por seu

⁵¹⁴ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 7v-8 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵¹⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 23v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵¹⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 15-15v (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵¹⁷ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 40v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵¹⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 36 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵¹⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 54 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵²⁰ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 26 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵²¹ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 52 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵²² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 20-20v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵²³ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 7 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵²⁴ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 44v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 43v-44 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵²⁵ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 51-51v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 47 (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵²⁶ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 74v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 32v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵²⁷ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 50v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

turno, Eufrásia Maria de Jesus ingressou enquanto órfã, em 1733, e ascendeu a vice-regente em 1745⁵²⁸. Um percurso semelhante teve Ana de Jesus Teles e Meneses quando, em março de 1773, ingressou enquanto órfã⁵²⁹ e, em agosto, ocupava o lugar de vice-mestra. D. Josefa Margarida de Sousa e Meneses, ingressou como porcionista em 1745⁵³⁰, passou a Regente depois do falecimento de D. Mariana Rosa Josefa de Jesus, tornando-se a terceira mulher a ocupar esta função, em 1762⁵³¹. Por último, Ana Rosa do Nascimento representa um caso singular onde apenas uma recolhida ocupou o lugar de órfã, em 1800, sendo posteriormente vice-regente e, finalmente, em 1826, desempenhava a função de porteira⁵³².

3.4.2. Reingressos

Se, por um lado, as mudanças de estatuto não foram circunstâncias amplamente observadas no RRRSIA, os reingressos, por seu turno, parecem ter desempenhado um papel razoável na comunidade. Elisabete Jesus, que se teve sobre este assunto, foi capaz de detetar as seguintes ocorrências⁵³³.

⁵²⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 14v15 e 38v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵²⁹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 73 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 26v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

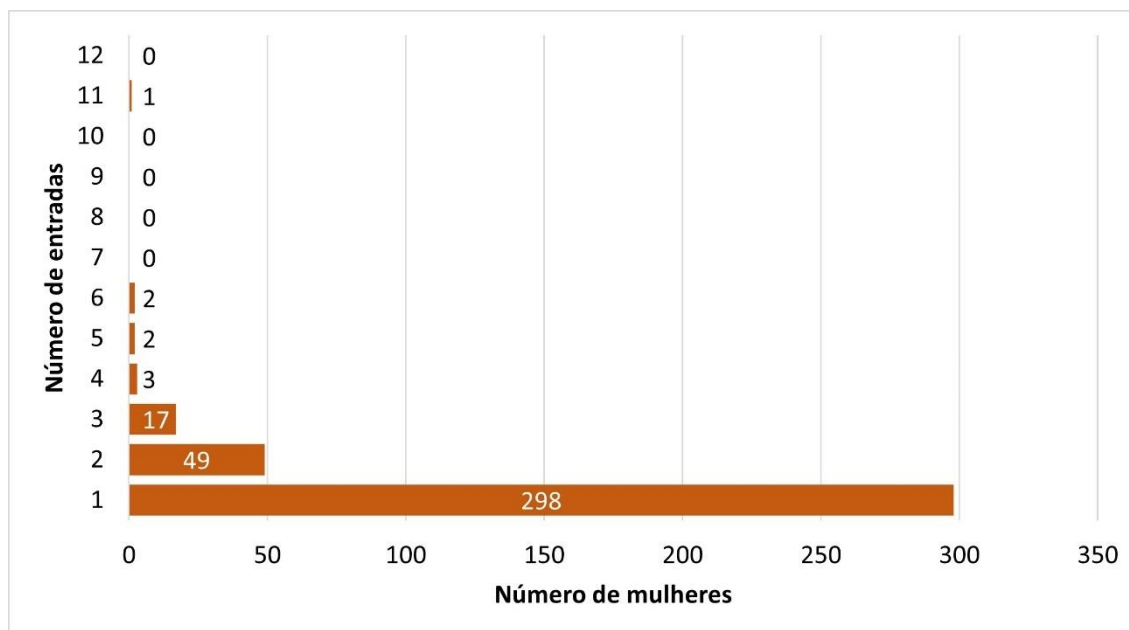
⁵³⁰ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796, fl. 22v (T AHSCMP SCMP-RONSE-0002)

⁵³¹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 56 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵³² AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 55 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵³³ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 142

Gráfico 23 – Reingressos no RRRSIA (1674-1799)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 142

Entre a totalidade das recolhidas, apenas 74 (19%) se evidenciaram enquanto reincidentes na instituição. A predominância de uma única entrada é clara, abrangendo 298 (80%) mulheres⁵³⁴. Todavia, os restantes dados não devem ser menosprezados, uma vez que são potencialmente testemunhos das práticas de parte da comunidade feminina do Anjo. Devido à inexistência de informações que colmatem esta lacuna, não é possível avançar com hipóteses para o fenómeno testemunhado, ainda que o mesmo parece ter sido tolerado na instituição⁵³⁵.

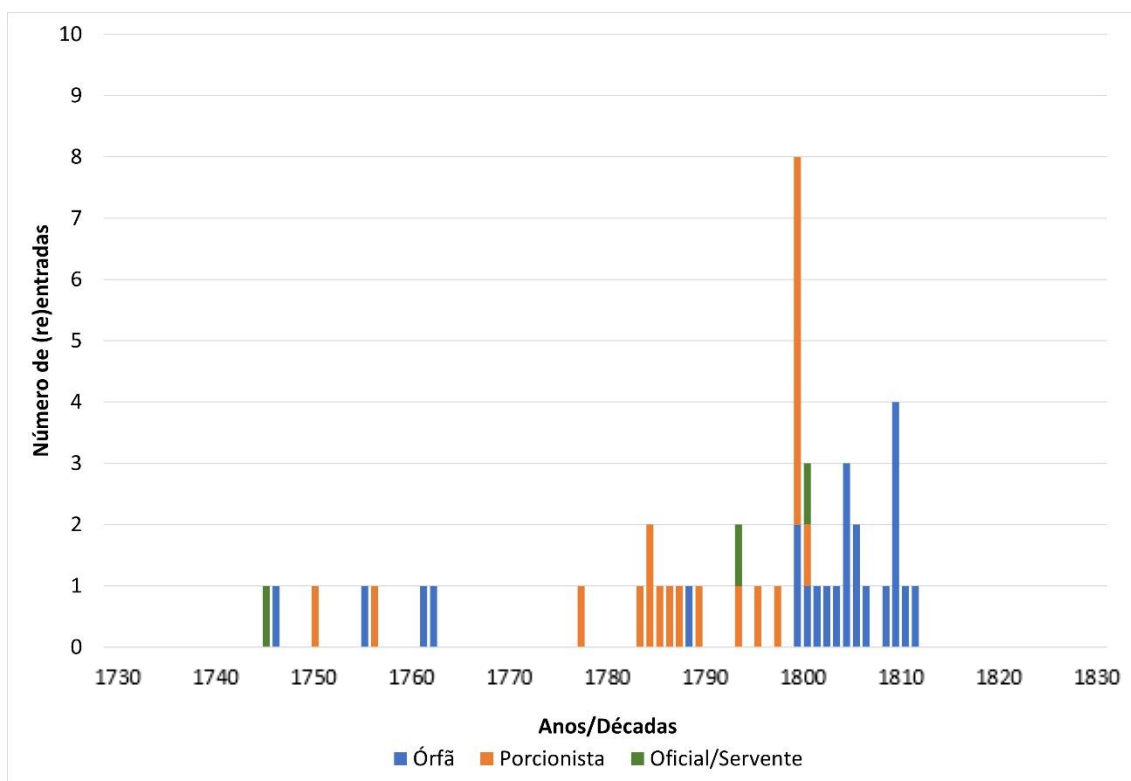
No caso do RONSE foram registadas 50 (15%) reincidências⁵³⁶, um número bem inferior relativamente às reincidências registadas no Recolhimento do Anjo.

⁵³⁴ Vide anexo 13.

⁵³⁵ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 142

⁵³⁶ Vide apêndice 43.

Gráfico 24 – Reingressos no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781* Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782* Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

No que corresponde a este tópico, o gráfico anterior, enquanto tentativa de representação dos dados, embora numericamente diminutos, demonstra que os reingressos ocorreram, principalmente, a partir dos anos 90 e, sobretudo, depois do ano de 1800. Embora a análise do presente estudo tenha estabelecido enquanto ano de término da análise o de 1800, a verdade é que as informações para os anos subsequentes dizem respeito às mulheres que entraram na instituição até esse mesmo ano.

No entanto, destaca-se também o ano de 1799, com 2 órfãs e 6 porcionistas a reingressar no espaço e, ainda, o ano de 1809, com 4 reincidências de órfãs, cujas motivações apresentadas pelas mulheres são conhecidas. Frequentemente, a documentação apresenta a justificação de que as órfãs temiam as consequências da

segunda invasão francesa. Maria Benedita⁵³⁷, Gertrudes Maria da Cruz⁵³⁸ e Maria Rita dos Anjos⁵³⁹, alegaram temer os franceses, ausentando-se do recolhimento a 29 de março de 1809, data coincidente com o desastre da Ponte das Barcas⁵⁴⁰. Com idades compreendidas entre os 17 e os 22 anos, as mulheres mencionadas fugiram da instituição, retornando entre maio e junho do mesmo ano. O uso da terminologia “medo” e “temer” revela traços de especial importância para a compreensão dos recolhimentos. Se, por um lado, na teoria, eram espaços seguros para a permanência de meninas e mulheres em condição de vulnerabilidade, parece que os conflitos armados constituíam uma exceção a este sentimento de segurança, pelo menos da parte das recolhidas. O receio do rompimento da honra, através do abuso por parte dos soldados franceses, é uma das hipóteses que se lança para a resolução desta questão.

Todavia, não foi possível apurar os refúgios que as mulheres mencionadas tomaram, nem se contaram com o auxílio de alguém que as viesse buscar à instituição. Com efeito, permanecem as questões em aberto – para onde foram, com quem e através de que meios? Seriam os recolhimentos verdadeiros espaços de segurança, segunda a percepção das mulheres institucionalizadas?

3.4.3. Tendências de permanência

3.4.3.1. Fora das instituições

O estudo das reincidências registadas no RRRSIA permitiu também identificar os períodos de ausência temporária das mulheres que entraram, pelo menos, uma segunda vez na instituição, circunstância que constituiu um reingresso das mesmas⁵⁴¹.

⁵³⁷ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãos, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 51v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

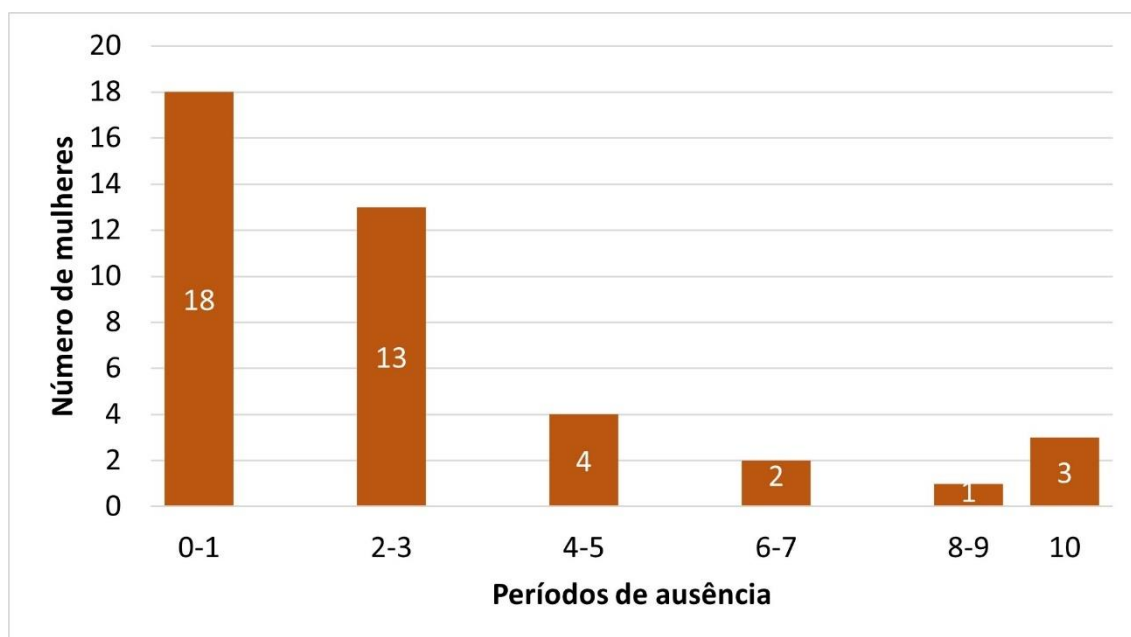
⁵³⁸ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãos, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 53v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵³⁹ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãos, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 54v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁴⁰ PIRES, Nuno Correia Barrento de Lemos – 1809: a guerra em Portugal e os portugueses na Galiza. [Em linha]. *Lusíada – História*. Nº5-6 (2009), p. 199-221. [Consult. 10 de junho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/5536/1/lh_5_6_2009_09.pdf>

⁵⁴¹ Vide anexo 14.

Gráfico 25 – Períodos de ausência, em anos, no RRRSIA (1674-1799)



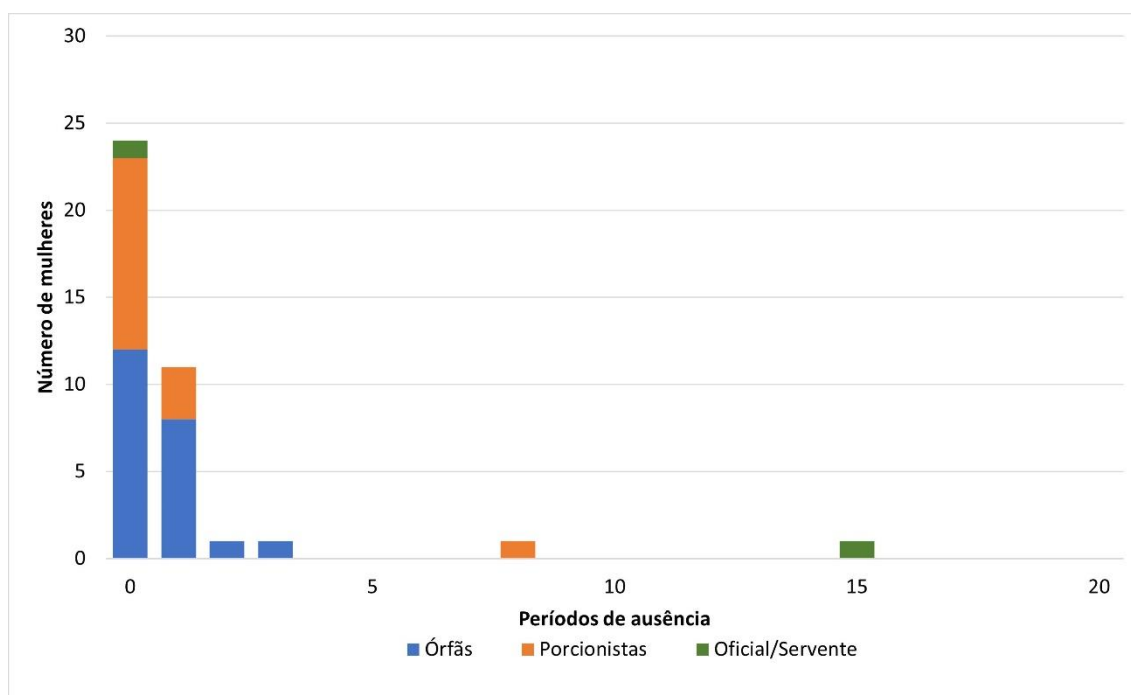
Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 142

Efetivamente, os maiores períodos de ausência registados balizam-se entre 1 mês e 3 anos, concentrando esta categoria um total de 31 (76%) ocorrências. Os restantes casos registados são, pois, pontuais. Com efeito, as licenças para a cura de moléstias, verdadeiras ou fictícias, afiguram-se enquanto um dos únicos motivos expressos nas fontes de informação.

No que respeita ao RONSE, também os dados acerca dos períodos de ausência são parcos. Com um total de 39 (12%) ocorrências registadas, as informações referentes às ausências podem ser observadas no gráfico seguinte⁵⁴².

⁵⁴² Vide apêndice 44.

Gráfico 26 – Períodos de ausência, em anos, no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Órfãs Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781* Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782* Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Órfãs Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A predominância de períodos de ausência relativamente curtos, compreendidos entre alguns meses e 1 ano contabilizam boa parte dos dados representados no gráfico 22. Totalizando 35 (90%) das 39 ocorrências registadas, verifica-se que tanto as órfãs quanto as porcionistas não pareciam demorar até reingressar na clausura. Ainda assim, duas órfãs ausentaram-se durante 2 e 3 anos, respetivamente, assim como uma porcionista abandonou o espaço duramente 8 anos. Singular é o caso de D. Josefa Violante Pereira de Carvalho, terceira Regente do Recolhimento da Órfãs, cujo primeiro ingresso data de 2 de novembro de 1777⁵⁴³ e a primeira saída de 4 de janeiro de 1778⁵⁴⁴.

⁵⁴³ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 29v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁴⁴ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 28v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

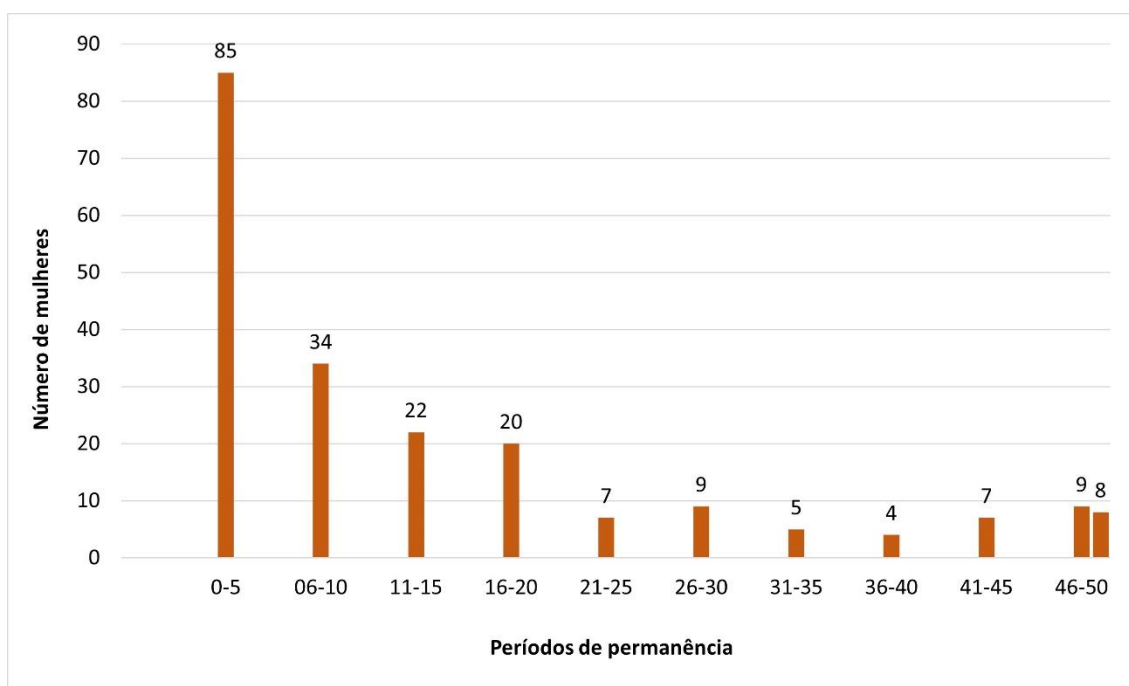
Voltou a ingressar na instituição a 22 de agosto de 1793, acabando por falecer em agosto de 1799 na instituição⁵⁴⁵.

3.4.3.2. Dentro das instituições

A análise do tempo de permanência nos recolhimentos permite, pois, aferir se estas instituições funcionaram, efetivamente, enquanto espaços de permanência curta ou não.

Os dados referentes ao Recolhimento do Anjo, recolhidos e tratados por Elisabete Jesus, oscilam entre apenas alguns meses e períodos temporais superiores a 50 anos. São, acima de tudo, dados diversos e representam apenas 210 (55%) das recolhidas do Anjo⁵⁴⁶.

Gráfico 27 – Períodos de permanência, em anos, no RRRSIA (1764-1799)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 145

⁵⁴⁵ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 45 e 45v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁴⁶ Vide anexo 15.

O gráfico anterior representa a grande parte das mulheres do Anjo que permaneceram na instituição durante um período de até 5 anos, justificando a ideia de que foi, para boa parte das mulheres, uma instituição de passagem para novos destinos, como mencionado no subponto acima. A observação deste elemento permite, ainda, compreender que os dois períodos temporais de maior concentração se balizaram entre alguns meses e os 5 anos, assim como a permanência entre 6 e os 10 anos na instituição. Estas duas variáveis analisadas em conjunto permitem compreender que 119 (30%) das 385 mulheres registadas para o Recolhimento do Anjo permaneceram durante os períodos temporais mencionados. Ainda assim, é de suma importância salientar o facto de 85 (40,47%) mulheres, das 210 conhecidas para a compreensão dos tempos de permanência, utilizaram efetivamente a instituição entre alguns meses e cinco anos, sendo evidentemente a variável com um maior peso entre estas mulheres.

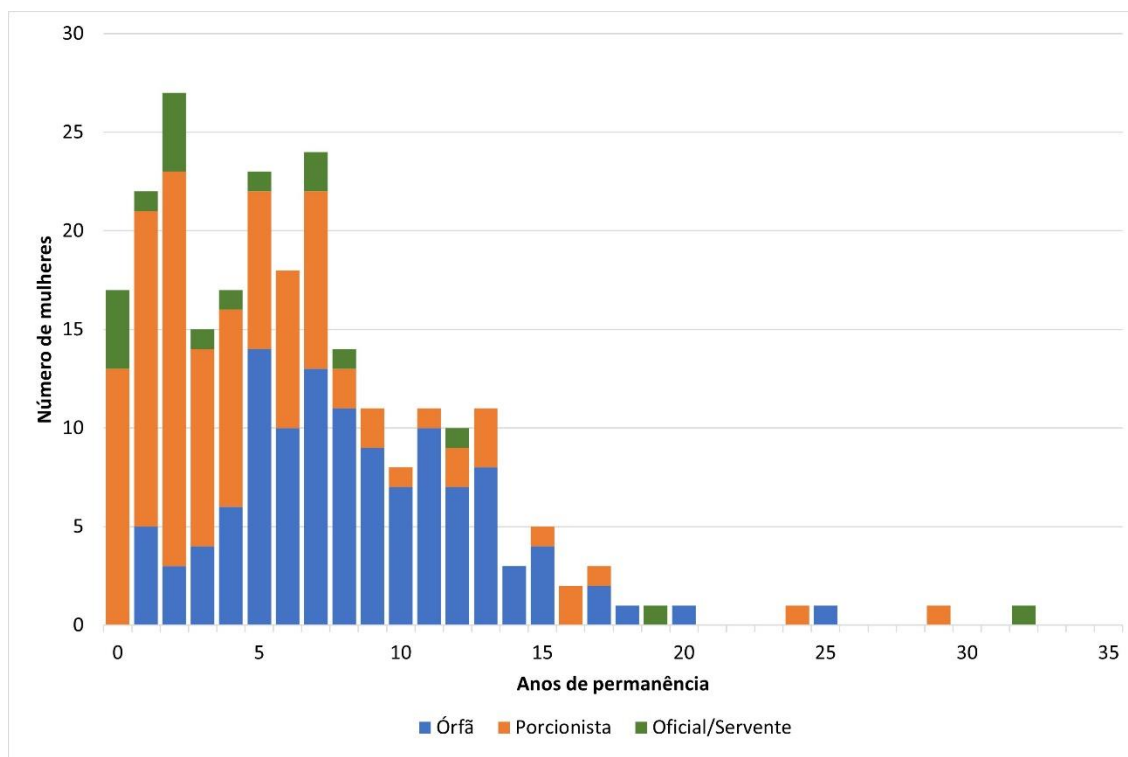
Como deduziu Elisabete Jesus, e apesar dos períodos de maior permanência serem numericamente diminutos, há registo de 8 mulheres que permaneceram entre 46 e 50 anos, valores aos quais se juntam outras 9 por um período superior a 50 anos. Os períodos de permanência de cada recolhida eram circunstâncias também condicionadas, não apenas pela capacidade material dos recolhimentos, mas mormente pela conjuntura familiar e pessoal apresentada, nomeadamente no que respeita a condições morais, sociais e, ainda materiais. Por isso, a análise das saídas definitivas, abordadas anteriormente, são também uma variável de suma importância quando se reflete acerca dos períodos de permanência⁵⁴⁷.

No que respeita ao RONSE, considerou-se a primeira entrada e a saída definitiva das recolhidas. Com um total de 248 (73%) dados referentes às 339 recolhidas, os períodos de permanência na instituição revelam-se ligeiramente distintos comparativamente aos tempos registados para as mulheres do Anjo⁵⁴⁸.

⁵⁴⁷ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 148

⁵⁴⁸ Vide apêndices 45 e 46.

Gráfico 28 – Períodos de permanência, em anos, no RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781* Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782* Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

O RONSE regista uma elevada concentração de permanência dentro da instituição num período temporal entre alguns meses e os 12 anos. Na sua totalidade, este intervalo cronológico concentra 228 (91%) casos dos 248 conhecidos. A permanência das recolhidas durante 1 ano na instituição, que contabiliza um total de 22 (8,87%) mulheres, assim como a conservação das mesmas por 2 (10,89%), 5 (9,27%) e 7 (9,68%) anos evidencia-se enquanto os períodos cronológicos de maior permanência das mulheres na instituição.

Já se comparadas as permanências de órfãs e das porcionistas, estas circunstâncias apresentam-se absolutamente diversas. Enquanto se evidencia uma presença mais alongada das órfãs na instituição, com uma maior concentração do tempo de permanência entre os 5 e os 13 anos no espaço, contabilizando apenas este período um total de 89 (75%) das 119 ocorrências registadas para as órfãs, é realmente entre os 5 e os 7 anos que os valores atingem o seu pico, com 14 e 13 casos registados.

Os valores referentes às porcionistas apresentam um padrão distinto. Se, por um lado, as órfãs permanecem durante mais tempo no RONSE, a maior concentração do tempo de permanência das porcionistas encontra-se entre alguns meses e os 7 anos. O período mencionado contabiliza, na sua totalidade, 94 (85%) das 111 ocorrências conhecidas para as mulheres possuidoras deste estatuto.

As evidências desenvolvidas anteriormente devem ser compreendidas exatamente à luz dos estatutos de cada mulher no interior da instituição. Se, por um lado, se observam idades de entrada de órfãs e porcionistas em faixas etárias semelhantes, também as motivações de saída anteriormente explícitas devem ser tidas em conta. Se, por um lado, o casamento era um dos caminhos mais utilizados pelas órfãs para a (re)integração no século, não o era pelas porcionistas. Pelo contrário, as ordens emitidas pelas diversas agentes foram uma das motivações para o abandono da instituição por parte das mulheres portadoras deste estatuto. Com efeito, compreende-se a permanência alongada das órfãs no recolhimento da Misericórdia do Porto, uma vez que, entrando com tenra idade, as meninas deviam aguardar para ter idade suficiente para contrair matrimónio com os respetivos pretendentes. Deste modo, compreende-se que esta circunstância constituísse um processo que se arrastava no tempo, dependendo de fatores também externos à instituição. Por outro lado, a par das porcionistas do Recolhimento do Anjo, as mulheres com o mesmo estatuto, que habitaram o RONSE, tendem a aproximar-se das primeiras pelos períodos de permanência no recolhimento. Conclui-se, pois, que, a par do que sucedia no RRRSIA, também as porcionistas do Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto eram comparáveis.

3.4.4. Falecimentos

A morte interrompia a estadia nos recolhimentos, naturalmente. No que concerne ao RRRSIA, as fontes acerca destes fenómenos relevam-se parcas, pelo que Elisabete Jesus apenas referencia um total de 71 mulheres que vieram a findar os seus dias na instituição. Refere, ainda, que 13 destas mulheres eram solteiras, outras 6 casadas e as restantes 6 haviam enviuvado. Como afirma a autora, parece que os falecimentos no Recolhimento do Anjo, partindo da premissa que a instituição acolhia

senhoras com uma idade mais avançada do que as que habitavam no RONSE, não tinham tido oportunidade de enveredar por outros caminhos que não a clausura, por diversas razões que diziam respeito à vida pessoal do núcleo familiar⁵⁴⁹.

No que respeita ao RONSE, ainda que os dados sejam numericamente diminutos, auxiliam na compreensão do procedimento executado pela Mesa da SCMP a este respeito. Os dados são ainda mais parcos do que os existentes para o Recolhimento do Anjo, representando apenas 21 (6%) das 339 mulheres que residiram na instituição o que, especula-se, apontaria para maior resistência das recolhidas, porque predominantemente mais jovens. Ainda assim, podem ser retiradas algumas ilações relacionadas com os falecimentos na instituição em questão. Os dados encontram-se dispersos, entre 1740, data da qual se regista o primeiro falecimento no espaço, e 1858, ano no qual se assenta o último falecimento na instituição, de uma recolhida que havia entrada antes da data de término da presente investigação, 1800. Com efeito, a evidente dispersão dos dados não exigiu uma representação visual em formato de gráfico, uma vez que o mesmo podia condicionar a compreensão dos dados que se apresentam em seguida.

Tabela 13 – Falecimentos no RONSE (1731-1858)

Anos	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
1740			1	1
1746			1	1
1750			1	1
1757		1		1
1759			1	1
1762	1			1
1764		2		2
1768			1	1
1772			1	1
1783			1	1
1785		1		1
1792		1		1
1793			1	1
1799	1			1
1801			1	1

⁵⁴⁹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 147

1803		1		1
1807	1			1
1825		1		1
1849	1			1
1858		1		1
Total	4	8	9	21

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781* Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782* Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Os números registados para órfãs e porcionistas são coincidentes, pelo que a diferente numérica não se afigura significativa. Ademais, o único ano com maior concentração de mortes das recolhidas, com apenas 2 (9,52%) registos é de 1764, ainda que os falecimentos se pareçam distribuir a partir da década de 40, 9 anos após a entrada das primeiras recolhidas na instituição.

Mais significativo do que compreender a distribuição dos falecimentos de algumas recolhidas é também observar os locais de sepultamento das mesmas. Ainda que as informações não sejam vastas, os seguintes dados não devem ser menosprezados.

Tabela 14 – Locais de sepultamentos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Localização (micro)	Localização (macro)	Oficial/ Servente	Órfã	Porcionista	Total
Capela de Nossa Senhora de Agosto	Porto			1	1
Capela dos Terceiros Franciscanos	Porto			1	1
Casa e Igreja da Misericórdia	Porto		1		1
Cemitério do Recolhimento	Porto	1			1
Igreja de Santo Ildefonso	Porto			1	1
Igreja de São João Novo	Porto	1			1
Igreja do RONSE	Porto	2	4	2	8
Igreja dos Padres Carmelitas	Porto		1		1
Total		4	6	5	15

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781* Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002);

Os dados presentes na tabela 14 evidenciam que, embora se conheçam apenas 15 locais de sepultamento, do universo total das recolhidas que habitaram a instituição administrada pela Misericórdia do Porto, 8 foram efetuados na Igreja do próprio recolhimento, prática que não será de estranhar.

3.5. Perfil social das recolhidas

O presente subponto pretende analisar o ambiente social das mulheres institucionalizadas, nomeadamente através da análise das relações sociais diretas assinaladas pelas fontes de informação - os pais, os irmãos, os avós maternos e paternos, assim como os maridos (no que concerne às mulheres que ingressam nas instituições em análise enquanto casadas), os noivos, assim como os pais e avós maternos e paternos do mesmo (no que respeita às recolhidas que abandonam as instituições para casar) e, ainda, os tios, sobrinhos e primos e, porventura, cunhados, enteados e padrastos. Ademais, compreender também as relações sociais indiretas de cada uma, nomeadamente no que concerne aos fiadores, e, talvez, outras relações conhecidas, como meio de aproximação possível às redes de sociabilidade onde cada recolhida se inseria. Neste sentido, os recolhimentos, além de funcionarem enquanto espaços de transição para as mulheres que ampararam, emergem enquanto observatórios por excelência das redes de sociabilidade da cidade do Porto.

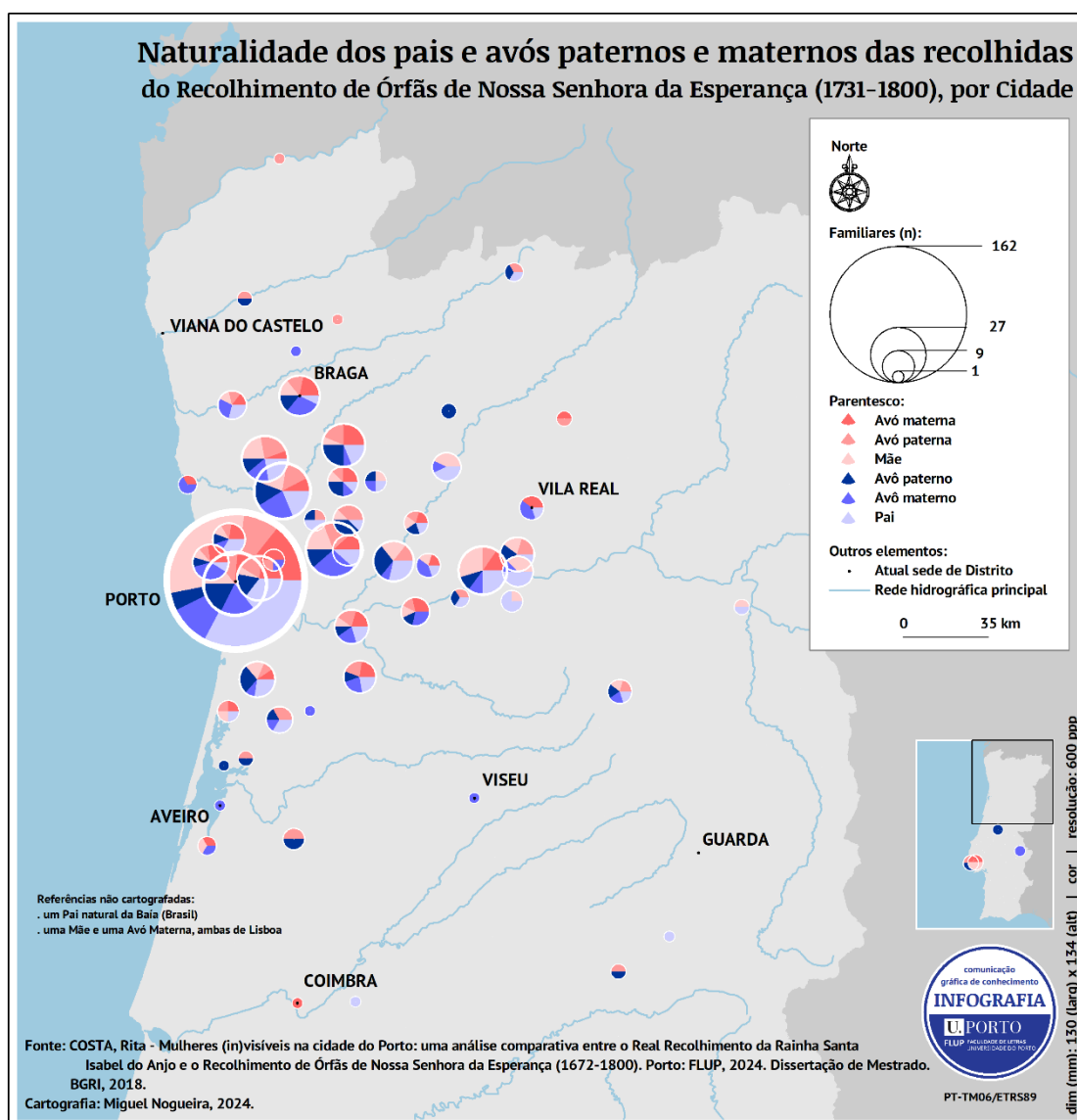
3.5.1. Proveniência geográfica

3.5.1.1. Naturalidade

Compreender a proveniência geográfica, nomeadamente no que respeita às variáveis de naturalidade e residência, é uma tarefa essencial para traçar possíveis percursos de migração de alguns indivíduos.

Ainda que esta categoria de análise não possa ser executada para o RRRSIA, por não termos esses dados, o mesmo cenário não se aplica ao RONSE. As fontes, que por diversas vezes distinguem entre a naturalidade e a residência, permitem traçar o seguinte enquadramento relativamente aos pais e avós paternos e maternos das recolhidas⁵⁵⁰.

Mapa 7 – Naturalidade dos pais e avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁵⁰ Vide apêndices 47 e 48.

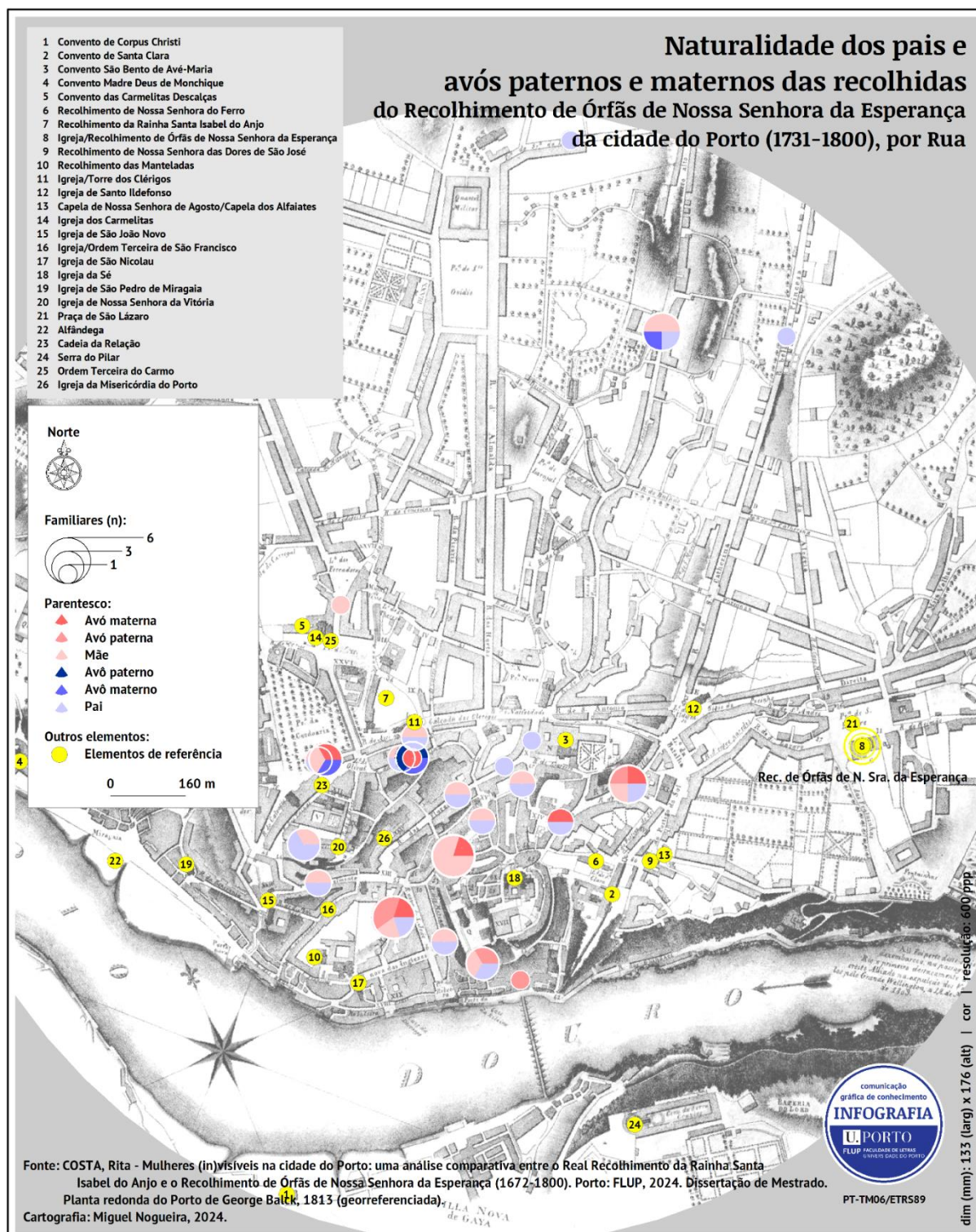
A cidade do Porto contabiliza 162 (29,35%) ocorrências, mas quando a análise é sobre os pais registam-se 53 (9,58%) casos e às mães 49 (8,86%) naturais da mesma cidade. Com efeito, ainda que a cidade do Porto seja, sem dúvida, a localização geográfica que mais se evidencia pelos valores registados, as zonas circundantes são, por seu turno, notáveis. Destaca-se Vila Nova de Gaia, com 34 (6, 16%) registos de naturalidade; Santo Tirso, que dispõe de 27 (4,89%); Paredes com 26 (4,71%); Mesão Frio, local com 20 (3,62%) ocorrências; Vila Nova de Famalicão com 18 (3,26%), Gondomar com 17 (3,08%); Guimarães com 16 (2,90%); Braga e Marco de Canaveses com 14 (2,54%) e, ainda, Santa Maria da Feira e Matosinhos com 11 (1,99%) e, por fim, Santa Marta de Penaguião e Castelo de Paiva com 10 (1,81%). A concentração das naturalidades nas localidades mencionadas representa 390 (70%) das 558 referências totais conhecidas. Ou seja, o raio de atração alarga-se significativamente.

Verifica-se, assim, uma concentração das naturalidades dos pais e avós paternos e maternos das recolhidas da Misericórdia do Porto no Norte do país, circunstância que não é de estranhar, uma vez que também boa parte das meninas e mulheres ingressantes no espaço eram naturais da cidade do Porto e seus arredores. Todavia, note-se, com alguma expressão as zonas do Centro e Sul do País, com a menção a localizações de naturalidades como Coimbra, com apenas uma referência, assim como Lisboa, com duas.

Numa ampliação sobre a cidade do Porto, a distribuição pelas ruas e respetivas freguesias, em 162 relações sociais naturais do Porto, a cartografia reflete as dominâncias⁵⁵¹.

⁵⁵¹ Vide apêndices 49 e 50.

Mapa 8 – Naturalidade dos pais e avós paternos e maternos das recolhidas do RONSE (1731-1800), por rua



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Oficiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A par das mesmas considerações tecidas no que respeita à naturalidade das recolhidas, é evidente uma maior concentração nas três freguesias intramuros da Sé, que regista 30 (18,52%) dos resultados totais, à qual se acrescenta a freguesia de São Nicolau, com 25 (15,43%) registos, seguindo-se a freguesia de Nossa Senhora da Vitória com 11 (6,79%). Em conjunto, as três freguesias intramuros contabilizam um total de 66 (41%) das referências geográficas de naturalidade na cidade do Porto, coincidindo esta tendência com os dados referentes às recolhidas. Ainda assim, e também a par do padrão estabelecido para as recolhidas, a freguesia extramuros de Santo Ildefonso concentra também um elevado valor de relações sociais diretas naturais do espaço, com 22 (13,58%) referências.

No que concerne às restantes relações sociais diretas das recolhidas, nomeadamente aos noivos, pais, avós paternos e maternos dos mesmos, foi possível traçar os seguintes que se seguem⁵⁵². A tendência para a apresentação de valores relativos à cidade do Porto, com um total de 12 (10,91%) menções mantém-se, especialmente no que respeita aos noivos das recolhidas que parecem concentrar-se neste espaço, com um total de 6 referências, acompanhada pelas cidades de Vila Nova de Gaia, com 3 menções a estes mesmos indivíduos, assim como Santa Maria da Feira e Arouca que, embora não registem valores elevados para os noivos, são sobretudo os locais com maior peso na naturalidade dos pais e avós paternos e maternos do mesmo, contando com 12 e 14 referências, respetivamente. Os restantes dados indicam também localizações a Norte do país, não existindo uma tendência para a prevalência das naturalidades noutros locais que se afastam deste epicentro.

No que respeita às restantes relações sociais diretas, como é o caso dos maridos, primos, sobrinhos, tios, cunhados, enteados e padrastos, os dados não abundam, pelo que o mapeamento destes indivíduos não se afigurou de especial importância, sendo apenas possível decifrar algumas naturalidades à escala das cidades⁵⁵³. Ainda assim, pode-se afirmar que 17 (42,50%) dos mesmos eram naturais da cidade do Porto, ainda

⁵⁵² Vide apêndices 50 e 51.

⁵⁵³ Vide apêndice 52.

que os restantes pareçam dispersar-se pelos arredores desta zona, em localidades como Vila Nova de Gaia, com 4 referências, Paredes, Paços de Ferreira e Santo Tirso com 2 ou até mesmo Gondomar com 4. Contudo, um dos sobrinhos das recolhidas era natural de Lisboa.

No que respeita às relações que se designaram enquanto indiretas das⁵⁵⁴, como é o caso dos fiadores, as informações são insuficientes, uma vez que apenas existe informação da naturalidade de 7 (3%) indivíduos na totalidade de 262 fiadores existentes. Quatro são naturais da cidade do Porto, enquanto outros dois pertencem a Celorico de Basto e o restante é natural de Viseu. As restantes relações sociais indiretas das recolhidas, designadas enquanto *outras*, por não ser possível aferir a tipologia de relação que teciam com as recolhidas, e que contabilizam apenas 3 registos, são também provenientes da cidade do Porto.

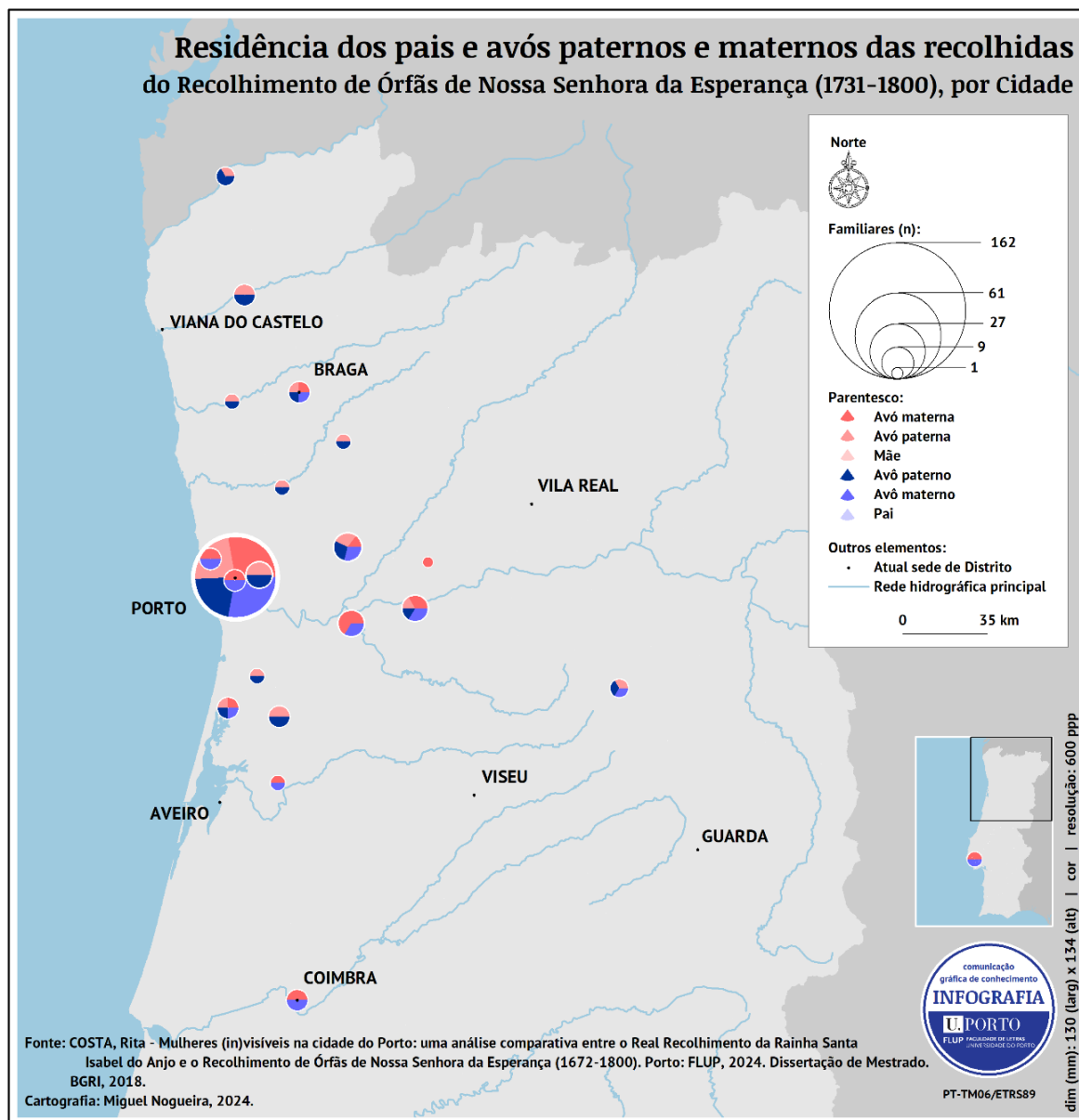
3.5.1.2. Residência

Foram registadas 133 referências concernentes à residência dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE⁵⁵⁵.

⁵⁵⁴ Vide apêndice 53.

⁵⁵⁵ Vide apêndices 54 e 55.

Mapa 9 – Residência dos pais e avós paternos e maternos das recolhidas do RONSE (1731-1800), por cidade



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

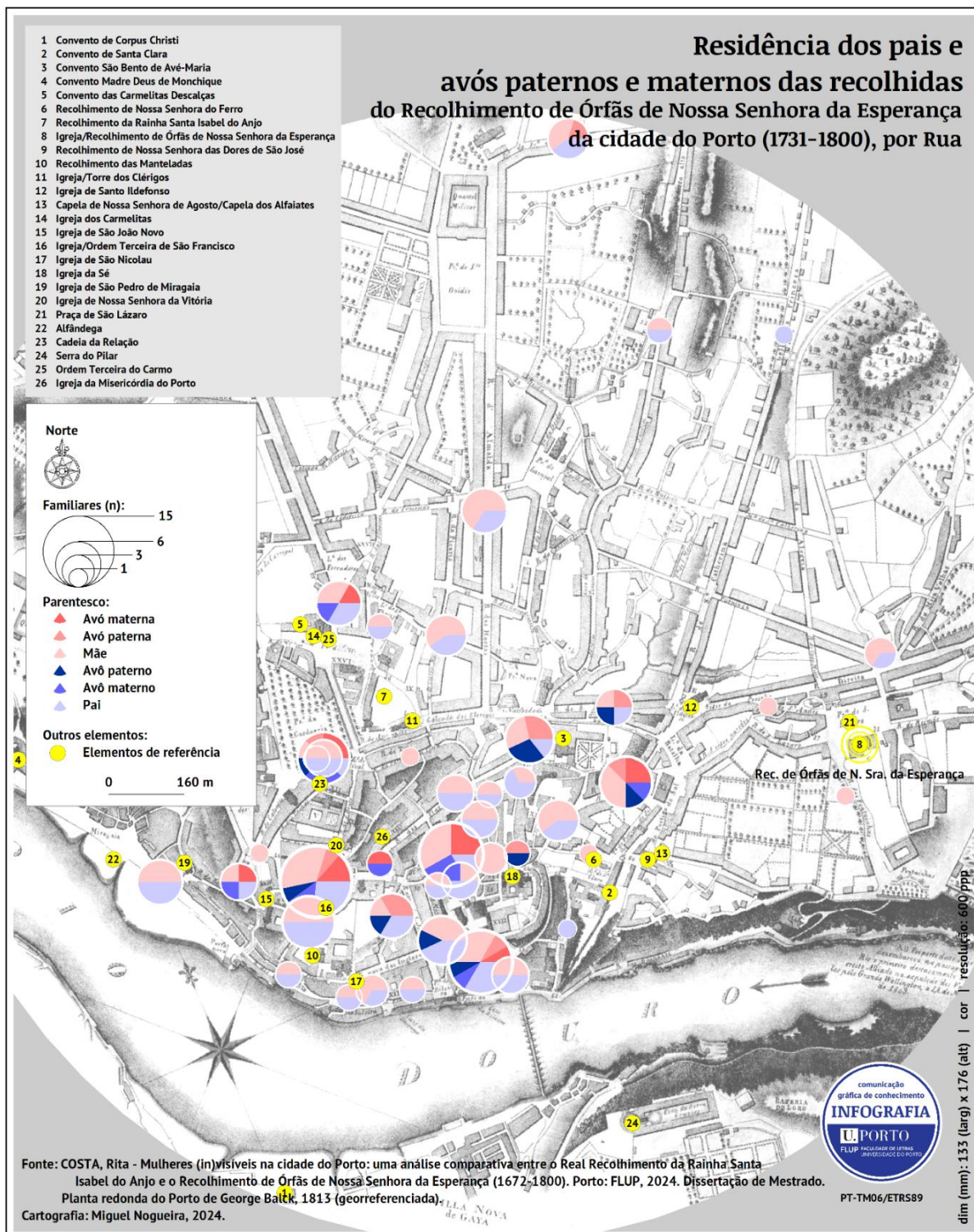
A evidente concentração na zona Norte do país não acusa processos migratórios de longa distância. Novamente, a cidade do Porto conta com 61 (45,86%) resultados, quase metade dos valores mencionados. Ainda assim, destacam-se também as regiões

de Penafiel, com 7, Castelo de Paiva, Cinfães e Gondomar com 6 referências atribuídas. Para sul, Coimbra, com 4 menções e Lisboa com 2.

No mesmo procedimento adotado anteriormente, é possível fazer um *zoom* sobre a cidade do Porto ao nível das freguesias e ruas de residência dos pais, avós paternos e maternos das recolhidas⁵⁵⁶, dados mais abundantes comparativamente com a naturalidade destes indivíduos.

⁵⁵⁶ *Vide* apêndices 56 e 57.

Mapa 10 – Residência dos pais e avós paternos e maternos das recolhidas do RONSE (1731-1800), por rua



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Oficiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A tendência para uma concentração nas freguesias intramuros da cidade é evidente, cotando a Sé com 76 (30%), São Nicolau com 43 (17%) e Nossa Senhora da Vitória com 31 (12%). Em conjunto, as três freguesias concentram 150 (59%) das 256 referências totais. Extramuros, a freguesia de Santo Ildefonso, atinge valores elevados, contando com 68 (27%) referências.

No que respeita aos noivos, pais, avós paternos e maternos dos mesmos, das recolhidas do RONSE, os dados são coincidentes com os resultados relativos à naturalidade⁵⁵⁷. Os locais de residência com uma maior expressão numérica são Arouca, com 14 (12,73%) resultados, a cidade do Porto e Santa Maria da Feira, com 12 (10,91%) e, ainda, Gondomar, com 8 (7,27%). As restantes localidades possuem os seus valores distribuídos quase unanimemente pela região Norte do país, confirmando a tendência da não existência de um fenómeno migratório, nomeadamente para a cidade do Porto. Alinhando-se com as restantes tendências as freguesias intra e extramuros da Sé, Santo Ildefonso e São Nicolau representam boa parte dos dados disponíveis. De uma totalidade de 53, a primeira freguesia mencionada contabiliza um total de 25 (47%) referências, às quais se juntam apenas 9 referências da freguesia de Santo Ildefonso e 7 da freguesia de São Nicolau.

As informações concernentes às restantes relações diretas, como cunhados, maridos, primos, sobrinhos e tios revelam, a par das respeitantes à naturalidade, dados insuficientes para o estabelecimento de uma tendência⁵⁵⁸, ainda que se possa afirmar que 9 destes indivíduos eram residentes na cidade do Porto e os restantes se espalhavam por localidades como Vila Nova de Gaia, Penafiel, Guimarães, Santa Maria de Penaguião e até mesmo Lisboa, já na região Sul do país.

No que respeita às relações indiretas, as fontes de informação primárias permitem compreender a residência dos fiadores das recolhidas, com especial expressão nas porcionistas (porque era necessário assegurar o pagamento da porção anual), mencionando frequentemente as freguesias e as ruas de residência, na sua

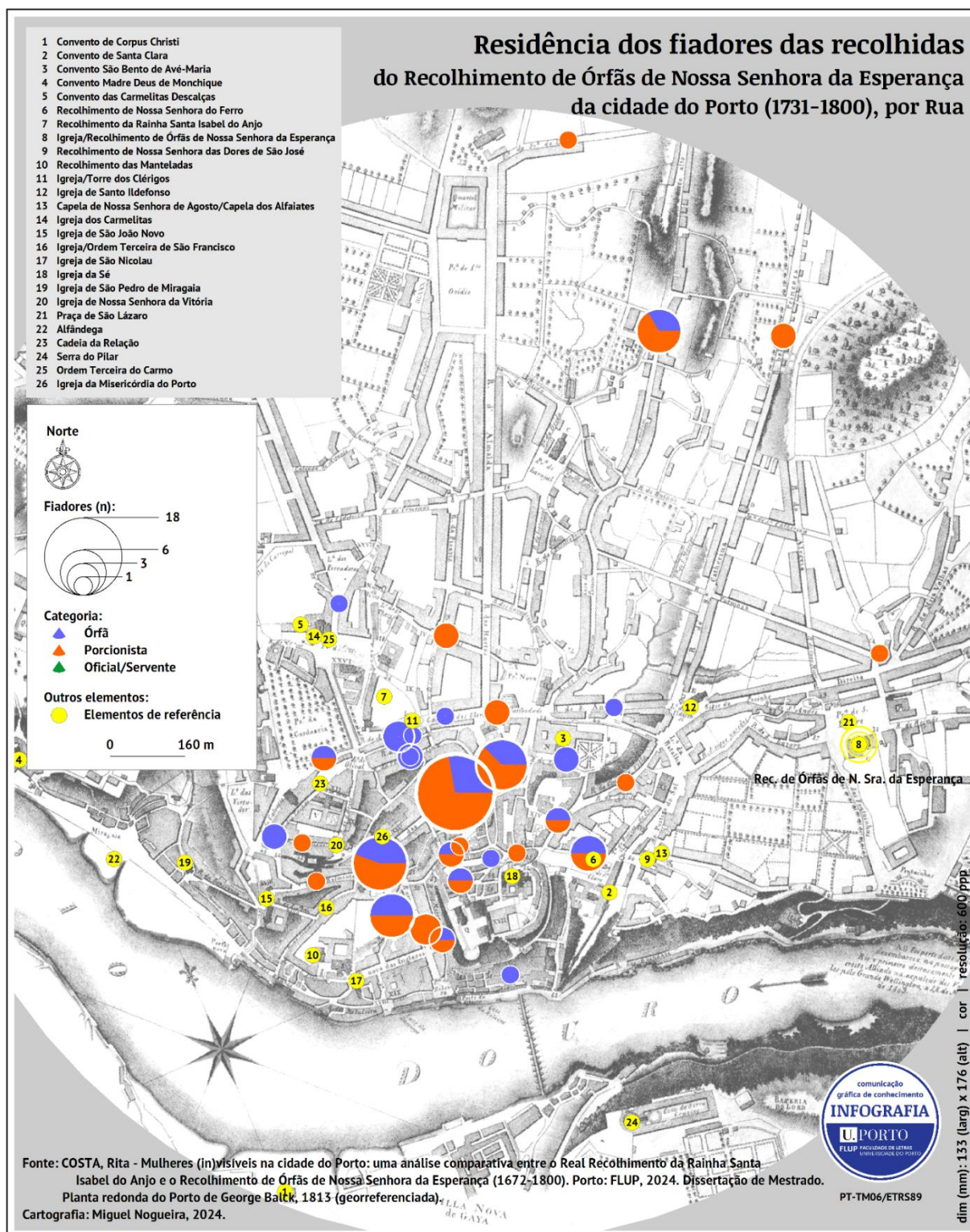
⁵⁵⁷ Vide apêndices 58 e 59.

⁵⁵⁸ Vide apêndice 76.

maior parte pertencentes à cidade do Porto. Há apenas referência a um fiador residente na cidade de Vila Nova de Gaia, embora os restantes 137 sejam do Porto⁵⁵⁹.

⁵⁵⁹ *Vide* apêndices 63 e 64.

Mapa 11 – Residência dos fiadores das recolhidas do RONSE (1731-1800), por rua



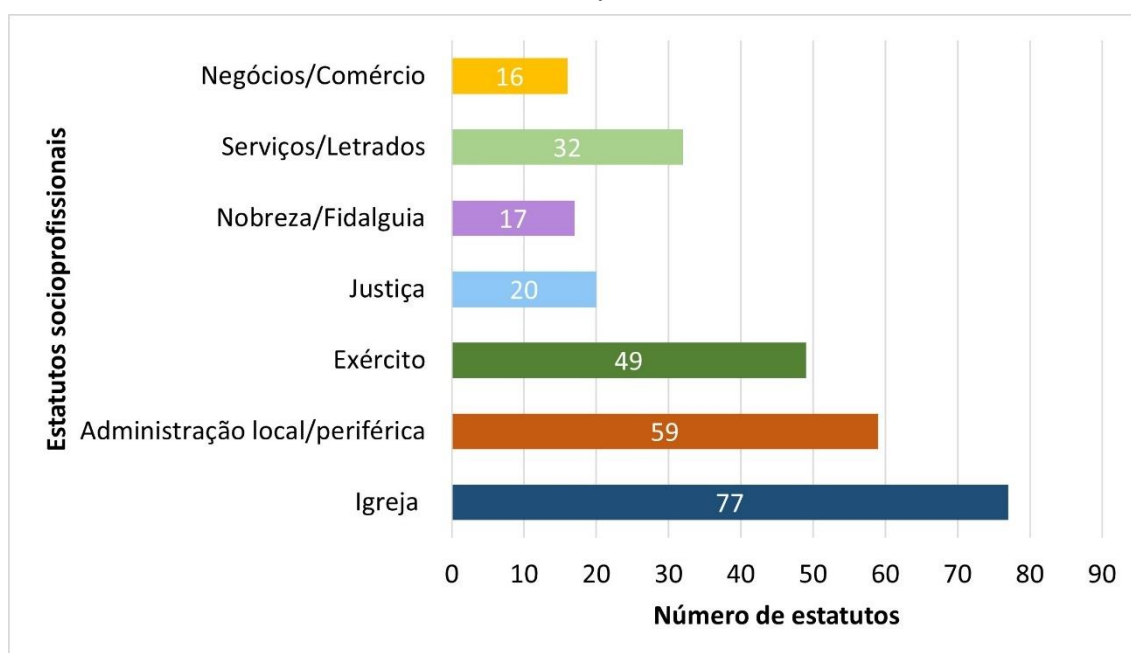
Fonte: AHSCMP - Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

O padrão de residência destes indivíduos acusa uma maior concentração nas freguesias da Sé, que contabiliza um total de 50 (36%), à qual se junta a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, com 23 (17%) e a de Santo Ildefonso com 21 (15%) referências, enquanto a freguesia de São Nicolau, protagonista noutras análises executadas, apenas apresenta 10 referências.

3.5.2. Estatutos socioprofissionais

No que respeita à condição socioprofissional das relações de parentesco das mulheres que habitaram o Recolhimento do Anjo, de um universo total de 502 relações registadas para estas recolhidas, existe conhecimento de apenas 270 (54%) estatutos socioprofissionais⁵⁶⁰.

Gráfico 29 - Estatuto socioprofissional das relações sociais diretas das mulheres do RRRSIA (1674-1800)



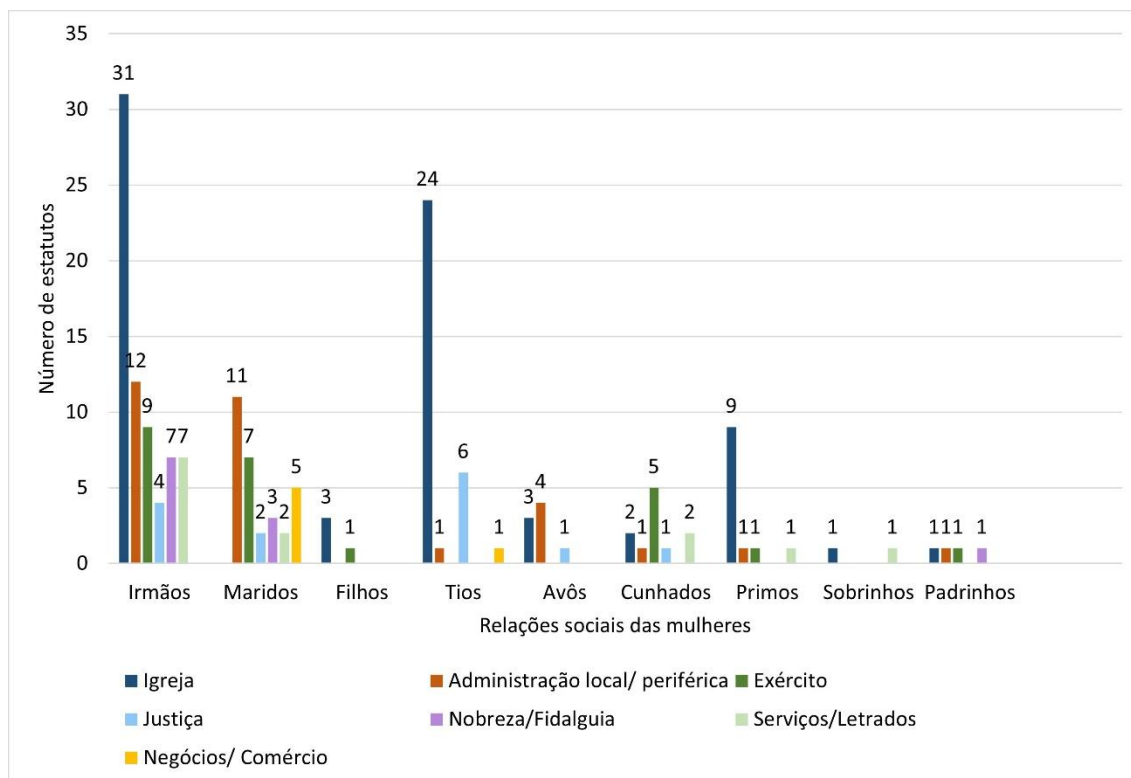
Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 157

A observação do gráfico 25 revela uma concentração de suma relevância em parentes com relação com a Igreja (77) a administração local/periférica (59) e, ainda, com o exército (49). No que concerne aos estatutos socioprofissionais relacionados com

⁵⁶⁰ Vide anexo 16.

a Igreja, Elisabete Jesus não especifica os cargos ocupados pelas relações sociais diretas das recolhidas do Anjo, mas fornece os dados passíveis de tratamento.

Gráfico 30 - Estatuto socioprofissional das relações sociais diretas das mulheres RRRSIA, por tipologia de relação (1674-1800)



Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – Poder, caridade e honra... Vol. 1, p. 157

No gráfico anterior foi possível organizar a relação de parentesco com as ocupações socioprofissionais em 77 (29%) relações conhecidas. Destacam-se os irmãos (31), os tios (24) e, ainda, alguns os primos (9) das mulheres recolhidas no Anjo. O que é evidente é que nestes três grupos é a relação com a Igreja relevante. Depois, como irmãos e maridos, cargos ligados à administração local/periférica, que conta com 59 no seu total (22%), distribuídas pelos pais (28), irmãos (12) e maridos (11) e ainda conectadas com o com o exército que releva também uma maior concentração nos pais (6), tios (6) e irmãos (4) das recolhidas.

Além das considerações tecidas, há ainda que salientar a proeminência dos cargos relacionados com os estatutos socioprofissionais inseridos nos serviços/letrados, onde os pais se salientam por ocupar mais de metade (19) da totalidade (32) de resultados registados para esta variável de análise.

Conclui-se, pois, que as redes de sociabilidade das recolhidas do Anjo permitem compreender que as camadas mulheris de recrutamento deste espaço pertenciam aos estratos médios-altos que compunham a sociedade Seiscentos e Setecentos. Além disso, torna-se evidente também o registo nulo de relações sociais diretas relacionadas com o exercício de funções nas artes/ofícios ou com outras atividades, geralmente ocupadas por indivíduos de camadas inferiores da população, como a agricultura e as funções marítimas.

No entanto, e para estas conclusões, Elisabete Jesus lança uma hipótese que se afigura de suma relevância para o presente estudo. Como referido, e no que respeita ao Recolhimento do Anjo, são apenas conhecidas 54% das condições socioprofissionais das relações diretas das recolhidas, em 46% ignoram-se. Seria nesta percentagem que estariam as recolhidas inseridas em redes de sociabilidade pertencentes a estratos médio-altos da sociedade? A hipótese é válida, mas impossível de responder porque os registos de entrada das recolhidas não obrigavam a um formulário a seguir, não eram homogéneas⁵⁶¹, ao contrário do que acontecia no RONSE onde, segundo o capítulo 2º dos estatutos, os assentos de entrada, assim como os de saída, deviam conter as informações pré-estabelecidas.

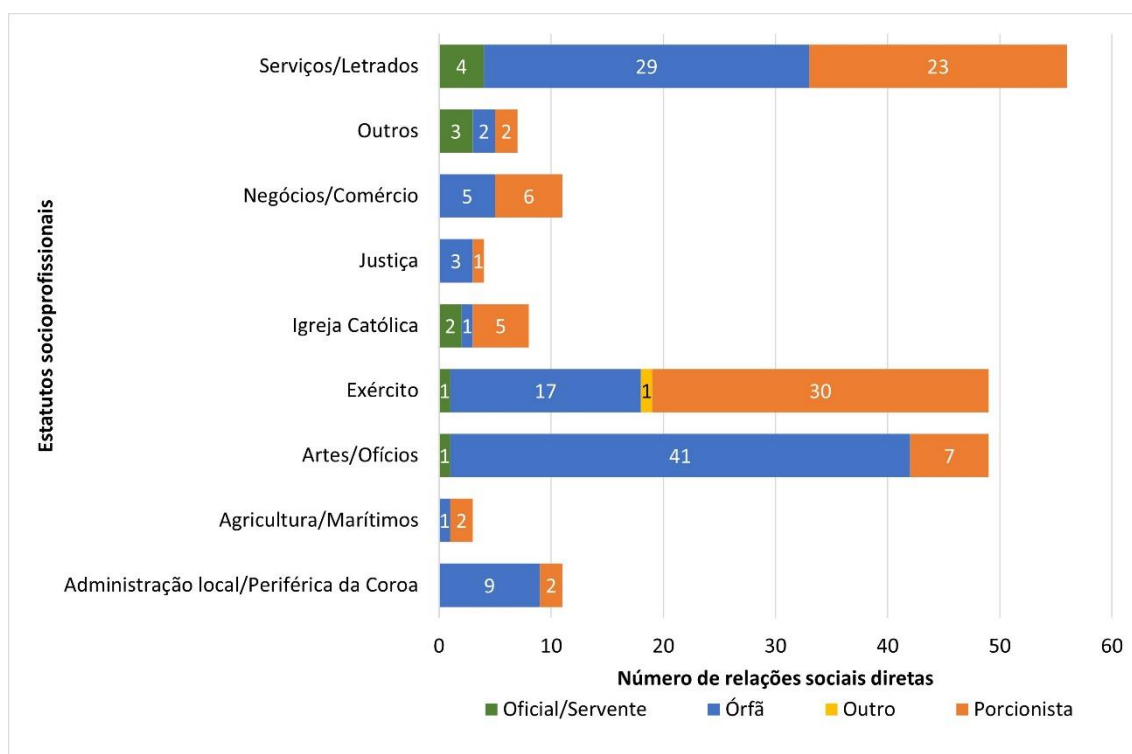
Acresce ainda que no caso do RRRSIA, na análise da relação social indireta, sabe-se que os pagadores das cômguas das mulheres habitantes neste recolhimento, equivalentes aos fiadores do Recolhimento da Misericórdia do Porto, que pagavam as porções às mulheres ingressantes enquanto porcionistas na instituição, eram, por diversas vezes, familiares das recolhidas. Significa, pois, que a análise dos estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das recolhidas do Anjo aplica-se também às supostas relações sociais indiretas, por serem os mesmos indivíduos.

No que respeita às relações sociais diretas das mulheres do RONSE, o cenário apresenta novidades, embora convergente em diversos aspetos com o Recolhimento do Anjo. Os dados cobrem 182 (26%) das 710 relações diretas conhecidas para as mulheres

⁵⁶¹ JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 158

que habitaram o Recolhimento de Órfãs da Misericórdia. É um número que revela uma panóplia/diversidade de estatutos socioprofissionais⁵⁶².

Gráfico 31 – Estatuto socioprofissional das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A análise preliminar evidencia a concentração do exercício dos cargos ligados aos serviços/letrados, que contabiliza 56 (28,57%) casos, o exército, com 49 (25%) e, ainda, as artes e ofícios, com um total de 49 (25%) indivíduos envolvidos. Não há dúvida alguma que este recolhimento recebe mulheres com origem no mundo do trabalho e da secretaria⁵⁶³.

Existem distinções entre órfãs e de porcionistas. Se, por um lado, o exercício de funções relacionados com as artes e os ofícios regista um total de 41 (20,92%) relações

⁵⁶² Vide apêndices 65 e 66.

⁵⁶³ Vide apêndice 67.

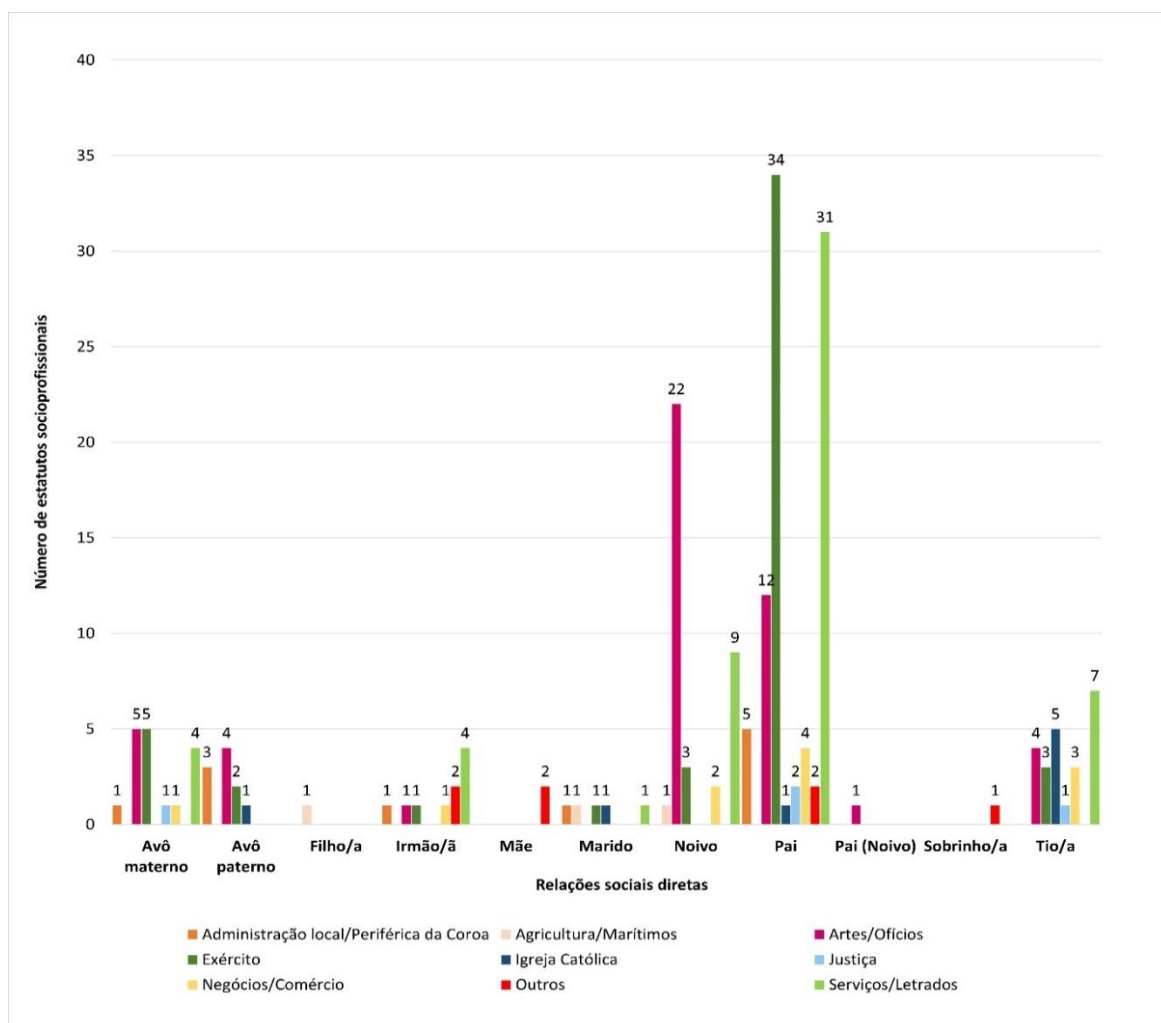
sociais diretas relacionadas com as meninas órfãs, o valor desce significativamente quando relacionado com as porcionistas, revelando apenas 7 casos. Além disso, também a diferença de valores acontece nos cargos relacionados com o exército, mas aqui as órfãs estão associadas em 17 casos (8,67%), enquanto o valor quase duplica quando porcionistas, 30 (15,31%). No caso dos Serviços/Letrados, parece que a distribuição, apesar de se fazer com maior peso nas órfãs, com um total de 29 (14,80%), o valor, ainda que desça ligeiramente quando associado às porcionistas, é também significativo, com um total de 23 (11,73%) indivíduos. Com efeito, as três categorias mencionadas representam um total de 154 (79%) indivíduos, da totalidade dos 198 estatutos socioprofissionais conhecidos.

Ainda que as distinções sejam evidentes, o Recolhimento da Misericórdia do Porto converge com o observado no do Anjo, com a alta concentração de indivíduos que exerceram funções no exército, mas é completamente contrastante nas categorias de administração local e da Igreja entre ambos os espaços, com maior peso no Recolhimento do Anjo, enquanto as artes e os ofícios, assim como os serviços e letrados possuem uma maior representatividade entre as relações sociais diretas das mulheres habitantes no RONSE.

Porém, a par da interpretação executada para o RRRSIA, no caso do RONSE, é também de suma importância salientar a tipologia de relação associada a cada categoria de estatutos socioprofissionais referidos⁵⁶⁴.

⁵⁶⁴ Vide apêndice 68 e 69.

Gráfico 32 – Estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800), por tipologia de relação



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Os dados referentes aos pais e noivos das recolhidas são, sem dúvida, os que mais se evidenciam no gráfico anterior. Estas tipologias de relações diretas representam 128 (65%) casos totalidade dos 196 estatutos conhecidos. No caso dos pais, identifica-se a predominância do exercício de funções relacionado com o exército, com a contabilização de 34 (17,35%) resultados, a par da categoria de Serviços/Letrados, que contabiliza 31 (15,82%), mas também o exercício de artes e ofícios (doze). Mas é deste grupo que saem os noivos das recolhidas, 22 casos (11,22%) casos, a par também de

uma predominância de homens inseridos na categoria de Serviços/Letrados, que conta com 9 resultados.

As mulheres do RONSE parecem casar com homens que exerciam trabalhos que exigiam o uso das mãos, considerado menos honroso. Parece, ainda, existir uma tendência para as mesmas casarem com homens cujos exercícios profissionais se relacionavam intimamente com aqueles praticados pelos seus pais e, ainda, avôs maternos e paternos. O registo de 5 avôs maternos e 4 paternos que exerciam funções na área das artes e ofícios é reveladora da afirmação anterior, sendo a mesma comprovada também através da constatação da existência de 7 tios que exerceram funções na área dos Serviços/Letrados.

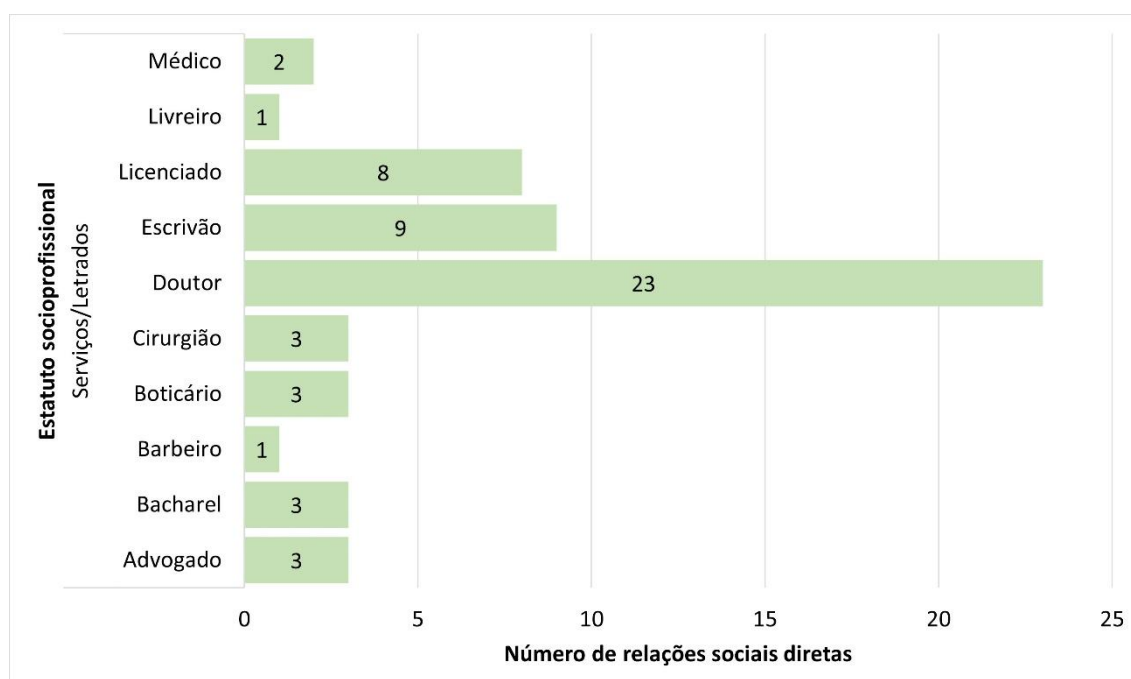
Ao contrário da realidade patente no RRRSIA, as recolhidas da Misericórdia do Porto parecem inserir-se em redes de sociabilidades de estratos sociais intermédios, onde a prevalência de estatutos socioprofissionais relacionados com o trabalho manual, assim como com os Serviços/Letrados é uma evidência clara. Não encontramos qualquer relação com a nobreza “pura” como aconteceu com o Anjo, embora pudessem fazer parte da administração pública, o que indicia o ambiente social de origem destas mulheres do Recolhimento da Misericórdia.

Há, no entanto, ainda que salientar alguns cenários singulares, como é o caso da categoria de *outros*, que designa estatutos socioprofissionais que não se inserem em nenhuma das categorias mencionadas e, pela pouca expressividade numérica, não exigiram o acrescento de uma nova categoria. O caso da porcionista Maria do Vale, filha de José Pimenta de Sousa, Cabo de Esquadra da Oitava Companhia do Primeiro Regimento do Porto, ausente em Espanha a servir a Coroa portuguesa, é ímpar. Como referido, tendo a menina ingressado em 1793, o seu registo de entrada acusa que a sua mãe, Maria Álvares, era meretriz. Inclusive, aquando do abandono da instituição, em 1796, Maria do Vale parte para a companhia da sua mãe⁵⁶⁵.

⁵⁶⁵ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 37v-38 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

Os dados do RONSE permitem também compreender os estatutos socioprofissionais de modo mais detido, comparativamente aos registos existentes para as recolhidas do Anjo. Como referido, a concentração de funções das relações sociais diretas das recolhidas da Misericórdia do Porto nos serviços/letrados, no exército e, ainda, nas artes/ofícios exigiram uma observação mais detida a estas categorias⁵⁶⁶.

Gráfico 33 – Relações sociais diretas das mulheres do RONSE que exerciam funções na área dos serviços/letrados (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[es] e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

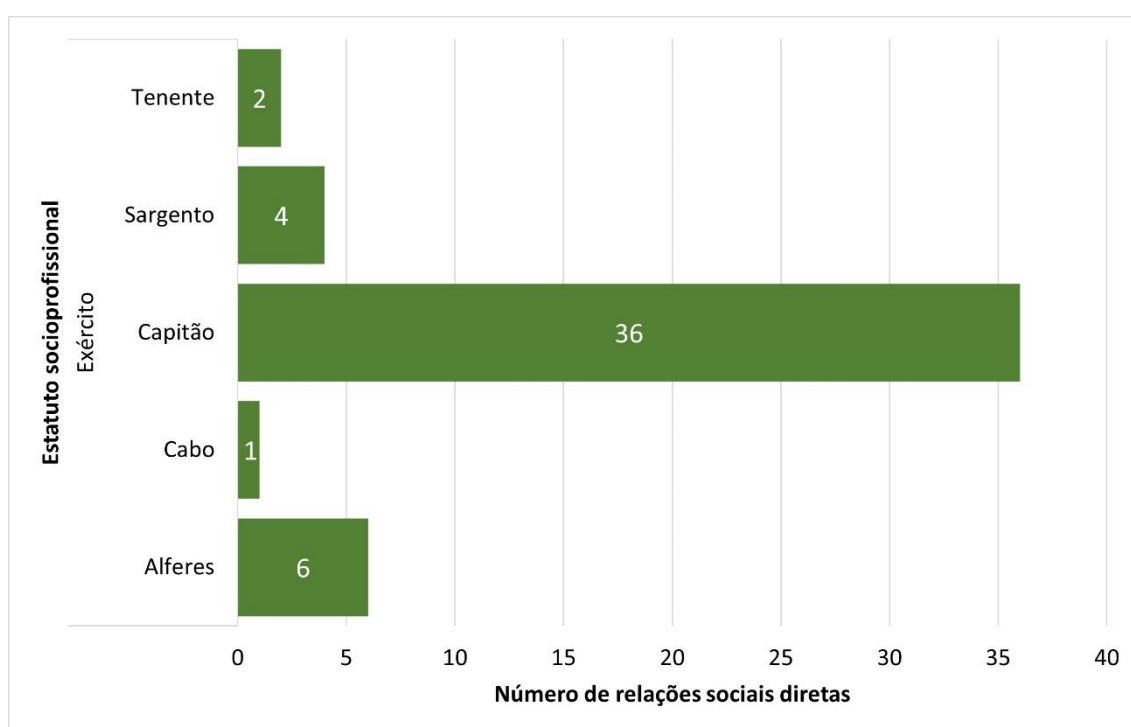
A presença de homens classificados enquanto *Doutor* na documentação é evidente, contabilizando 23 (11,62%) casos. Ainda assim, também os escrivães, que se demonstram em 9 (4,55%) casos acompanham a tendência dos licenciados, que também se encontram presentes no gráfico 33 com 8 (4,04%) registos. Os restantes estatutos não possuem uma expressão numérica significativa, ainda que a sua importância seja relevante independentemente do número de casos registados. Na verdade, a presença

⁵⁶⁶ Vide novamente apêndice 67.

de relações sociais diretas das mulheres do Recolhimento das Órfãs na área dos Serviços/Letrados corrobora algumas das considerações executadas anteriormente, nomeadamente no que respeita ao universo feminino de recrutamento. A instituição da Misericórdia não amparava mulheres de estratos inferiores, mas de camadas sociais intermédias, onde parte das relações sociais tinha uma formação que lhes permitia, grosso modo, a inserção nos meios intelectuais da sociedade de Antigo Regime.

Por outro lado, também o exército se notabilizou nos registos relativos às relações sociais das recolhidas da Misericórdia portuense.

Gráfico 34 - Relações sociais diretas das mulheres do RONSE que exercem funções na área do exército (1731-1800)

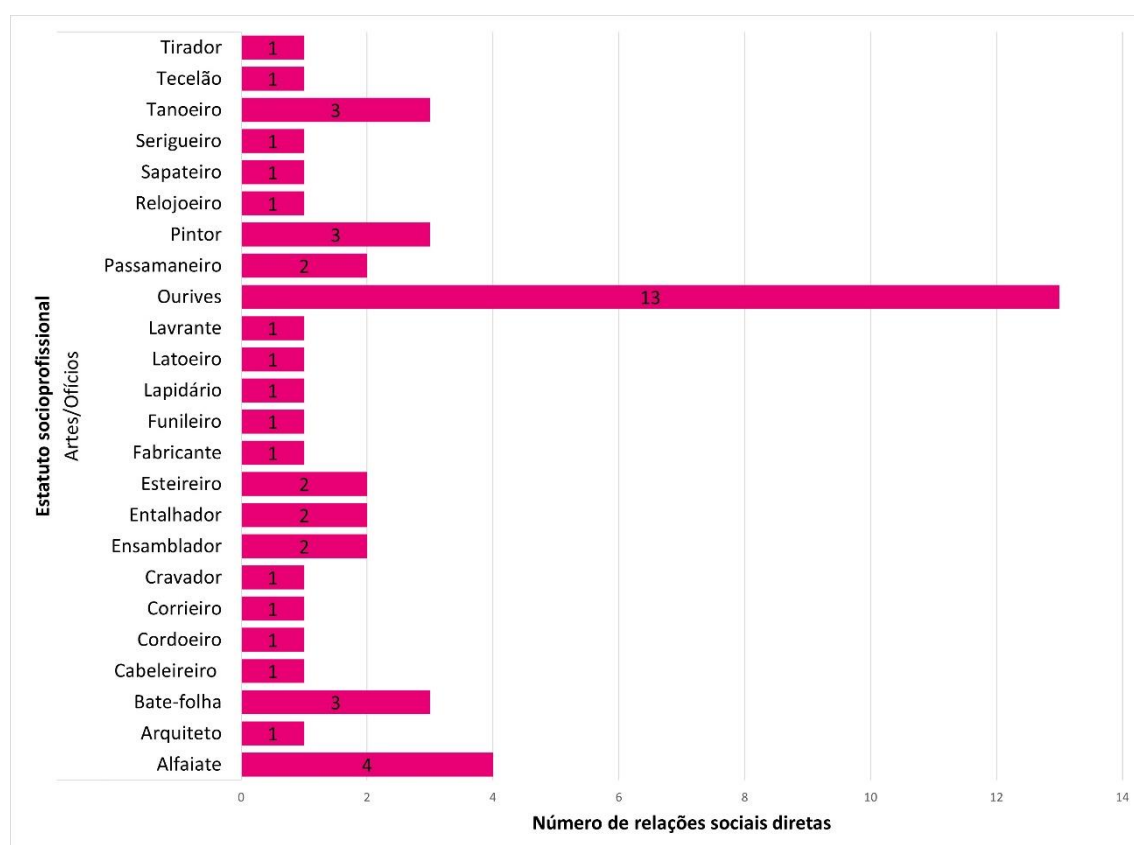


Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A diversidade de cargos exercidos na área referida é atestada através do gráfico 34, ainda que com uma clara predominância do estatuto de *capitão* entre as relações sociais diretas das recolhidas da Misericórdia portuense. Além de uma evidente concentração numérica, que regista 36 (18,18%) homens com o estatuto mencionado,

é também possível compreender que os dois estatutos com maior expressividade quantitativa, nomeadamente os capitães e, ainda, os alferes, com 6 (3,03%) representam a ocupação dos cargos mais altos das patentes do exército. Este facto atesta novamente a inserção do universo feminino de recrutamento numa camada intermédia da sociedade onde, apesar das mulheres não serem provenientes de meios nobres como sucede no Recolhimento do Anjo, são, por outro lado, procedentes de camadas sociais que ocupavam algum destaque entre os cargos existentes no Antigo Regime. Por último, revela-se de suma importância aludir à variedade de estatutos presentes na categoria referente às artes/ofícios, uma vez que foi possível reconstituir algumas partes da vida das recolhidas depois do seu casamento com homens que desempenharam funções nesta área.

Gráfico 35 – Relações sociais diretas das mulheres do RONSE que exerciam funções nas artes/ofícios (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Sem dúvida que as artes/ofícios simbolizam a categoria de estatuto socioprofissional com a maior variedade de cargos ocupados pelas relações sociais diretas das mulheres do Recolhimento de Órfãs da Misericórdia do Porto. Os ourives, estatuto que regista 13 (6,57%) dos 49 indivíduos registados, sobrepõe-se aos restantes cargos que, ainda assim, registam entre 1 (0,51%) e 4 (2,02%) relações.

No que respeita a este estatuto, foi possível compreender que Estevão Barbosa de Andrade, oficial de ourives, foi casado com duas mulheres provenientes do RONSE. Natural da vila de Arouca, assim como os seus pais, Manuel de Andrade Leitão e Iria Barbosa, tinha nascido por volta de 1729⁵⁶⁷ e casou-se pela primeira vez com Catarina Maria Rosa, órfã residente no recolhimento da Misericórdia do Porto entre 1 de junho de 1744⁵⁶⁸ e 17 de outubro de 1755⁵⁶⁹. A 13 de março de 1757, Catarina ingressou enquanto Irmã Terceira de Nossa Senhora do Carmo ao mesmo tempo que o seu marido. Todavia, a 17 de abril do mesmo ano viria a falecer Catarina Maria Rosa, sepultada na igreja dos Padres Carmelitas, para a qual se mandaram dizer 25 missas⁵⁷⁰.

A sua segunda esposa, Teresa de Jesus Maria, era também órfã e havia ingressado no Recolhimento das Órfãs da Misericórdia do Porto a 2 de fevereiro de 1746⁵⁷¹, saindo 12 anos depois, a 15 de janeiro de 1758 para casar com Estevão Barbosa⁵⁷². A data do casamento não é conhecida, mas sabe-se que a 15 de setembro de 1758 nasceu o seu primeiro filho, de seu nome António e, em agosto de 1760 viria a nascer José. Dois anos depois, nascia Luís, o terceiro filho, acabando o seu pai por falecer a 29 de abril de 1766⁵⁷³.

⁵⁶⁷ Dicionário de ourives e artífices, p. 33

⁵⁶⁸ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 37 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵⁶⁹ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 14v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁵⁷⁰ Dicionário de ourives e artífices, p. 33

⁵⁷¹ AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794, fl. 40 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵⁷² AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 17v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

⁵⁷³ Dicionário de ourives e artífices, p. 33 e 34

Damião José de Castro, ourives lavrante de prata, era casado com Rosa Maria de Jesus, pais da recolhida Gertrudes Maria de Jesus, que ingressou no recolhimento das Órfãs a 23 de janeiro de 1789,⁵⁷⁴ após a morte do seu pai em 1787. As irmãs da menina institucionalizada aos 9 anos, Maria, de dois anos, Manuel, Maria, de dois dias, haviam falecido consecutivamente entre 1780 e 1782⁵⁷⁵, tendo aparentemente Gertrudes sido a única filha sobrevivente do casal.

Josefa Maria, órfã institucionalizada no Recolhimento da Misericórdia do Porto desde os seus 11 anos, tendo ingressado a 29 de abril de 1778, abandonou a instituição a 27 de novembro de 1783, com 16 anos completos, para casar com Manuel José de Faria, ourives de prata⁵⁷⁶. Natural da freguesia de São Bartolomeu de Tadim, Braga, o ourives havia nascido a 3 de agosto de 1744, tendo em janeiro de 1766 pedido a admissão a Irmão Terceiro de São Francisco, tendo sido admitido em 1777. Na mesma data de saída da recolhida da instituição, esposou a mesma na Igreja Paroquial de Santo Ildefonso. Em 1785 prestou juramente à Câmara do Porto enquanto escrivão do ofício e ourives de prata, tendo nascido a 16 de abril do mesmo ano a primeira filha do casal, Maria. Em maio, a primeira bebé viria a óbito, tendo sido sepultada na Igreja de São Nicolau. A tendência manteve-se no segundo filho do casal, Manuel, que nasceu a 6 de dezembro de 1786 e faleceu no dia 30 do mesmo mês. Dois anos depois, volta a nascer uma menina, Maria e, entretanto, outro menino de nome Manuel, que acaba por vir a óbito a 3 de abril de 1790. Um ano após o sucedido, nasce o terceiro filho de seu nome Manuel e, em 1793, João, ainda que este último viesse a falecer apenas uns meses após o seu nascimento, já em 1794. Seguiu-se o nascimento de Margarida, em dezembro de 1794, seguindo-se, em 1796, o nascimento de outra menina, Josefa e, em 1798, o casal

⁵⁷⁴ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 42v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁷⁵ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e - *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*. Porto: Civilização, 2005. ISBN 972-26-2154-8, p. 92

⁵⁷⁶ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 31 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

teve o seu último filho, Custódio. A data de falecimento da sua mulher não é conhecida, embora se saiba que, quando Manuel José de Faria faleceu, em 1803, já era viúvo⁵⁷⁷.

Relacionado ainda com as artes/ofícios, o caso da órfã Margarida Rosa, que havia sido institucionalizada a 9 de novembro de 1783, com apenas 9 anos⁵⁷⁸, é singular. Filha de Francisco Pereira Campanhã, mestre entalhador, era irmão de Caetano e João Pereira, mestres pedreiros. Foi o executor do retábulo para a Capela-Mor da Igreja de Nossa Senhora da Vitória⁵⁷⁹, tendo sido pai de Damião Pereira de Azevedo, arquiteto e escritor, irmão de Margarida Rosa. Aliás, a saída desta menina a 14 de fevereiro de 1799, já com 25 anos, acusa o seu ingresso na casa do irmão⁵⁸⁰. Damião Pereira de Azevedo apresentou, em 1768, o risco da sacristia da Igreja do Carmo e da respetiva decoração, no Porto⁵⁸¹.

Por último, o caso de Josefa Maria de Assunção. Tendo ingressado no Recolhimento da Misericórdia do Porto a 2 de julho de 1743, com 13 anos⁵⁸², era órfã de Manuel Carneiro da Silva, ourives de prata, apontando a bibliografia, ainda que com muitas reservas, que este tenha sido o autor do túmulo de prata da rainha D. Mafalda, em Arouca⁵⁸³. A sua filha abandonou a instituição a 11 de novembro de 1746 devido aos ataques epiléticos de que padecia, tendo sido entregue à mãe⁵⁸⁴.

⁵⁷⁷ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e - *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto...* p. 195-197

⁵⁷⁸ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 35v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁷⁹ BASTO, Artur de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 91

⁵⁸⁰ AHSCMP – Mesa - *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799, fl. 35v (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁸¹ BASTOS, Carlos - *Nova monografia do Porto*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1938. p. 300

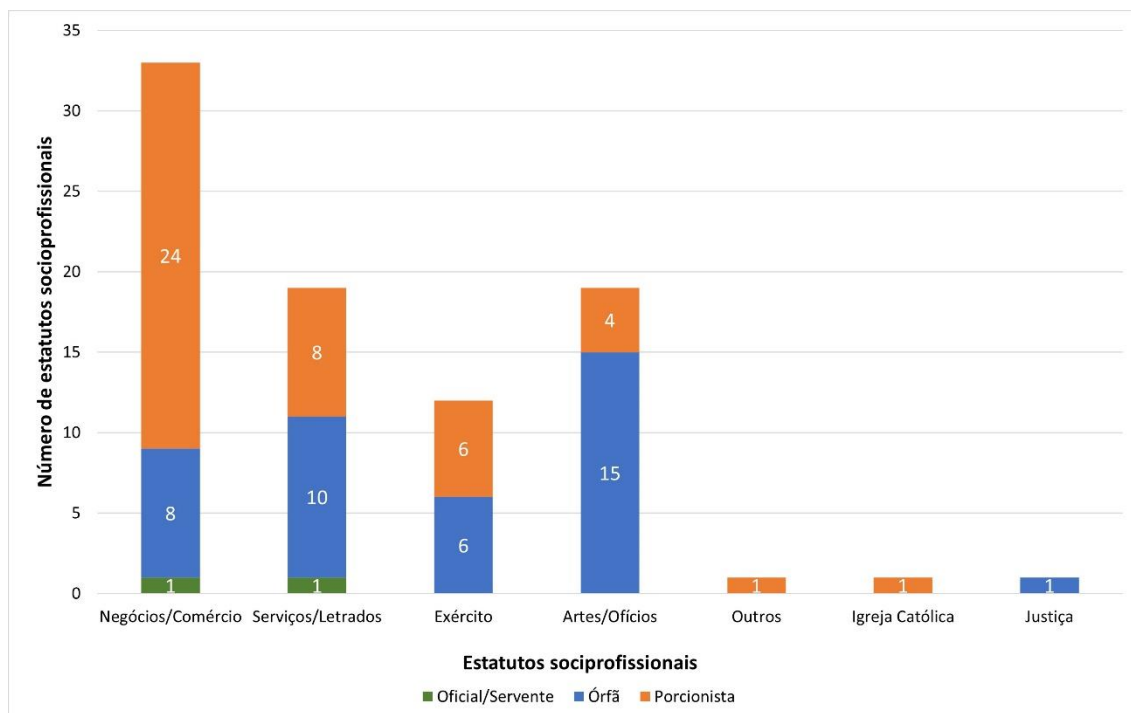
⁵⁸² AHSCMP – RONSE - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Oficiais e Serventes Maio 1731 a 1783* Março, livro 2794, fl. 35v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)

⁵⁸³ BASTO, Artur de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao XVIII...*p. 510

⁵⁸⁴ AHSCMP – RONSE - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795, fl. 10-10v (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)

No que respeita às relações sociais indiretas das recolhidas, destacam-se os fiadores e a categoria classificativa designada enquanto *outros*, aplicável às relações sociais que não são possíveis de categorizar⁵⁸⁵.

Gráfico 36 – Estatutos socioprofissionais dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiades e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

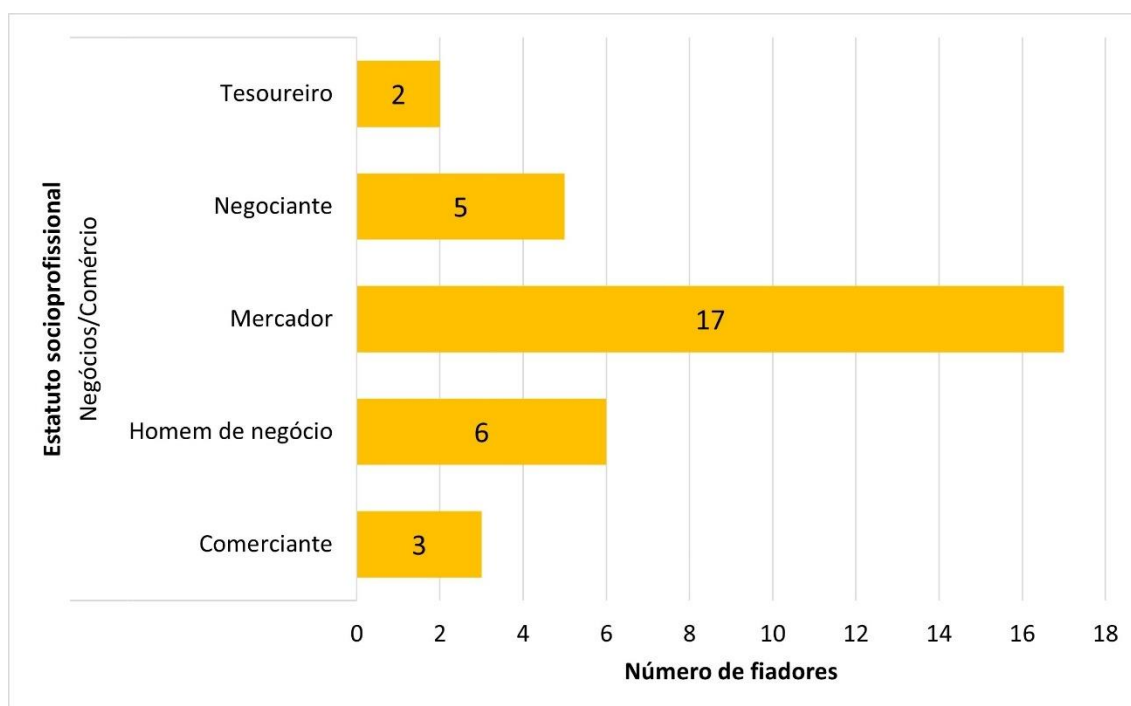
Embora a abordagem inicial indique que a categoria de negócios/comércio é a que possui um maior volume de referências, com um total de 33 (38,07%), a verdade é que estes dados devem também ser analisados consoante os estatutos das mulheres, porque 24 (27,91%) são fiadores de porcionistas. No grupo dos serviços/letrados 15 (17,44%) e exército (12) existe um equilíbrio das duas condições. Nas artes/ofícios encontram-se mais fiadores de órfãs, 15 em 19. Concluiu-se que os fiadores das órfãs e porcionistas da Misericórdia do Porto não desempenhavam papéis socioprofissionais

⁵⁸⁵ Vide apêndices 70 a 72.

nas mesmas áreas. É evidente a aproximação dos estatutos socioprofissionais dos fiadores aos pais e noivos das meninas órfãs.

No que respeita aos fiadores, salienta-se a área relativa aos negócios/comércio, que contabiliza 33 (38,37%) homens, nomeadamente o estatuto de mercador, que sobressai com 17 (19,77%) da totalidade das menções.

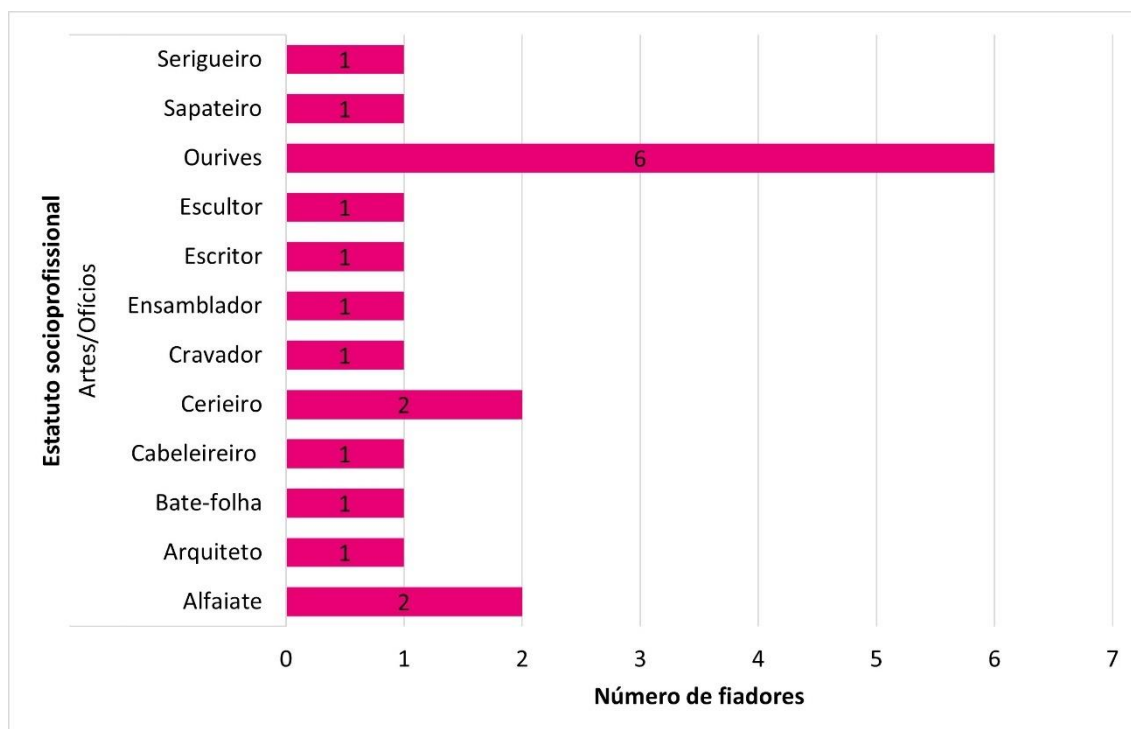
Gráfico 37 – Fiadores das mulheres do RONSE que exercem funções nos negócios/comércio (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Os restantes estatutos, nomeadamente *comerciante*, *homem de negócio* e *negociante*, provavelmente, convergem, na verdade para o desempenho das mesmas funções. Portanto, concluiu-se que as mulheres do Recolhimento das Órfãs estavam conectadas com fiadores que eram, sobretudo, mercados. No entanto, há ainda duas categorias que devem ser destacadas pela expressividade numérica que apresentam. As artes/ofícios, a par dos serviços/letrados, cada uma contabilizando 19 (22,09%) referências, afiguram-se enquanto as duas áreas restantes com o maior volume de dados.

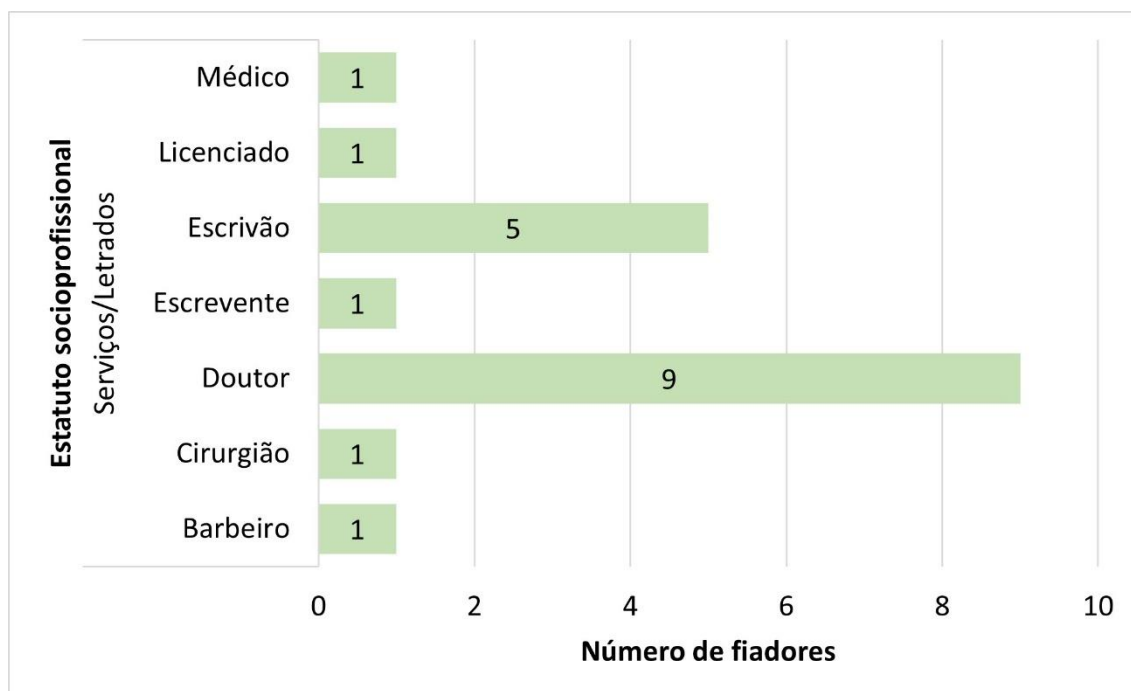
Gráfico 38 – Fiadores das mulheres do RONSE que desempenham funções nas artes/ofícios (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

A presença dos ourives, num valor numérico superior às restantes categorias, é evidente. Ainda que, novamente, as artes/ofícios demonstrem ser a categoria socioprofissional com maior variedade de estatutos, os valores concentram-se maioritariamente nos profissionais mencionados, que contabilizam 6 (6,98%) menções. Por último, também os serviços e letrados registam 19 (22,09%) referências no que às relações sociais das recolhidas diz respeito.

Gráfico 39 – Fiadores das mulheres do RONSE que exerciam funções na área dos serviços/letrados (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Novamente, a presença dos doutores e dos escrivães é latente entre os fiadores das mulheres do Recolhimento das Órfãs da Misericórdia do Porto. Com um total de 9 (10,47%) homens registados para o primeiro estatuto e 5 (5,81%) para o segundo, torna-se evidente que parte dos fiadores se enquadravam também entre as camadas intermédias da sociedade, seguindo a tendência dos estatutos socioprofissionais dos noivos e pais das recolhidas, com exceção dos últimos que, em parte, pertenciam ao exército.

Uma última palavra sobre um nome sonante nos registos de entrada das órfãs e porcionistas do Recolhimento de Órfãs da Misericórdia do Porto. Maria da Soledade, porcionista que ingressou na instituição mencionada a 5 de agosto de 1778⁵⁸⁶, era filha de João Bernardino de Sena, pintor. Aquando da sua entrada, o seu registo indica que o

⁵⁸⁶ AHSCMP – Mesa - *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798, fl. 27 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)

seu fiador é Arnaldo Van Zeller. Uma pesquisa superficial nos arquivos portuenses revela a existência de um indivíduo com o mesmo nome, ainda que este tenha falecido em 1860 e nascido em 1784⁵⁸⁷. Portanto, não coincide com a data de entrada da recolhida. Ainda assim, sabe-se que a família de ascendência holandesa esteve ligada à produção e comercialização do vinho desde, pelo menos, o século XVII⁵⁸⁸. Deixa-se, pois, a questão em aberto – seria Arnaldo Van Zeller pertencente a esta família? Se a resposta for afirmativa, por que razão teria sido designado enquanto fiador da porcionista Maria da Soledade? Seria próximo do pai da mesma, ainda que este estivesse ligado às artes e ofícios e não ao comércio? Por outro lado, o registo de entrada da porcionista também não revela o seu estatuto socioprofissional, pelo que o presente estudo se interroga se o indivíduo era tão conhecido na cidade, que dispensava o registo da sua categoria socioprofissional. A data de abandono, ou o possível falecimento, de Maria da Soledade são variáveis desconhecidas.

3.5.3. Afiliações

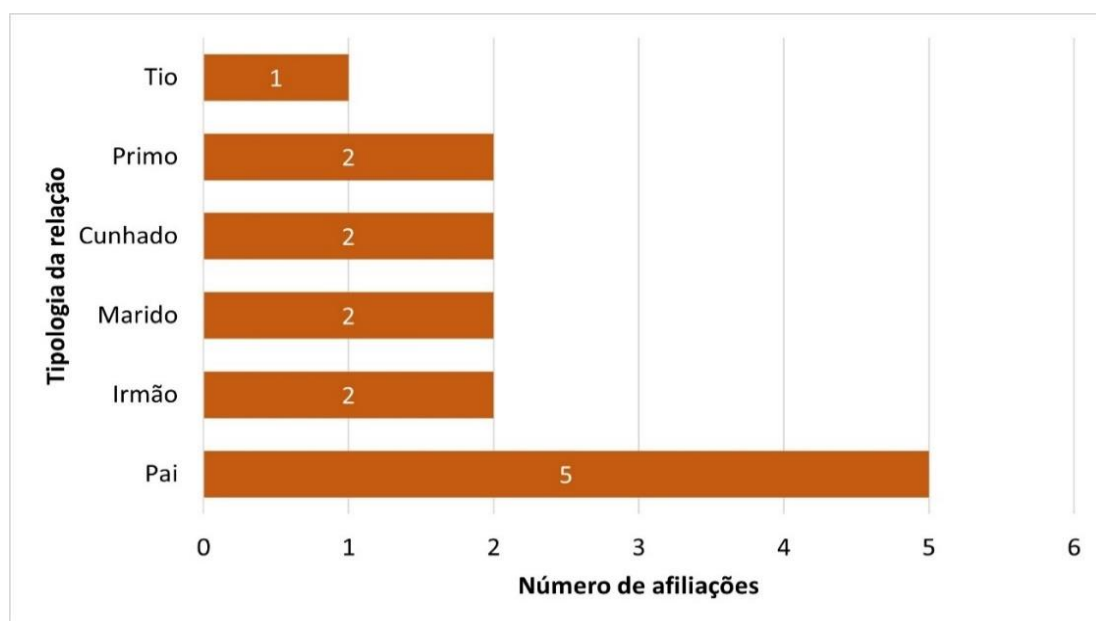
Elisabete Jesus tentou ainda colmatar a lacuna informativa através do cruzamento de algumas informações relativas aos parentes das recolhidas do Anjo com os estudos de história local, onde conseguiu compreender a existência de afiliações para alguns indivíduos, nomeadamente associados à Ordem de Cristo⁵⁸⁹.

⁵⁸⁷ PORTO, Arquivo Histórico Municipal – *Gisa Web...*

⁵⁸⁸ MIRANDA, Susana Münch – Vender tabaco à escala do reino: a distribuição do Monopólio português (1721-1722). *Millars*. [Em linha]. Vol. XLIX, Nº 2 (2020), p. 73-99. [Consult. 12 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/millars/issue/view/334>>. ISSN 1132-9823

⁵⁸⁹ Vide anexo 17.

Gráfico 40 – Parentes das mulheres do RRRSIA na Ordem de Cristo (1674-1800)



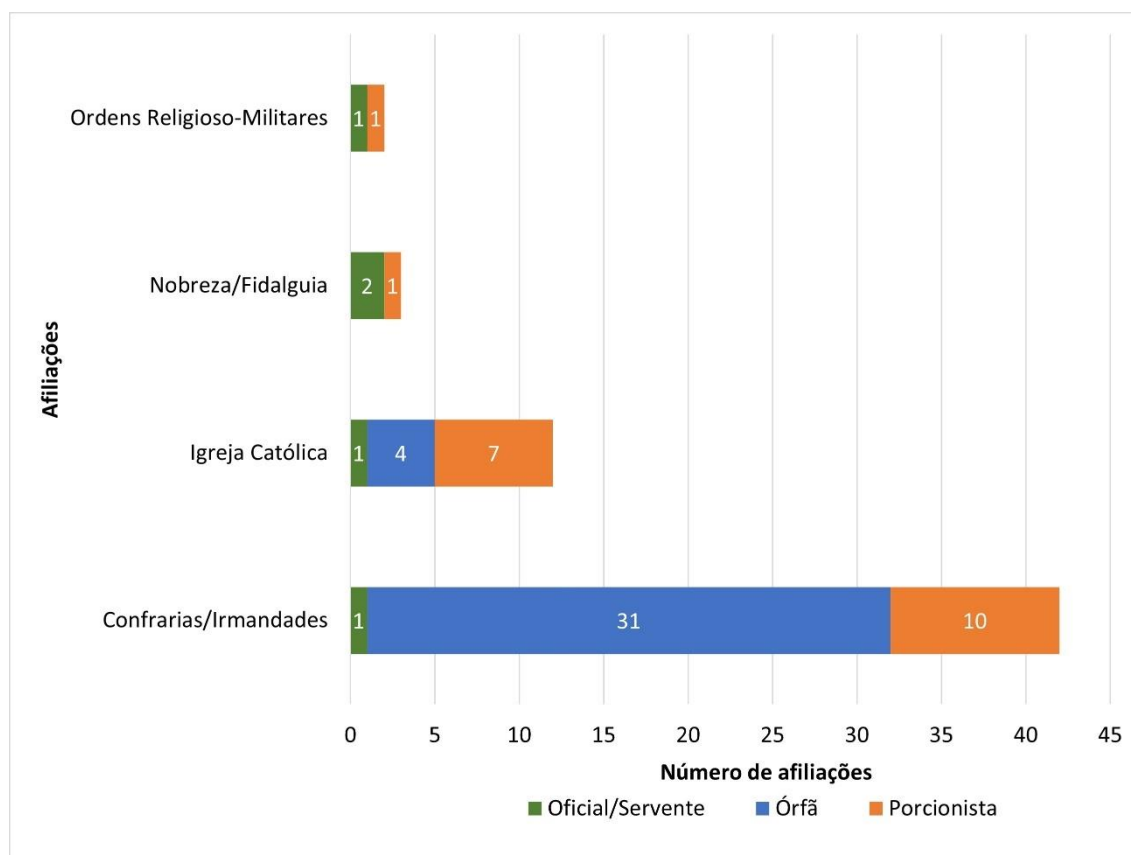
Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 159

Ainda que os dados sejam numericamente diminutos, tendo sido possível aferir apenas a inserção de 12 relações diretas das recolhidas do Anjo na Ordem de Cristo, o panorama presente no gráfico 26 coincide sobretudo com os estatutos socioprofissionais desenvolvidos no subponto anterior, também representados no gráfico 25. O registo de alguns parentes na Ordem de Cristo, com uma maior predominância dos pais (5), representa uma certidão de pureza de sangue das mulheres relacionadas com estes homens. Por isso, concluiu-se também que os requisitos primários relativos à condição social das mulheres do Anjo, que constam no capítulo 3.º dos estatutos de 1688 da instituição, foram cumpridos, ainda que com algumas exceções. No que respeita às relações sociais indiretas conectadas com as mulheres do Anjo, Elisabete Jesus não conseguiu aferir conclusões.

No que respeita ao RONSE, a panóplia de afiliações é patente, comparativamente às apresentadas para o RRRSIA, expectável, depois da análise realizada no ponto anterior. Foi ainda possível estabelecer o mesmo exercício para as relações sociais diretas e indiretas das recolhidas⁵⁹⁰.

⁵⁹⁰ Vide apêndices 73 e 74.

Gráfico 41 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres RONSE (1731-1800)

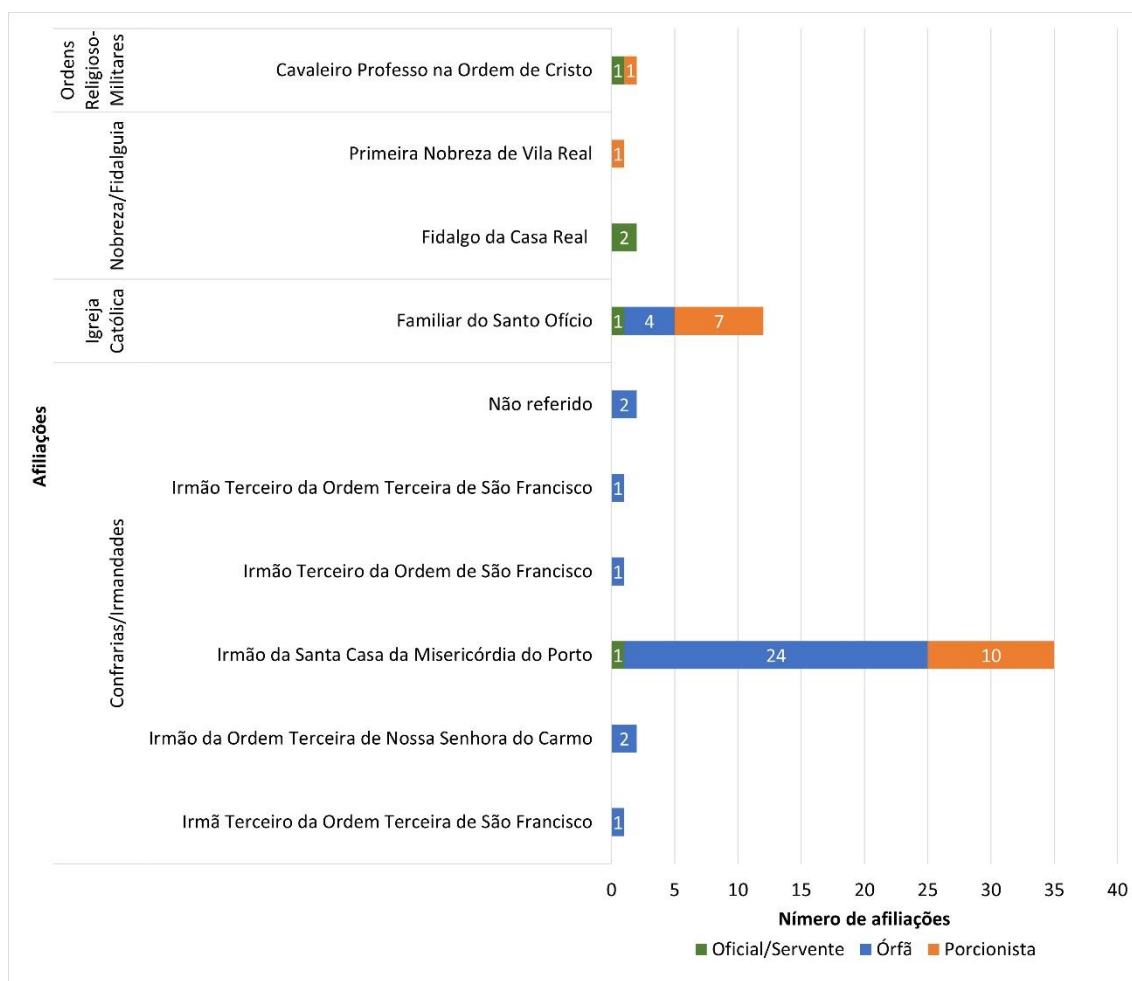


Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Principiando pelas relações diretas, que representam 57 (76%) das 75 conhecidas, o gráfico evidencia o predomínio das relações sociais de órfãs e porcionistas nas Confrarias e Irmandades, num total de 40 (70,18%) menções, sendo 29 (50,88%) relacionadas com as órfãs e apenas 10 conectadas com as porcionistas. Ainda assim, e ainda que numericamente distinta, a categoria relacionada com a Igreja Católica é de suma importância por revelar 12 menções, 4 relacionadas com as órfãs e 7 com as porcionistas. Os dados permitem ir mais longe e identificar as confrarias e irmandades aos quais as relações sociais diretas das recolhidas da Misericórdia do Porto estavam conectadas, assim como com a Igreja Católica⁵⁹¹.

⁵⁹¹ Vide apêndices 75 e 76.

Gráfico 42 - Afiliações das relações sociais diretas, relacionadas com Confrarias/Irmandades e com a Igreja Católica, das mulheres do RONSE (1731-1800)

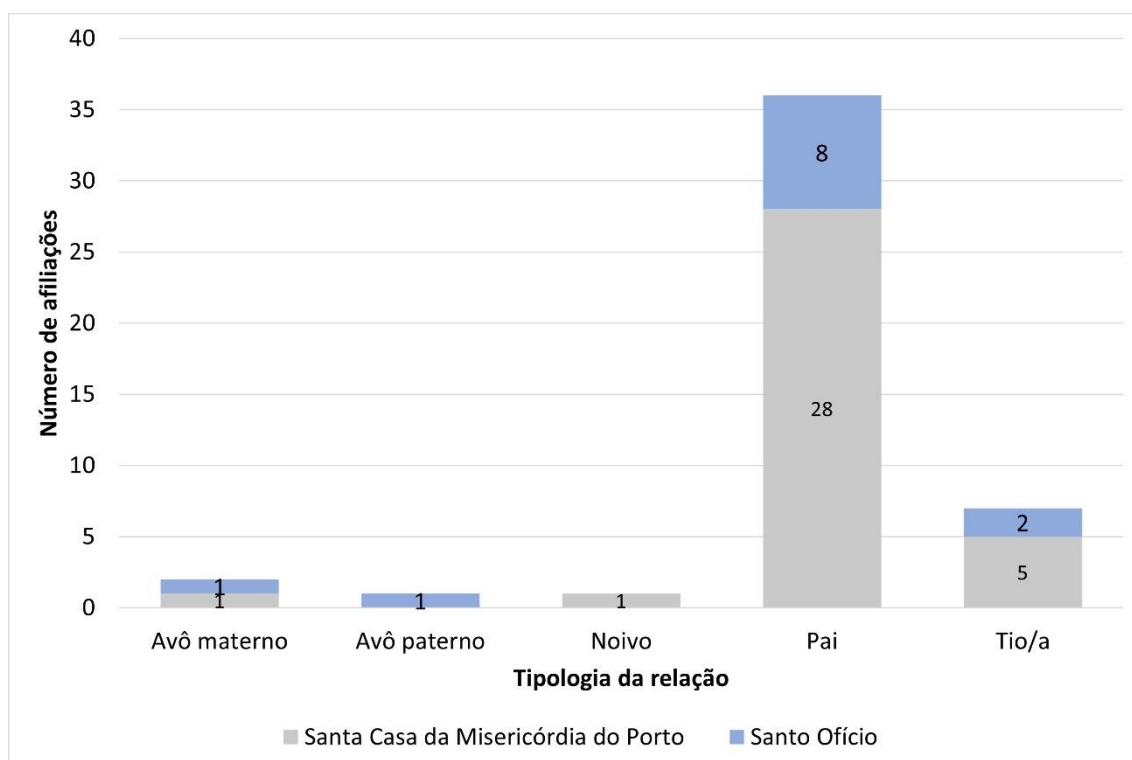


Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

As conexões relacionadas com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, nomeadamente para as órfãs e porcionistas, são evidentes, destacando-se também os o Santo Ofício e as suas redes de familiares enquanto ligação de proeminência das recolhidas. A imagem gráfica prova como as recolhidas são um prolongamento das necessidades de muitos irmãos da Misericórdia, quer para as órfãs quer porcionistas, destacando-se também as relações de estrita necessidade de limpeza de sangue com as ligações ao Santo Ofício. Os indivíduos mencionados enquanto irmãos da Santa Casa da

Misericórdia⁵⁹², e detetáveis através do cruzamento de fontes de informação primárias disponíveis no arquivo da mesma instituição, permitem identificar os mesmos enquanto irmãos de 2ª condição, outro elemento fundamental – mesmo os irmãos com esta condição, de segunda, encontram um corredor de colocação das suas filhas e parentes. Ser Irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto significava a inclusão naquilo a que alguns autores designam enquanto “programa agregador”⁵⁹³.

Gráfico 43 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁹² Vide apêndice 77.

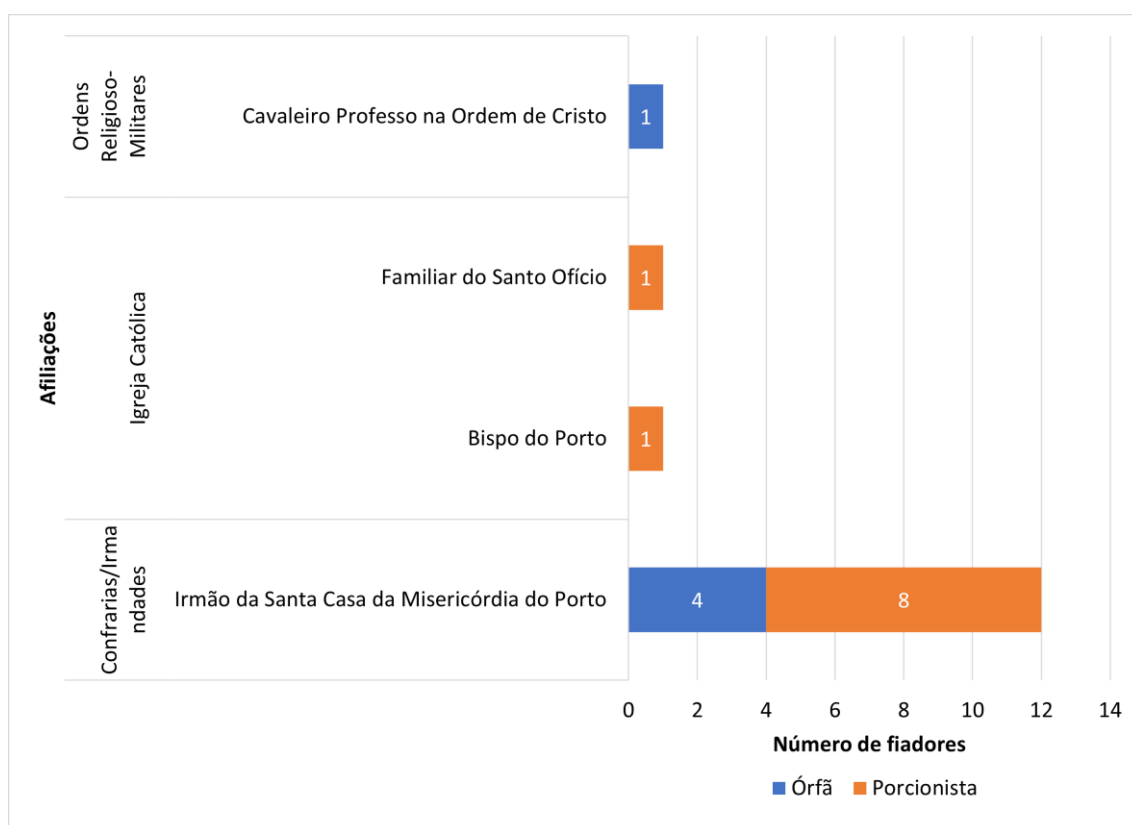
⁵⁹³ AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - Sob o manto da misericórdia...p. 73.

Para ser admitido na Irmandade, a condição social era circunstância essencial, prevendo-se a idade limite de 25 anos e exigindo-se que os homens tivessem posses económicas. No caso de indivíduos que exercessem estatutos socioprofissionais relacionados com as artes e ofícios, o compromisso previa que os mesmos tivessem tendas, isto é, que o seu trabalho já não exigisse a força motriz das mãos. Verifica-se, pois, que os irmãos de 2ª condição o são exatamente por ainda utilizarem a força manual para exercer o seu trabalho. Vide AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - Sob o manto da misericórdia...p. 51-154

Para ser admitido na Irmandade, a condição social era circunstância essencial, prevendo-se a idade limite de 25 anos e exigindo-se que os homens tivessem posses económicas. No caso de indivíduos que exercessem estatutos socioprofissionais relacionados com as artes/ ofícios, o compromisso previa que os mesmos tivessem tendas, isto é, que o seu trabalho já não exigisse a força motriz das mãos. Verifica-se, pois, que os irmãos de segunda condição o são exatamente por ainda utilizarem a força manual para exercer seu trabalho⁵⁹⁴.

Entre as relações sociais indiretas das recolhidas, evidencia-se a relevância dos seus fiadores⁵⁹⁵.

Gráfico 44 – Afiliações dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)



Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

⁵⁹⁴ AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - Sob o manto da misericórdia...p. 51-154

⁵⁹⁵ Vide apêndice 78.

No que respeita às relações sociais indiretas, nomeadamente aos fiadores, volta a evidenciar-se uma prevalência de conexões com a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, com um total de 12 (80%) fiadores relacionados com a confraria, sinal de que o Recolhimento de N^a S^a da Esperança era, também, um espaço privilegiado de colocação de mulheres relacionadas com os irmãos da Misericórdia, fossem maiores, fossem menores – um certo nivelamento de oportunidades ou sinal de que tal condição não se baseava em rendimentos.

Capítulo IV

«Da representação à visibilidade» - a documentação cartográfica como instrumento de mediação patrimonial

O último capítulo apresenta um contributo para a mediação dos resultados obtidos com a investigação. O seu objetivo é demonstrar uma forma possível de divulgação do património feminino na cidade do Porto, nomeadamente no que respeita à movimentação das mulheres entre os espaços de clausura, como os recolhimentos. Parte do conceito relativo ao Património, tecendo considerações acerca da sua progressiva democratização, demonstrando de que forma se encontra presente, na dimensão material e imaterial, da vida das recolhidas do Porto. No final, apresenta uma hipótese de roteiro que interliga o espaço urbano com alguns aspetos da vida das recolhidas do Anjo e da Misericórdia do Porto.

4.1. Património – uma construção sociocultural e a democratização do conceito

Apontam-se as origens do conceito para os finais da Época Moderna e inícios da Idade Contemporânea europeia, enquanto relacionado com “estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável”⁵⁹⁶, noção que se desenvolveu que foi integrando valores e atributos cada vez mais diversificados. No caso português, o alvará emanado pelo monarca D. João V, em 1721, que proíbe a destruição de edifícios ou estátuas “que demonstrassem ser antigos”⁵⁹⁷ é um dos indicadores das crescentes preocupações acerca da preservação da memória e identidade associados a determinados elementos culturais. Com efeito, entre 1721 e 1756, em Portugal, a Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular era a entidade responsável pela administração dos edifícios e estátuas, enquanto as câmaras municipais, isto é, o

⁵⁹⁶ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN 972-44-1037-4, p. 11

⁵⁹⁷ ANTT – Gavetas 1101/2017 – *Lei pela qual D. João V proibia a destruição de edifícios que mostrassem ser antigos, de estátuas e medalhas*, gaveta 2, mç. 4, nº 64 (PT/TT/GAV/2/4/64)

poder local, detinha o poder executivo no que concernia a matérias relacionadas com monumentos de especial interesse⁵⁹⁸.

A partir de Françoise Choay⁵⁹⁹ sabe-se que durante o século XIX, a tentativa de criação de símbolos com que a sociedade se identificasse fomentou a conexão do conceito de Património à História – o designado *Património Histórico* - dando ênfase sua à dimensão material, ou tangível. Era, pois, uma classificação que partia das estruturas de poder para atribuir significados a uma série de elementos culturais, utilizados enquanto circunstâncias legitimadoras da construção da memória e identidade das comunidades.

Já no século XX, os contextos de aplicação do conceito sofreram relevantes transformações. Segundo Izabela Tamaso, o pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi de especial importância, pelos “processos de patrimonialização em todo o mundo”⁶⁰⁰, fomentados pela mudança das estruturas económicas. O surgimento de organismos relacionados com a gestão dos bens culturais, classificados como Património, foi outro reflexo desta conjuntura mundial, que se alastrou pelas décadas seguintes. Veja-se a fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, assim como as suas intrínsecas relações com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), fundados dez anos depois⁶⁰¹.

Os documentos emanados destes organismos tiveram um papel de suma importância na definição do Património. Realça-se a Conferência Internacional para a

⁵⁹⁸ CORREIA, Miguel Brito – Resumo histórico da legislação sobre o património arquitetónico e arqueológico. *Pedra & Cal*. [Em linha]. Nº 66 (2019), p. 36-39. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev66_Revista_Completa.pdf>. ISSN 1645-4863

⁵⁹⁹ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património...*

⁶⁰⁰ TAMASO, Izabela - Por uma distinção dos Patrimônios em relação à história, memória e identidade. In CASAGRANDE, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis – *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012. ISBN 978-85-7216-607-2, p. 21

⁶⁰¹ CASTRIOTA, Leonardo – UNESCO/ICOMOS. In CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina – *Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020. ISBN 978-65-86253-27-6, p. 101-105

Conservação dos Monumentos Históricos, em 1931, da qual derivou a Carta de Atenas, segundo a qual o critério-base para a classificação dos bens enquanto Património caracterizava-se pelos aspetos arquitetónicos, mormente de ordem material, enaltecendo a sua dimensão tangível⁶⁰². Posteriormente, a integração de países não-europeus, como a Tunísia, o México e o Perú, na II Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, de onde derivou a Carta de Veneza, de 1964, permite compreender a ampliação do conceito. Se a Carta de Atenas previa que apenas bens individuais pudessem ser classificadas enquanto Património, a Carta de Veneza permite a integração de centros históricos e cidades, isto é, conjuntos urbanísticos⁶⁰³.

Caminhava-se, a passos largos, para a democratização do conceito⁶⁰⁴, a par da progressiva mudança também relativa à noção de Cultura, culminando, em 1972, com a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural⁶⁰⁵. Nas palavras de Françoise Choay, os anos 70 do século XX marcam uma “tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais”⁶⁰⁶, emergindo uma nova acessão – *Património Mundial* – enquanto vertente de um Património comum a toda a Humanidade, modelo que potencia a diversidade e a multiculturalidade⁶⁰⁷. O auxílio e cooperação internacionais são fatores essenciais para a preservação dos bens culturais integrados neste conceito, emergindo enquanto critério-base a definição do Valor Universal Excecional, elemento que, à luz desta compreensão, se devia relacionar com

⁶⁰² ICOMOS – *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos*. [Em linha] Atenas: ICOMOS, 1931. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/3%20Carta%20de%20Atenas%20restauro%20monumentos%201931.pdf>>

⁶⁰³ ICOMOS – *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. [Em linha]. ICOMOS, 1964. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>>

⁶⁰⁴ GUILLAUME, Marc - *A política do património...*

⁶⁰⁵ UNESCO – *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 1972. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>

⁶⁰⁶ CHOAY, Françoise - *A alegoria do património...* p. 14

⁶⁰⁷ TAMASO, Izabela - Por uma distinção dos Patrimônios em relação à história, memória e identidade. In CASAGRANDE, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis – *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012. ISBN 978-85-7216-607-2

a História, Arte e Ciência⁶⁰⁸. Apesar da crescente diversificação do que passou a considerar-se Património, no que respeita aos elementos e/ou manifestações culturais abrangidas, o mesmo não se denotou nos seus critérios classificativos. Esta limitação começa a ser ultrapassada em inícios do século XXI, a partir da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003⁶⁰⁹.

Dois anos depois, emanada do Conselho da Europa, a *Convenção-Quadro Europeia sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*, a *Convenção de Faro*, destaca-se por assumir o Património Cultural como

“um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução [que] inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo”⁶¹⁰.

Apenas nos inícios do século XXI o conceito de Património passou também a englobar outros agentes responsáveis pela identificação e classificação dos bens culturais, fomentando uma participação cada vez maior das comunidades que os fruía. A dimensão intangível é compreendida enquanto circunstância inerente a qualquer elemento e/ou manifestação cultural classificada como Património. Portanto, a Convenção de 2003 permitiu introduzir valores distintos pelos quais o Património é reconhecido. O *Património Cultural Imaterial* pode, assim, ser definido enquanto as práticas, conhecimentos, técnicas e representações que os grupos que constituem as comunidades reconhecem enquanto elementos integrantes do Património Cultural⁶¹¹. Portanto, o Património representa uma construção sociocultural, altamente

⁶⁰⁸ UNESCO – *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural...*

⁶⁰⁹ UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2003. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>

⁶¹⁰ CONSELHO DA EUROPA – *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade*. [Em linha]. Conselho da Europa: Faro, 2005. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gddc.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-quadro-do-conselho-da-europa-relativa-ao-valor-do-patrimonio-cultural-para-0>>

⁶¹¹ PELEGRINI, Sandra – Património Imaterial. In CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina – *Dicionário Temático de Património: Debates Contemporâneos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020. ISBN 978-65-86253-27-6, p. 71-73

dependente do tempo e do espaço onde se encontra, bem como dos valores que, numa determinada sociedade, são reconhecidos e compreendidos enquanto símbolos de produção da Memória e Identidade dos indivíduos e das respetivas comunidades⁶¹².

Por este motivo, o envolvimento das comunidades é fulcral para os processos de patrimonialização. Dependendo delas e das conjunturas socioculturais, os critérios, significados e valores são distintos, considerando, por exemplo, o valor emotivo, formal, funcional, histórico, identitário e político.

4.2. Património, Memória e Identidade

Se é verdade que História e memória são conceitos relacionáveis, tal não significa que sejam sinónimos. A partir de Alan Confino é possível entender que a História representa a versão científica da reconstrução de alguns factos do passado, que se caracteriza por uma série de evidências e averiguações, enquanto a memória se afigura enquanto circunstância maleável, transversal às diversas dinâmicas temporais. A memória é um dos fatores que contribui para o conhecimento histórico, embora as diversas imagens que os historiadores constroem auxiliem também à construção de uma memória e, conseqüentemente, de uma identidade⁶¹³. Por isso, a estruturação de uma memória, nomeadamente no sentido coletivo, acontece por via de elementos e/ou manifestações culturais comuns, que fizeram e fazem parte da vida de determinada comunidade. É através deste percurso que a memória coletiva é passível de ser construída, contribuindo para a observação crítica do historiador e a conseqüente reconstrução de determinadas realidades passadas⁶¹⁴.

Em última instância, a memória é uma circunstância construída, já que o seu carácter seletivo se organiza em torno de fatores de diversa ordem, como é o caso dos

⁶¹² SMITH, Laurajane - *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-31831-0

⁶¹³ CONFINO, Alon – History and Memory. In SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel – *The Oxford History of Historical Writing: Historical Writing Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. ISBN 9780199225996. p. 36-51

⁶¹⁴ HALBWACHS, Maurice - Memória Coletiva e Memória Individual. In HALBWACHS, Maurice - *A Memória Coletiva*. [Em linha]. São Paulo: Edições Vértice, 1990. [Consult. 15 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. ISBN 85-7115-038-9

interesses políticos e económicos⁶¹⁵, cuja principal função se caracteriza pela integração dos indivíduos na sociedade à qual pertencem, através da produção de uma identidade enquanto “reconhecimento e pertença, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança”⁶¹⁶, circunstância que se encontra em constante transformação. Além disso, a identidade não é inerente apenas a um indivíduo, nem a um elemento e/ou manifestação cultural. Pelo contrário, é produzida, “voluntária e estrategicamente», altamente dependente da “relação dialética entre a realidade, as ideias, os valores e os interesses de quem a propõe e activa”⁶¹⁷.

A conexão entre memória e identidade torna-se evidente, especialmente quando se considera o Património. Enquanto circunstância que permite a criação de símbolos, a atribuição de significados e dos seus valores, o Património é também uma ficção, que auxilia a memória no trabalho de construção de uma identidade, ainda que a sua prestação seja especialmente útil na sua transmissão. É um gerador de vínculos, ligações, comunidades, sentimentos e emoções. Tem sido, também, amplamente utilizado para fins económicos, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento do turismo cultural. Segundo Izabela Tamaso, os patrimónios acionam

“(...) o sentimento patriota, proporcionam o desenvolvimento económico ao atraírem o turismo cultural [...] e aumentam a autoestima do grupo portador e herdeiro daquele legado”⁶¹⁸.

Se o Património pode ser gerador de identidade, articulando o seu desenvolvimento com o processo de transformação identitária, tais circunstâncias não devem ser assumidas como inerentes. Nem todo o Património constrói uma identidade,

⁶¹⁵ POLLAK, Michael - Memória e Identidade Social. Revista de Estudos Históricos. [Em linha]. Vol. 5, nº10 (1992), p. 200-212. [Consult. 16 junho 2023]. Tradução de Monique Augras. Disponível em WWW: <URL: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. ISSN 2178-1494

⁶¹⁶ ANICO, Marta; PERALTA, Elsa – Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5, p. 2

⁶¹⁷ ANICO, Marta; PERALTA, Elsa – Patrimónios e identidades...

⁶¹⁸ TAMASO, Izabela - Por uma distinção dos Patrimónios em relação à história, memória e identidade. In CASAGRANDE, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis – Polifonia do Património...p. 23

assim como nem toda a identidade origina Património⁶¹⁹. Por diversas vezes, aliás, estes processos potenciam exclusões sociais, no sentido de corresponder ao designado *Discurso Autorizado*⁶²⁰. Os processos de patrimonialização possuem, também, uma seleção, uma incidência em determinadas informações, visando a convergência face a objetivos definidos, normalmente relacionados com interesses turísticos ou princípios nacionalistas, ainda que a UNESCO tenha emitido, em 2001, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*⁶²¹. Com efeito, fomentar um Património inclusivo afigura-se um desafio cada vez mais atual, a que as estratégias de gestão devem responder.

4.3. Interpretação, Mediação e Educação Patrimonial

4.3.1. A interpretação e a mediação - ferramentas educativas

Assume-se, portanto, que os processos de patrimonialização dependem, mormente, dos significados e valores que determinados elementos e/ou manifestações culturais possuem para determinadas comunidades. A sua interpretação torna-se um processo fulcral para a sua posterior classificação. Assim, associada a uma panóplia de estratégias educativas, a interpretação do Património pode ser assumida como ferramenta de conexão entre o Património e o público-alvo⁶²², estimulando a criação de vínculos e a transmissão de significados entre os contextos patrimoniais e os diversos públicos⁶²³.

Através das ações promovidas pelas organizações nacionais e internacionais do setor, a interpretação patrimonial tem-se, cada vez mais, percecioneado enquanto um instrumento de comunicação e de transmissão de significados aos distintos públicos. Por exemplo, o ICOMOS emitiu instrumentos de reflexão úteis a respeito dos processos de interpretação patrimonial, como a *Carta sobre a Interpretação e a apresentação de sítios*

⁶¹⁹ TAMASO, Izabela - Por uma distinção dos Patrimônios em relação à história, memória e identidade. In CASAGRANDE, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis – *Polifonia do Patrimônio...*

⁶²⁰ SMITH, Laurajane - *Uses of heritage*. London : Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-31831-0

⁶²¹ UNESCO – *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. [Em linha]. UNESCO: 2001. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decldiversidadecultural.pdf>>

⁶²² HARRISON, Rodney - *Heritage: Critical Approaches*. Londres: Routledge, 2013. ISBN 9780415591973

⁶²³ UZZELL, D . L. - *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation: Problems and Prospects*. Londres: The Stationery Office, 1998. ISBN 9780112905721

Culturais, em 2008⁶²⁴ e, em 2011, os *Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos*⁶²⁵.

Tais instrumentos estimularam a evolução de modelos funcionais que tiveram como objetivo principal compreender a interpretação e a educação patrimonial enquanto processos de mediação, promovendo uma série de conexões e inter-relações entre os contextos patrimoniais e os indivíduos. Jean Davallon propõe um significado operativo para o conceito de mediação, apresentando-o enquanto interface entre os contextos patrimoniais e o público-alvo, um processo de comunicação, que se destaca pelo lugar central ocupado no processo de interpretação patrimonial. É através deste entendimento que a mediação pode ser assumida como um “elemento terceiro que torna possível a troca social”⁶²⁶. Dependente do contexto, a interpretação patrimonial é, pois, uma ferramenta da mediação que, por sua vez, se afigura essencial para a promoção da consciencialização das comunidades e da respetiva educação patrimonial. Deste modo, torna-se evidente que os elementos e/ou manifestações culturais não possuem uma capacidade inerente de geração de vínculos sociais, estando intrinsecamente subordinadas às conjunturas onde se inserem e aos mecanismos utilizados para a sua transmissão.

4.3.2. A educação patrimonial – contextos de atuação

Partindo da premissa de que o objetivo da educação patrimonial é promover a consciência dos indivíduos atuantes na sociedade, os mecanismos a que recorre, como a mediação, são essenciais para fomentar a responsabilidade individual no sentido da preservação do Património.

⁶²⁴ ICOMOS – *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais*. [Em linha]. ICOMOS: Quebeque, 2008. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20-%20ICOMOS%202008.pdf>>

⁶²⁵ ICOMOS - *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. [Em linha]. ICOMOS: Paris, 2011. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portuguese.pdf>

⁶²⁶ DAVALLON, Jean - A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*. [Em linha]. Nº 4 (2007), p. 22. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma/article/view/2100/3046>>

Insere-se no conceito de educação, que pode subdividir-se entre educação formal, educação não formal e educação informal, dependendo dos contextos onde se desenvolvem. Grosso modo, a educação formal enquadra o ensino regulamentado, considerado como oficial, padronizado através da legislação vigente nas diferentes geografias. Uma das suas fragilidades pode ser a excessiva homogeneização dos indivíduos, podendo originar lacunas, nomeadamente exclusões e discriminações⁶²⁷.

Por seu turno, a educação não formal refere-se a distintos espaços, nomeadamente instituições culturais, como os museus, que não se enquadram no sistema escolar pré-estabelecido. Ainda assim, as demandas económicas e/ou políticas condicionam, por diversas vezes, a atuação destes espaços enquanto espaços de comunicação. Por último, a educação informal caracteriza-se por ações que, por diversas vezes, não são intencionais, mas que acabam por produzir o efeito educativo desejado, baseando esta aprendizagem na experiência quotidiana de contacto entre os indivíduos e os elementos e/ou manifestações culturais, fomentando a transmissão geracional do Património⁶²⁸.

Note-se, contudo, que as divisões referidas não classificam o tipo de pedagogia desenvolvida e aplicada nos contextos, já que todos os tipos de educação patrimonial devem primar pela construção conjunta de significados e de valores atribuídos aos elementos e/ou manifestações culturais, promovendo a sua transmissão, preservação e fruição. A educação patrimonial pretende, sobretudo, compreender os vínculos gerados entre os contextos patrimoniais e os indivíduos, afigurando-se enquanto espaço de excelência de aplicação dos processos de interpretação e mediação patrimonial⁶²⁹.

Confere ao Património uma dimensão dinâmica, fomentando interpretações baseadas nos direitos e na dignidade humana, uma vez que o património cultural não se reporta apenas ao passado, mas às instigações do presente e do futuro. A intrínseca relação com a função social desempenhada pela História merece, pois, alguma reflexão,

⁶²⁷ MERILLAS, Olaia Fontal- *La educación patrimonial...*

⁶²⁸ MERILLAS, Olaia Fontal- *La educación patrimonial...*

⁶²⁹ MERILLAS, Olaia Fontal- *La educación patrimonial...*

pois “a decadência dos povos começa e desenvolve-se sempre que as identidades culturais se fecham, se tornam defensivas e caem na tentação de se afirmar como superiores ou autossuficientes”⁶³⁰. As trocas sociais e culturais, assim como a promoção do Património através de ferramentas inclusivas, que promovam a interação social, a diversidade e multiculturalidade são aspetos fundamentais para que a consciência individual e, conseqüentemente, coletiva, se desenvolva e auxilie na promoção, preservação e fruição dos elementos e/ou manifestações culturais. Os indivíduos que integram as respetivas comunidades e sociedade são, pois, elementos primordiais neste processo. Sem a sua existência, o Património é pura ficção⁶³¹.

4.4. Porto – Cidade Património Mundial

A cidade do Porto, enquanto espaço integrador do objeto de estudo desta investigação – o RRRSIA e o RONSE, numa perspetiva comparada – possui o seu respetivo Centro Histórico, classificado enquanto Património Mundial pela UNESCO, desde 1996⁶³². Significa, pois, que os elementos e/ou manifestações culturais abrangidos pela zona classificada constituem componentes de especial interesse, a nível mundial, cuja preservação deve ser executada em articulação com os restantes estados-membros que ratificam as convenções.

Tecer algumas considerações acerca do processo de classificação do Centro Histórico do Porto enquanto Património Mundial afigura-se de especial importância para a compreensão do instrumento de mediação a desenvolver na forma de roteiro, expresso adiante, e que articula os objetos de estudo com os lugares de prática e o desenvolvimento da urbe portuense.

4.4.1. O processo de classificação

⁶³⁰ DIREÇÃO GERAL DA CULTURA NORTE - Mediação cultural: objetos, modelos e públicos. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte, 2020. ISBN 978-989-54450-9-7, p. 11

⁶³¹ PERALTA, Elsa; ANICO, Marta; – Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5

⁶³² CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO - Porto património mundial: processo de candidatura do Centro Histórico do Porto à Unesco-Livro II. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1998. ISBN 972-9147-22-1

O Centro Histórico do Porto (CHP),⁶³³ classificado através do IV Critério da UNESCO, que refere que os elementos e/ou manifestações culturais devem apresentar “an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human History”⁶³⁴.

O complexo urbanístico foi integrado na Lista do Património Mundial através de dois conceitos-chave para a compreensão da preservação dos elementos patrimoniais – a integridade e a autenticidade. Composto por 51 hectares (ha), constituídos pelos elementos considerados essenciais para expressar o seu Valor Universal Excecional e circundado por uma zona tampão⁶³⁵ de 186 ha, o CHP assegura a sua integridade através a aplicação de mecanismos de gestão, adiante desenvolvidos⁶³⁶. Por outro lado, a sua autenticidade é justificada através da paisagem que esta localização comporta, referida enquanto testemunho de mais de mil anos de ocupação contínua do espaço, também caracterizado pelas diversas intervenções territoriais ao longo dos séculos. O espaço, composto por edifícios de natureza eclesiástica e civil, demonstra aspetos arquitetónicos singulares, testemunhos da História Local da cidade⁶³⁷.

Reconhecidos nos planos de gestão patrimoniais mais recentes, os atributos⁶³⁸ da cidade, nomeadamente o seu valor arqueológico, o seu tecido urbano particular, bem como a adaptabilidade da respetiva arquitetura civil, fomentada pelos processos de reabilitação urbana de finais do século XX e, ainda, o valor cénico da paisagem urbana e

⁶³³ A ponte Luis I e o Mosteiro da Serra do Pilar foram também parte deste processo.

⁶³⁴ Ser um exemplo notável de um tipo de edifício, conjunto arquitetónico ou tecnológico ou paisagem que ilustra (a) estágio(s) significativo(s) na História humana – tradução própria.

⁶³⁵ Área que circunda a propriedade classificada enquanto Património Mundial, com o objetivo de representar uma camada adicional de proteção à área classificada. *Vide Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0*. [Em linha]. UNESCO: 2023. [Consult. 1 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/en/news/2630/>>

⁶³⁶ Área que circunda a propriedade classificada enquanto Património Mundial, com o objetivo de representar uma camada adicional de proteção à área classificada. *Vide UNESCO - Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0...*

⁶³⁷ UNESCO – *WH Committee: Report of the 20th Session*. [Em linha]. UNESCO: Merida, 1996. [Consult. 12 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/archive/repcom96.htm>>

⁶³⁸ Enquanto atributos destacam-se os elementos que podem, eventualmente, colocar em risco os valores pelos quais o Património em questão se encontra classificado. Os atributos são também os focos das ações de proteção, conservação e gestão, uma vez que é apenas a partir dos mesmos que se mantêm os valores associados a determinado contexto patrimonial na longa duração. *Vide UNESCO - Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0...*

fluvial, são os elementos essenciais para a perpetuação dos valores associados ao contexto patrimonial em questão.

4.4.2. As ferramentas de gestão

A gestão eficaz de um núcleo urbano complexo e diversificado como o CHP requer a utilização de diversos mecanismos adequados às emergentes necessidades do espaço, adaptando-as às conjunturas sociais, políticas e económicas.

O CHP foi também classificado enquanto Monumento Nacional, em 2001, segundo a Lei de Bases do Património Cultural, emanada nesse ano, com uma versão mais recente datada de 14 de junho de 2021⁶³⁹. Em 2011, o Porto adota a *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*, aprovada em Paris pela UNESCO, que reforça a necessidade do equilíbrio entre políticas de gestão urbana e paisagísticas, nomeadamente no artigo 21.º, referindo a necessidade de “uma nova geração de políticas públicas que identifiquem e protejam a estratificação histórica e o equilíbrio dos valores culturais e naturais em ambientes urbano”⁶⁴⁰.

Deste modo, as entidades responsáveis pela gestão dos elementos e/ou manifestações culturais possuem a responsabilidade de, não apenas gerir uma área urbana classificada enquanto Património Mundial, mas também como um espaço classificado enquanto Monumento Nacional, tendo também em conta a paisagem cénica e fluvial enquanto atributo da cidade do Porto.

Por isso, compreende-se que as ferramentas de gestão, aplicadas à área duplamente classificada, se devam alinhar com as dos países ratificadores da documentação emanada por organismos internacionais, bem como ter em atenção a

⁶³⁹ DIÁRIO DA REPÚBLICA – Lei de bases do Património Cultural. [Em linha]. Lisboa: Assembleia da República, 2001. [Consult. 15 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis>

⁶⁴⁰ UNESCO – Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2011. [Consult. 10 de maio de 2024]. Disponível: <URL: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urban_a_unesco_2011.pdf>, p. 6

realidade social, económica e política portuguesa, de modo a desenvolver uma gestão sustentável e em articulação com as diversas perspetivas que esta ação comporta.

Em 2021, foi elaborado um novo plano de gestão para a área classificada através da empresa municipal Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., tendo sido votado em reunião extraordinária do Executivo Municipal em 2022. Sendo o plano de gestão mais recente, é dele que se parte para traçar as principais linhas caracterizadoras da gestão do CHP.

Os limites da área classificada, composta por 51 ha como previamente mencionado, correspondem

“ao perímetro da malha urbana medieval consolidada e inserida na muralha Fernandina (do século XIV), incluindo as extensões sobre o conjunto edificado da Torre e Igreja dos Clérigos, o Teatro Nacional de São João, o antigo edifício do Governo Civil, o quarteirão delimitado pela Rua 31 de Janeiro, Praça da Batalha e Rua da Madeira, o quarteirão constituído pelas ruas Barbosa de Castro, Passeio das Virtudes, Dr. António Sousa Macedo, a Ponte Luiz I, e ainda, no Município de Vila Nova de Gaia, o Mosteiro da Serra do Pilar”⁶⁴¹.

Já a zona tampão, para além do município do Porto, abrange também o de Vila Nova de Gaia, perfazendo um total de 186 ha, tal como se apresenta na Figura 6.

⁶⁴¹ Porto Vivo SRU – Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar...p. 4

Figura 6 - Área da cidade do Porto classificada Património Mundial pela UNESCO (a verde) e respetiva zona tampão (a vermelho)



Fonte: Porto Vivo SRU – *Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar...*p. 15

O atual plano de gestão do CHP acrescenta alguns atributos à área classificada. Além do tecido urbano, testemunho dos diferentes processos históricos aos quais a cidade se foi progressivamente adaptando, é reconhecida a presença de valores arqueológicos significativos, sublinhando-se, ainda, os processos de reabilitação urbana e a presença de uma comunidade ativa que transmite, de geração em geração, as tradições e valores culturais⁶⁴².

Segundo estes critérios, o plano de gestão desenvolvido pela Porto Vivo SRU, com um horizonte limitado a dez anos, comporta um diagnóstico estratégico relativo a planos de monitorização que se desenvolveram na cidade, salientado a importância do envolvimento das comunidades na preservação da área classificada e destacando a relevância do conhecimento geográfico do território. Identificam-se os riscos naturais e biológicos aos quais a cidade se encontra exposta, assim como os riscos humanos que

⁶⁴² Porto Vivo SRU – *Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar...*

podem advir de uma falta de consciência e compreensão da zona classificada. Caracterizado por quatro eixos principais – Património; população, habitação e comunidades; economia e o ambiente e a mobilidade – as estratégias de gestão convergem para uma panóplia de linhas de ação a ser desenvolvidas no espaço temporal de uma década⁶⁴³.

Destaca-se a alínea A.6., designada “Divulgação do Bem Excecional”, visando a promoção do conhecimento e a consciência para a importância da salvaguarda do Património, através de diversas plataformas e atividades, de que se destacam os eventos associados ao Dia Nacional dos Centros Históricos e ao Dia dos Monumentos e Sítios. O relatório preliminar do plano de gestão em questão dá conta do desenvolvimento de projetos de consciencialização, tendo como públicos-alvo as comunidades escolares e académicas, promovendo visitas guiadas à área classificada e à sua zona tampão de proteção.

Saliente-se que a cidade do Porto tem reforçado a cooperação com a Organização das Cidades Património Mundial (OWHC), que tem por objetivo fomentar a cooperação entre cidades integradas na Lista do Património Mundial da UNESCO⁶⁴⁴, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e um diagnóstico à eficácia da gestão do CHP através da utilização das ferramentas mais recentes emanadas pela UNESCO, como a publicada em 2023, *Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0*⁶⁴⁵.

4.5. As mulheres e o Património

Como mencionado previamente, o género, enquanto categoria de análise, é especialmente relevante por entender as conjunturais sociais, económicas e políticas como elementos modeladores da dinâmica e ação das mulheres na sociedade, nomeadamente durante a Época Moderna.

⁶⁴³ Porto Vivo SRU – Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar...

⁶⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Cidades Património Mundial reforçam cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural. [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2024. [Consult. 28 de junho de 2024]. Disponível em WWW: <https://www.porto.pt/pt/noticia/cidades-patrimonio-mundial-reforcam-cooperacao-para-o-desenvolvimento-economico-social-e-cultural>

⁶⁴⁵ UNESCO - Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0...

Deste modo, articular a memória e identidade dos grupos femininos estudados com o Património gerado durante a Idade Moderna, tanto na sua dimensão material quanto imaterial, revela-se um desafio. Desempenhando distintos papéis na sociedade e experienciando também diversos níveis de diferenciação e exclusão social, as mulheres revelam-se elementos fulcrais para a emergência de determinadas dinâmicas, nomeadamente nas suas dimensões imateriais.

Além dos obstáculos mencionados aquando do desenvolvimento acerca da emergência da História das Mulheres e do Género, assim como os diferentes desafios que este campo de estudo tem enfrentado, ressalta-se o facto de reconhecer que, durante a Época Moderna, a existência de um domínio da narrativa social por parte dos homens era um dos fatores que determinava as suas relações com as mulheres. Por isso, é necessária a existência de perspetivas suficientemente desenvolvidas para compreender as dinâmicas femininas e o Património gerado a partir das mesmas. O estudo e conhecimento das memórias e identidades femininas desenvolvidas é especialmente importante para o conhecimento de uma pluralidade de ações, dinâmicas e comportamentos, ainda que seja evidente que “As mulheres, por mais fortes que sejam, tendem a viver a sua vida num ambiente cujas estruturas políticas, externas de poder têm estado sob o controlo dos homens”⁶⁴⁶, fatores altamente condicionantes dos seus atos.

Portanto, é também facilmente compreensível que a partilha de um contexto social idêntico - sobretudo no que concerne às mulheres que ingressavam nos recolhimentos para, posteriormente, (re)integrarem o século - tenha gerado uma memória partilhada entre o género feminino. Novamente, salienta-se o que a memória e a identidade são processos em constante construção, circunstâncias mutáveis, dependentes sobretudo do espectro de análise que o historiador pretenda discutir. Ainda

⁶⁴⁶ FENTRESS, James; WICKMAN, Chris – As memórias das mulheres. In FENTRESS, James; WICKMAN, Chris – *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994. Tradução de Telma Costa. ISBN 972-695-213-1, p. 174

assim, é também evidente a exclusão das mulheres em determinados parâmetros, como é o caso da memória, identidade e respetivo património, sobretudo na sua dimensão imaterial, evidenciando o género feminino enquanto circunstância marginal no que respeita aos estudos relativos às áreas previamente mencionadas⁶⁴⁷. Por isso, também as dinâmicas sociais se articulavam numa dinâmica entre o poder, encabeçado pelos homens, e a sujeição, protagonizada pelas mulheres, originando uma consequente lacuna nos campos de estudo previamente identificados⁶⁴⁸.

Compreende-se, pois, que as narrativas oficiais reservam um pequeno espaço às mulheres ou, por diversas vezes, uma ausência da sua narrativa, ainda que muitas destas circunstâncias dependam também da condição feminina ocupada pelas mulheres que se estudam. Por isso, construir a História das Mulheres tendo em conta as suas memórias, identidades e diversos elementos e/ou manifestações culturais que advieram das mesmas significa sempre compreender as condicionantes do contexto social onde as mulheres, dos distintos estratos sociais, se insere⁶⁴⁹.

4.5.1. A cidade enquanto espaço de descoberta e fruição

A cidade do Porto representa um exemplo significativo da constante adaptação das diferentes estruturas integradoras do espaço urbano ao longo das largas centúrias. Entre elas, as dos dois contextos estudados. O primeiro, respeitante ao edifício do RRRSIA, materializa um espaço que desempenhou diferentes funções sociais entre os séculos XVII e XXI – deu lugar ao Recolhimento do Anjo, mais tarde ao Mercado com a mesma designação e, nos dias correntes, o espaço integra um jardim informal no coração da cidade do Porto denominado BASE. Portanto, além da fisionomia da

⁶⁴⁷ TEDESCHI, Losandro Antonio – Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Género. Revista OPSIS. [Em linha]. Vol. 15, nº2 (2015), p. 330-343. [Consult. 17 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/288658789_Os_lugares_da_Historia_Oral_e_da_Memoria_nos_Estudos_de_Genero>. ISSN 2177-5648

⁶⁴⁸ LUNZ, Leandro da Silva – Sociedade, Memória e Mulheres. 29 de abril: Revista de História. [Em linha] Vol. 3, Nº 4 (2023), p. 24-43 [Consult. 26 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/revhist29abril/article/view/65863>>. ISSN 2764-9253

⁶⁴⁹ SAPRIZA, Graciela; CHERRO, Mariana Viera - Generizar el Patrimonio: algo más que objetos creados por mujeres. [Em linha]. In La Memoria Femenina: Mujeres en la Historia, Historia de Mujeres. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016. [Consult. 19 de maio de 2024]. p. 108-119. Disponível em WWW: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5401195>>

paisagem ter estado em constante mutação, também as funções que o edificado desempenhou foram diferenciadas, conferindo utilidades distintas do espaço. A demolição da dimensão material do RRRSIA, nomeadamente em 1837, é também outra característica que distingue a sua conjuntura de desenvolvimento relativamente à que tomou lugar em São Lázaro, no RONSE. Neste caso, apesar das funções do edificado se terem transformado durante o século XIX, dando o recolhimento lugar a um Colégio, ainda sob a alçada da Misericórdia, o espaço apresenta, ainda, algumas marcas da função inicial, apesar das suas dimensões originais se encontrarem alteradas.

Não obstante os diferentes destinos que os edificados das instituições tomaram, ambos convergem numa dimensão imaterial idêntica, referente às dinâmicas e aos universos sociais das recolhidas que os habitaram. São, pois, *Lugares de Memória*⁶⁵⁰, na medida em que estes recolhimentos, na sua dimensão material e imaterial, representam alguns traços das dinâmicas de vivência feminina na cidade do Porto durante a Época Moderna.

Há que aliar estas considerações aos instrumentos de gestão mais recentes referentes à cidade, nomeadamente o plano de gestão do CHP, assim como a algumas ferramentas emanadas dos organismos cooperantes com o mesmo município, como é o caso do *Roteiro do Quebec*⁶⁵¹, adotado pelos estados-membros integrantes da OWHC, em 2022. Este instrumento, particularmente relevante por tentar encontrar novas formas de planificar a cidade, sublinha a importância do Património como recurso indispensável à gestão integrada de um espaço urbano, enquanto circunstância viva e em constante transformação, destacando a educação patrimonial e os seus mecanismos como instrumentos de preservação dos atributos do Património classificado.

⁶⁵⁰ NORA, Pierre – Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. [Em linha]. Vol. 10 (1993), p. 7-28. [Consult. 16 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. ISSN 2176-2767

⁶⁵¹ OWHC – Québec Roadmap. [Em linha]. Québec, OWHC, 2022. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: https://www.feuillederouteovpm.com/en/_files/ugd/d616a2_7fb00ed68fd84734bffb0b8ea524656.pdf>

São, pois, os traços intangíveis do Património que resulta de uma dinâmica de vida no feminino que o instrumento de mediação patrimonial pretende salientar, dando visibilidade a alguns grupos com menor proeminência na Histórica Local, como é o caso das mulheres recolhidas na cidade do Porto.

4.6. O instrumento de mediação

A par dos projetos desenvolvidos por entidades públicas na cidade do Porto, como é o caso das atividades mencionadas a respeito do plano de gestão e valorização do Centro Histórico do Porto, acredita-se que as dinâmicas sociais estudadas na presente investigação conheçam maior difusão a partir da elaboração de um roteiro, cujo objetivo geral é contribuir para a interpretação da cidade do Porto enquanto espaço de fruição da dimensão material e imaterial do Património feminino gerado durante a Época Moderna, sobretudo no que respeita às transformações das funções dos recolhimentos e à forma como estas instituições se revelam enquanto observatórios por excelência das redes de sociabilidade portuenses.

4.6.1. O roteiro – breve definição

O roteiro enquanto instrumento de mediação patrimonial surge no cerne da compreensão de um conceito essencial – o *itinerário cultural*. Ainda que não sejam sinónimos, estes termos envolvem-se intrinsecamente, uma vez que comportam uma aceção de suma importância: a fruição do Património em contexto cultural e natural, promovendo a compreensão de novas dimensões, materiais e imateriais, relacionadas com os elementos patrimoniais. Além disso, também a identificação e potencialização dos itinerários culturais se relaciona com os roteiros enquanto instrumento de mediação patrimonial, por ambas as circunstâncias dependerem do apoio em “elementos tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência”⁶⁵².

⁶⁵² ICOMOS, Carta sobre os Itinerários Culturais. [Em linha]. Quebeque: ICOMOS, 2008. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/51%20Carta%20itiner%C3%A1rios%20culturais%20-%20ICOMOS%202008.pdf>>, p. 2

Com efeito, resultado do desenvolvimento do conceito de Património, os instrumentos de mediação refletem os desafios do presente, articulando-se com o desenvolvimento social e económico locais, objetivos que vão ao encontro do proposto no plano de Gestão Sustentável do CHP⁶⁵³.

Acima de tudo, os roteiros, ou itinerários culturais, materializam uma forma interativa e dinâmica “das relações humanas interculturais”, tal como indica a Carta sobre os itinerários culturais, de 2008⁶⁵⁴. Representam um processo de comunicação através do qual se potencia a fruição dos bens culturais, promovendo uma crescente consciência sobre o papel que cada indivíduo desempenha na sua preservação.

A flexibilidade dos itinerários culturais é um dos seus pontos mais positivos, uma vez que permite a verdadeira descoberta acerca de conteúdos preparados e direcionados para uma pluralidade de interpretações, cujo principal objetivo é, não apenas divulgar o Património, mas fomentar o pensamento crítico acerca das circunstâncias trabalhadas. Normalmente direcionados para assuntos específicos, estes instrumentos de mediação permitem elucidar quanto às movimentações humanas, a dimensão imaterial de aspetos passados, permitindo a compreensão do presente e a salvaguarda do futuro⁶⁵⁵.

A singularidade dos recolhimentos e das diversas expressões e movimentações femininas que tomaram lugar nestes espaços, faz com que o roteiro seja um dos instrumentos de mediação mais adequados à divulgação do Património gerado nestes espaços entre os séculos XVII e XVIII. Tal como afirma a *Carta sobre os itinerários culturais*, de 2008:

“os itinerários culturais não são simples vias históricas de comunicação contendo elementos patrimoniais ou servindo de ligação entre eles. São fenómenos históricos singulares que não podem ser desenvolvidos apenas com o desejo, ou a vontade, de estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns”⁶⁵⁶.

⁶⁵³ Porto Vivo SRU – Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar...

⁶⁵⁴ ICOMOS, Carta sobre os Itinerários Culturais...

⁶⁵⁵ ICOMOS, Carta sobre os Itinerários Culturais...

⁶⁵⁶ ICOMOS, Carta sobre os Itinerários Culturais...

Ainda que o roteiro que se esboça não se apresente muito ambicioso, serve, sobretudo, para despertar a atenção para as potencialidades da divulgação dos recolhimentos femininos como Património local, o que se alia aos interesses económicos e turísticos do Porto, procurando enquadrar-se no uso sustentável do Património⁶⁵⁷.

Além disso, enquanto fio condutor de uma breve época histórica, este instrumento de mediação patrimonial relaciona-se também com as iniciativas mais recentes que têm vindo a ser desenvolvidas, como o *Roteiro do Quebec*, que apresenta os desafios evidentes para as cidades classificadas Património Mundial; decréscimo de número de residentes e a procura turística por centros históricos. Desta forma, é essencial ter particular cautela no desenvolvimento sustentável de instrumentos de mediação que, além de terem em consideração os interesses económicos relacionados com a gestão cultural, devem promover a descoberta e fruição de novas facetas da cidade, de interesse para as comunidades locais.

Portanto, o planeamento de instrumentos de mediação, como roteiros, intrinsecamente relacionados com a gestão do espaço urbano, sobretudo com o classificado Património Mundial, como o CHP, promovendo a multiculturalidade e a diversidade cultural, é fulcral para compreender que estes instrumentos podem ser integradas numa forma de educação não formal. Assim, o roteiro esboçado assume diversos eixos estratégicos que passam pela educação e consciencialização da importância da compreensão e preservação do Património. A sua estrutura permite identificar um planeamento⁶⁵⁸ que simboliza, sobretudo, uma abordagem teórica que deve ser colocada em prática para ser testada. Compreender as variáveis a abordar, no sentido de compreender a orientação do roteiro a definir, foi o passo essencial para entender os recursos necessários à sua elaboração.

⁶⁵⁷ ICOMOS, Carta sobre os Itinerários Culturais...

⁶⁵⁸ MOREIRA-GONÇALVES, Leonardo Giovane; RIBEIRO, Renata – Rota e Roteiro: desafios para uma nova conceituação. CAD. Est. Pes. Tur. Curitiba. [Em linha]. Vol. 5, Nº 7 (2016), p. 4-18. [Consult. 16 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/320687095_Rota_e_Roteiro_desafios_para_uma_nova_conceituacao>

Finalmente, compreende-se que o itinerário é parte integrante de um roteiro, isto é, a primeira circunstância é definida pelas características do Património que se pretende mediar, enquanto a segunda materializa o planeamento, reflexão e abordagem que o instrumento de mediação adota⁶⁵⁹.

4.6.2. Contributo para um roteiro temático – *Recolhimentos femininos no Porto Moderno*

4.6.2.1. Parâmetros gerais

O presente instrumento de mediação patrimonial é fruto de uma breve abordagem ao Património feminino na cidade do Porto, tendo enquanto objetivo esboçar um roteiro que promova a sua divulgação no espaço urbano portuense, a partir de algumas diretrizes emanadas pelas entidades especialistas na gestão do Património, como é o caso do ICOMOS⁶⁶⁰.

É de suma importância tecer algumas considerações relativas os parâmetros que caracterizam o roteiro⁶⁶¹. Primeiramente, a intenção é que o mesmo seja realizado na cidade do Porto, nomeadamente na zona tampão da área classificada enquanto Património Mundial pela UNESCO, desde 1996. No que respeita aos elementos tangíveis essenciais à sua realização, dá-se ênfase:

- Ao BASE, atual jardim no coração da cidade que, entre 1632 e 1837, era lugar do RRRSIA, assim como da respetiva igreja;
- Ao Colégio de Nossa Senhora da Esperança, estabelecimento de ensino que, entre a cronologia adotada, ocupou lugar enquanto recolhimento do mesmo nome;
- A Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Irmandade responsável pela administração do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança.

⁶⁵⁹ FIGUEIRA, Luís – Manual para Elaboração de roteiro de Turismo Cultural. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013. ISBN 978-972-9473-66-1

⁶⁶⁰ FIGUEIRA, Luís – Manual para Elaboração de roteiro de Turismo Cultural...

⁶⁶¹ Vide apêndice 79.

O denominador comum entre estes espaços prende-se com os movimentos e as respetivas etapas de vida experienciadas por algumas das recolhidas das respetivas instituições. Por isso, as conexões entre o RRRSIA e o RONSE evidenciam, não apenas as ligações existentes entre os espaços de clausura na cidade do Porto, mas notabilizam-se também enquanto espaços singulares da presença feminina no espaço urbano portuense durante a Época Moderna. Este é, pois, o valor do conjunto partilhado, onde a análise comparativa fomenta a compreensão dos espaços enquanto instituições pertencentes a uma rede de clausura feminina, nomeadamente no Norte de Portugal. O envolvimento das comunidades e grupos no espaço urbano da cidade, de extensão local, permite fomentar a consciência para a importância da figura feminina na História, sobretudo em trabalhos de enfoque local, dando visibilidade a mulheres que só muito recentemente começaram a ser perspectivadas enquanto objetos de estudos essenciais para a compreensão de dinâmicas locais.

O roteiro prevê uma ocupação de tempo de cerca de três horas. Portanto, a atividade ocupará uma manhã ou uma tarde, tendo como público-alvo tanto comunidades locais como grupos de turistas. O instrumento de mediação tem enquanto principal objetivo consciencializar os participantes para a importância das mulheres enquanto objeto de estudo, particularmente da História, utilizando os recolhimentos enquanto espaços de interpretação das suas vivências no espaço urbano da cidade do Porto. Apela-se à reflexão crítica acerca da invisibilidade destes agentes na História local, visando o fomento e a crítica às considerações pré-concebidas que os públicos possam ter tido destas instituições. Como desafio, a própria invisibilidade das mulheres na História da cidade. A explicação pode tornar-se complexa, particularmente no que respeita às lacunas existentes na História local, uma vez que é pouco provável que as instituições em questão façam parte do reportório de conhecimento geral dos participantes envolvidos.

Deste modo, o roteiro temático proposto ambiciona desenvolver o interesse e a consciência para a visibilidade da figura feminina no âmbito da História local, apelando à compreensão da importância da conservação e preservação dos elementos tangíveis, assim como os intangíveis, do Património feminino na cidade do Porto.

Identifica-se a necessidade de acautelar recursos humanos e materiais. Os primeiros, na pessoa de profissional/ais especialista/s na área da mediação patrimonial. Os segundos, pautam-se pela presença de elementos cartográficos relativos aos recolhimentos, presentes no capítulo terceiro deste documento, englobando também representações visuais respeitantes ao Jardim da Cordoaria e à Torre dos Clérigos, com o RRRSIA no plano de fundo, e ao Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, durante o século XIX⁶⁶².

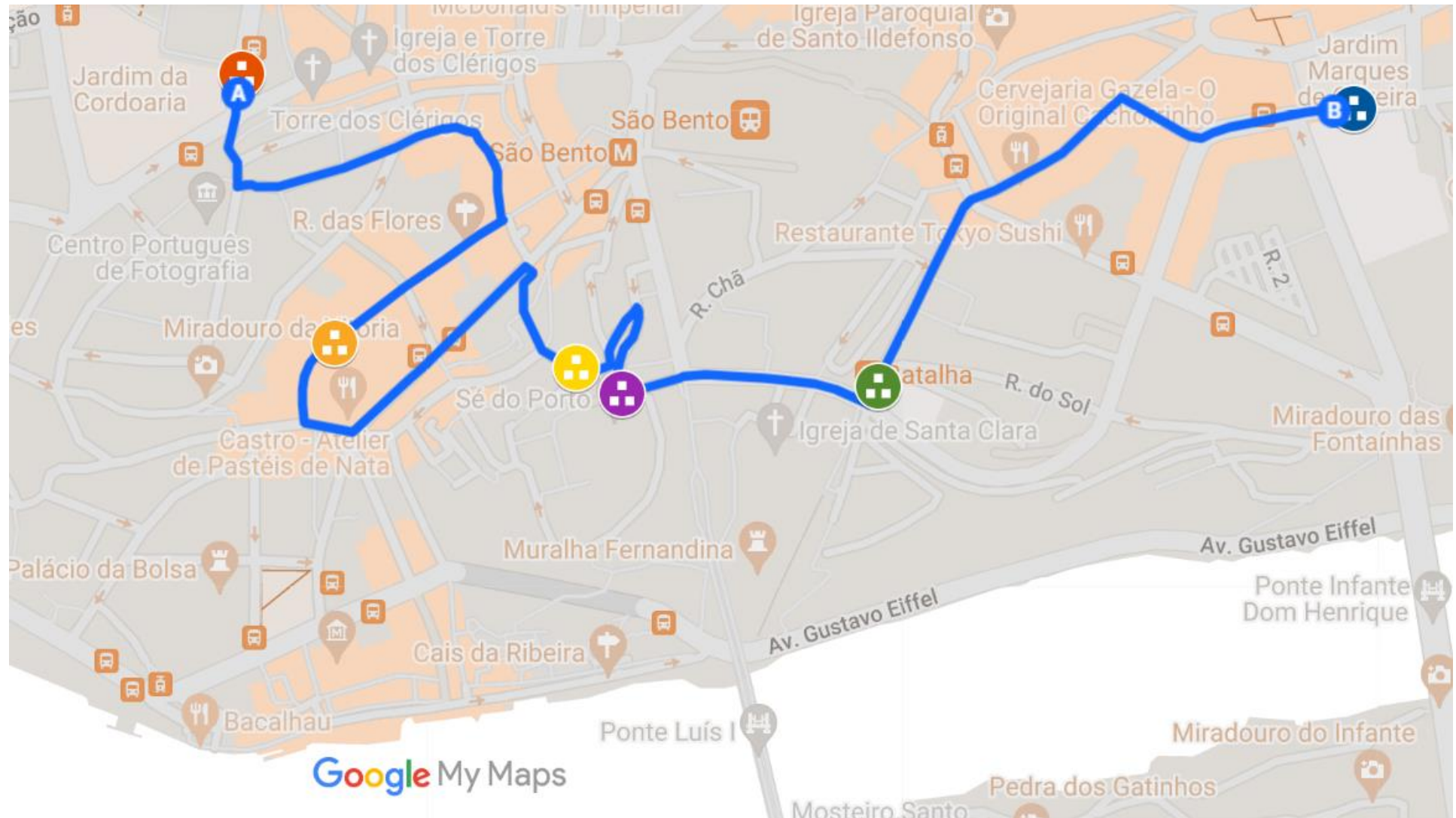
4.6.2.2. Esboço de programação de roteiro temático

A programação esboçada do roteiro temático relacionado com os recolhimentos femininos na cidade do Porto suporta-se num kit composto pela cartografia temática relacionada com os recolhimentos e a planta redonda da cidade do Porto, de 1813, de George Balck, a ser entregue no início aos participantes, e caracteriza-se pela realização de algumas atividades num percurso delimitado entre o Jardim da Cordoaria (A) e o de São Lázaro (B), conforme apresentado na Figura 7⁶⁶³.

⁶⁶² A indisponibilidade de representações visuais datadas dos séculos XVII e XVIII exigiu a utilização de recursos datados do século XIX.

⁶⁶³ Vide apêndice 80.

Figura 7 – Esboço de programação do roteiro temático



Fonte: Rita Costa, 2024, a partir de Google My Maps

Mais concretamente:

Etapa 1: No início da atividade, no ponto de encontro (Figura 7, ponto A, a vermelho), fomenta-se o exercício de interpretação dos elementos tangíveis através da exploração dos materiais que integram o *kit*. A observação da planta redonda da cidade, de 1813, da autoria de George Balck, elemento pertencente a este *kit*, acompanhada pelas considerações acerca do CHP tecidas pelo profissional de mediação patrimonial, terá como objetivo promover a compreensão da dinâmica intra e extramuros da cidade, delimitada pela muralha fernandina.

Posteriormente, apresenta-se o atual BASE na cidade do Porto, espaço ocupado, entre 1672 e 1837, pelo RRRSIA e respetiva Igreja. Deverá ser acompanhado pela representação visual da Feira da Cordoaria, de 1835, da autoria de J. Forrester, assim como da representação de 1837, de James Holland, da Torre dos Clérigos, onde, em ambas as representações visuais, a instituição em questão pode ser percecionada no plano de fundo. O estabelecimento de uma conexão entre estas e o espaço onde o participante se encontra é fundamental para a posterior apresentação das origens, nomeadamente no que respeita à residência das mulheres do Anjo, recorrendo aos Mapa 1, relativo à variável em análise. Seguir-se-á o destaque de alguns casos de particular interesse, em que as mulheres eram provenientes de outros locais que não a cidade do Porto. A importância de evidência desta circunstância prende-se com a singularidade destes aspetos, que atraíam mulheres residentes de paragens mais longínquas, ainda que a Norte de Portugal;

- Etapa 2: O roteiro segue pela rua dos Caldeireiros até à rua das Flores, onde o profissional de mediação patrimonial deve fazer uma breve alusão à organização dos estatutos socioprofissionais na cidade do Porto durante a Época Moderna, almejando a compreensão da importância desta variável na reconstrução do perfil social das recolhidas. Este último, é de suma importância para a compreensão do recrutamento feminino dos recolhimentos em questão, sobretudo das funções desempenhadas pelos fiadores das recolhidas. A posterior apresentação da Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto (Figura 7, a cor-de-laranja) ainda na rua das Flores, afigura-se essencial para a compreensão da estrutura orgânica da administração do RONSE.

Também sobre este assunto o profissional de mediação patrimonial deve abordar as afiliações existentes entre os pais e fiadores das mulheres institucionalizadas neste espaço e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, com o predomínio de irmãos de segunda condição, referindo ainda que boa parte destas relações sociais exerciam funções nas artes/ofícios, estatutos que exigiam a força motriz das mãos;

- Etapa 3: O percurso do roteiro deve seguir pela rua de Mouzinho da Silveira, em direção à rua Escura, onde o profissional de mediação deve, breve e sucintamente, mencionar a existência do Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro (Figura 7, a amarelo), destinado a mulheres erradas e penitentes, que posteriormente se transferiu para as escadas do Codessal;

- Etapa 4: De seguida, a passagem pela Sé do Porto (Figura 7, a roxo) ilustra também a administração episcopal do Recolhimento do Anjo;

- Etapa 5: A paragem seguinte é o RONSE, ainda que antes o roteiro siga em direção à Universidade Lusófona (Figura 7, a verde), antiga localização do Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e de São José, fundado no século XIX. A par do Recolhimento do Ferro, o profissional de mediação deve brevemente mencionar que o recolhimento em questão foi fundado após o desastre da Ponte das Barcas, em 1809, em consequência da segunda invasão francesa, correlacionando este acontecimento com a fuga de algumas recolhidas do RONSE por temerem o rompimento da sua honra por parte dos soldados franceses. É um aspeto que revela, em parte, a insegurança que algumas mulheres sentiam aquando de conflitos armados;

- Etapa 6: A chegada ao RONSE, de frente ao Jardim de São Lázaro (Figura 7, a azul), deve apresentar o atual Colégio, assim como a respetiva Igreja, enquanto espaço de fundação da instituição mencionada, comparando os vestígios arquitetónicos existentes deste espaço à lacuna existente no caso do RRRSIA. A utilização da figura da autoria de Joaquim Vilanova, de 1833, referente à instituição, possibilita a reflexão do público relativa aos mecanismos de reclusão das mulheres, nomeadamente a existência de gelosias, que permitiam observar o lado exterior, sem que as recolhidas fossem vistas no interior do espaço. A par destas considerações, também a abordagem à tipologia de

mulheres assistidas e à proveniência destas mulheres, no que respeita à naturalidade e residência, é essencial, através do auxílio dos Mapas 2 e 3. Além disso, a existência de outros materiais cartográficos, como o caso dos mapas relativos à naturalidade e residência dos pais, avós paternos e maternos das recolhidas possibilita que o público compreenda a existência de dinâmicas intra e extramuros da cidade, assim como algumas deslocções pontuais entre localidades no país.

A interação com os participantes é um mecanismo essencial para a averiguação de possíveis questões que gostassem de ver esclarecidas, bem como preciosa mais-valia para suporte a validação ou melhoria do instrumento.

Considerações Finais

O propósito de um estudo comparativo entre os dois Recolhimentos da cidade do Porto, do RRRSIA, sob proteção régia e episcopal, e o RONSE, sob a tutela da Santa Casa da Misericórdia foi um projeto de risco. Pelo volume da informação existente, apesar de haver um estudo prévio sobre o do Anjo que se tornou um referencial, mas que também obrigou a uma reconstrução da informação já disponível. Foi ambicioso, porque se pretendeu contribuir para a historiografia que se tem focado sobre o estudo de outros recolhimentos do reino, e olhar para a História das Mulheres sem nome, as muitas que, observadas por prismas conceptuais de desvalorização, as mantinham na obscuridade.

Metodologicamente, a aposta foi a de seguir um percurso passível de aplicação noutros casos, num futuro, cobrindo outras áreas do país, com o propósito de usar, de forma sistemática, os registos de entrada e de saídas daquelas mulheres, de forma serial, contextualizando e criticando as fontes de informação. A recolha em tabelas que quantificaram, mas que não perderam de vista aquelas mulheres, os seus nomes, os seus familiares, de onde eram e para onde iriam, após a sua saída, foi um teste de categorização da informação. E este foi, talvez, o primeiro contributo deste estudo.

Procedeu-se à análise das regras/estatutos que estabeleciam a admissão e os comportamentos dentro de cada um dos recolhimentos, distinguiram-se as tutelas e os estatutos diferenciais, de órfãs e porcionistas. Com efeito, no que respeita aos critérios de admissão, verifica-se uma homogeneidade entre os principais fatores que pesavam no ingresso das mulheres – a proveniência geográfica, a condição social, a idade e, sobretudo, a honra, atributo que, por várias razões, também analisadas, se encontrava em risco e necessitava de ser preservado. Porém, constata-se também uma certa flexibilidade nos estatutos de ambas as instituições, que previam os mesmos critérios de ingresso, ainda que com considerações distintas. Por um lado, o Recolhimento do Anjo era, segundo os seus estatutos, expressamente destinado a mulheres honradas de condição nobre, nomeadamente entre os 12 e os 40 anos, devendo as mesmas ser naturais da cidade ou do Bispado do Porto. A composição do universo feminino desta

instituição foi, maioritariamente, feita de porcionistas, mulheres que pagavam o seu sustento dentro do espaço. Já no caso do Recolhimento das Órfãs da Misericórdia do Porto, a existência destes fatores de admissão revela-se com outros contornos. As idades mínimas e máximas de ingresso, assim como a permanência de meninas órfãs eram particularmente distintas das apresentadas no Recolhimento do Anjo, entre os 7 e os 14 anos, podendo as mesmas permanecer na instituição até aos 25 anos de idade. Esta diferença não será de estranhar, pelo facto de o Recolhimento do Anjo acolher mulheres mais velhas, frequentemente casadas ou viúvas, enquanto o Recolhimento das Órfãs acolhia meninas que esperavam por uma nova etapa das suas vidas, nomeadamente o casamento.

Contudo, os critérios de admissão não foram sempre cumpridos, existindo inúmeros exemplos, referidos ao longo do capítulo terceiro, que ilustram a flexibilidade dos mesmos, nomeadamente no que respeita às idades ou mesmo às mulheres que ingressavam. Recorde-se o caso de Antónia da Paz Azevedo, que ingressou enquanto órfã, com apenas 6 anos, já que era filha de um falecido irmão de segunda condição da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Timóteo da Paz e Azevedo, ou, ainda, o ingresso de António, menino de 4 anos, sem dúvida um caso singular. O requerimento apresentado pelo pai, que partia brevemente para Espanha ao serviço da Coroa portuguesa, valeu o deferimento por parte do poder régio e o ingresso da criança, juntamente com as três irmãs e a tia, numa instituição que, em teoria, deveria amparar apenas meninas órfãs. A par destas considerações, também o aumento de porcionistas, que a determinado momento ultrapassa o número de órfãs, remata as reflexões sobre este espaço, lançando-se a hipótese de as porções saldadas pelas mulheres serem um dos meios de sobrevivência da instituição administrada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Além destas considerações, outro dado da maior importância reporta-se à proveniência geográfica das recolhidas que, sem surpresas, encontraram o seu epicentro na cidade do Porto, quer no que respeita à naturalidade, quer no que concerne à residência. Ainda assim, não deixam de se salientar alguns casos singulares, nomeadamente no Recolhimento de Órfãs da Misericórdia, de mulheres naturais de

Lisboa, da Baía, no Brasil, e da Irlanda. Na verdade, são casos pontuais, mas que refletem o impacto da instituição noutros locais que não apenas a cidade do Porto. Além disso, a semelhança da categoria relativa à proveniência geográfica, entre as mulheres das duas instituições, é latente. Também a predominância de mulheres naturais e residentes no Norte de Portugal é uma afirmação que caracteriza os recolhimentos analisados, ainda que as deslocações executadas por algumas suscitem dúvidas sobre a escolha das instituições. As cidades de Braga, Penafiel ou Guimarães revelam-se enquanto naturalidade e residência de algumas mulheres, fator que torna ainda mais complexa a compreensão da deslocação, uma vez que também nestes espaços existiam instituições de reclusão, especialmente destinadas a mulheres honradas.

Concluiu-se, também, que os recolhimentos foram espaços de transição entre o século e a clausura e, posteriormente, entre esta última e a (re)integração das mulheres na sociedade. Este foi o cenário para boa parte das recolhidas que passaram pelas instituições analisadas, verificando tendências e padrões, na longa duração, mas também sazonais, relacionados com as dinâmicas de transição em questão. Por seu turno, os motivos de ingresso permitiram também aproximar, em certa medida, as duas instituições. Se, por um lado, no Recolhimento do Anjo, se verificou a predominância dos depósitos femininos, seguidos das entregas pelos familiares e, posteriormente, da orfandade e da ausência do elemento masculino, enquanto fatores motivantes do ingresso das mulheres, também no Recolhimento das Órfãs se destaca a orfandade, com uma concentração numérica significativa, a par da ausência do elemento masculino e da ordem para o ingresso emanada por diversos agentes. Ainda que em fases distintas das suas vidas, já que se pode deduzir que as mulheres do Anjo ingressavam mais velhas no recolhimento, ainda que esta hipótese seja discutível, alguns dos motivos de ingresso nestas duas instituições são transversais a todas as meninas e mulheres que neles ingressaram.

O mesmo cenário se aplica aos motivos de saída das mulheres institucionalizadas. Se, por um lado, no Recolhimento do Anjo sobressai a entrega a parentes e o ingresso noutros espaços de clausura, como os conventos, no Recolhimento das Órfãs o casamento, a ida para a companhia de familiares, assim como

as ordens de saída foram, sem dúvida, os fatores de maior peso, ainda que o ingresso em instituições de clausura, como conventos e recolhimentos, também tenha ocorrido. Sobre esta última questão, sublinhe-se uma conclusão importante - o abandono da comunidade de recolhidas e o ingresso em espaços conventuais demonstra também uma outra funcionalidade dos recolhimentos – eram espaços de transição, que funcionavam enquanto espécie de atestado de honra e pureza para garantir às mulheres o ingresso em instituições que exigiam que as mesmas professassem votos religiosos.

A escolha dos espaços de reclusão foi, também, sintomática de alguns caminhos de autodeterminação feminina. Algumas mulheres aplicaram os conhecimentos e as práticas que possuíam enquanto recolhidas em instituições fora da cidade do Porto, ocupando cargos relacionados com a gestão e o funcionamento dos recolhimentos. Outras, por seu turno, ingressaram enquanto órfãs ou porcionistas e foram, paulatinamente, escalando a hierarquia do espaço, chegando algumas a mestras e regentes. Os exemplos de D. Luísa Maria Pereira, de Francisca das Chagadas Coutinho ou de Vitória da Cruz Meneses ilustram precisamente as afirmações mencionadas.

No entanto, e ainda que com menor expressividade, os recolhimentos foram também espaços de permanência para algumas mulheres. Ainda que maior parte das mesmas tenha permanecido entre alguns meses e 5 anos, registam-se também reingressos e falecimentos. São, sem dúvida, situações pontuais, mas que ilustram algumas das vivências femininas nestas instituições que, apesar de pouco expressivas quantitativamente, não deixam de representar uma das funções dos espaços.

Acredita-se que a reconstrução feita acerca do perfil social das recolhidas seja a chave para a compreensão de alguns aspetos relacionados com estas instituições. Por um lado, porque foi possível compreender as tendências de recrutamento em camadas sociais de elite, no que respeita ao Recolhimento do Anjo, e em estratos intermédios, como é o caso do Recolhimento das Órfãs. Constata-se a potencialidade desta dimensão a partir da análise da proveniência geográfica, dos estatutos socioprofissionais e, ainda, das afiliações que as relações sociais das mulheres institucionalizadas apresentavam. No caso do Recolhimento da Misericórdia, podemos considerar que se tornou um espaço onde as mulheres recolhidas vinham de famílias (pais e parentes masculinos) com

relações no mundo laboral, grande parte Irmãos menores da mesma Misericórdia, enquanto as do Anjo se revelaram conectadas a estratos sociais em que a nobreza e administração pública tinham um peso maior. As variáveis referidas permitiram traçar parte da vida de algumas mulheres que passaram pelos recolhimentos, compreendendo ainda o meio social onde estas se inseriam após as suas estadias temporárias nas instituições em questão.

Permanece a questão – eram os recolhimentos espaços de depósito forçado ou, por outro lado, meios de fuga utilizados por aquela diversidade de mulheres para escapar à tentativa de controlo masculino, exercida sobre o seu corpo, durante a Época Moderna? Eram os recolhimentos, efetivamente, espaços seguros para as mulheres? Alguns trabalhos que respondem afirmativamente a esta questão parecem não deixar dúvidas. Já a prática, nomeadamente através da fuga de algumas mulheres aquando da segunda invasão francesa, em 1809, deixa margem para reflexão. Sentiam-se as mulheres institucionalizadas em risco? É uma dúvida, deveras, complexa para ser esclarecida de forma simplista. Aliás, este estudo provou que, apesar da análise quantitativa ser fundamental para a solidificação da compreensão das variáveis estudadas, não se deve descurar a dimensão qualitativa.

A observação de alguns casos com maior detalhe, pela singularidade que os mesmos apresentaram, o cruzamento dos registos de ingresso e de abandono do espaço com outros documentos é também uma tarefa essencial quando se tenta executar uma tarefa tão complexa como reconstituir retalhos da vida feminina. Por isso, acredita-se na importância dos estudos comparativos, principalmente pela potencialidade que os mesmos possuem para encarar as mulheres enquanto ser social ativo, com uma certa autodeterminação, pese embora as condicionantes da época mencionadas nos primeiros capítulos. Algumas foram, sem dúvida, depositadas nos recolhimentos por ordem de outrem, ainda que, em alguns casos, este estudo seja capaz de concluir que muitas outras mulheres enveredaram pela carreira no mundo da reclusão, quer em recolhimentos, quer em conventos. Terá sido vocação ou uma fuga à sociedade? Tudo depende do contexto, nomeadamente na sua vertente familiar, económica e, evidentemente, social.

Com efeito, acredita-se que a interpretação dos recolhimentos apenas e só enquanto espaços de reclusão temporários que albergaram mulheres vulneráveis é, com certeza, uma interpretação válida, ainda que redutora. Além desta característica, também estas instituições serviram como espaços de permanência a algumas mulheres que, por vocação ou por refúgio, construíram carreiras e vidas dentro destas comunidades. Ademais, também alguns exemplos demonstram a conexão entre os espaços de clausura feminina que, embora geograficamente distantes, se aproximam no que concerne às movimentações das mulheres durante a Época Moderna, especialmente na região Norte de Portugal.

Finalmente, acredita-se que a metodologia empregue no presente estudo tem potencial para ser aplicada em investigações futuras, nomeadamente no que respeita às restantes instituições do mesmo cariz que existiram na cidade do Porto, como é o caso do Recolhimento do Ferro, do Recolhimento das Mantelas e do Recolhimento de Nossa Senhora das Dores de São José. Os dados e as informações existentes acerca dos mesmos são, deveras, lacunares, razão pela qual a análise comparativa e articulada deve ser empregue no estudo de espaços deste teor. Quando se abordam vivências e retalhos de vidas femininas, um olhar circunscrito e limitado não chega para responder às inquietações provocadas pelos diversos casos, por vezes singulares, que as fontes de informação apresentam. É necessário ir além, compreender as origens, explorar os movimentos, os destinos, as relações sociais e articular a análise para que seja possível compreender os resultados, assim como mediar os mesmos.

O desafio foi crescendo quando nos propusemos verter todo conhecimento obtido no acompanhamento das histórias de vida destas mulheres, que permite compreender a dimensão imaterial do Património associado ao feminino na cidade do Porto. Sabendo onde se recolhiam, reconhecidos os espaços edificados, e num caso já inexistente, percebeu-se que a metodologia aplicada à recolha das fontes de informação primárias, nomeadamente no que respeita à recolha e ao tratamento dos dados, revelou-se crucial para a apresentação das conclusões plasmadas no roteiro, o instrumento de mediação patrimonial. Em suma, a investigação e a mediação foram aspetos indissociáveis, contribuindo para o conhecimento e a posterior divulgação de

alguns retalhos da História das mulheres que passaram pelo Recolhimento do Anjo e pelo Recolhimento das Órfãs da Misericórdia do Porto.

Fontes

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

Mesa:

- *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 196-196v; 202-202v; 209v-210; 218v-219; 226v; 247-247v; 256; 260v; 271v; 281v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)
- *Estatutos para o Recolhimento das Orfaãs de São Lazaro da Administraçam da Santa Caza da Misericordia da Cidade do Porto*, livro 2767 (PT AHSCMP SCMP-M-022- 0001)
- *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019)
- *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

RONSE:

- *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001)
- *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004)
- *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002)
- *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003)

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)

- *Feira da Cordoaria*, J. Forrester, 1835 (AHMP PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSCSGHC/1689-1694/PUB.9-F.P:CMP:9:179.1)
- *Planta Redonda da Porto*, George Balck, 1813 (PT-CMP-AM/COL/CDTA/D.CDT.B2.1)

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Gavetas (1101/2017)

- *Lei pela qual D. João V proibia a destruição de edifícios que mostrassem ser antigos, de estátuas e medalhas*, gaveta 2, mç. 4, nº 64 (PT/TT/GAV/2/4/64)

Ministério do Reino 1736/1910

- *Requerimento de Ana Peregrina de Carvalho e Almeida, solicitando ser recolhida em qualquer convento onde tenha liberdade, e não no Recolhimento das Meninas Órfãs do Porto*, mç. 654, proc. 37 (PT/TT/MR/EXP/051/0011/00037)

- *Requerimento do Provedor e Irmãos da Misericórdia da cidade do Porto, solicitando a expulsão do Recolhimento das Meninas Órfãs de D. Maria Eufrásia*, mç. 883, proc. 58 (PT/TT/MR/EXP/051/0240/00058)

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)

- *Livro dos Estatutos, dos termos de aprovação régia e das admoestações do administrador, 1677-1688* (Reservados, manuscrito 781)

Fundação Calouste Gulbenkian

Ordenações Filipinas

- Título LXXXI – *Das pessoas que não é permitido fazer testamento*. [Em linha]. [Consul. 6 de abril de 2024]. Livro IV. Disponível em WWW: <URL: <https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livros-iv-e-v/>>

- Título LXXXI – *Dos curadores, que se dão aos pródigos e mentecaptos*. [Em linha]. [Consul. 6 de abril de 2024]. Livro IV. Disponível em WWW: <URL: <https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livros-iv-e-v/>>

Bibliografia

- ABAD, Manuel Linares – Galeno e Hipocrates. *Dicionário Crítico do Gênero* [Em linha]. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em WWW: <URL: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>>. ISBN 78-85-8147-155-6, p. 323-330
- ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475
- ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990
- ABREU, Laurinda – Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). [Em linha]. *Dynamis*. Nº 20 (2000), p. 395-415. [Consult. 4 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/239812602_Purgatorio_Misericordias_e_caridade_condicoes_estruturantes_da_assistencia_em_Portugal_seculos_XV-XIX>
- ALGRANTI, Leila Mezan – Conventos e recolhimentos em Portugal e na América portuguesa: um estudo comparativo sobre as instituições de reclusão feminina (séculos XVII e XVIII). In COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa – *Desafios da comparação: família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, 2004. ISBN 972-774-197-5, p. 65-88
- ALGRANTI, Leila Mezan - *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. [Em linha]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992. [Consult. 25 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092022-104820/pt-br.php>>. Tese de Doutorado
- ALMEIDA – Suely Creusa Cordeiro de – Entre a proteção e abandono: recolhimentos femininos na cidade de Lisboa no Período Moderno. In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; RIBEIRO, Marília de Azambuja. SILVA, Gian Carlo de Melo – *Cultura e Sociabilidades no*

Mundo Atlântico. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012. ISBN 978-85-415-0084-5, p. 287-303

AMÂNCIO, Lígia; OLIVEIRA, João Manuel de – Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. 2014, nº 32. 23-42. ISSN 0874-6885

AMORIM, Inês - Memória e Arquivo como estratégias de governação da Santa Casa da Misericórdia do Porto. In RIBEIRO, Fernanda - *Os Arquivos da Misericórdia do Porto: percursos com história*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2023, p. 35-52

AMORIM, Inês – Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. *Revista de História*. [Em linha]. Vol. 7 (1986), p. 229-263. [Consult. 25 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6496.pdf>>. ISSN 2183-0479

AMORIM, Inês – *Sob o Manto da Misericórdia: contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Coimbra: Almedina, 2018. 4 vols

AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Caridade e sociabilidade: a arte da governação. In AMORIM, Inês; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Sob o manto da misericórdia: contributos para a história da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-1668)*. ISBN 978-972-40-7207-4, p. 51-154

ARAÚJO, Maria Marta Lobo – A reforma da assistência nos reinos peninsulares. [Em linha]. *Cadernos do Noroeste*. Nº1-2, Vol. 19 (2002), p. 177-198. [Consult. 13 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8836/1/A%20reforma%20da%20assistencia%20nos%20reinos%20peninsulares.pdf>>. ISSN 0870-9874

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. [Em linha], 2008. Disponível na WWW: <URL: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8768/1/A%20assistencia%20as%20mulheres%20nas%20misericordias%20portuguesas_seculos%20XVI-XVIII.pdf>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. *História: Questões & Debates*. [Em linha]. Vol. 45, nº 2 (2006), p. 155-177. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8769/1/As%20Miseric%3b3rdias%20portuguesas%20enquanto%20palcos%20de%20sociabilidades%20no%20s%3%a9culo%20XVIII.pdf>>. ISSN 0100-6932

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - As ordens terceiras do Noroeste português na Idade Moderna e os seus irmãos nos estatutos setecentistas: processo de admissão e benefícios espirituais e materiais. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018. ISBN 978-989-33-0011-4, p. 261-307

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – En busca de la honra perdida: la “regeneración” de mujeres en Braga (siglos XVIII-XIX). In PÉREZ, Laureano M. Rubio – *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*. [Em linha]. Leão: Universidad de León, 2009. [Consult. 23 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82331>>. ISBN 978-84-9773-475-2

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010. ISBN 978-989-8351-04-3, p. 357-381

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas misericórdias portuguesas (séculos XVII e XVIII)*. [Em linha]. Braga: PsicoSoma, 2011. [Consult. 10 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17438>>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Mulheres pobres: a caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FLECK, Eliane Cristina Deckmann – *Mulheres do Reino e do Império: aproximações e singularidades (séculos XVI a XVIII)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022. ISBN 978-65-5974-070-3, p. 211-231

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – O silêncio nas margens: vidas femininas em instituições de clausura na Braga Moderna. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCÍA, Alfredo Martín – *Os marginais*. [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2018. [Consult. 10 fevereiro 2023]. Disponível em WWW: <URL:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/82213/1/O%20sil%c3%aa%20das%20margens.pdf>>. ISBN 978-989-755-382-0

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Oração, penitência e trabalho: o Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga*. [Em linha]. Braga: Edições Húmus, 2017. [Consult. 28 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82342>>. ISBN 978-989-755-262-5

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os recolhimentos femininos na Braga Moderna. In ABREU, Laurinda – *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*. [Em linha]. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007. [Consult. 24 março 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8776?mode=full>>. ISBN 978-84-8373-925-9

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Sociabilidades femininas em clausura: conflitos e amizades na Braga Moderna. In VASSALO, Nahuel– *Historia Moderna. Problemas, debates y perspectivas*. [Em linha]. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2022. [Consult. 23 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82279>>. ISBN 978-987-655-301-8

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Um itinerário de investigação: os arquivos das Misericórdias portuguesas na Idade Moderna. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga* [Em linha]. Nº 9 (2013), p. 101-122. [Consult. 23 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82093>>. ISSN 1646-3188

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Um quotidiano marcado por regras: o primitivo regulamento do Recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga (século XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ÁLVAREZ, María José Pérez – *Do silêncio à ribalta: os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*. [Em linha]. Braga: Laboratório de Paisagens,

Património e Território, 2015. [Consult. 6 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41922>>. ISBN, 978-989-999484-4-0

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – Anexos: Escrivães da Santa Casa da Misericórdia (1668-1820). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 496-502

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – Anexos: Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 481-493

BARREIRA, Aníbal – *A assistência hospitalar no Porto: 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. Vol.1

BARREIRA, Aníbal – O Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança – as órfãs e as porcionistas (1731-1850). In *Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2012. p. 473-495

BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva – *De recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança – dar vida a espaços históricos*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. [Consult. 15 de junho 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/3EKYUFAQ17RJTEJQSSID8A152XGCTU.pdf>. Dissertação de Mestrado

BASTO, Artur de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto

BASTO, Artur de Magalhães– *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995. ISBN 972-96628-3-5. Vol. 1

- BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da. Misericórdia do Porto, 1999. ISBN 972-96628-7-8. Vol. 2
- BASTO, Artur de Magalhães – O Recolhimento do Ferro. *Boletim Cultural*. [Em linha]. Vol. 4, Nº 3-4 (1943), p. 272-308. [Consult. 23 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035_PDF/BPMP_P-B-2035_V6F3-4_Set-Dez1943.pdf>
- BASTOS, Carlos - *Nova monografia do Porto*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1938
- BERRIOT-SALVADORE, Évelyne – O discurso da Medicina e da Ciência. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. ISBN 972-36-0314-4. p. 409-455
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Edifícios do Porto em 1833: álbum de desenhos de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1987
- CAEIRO, Maria Margarida – A mulher na família nos séculos XVI e XVIII. In SANTOS, Maria Clara Curado – *A mulher na História: Actas do Colóquio sobre a temática da Mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2001. p. 191-202
- CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Em linha]. Braga, 2009. [Consult. 19 de junho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11886>>. ISBN 78-972-98662-4-1
- CARVALHO, Joaquim Ramos – As Sexualidades. In MATTOSO, José – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7, p. 96-129
- CARVALHO, Joaquim Ramos – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7. p. 32-58
- CARVALHO, Joaquim Ramos de – Visitações. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (P-V)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. p. 365-370

- CASTRIOTA, Leonardo – UNESCO/ICOMOS. In CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina – *Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020. ISBN 978-65-86253-27-6, p. 101-105
- CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN 972-44-1037-4
- COATES, Timothy J. - *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. ISBN 972-8325-57-6
- CONFINO, Alon – History and Memory. In SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel – *The Oxford History of Historical Writing: Historical Writing Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. ISBN 9780199225996. p. 36-51
- CONSELHO DA EUROPA – *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade*. [Em linha]. Conselho da Europa: Faro, 2005. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gddc.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-quadro-do-conselho-da-europa-relativa-ao-valor-do-patrimonio-cultural-para-0>>
- CORREIA, Miguel Brito – Resumo histórico da legislação sobre o património arquitetónico e arqueológico. *Pedra & Cal*. [Em linha]. Nº 66 (2019), p. 36-39. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev66_Revista_Completa.pdf>. ISSN 1645-4863
- COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto que contém a sua origem, situação e antiguidades*. Porto: Progredior, 1945
- CRAMPE-CASNABET, Michèle – A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. ISBN 972-36-0314-4. p. 349-407
- CRAWFORD, Katherine – *European Sexualities, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. ISBN 9780521548403

- CRUZ, Vanessa Caroline da – Representações sobre a honra e a sexualidade feminina no livro V das Ordenações Filipinas: o estatuto jurídico da mulher no Direito português no período colonial. *XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH: Humanidades, Estado e desafios didático-científicos*. [Em linha] (2016), p. 1271-1280. [Consult. 16 setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://pdf.blucher.com.br/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt15_278.pdf>
- DAVALLON, Jean - A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*. [Em linha]. Nº 4 (2007), p. 4-37. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100/3046>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA – *Lei de bases do Património Cultural*. [Em linha]. Lisboa: Assembleia da República, 2001. [Consult. 15 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA – *Lei nº 107/2001*. [Em linha]. Assembleia da República: Lisboa, 2001. [Consult. 10 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514>>. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/239812602_Purgatorio_Misericordias_e_caridade_condicoes_estruturantes_da_assistencia_em_Portugal_seculos_XV-XIX>. ISSN 2340-7948
- FACAL, R. L. - Educación patrimonial y construcción de identidades democráticas. In BARCA, Isabel; Glória, Solé; PINTO, Helena [et. al.] - *Educação histórica e educação patrimonial - novos desafios*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), 2015. [Consult. 22 de setembro de 2023]. p. 59-64. Disponível em WWW: <URL: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53131/1/E-book-Educacao_Patrimonial-%20Introdu%3a7%c3%a3o.pdf>
- FARGE, Arlette – Família, honra e segredo. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges – *História da vida privada: do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Afrontamento, 1990. ISBN 972-36-0243-1, p. 581-617

- FENTRESS, James; WICKMAN, Chris – As memórias das mulheres. In FENTRESS, James; WICKMAN, Chris – *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994. Tradução de Telma Costa. ISBN 972-695-213-1
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995
- FERNANDES, Paula Sofia Costa - Alimentando o corpo e o espírito no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel nos séculos XVIII e XIX. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os recolhimentos femininos no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)*. [Em linha]. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. [Consult. 8 de outubro de 2023]. P. 128-149. Disponível em WWW: <URL: <https://lab2pt.net/publications/2022-os-recolhimentos-femininos-no-mundo-iberico-seculos-xvi-xix>>. ISBN 978-989-8963-65-9
- FERREIRA, Carmo - *Índice geral de "O Tripeiro" Junho de 1908-Dezembro de 2006*. Porto: Campo das Letras, 2007. ISBN 978-989-625-213-7
- FERREIRA, J. A. – *Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1979
- FIGUEIRA, Luís – *Manual para Elaboração de roteiro de Turismo Cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013. ISBN
- FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da – *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814): clausura e destinos femininos*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2013. [Consult. 13 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24731?mode=simple>>. Tese de Doutoramento
- FONSECA, Teresa – O Recolhimento de N.ª Sr.ª da Luz de Montemor-o-Novo (1749-1874): uma vida de privações e conflitos. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Recolhimentos femininos no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. ISBN 978-989-8963-65-9, p. 114-128

- FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: a vontade saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-240-8. Vol. 1
- FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-241-6. Vol. 2
- FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 972-708-242-4. Vol. 3
- FREITAS, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999. ISBN 972-8305-67-2
- GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014. ISBN 978-972-8361-60-0
- GRIECO, Sara F. Matthews – O corpo, a aparência e sexualidade. In DUBY, Georges PERROT, Michelle – *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1993. ISBN 972-36-0314-4. p. 70-119
- GUILLAUME, Marc - *A política do património*. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0
- GUIMARÃES, Elina – A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. 22, nº 92/93 (1986), p. 557-577. [Consult. 16 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.jstor.org/stable/41010686>>. ISSN 0003-2573
- GUTTON, Jean-Pierre - *La société et les pauvres en Europe XVI-XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974
- HALBWACHS, Maurice - Memória Coletiva e Memória Individual. In HALBWACHS, Maurice - A Memória Coletiva. [Em linha]. São Paulo: Edições Vértice, 1990. [Consult. 15 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/4881114-6-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. ISBN 85-7115-038-9
- HARRISON, Rodney - *Heritage: Critical Approaches*. Londres: Routledge, 2013. ISBN 9780415591973

HERNÁNDEZ, Maria de la Encarnación Cambil; SANCHO, Tudela Antonio - *Educación y patrimonio cultural: fundamentos, contextos y estrategias didácticas*. Anaya: Ediciones Pirámide. ISBN: 978-84-368-3760-5

HESPAÑA, António Manuel – O estatuto jurídico na época da expansão. In *Actas do Congresso Internacional: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-109-4. p. 53-64

ICOMOS – *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos*. [Em linha] Atenas: ICOMOS, 1931. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/3%20Carta%20de%20Atenas%20restauro%20monumentos%201931.pdf>>

ICOMOS – *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. [Em linha]. ICOMOS, 1964. [Consult. 20 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>>

ICOMOS – *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais*. [Em linha]. ICOMOS: Quebec, 2008. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20-%20ICOMOS%202008.pdf>>

ICOMOS - *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. [Em linha]. ICOMOS: Paris, 2011. [Consult. 20 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta Principles Portugese.pdf>>

ICOMOS - *Carta sobre os Itinerários Culturais*. [Em linha]. Quebec: ICOMOS, 2008. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/51%20Carta%20itiner%C3%A1rios%20culturais%20-%20ICOMOS%202008.pdf>>

- JESUS, Elisabete – As Manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto. In *Em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiais: actas do Colóquio Internacional de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005. p. 135-154
- JESUS, Elisabete – As Recolhidas do Anjo: a integração numa comunidade redentora? (Porto, sécs. XVII e XVIII). *História – Revista da FLUP*. [Em linha]. Vol. 12, nº 1 (2022), p. 63-84. [Consult. 16 setembro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/11471>>. ISSN 2183-0479
- JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo Araújo; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7225-8, p. 295-324
- JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado
- JÜTTE, Robert - *Poverty and deviance in early modern Europe*. Cambridge: University Press, 1966. ISBN 0-521-42322-8
- LAGE, Ana Cristina Pereira – Apontamentos acerca dos recolhimentos femininos na América Portuguesa. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Recolhimentos femininos no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. Braga: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2022. ISBN 978-989-8963-65-9, p. 48-63
- LEAL, Ivone de Freitas – Mulher. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3, p. 284-288
- LEÃO, Indira - *Entre transgressão e moralidade: Mulheres na Inquisição de Lisboa no Portugal Moderno (Século XVII)*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade NOVA de Lisboa, 2020. [Consult. 10 de abril de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/107639>>. Dissertação de Mestrado

- LIBERATO, Marco – Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda - *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475, p. 275-289
- LOPES, Maria Antónia – Do outro lado da festa: a inflexível piedade barroca num recolhimento de Coimbra (Recolhimento do Paço do Conde durante o século XVIII). [Em linha]. In *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. [Consult. 29 fevereiro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24029>>
- LOPES, Maria Antónia - Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). In ROSSI, Maria Antonietta - *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*. [Em linha]. Viterbo: Sette Città, 2017. [Consult. 28 Abril 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43352>>. ISBN 978-88-7853-757-6
- LOPES, Maria Antónia – Estudos históricos sobre as Ordens Terceiras portuguesas. In MARTINS, William de Souza – *Ordens Terceiras no Mundo Luso-Brasileiro (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2019. ISBN 978-85-5968-724-8, p. 13-37
- LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias: segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989
- LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000. ISBN 972-8575-22-X
- LOPES, Maria Antónia – *Proteção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*. [Em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. [Consult. 20 fevereiro 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30059>>. ISBN 978-989-26-0203-5
- LOPES, Maria Antónia - Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres - uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743). *Revista Portuguesa de História*. [Em linha]. Nº 35 (2005), p. 189-229. [Consult. 3 de

março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12745> >. ISSN 0870-4147

LUNZ, Leandro da Silva – Sociedade, Memória e Mulheres. 29 de abril: *Revista de História*. [Em linha] Vol. 3, Nº 4 (2023), p. 24-43 [Consult. 26 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/revhist29abril/article/view/65863>>. ISSN 2764-9253

MACHADO, Carla – *Entre a clausura e o século: o Recolhimento de Santo António do Campo de Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2014. [Consult. 22 de junho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30399>>. Dissertação de Mestrado

MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Tese de Doutoramento

MAGALHÃES, António – Um refúgio de «Mulheres nobres principaes»? O Recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX. In SANTOS, Carlota – *Família, Espaço e Património*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. ISBN 978-989-8351-14-2. p. 223-243

MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, António Camões – História Religiosa de Portugal: Humanismos e Reformas. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leituras, 2000. ISBN 972-42-2359-0. Vol. 2

MEA, Elvira – O poder inquisitorial durante o Antigo Regime. In JORGE, Vítor Oliveira; MACEDO, José M. Costa – *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Afrontamento, 2008. ISBN

MEIRELES, Maria Adelaide – *Catálogo dos livros de plantas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1982

MERILLAS, Olaia Fontal- *La educación patrimonial: teoría y práctica para el aula, el museo e Internet*. Gijón: Trea, 2003. ISBN 84-9704-099-6

- MIRANDA, Susana Münch – Vender tabaco à escala do reino: a distribuição do Monopólio português (1721-1722). *Millars*. [Em linha]. Vol. XLIX, Nº 2 (2020), p. 73-99. [Consult. 12 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/millars/issue/view/334>>. ISSN 1132-9823
- MOLLAT, Michel - *Les pauvres au moyen age*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1984. ISBN 2-87027-135-2
- MOREIRA-GONÇALVES, Leonardo Giovane; RIBEIRO, Renata – Rota e Roteiro: desafios para uma nova conceituação. *CAD. Est. Pes. Tur. Curitiba*. [Em linha]. Vol. 5, Nº 7 (2016), p. 4-18. [Consult. 16 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/320687095_Rota_e_Roteiro_desafios_para_uma_nova_conceituacao>
- NORA, Pierre – Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. [Em linha]. Vol. 10 (1993), p. 7-28. [Consult. 16 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. ISSN 2176-2767
- OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5
- OLIVEIRA, Flávia – “Prometia e dotava a ella esposada”: o dote de casamento como fonte para a historiografia da mulher. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo; CONTENTE, Cláudia; ESTEVES, Alexandra – *As Mulheres nos Caminhos da História*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2021. [Consult. 2 fev. 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76350>>. ISBN 978-989-8963-53-6
- OLIVEIRA, Flávia – Devotas mulheres que vestiam pardo: o Recolhimento de Santa Teresa da Cidade de Braga (1742-1766). *Revista de Cultura do Alto Minho*. [Em linha]. Nº 11 (2017), p. 177-191. [Consult. 1 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76774>>. ISSN 0871-3332
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 2007. ISBN 978-972-36-0877-9

- OSSWALD, Helena – As obras de misericórdia. Que obras, para quem e através de quem. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668-1820)*. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7223-4, p. 233-256
- OSSWALD, Helena – Em torno da história da família. In MONTEIRO, Otília Fernandes; MAIA, Carla - *A família portuguesa no século XXI*. 2015, p. 13-28
- OSSWALD, Helena – *Nascer, viver e morrer no Porto de Seiscentos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento
- OWHC – *Québec Roadmap*. [Em linha]. Québec, OWHC, 2022. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: https://www.feuillederouteovpm.com/en/files/ugd/d616a2_7fb00ed68fd84734bffb0b8ea524656.pdf>
- PAIVA, José Pedro – A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas...*p. 13-40
- PAIVA, José Pedro – A relação das misericórdias com a Igreja na Época Moderna (1498-1820). In PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (Vol. 10). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017. ISBN 978-989-8375-08-7. p. 279-333
- PAIVA, José Pedro – O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII). In ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475. p. 167-196
- PAIVA, José Pedro – Pastoral e evangelização. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal: Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2359-0. p. 239-312
- PAIVA, José Pedro Paiva; SÁ, Isabel dos Guimarães Sá - A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I. In PAIVA, José Pedro Paiva - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas ISBN 972-98904-2-0

- PASSOS, Carlos de – *Guia Histórica Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, 1935
- PASSOS, Carlos de – *Lembranças da terra: crónicas históricas escritas por Carlos de Passos natural desta cidade do Porto que se achou em manuscriptos, documentos e outras obras existentes no Archivo Municipal e na Biblioteca Publica Municipal*. Porto: J. Pereira da Silva, 1919
- PEDRO, Joana Maria – Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História (São Paulo)*. [Em linha]. Vol. 24, nº1 (2005), p. 77-98. [Consult. 4 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>>. ISSN 1980-4369
- PELEGRINI, Sandra – Patrimônio Imaterial. In CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina – *Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020. ISBN 978-65-86253-27-6, p. 71-73
- PERALTA, Elsa; ANICO, Marta – *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5
- PEREIRA, Firmino – *O Porto d'outros tempos: notas históricas memórias recordações*. Porto: Livraria Chardron, 1914
- PERROT, Michelle - *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo, EDUSC, 2005. ISBN 2-Q8.08.0010-8 I
- PERROT, Michelle – *Uma História das Mulheres*. Lisboa: Asa, 2007. ISBN 978-972-41-5092
- PIRES, Nuno Correia Barrento de Lemos – 1809: a guerra em Portugal e os portugueses na Galiza. [Em linha]. *Lusíada – História*. Nº5-6 (2009), p. 199-221. [Consult. 10 de junho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/5536/1/lh_5_6_2009_09.pdf>
- PITT-RIVERS, J. – Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. – *Honra e vergonha: conceitos das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 11-60

- POLLAK, Michael - Memória e Identidade Social. *Revista de Estudos Históricos*. [Em linha]. Vol. 5, nº10 (1992), p. 200-212. [Consult. 16 junho 2023]. Tradução de Monique Augras. Disponível em WWW: <URL: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. ISSN 2178-1494
- POLÓNIA, Amélia – A recepção do Concílio de Trento em Portugal. In GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014. ISBN 978-972-8361-60-0, p. 41-58
- PORTO VIVO SRU – *Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar*. [Em linha]. Porto: Porto Vivo SRU, 2022. [Consult. 3 março de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://portovivosru.pt/centro-historico-do-porto-patrimonio-mundial/plano-de-gestao-e-monotorizacao>>
- QUEIRÓS, João Laranja – O Porto – a formação da urbe entre o século XII e o século XIII. *Erasmus: Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*. [Em linha]. Nº 1 (2014), p. 138-151. [Consult. 15 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/15576/1-2014_O-PORTO-A-FORMA%C3%87AO-DA-URBE-ENTRE-O-SEculo-XII-E-O-SEculo-XVIII.pdf?sequence=1&isAllowed=y> ISSN 2341-2380
- RAMOS, Luís António de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2
- REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1984-1991. ISBN 972-634-064-0. 2 vols
- REIS, Maria de Fátima Dias – Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência da época moderna: os Recolhimentos de Lisboa. In ABREU, Laurinda – *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica*. Lisboa: Colibri, 2004. ISBN 9789727724475

RIJO, Delmina – *Recolhimentos de Lisboa: da Época Moderna à República (sécs. XVI-XX)*. [Em linha]. [Consult. 12 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.academia.edu/32225877/RECOLHIMENTOS_DE_LISBOA_DA_%C3%89POCA_MODERNA_%C3%80_REP%C3%9ABLICA_S%C3%89CS_XVI_XX_ESTUDO_DE_CASO_2015>

RITCHIE, J. R. B; CROUCH, G. I. - *The competitive destination: a sustainable tourism perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2003. ISBN 978-0851996646

SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN 972-31-0633-7

SÁ, Isabel dos Guimarães– *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1149-7.

SÁ, Isabel dos Guimarães – Os espaços de reclusão e a vida nas margens. In MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-148-7, p. 276-299

SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (J-P)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2416-3, p. 456-461

SÁ, Isabel dos Guimarães– A assistência: as Misericórdias e os poderes locais. In OLIVEIRA, César – *História dos Municípios e do poder local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5, p. 136-142

SÁ, Isabel dos Guimarães– Assistência. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal (A-C)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2, p. 140-149

SÁ, Isabel dos Guimarães– Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (século XVI-XVIII): algumas metáforas. *Revista Oceanos*. Nº 35 (1998), p. 42-50. [Consult. 10 março 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4549>>

- SÁ, Isabel dos Guimarães– *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. ISBN 972-8325-16-9
- SANTOS, Cândido dos - A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana. *História – Revista da FLUP*. [Em linha]. Vol. 1 (1978), p. 281-350. [Consult. 11 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9417>>. ISSN 2183-0479
- SANTOS, Filipe dos – O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (séculos XVII e XVIII). [Em linha]. *Arquivo Histórico da Madeira*. Nº 2 (2020), p. 251-398. [Consult. 10 de julho de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/41>>. ISSN 2184-5743
- SAPRIZA, Graciela; CHERRO, Mariana Viera - Generizar el Patrimonio: algo más que objetos creados por mujeres. [Em linha]. In *La Memoria Femenina: Mujeres en la Historia, Historia de Mujeres*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016. [Consult. 19 de maio de 2024]. p. 108-119. Disponível em WWW: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5401195>>
- SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In MATTOSO, José – *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1261-1, p. 43-65
- SILVA, António Morais - *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau/ reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2º vol, p. 297
- SILVA, Francisco Ribeiro da - A assistência em Portugal na época Moderna. Algumas notas e subsídios. In AMARAL, Luís Carlos; FONSECA, Luís Adão da; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. ISBN 972-26-2060-6, p. 1415-1422
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 256-375

- COLEN, Luísa – Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rosa. In *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* [Em linha], p. 126-139. [Consult. 4 fevereiro de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://scml.pt/wp-content/uploads/2023/04/assistencia-orfas-bairro-alto-recolhimento.pdf>>
- SMITH, Laurajane - *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-31831-0
- SMITH, Robert C. - Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto. Lisboa: Livros Horizonte, 1966
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e - *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*. Porto: Civilização, 2005. ISBN 972-26-2154-8
- SOUZA, Alexandre Rodrigues – Legislação, sexualidade e prostituição: práticas jurídicas no Portugal Moderno. *Revista Ars Historica*. [Em linha]. Nº 13 (2016), p. 62-77. [Consult. 8 de maio de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45662>>. ISSN 2178-244X
- TAMASO, Izabela - Por uma distinção dos Patrimônios em relação à história, memória e identidade. In CASAGRANDE, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis – *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012. ISBN 978-85-7216-607-2
- TEDESCHI, Losandro Antonio – Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Género. *Revista OPSIS*. [Em linha]. Vol. 15, nº2 (2015), p. 330-343. [Consult. 17 junho 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/288658789_Os_lugares_da_Historia_Oral_e_da_Memoria_nos_Estudos_de_Genero>. ISSN 2177-5648
- TILLY, Louise – Género, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. [Em linha]. Nº 3 (1994), p. 29-62. [Consult. 8 Novembro 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. ISSN 0104-8333
- TOLDY, Teresa Martinho – A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha]. Nº89 (2010), p. 171-183. [Consult. 17 Nov. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://journals.openedition.org/rccs/3761>>. ISSN 2182-7435

- UNESCO – *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 1972. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>
- UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 1972 [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>
- UNESCO – *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. [Em linha]. UNESCO: 2001. [Consult. 17 de setembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decldiversidadecultural.pdf>>
- UNESCO - *Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0*. [Em linha]. UNESCO: 2023. [Consult. 1 de março de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/en/news/2630/>>
- UNESCO – *Managing Cultural World Heritage*. [Em linha]. 2016 [Consult. 26 de fevereiro de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/en/managing-cultural-world-heritage/>>
- UNESCO – *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2011. [Consult. 10 de maio de 2024]. Disponível em WWW: <URL: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf>
- UNESCO – *WH Committee: Report of the 20th Session*. [Em linha]. UNESCO: Merida, 1996. [Consult. 12 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://whc.unesco.org/archive/repcom96.htm>>
- UNESCO – *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. [Em linha]. UNESCO: Paris, 2003. [Consult. 10 de março de 2023.] Disponível em WWW: <URL: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540>>
- UZZELL, D . L. - *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation: Problems and Prospects*. Londres: The Stationery Office, 1998. ISBN 9780112905721
- VAN KESSEL, Elishja Schulte – Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In DUBY, George; PERROT, Michelle - *História das mulheres no Ocidente: Do*

Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1993. ISBN 972-36-0314-4. p. 181-227

VAQUINHAS, Irene – História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*. [Em linha]. (2019), p. 37-55. [Consult. 10 de maio de 2023]. Disponível em Internet: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/88149>>. ISSN 0874-6885

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria – Género. *Dicionário Crítico do Género* [Em linha]. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em WWW: <URL: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>>. ISBN 78-85-8147-155-6, p. 330-333

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria – Género. *Dicionário Crítico do Género*, p. 330-333

WOOLF, Stuart – *The poor in Western Europe in the Eighteenth and Ninetheenth centuries*. Londres: Routledge, 1986. ISBN 978-1-138-20330-3

Referências eletrónicas

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO – Gisa Web [Em linha]. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 2023. [Consult. 10 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://gisaweb.cm-porto.pt/names/17987/>>

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Cidades Património Mundial reforçam cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural. [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2024. [Consult. 28 de junho de 2024]. Disponível em WWW: <https://www.porto.pt/pt/noticia/cidades-patrimonio-mundial-reforcaram-cooperacao-para-o-desenvolvimento-economico-social-e-cultural>>

MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – Igreja do RONSE [Em linha]. Porto: Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, 2024. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em www: <URL: <https://www.mmipo.pt/pt-pt/atividades/a-igreja-do-recolhimento-de-orfas-de-nossa-senhora-da-esperanca>>

PROJETO LX CONVENTOS [Em linha]. [Consult. 10 de julho de 2024]. Disponível em WWW:

<URL:<https://patrimoniocultural.cmlisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=722&lang=pt>>

YALE CENTER FOR BRITISH ART - *Yale Center for British Art* [Em linha]. Connecticut: Yale Center for British Art, 2023. [Consult. 12 de dezembro de 2023]. Disponível em WWW: <URL:

<https://britishart.yale.edu/>>

Anexos

Anexo 1 – Categorias de análise relativas às mulheres do RRRSIA

N.º Ordem	Nome	Estatuto social	Assina	Estado civil	Origem Geográfica (Residência)	Data de entrada	Data de saída	Motivo de entrada	Motivo de saída	Estatuto no Recolhimen- to	Paren- tesco	Pagadores das Cóngruas	Fiadores das Cóngruas	Observações

Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 29

Anexo 2 – Categorias de análise relativas às relações sociais das mulheres do RRRSIA

N.º Ordem	Identificação das Recolhidas	Grau de parentesco	Nome do Parente	Estatuto Socioprofissional	Residência

Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 65

Anexo 3 – Recolhimentos portuenses por tipologia de mulheres assistidas

Nome da instituição	Fundação	Público-alvo
Rec. do Ferro ou N.ª Sr.ª do Patrocínio	1651	Prostitutas e mulheres casadas mal comportadas
Rec. da Rainha Sta. Isabel do Anjo	1672	Órfãs, viúvas, casadas com maridos ausentes – todas de condição nobre
Rec. das Manteladas de S. Francisco	1686	Irmãs Terceiras doentes, velhas e pobres
Rec. de N.ª Sr.ª da Esperança	1722	Órfãs
Rec. de N.ª Sr.ª das Dores e S. José	1809	Órfãs

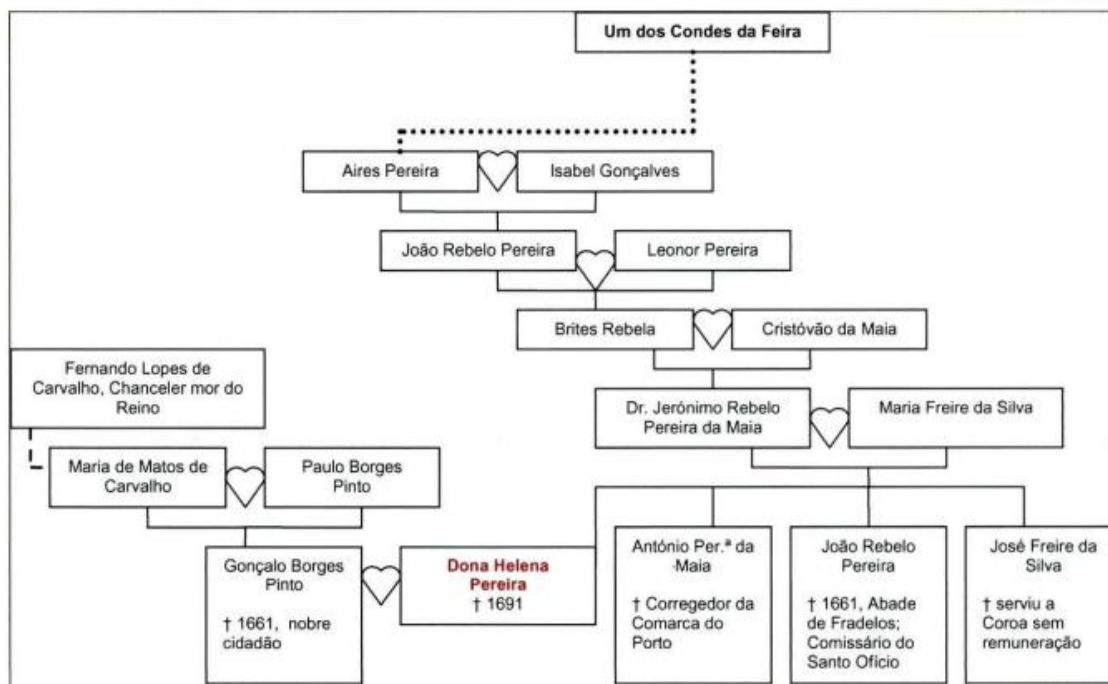
Fonte: JESUS, Elisabete – O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; OSSWALD, Helena – *Sob o Manto da Misericórdia...*, p. 297

Anexo 4 – Planta redonda da cidade do Porto



Fonte: AHMP - Cidade do Porto: [planta redonda] - PT-CMP-AM/COL/CDTA/D.CDT.B2.1

Anexo 5 – Árvore genealógica de D. Helena Pereira, fundadora do RRRSIA



Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...*Vol. 1, p. 31

Anexo 6 – Arcanjo São Miguel



Fonte: Rita Costa, 2024

Anexo 7 – Fachada da Igreja do RONSE



Fonte: MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – Igreja do RONSE [Em linha]. Porto: Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, 2024. [Consult. 20 de maio de 2024]. Disponível em [www: <URL: https://www.mmipo.pt/pt-pt/atividades/a-igreja-do-recolhimento-de-orfas-de-nossa-senhora-da-esperanca>](http://www.mmipo.pt/pt-pt/atividades/a-igreja-do-recolhimento-de-orfas-de-nossa-senhora-da-esperanca)

Anexo 8 – Entradas, por ano, no RRRSIA (1674-1800)

Anos	Entradas por ano	Entradas por décadas	Média decenal
1674	7	20	3,3 (3)
1675	2		
1676	1		
1677	1		
1678	6		
1679	3		
1680	4	32	3,2 (3)
1681	3		
1682	5		
1683	4		
1684	1		
1685	5		
1686	2		
1687	5		
1688	2		
1689	1		
1690	0	22	2,2 (2)
1691	0		
1692	3		
1693	5		
1694	1		
1695	1		
1696	0		
1697	6		
1698	2		
1699	4		
1700	5	32	3,2 (3)
1701	5		
1702	6		
1703	2		
1704	1		
1705	2		
1706	8		
1707	1		
1708	2		
1709	0		
1710	4	26	2,6 (3)
1711	1		
1712	0		
1713	5		
1714	1		
1715	7		
1716	6		
1717	0		
1718	0		
1719	2		

1720	1	16	1,6 (2)
1721	2		
1722	5		
1723	0		
1724	1		
1725	0		
1726	2		
1727	2		
1728	2		
1729	1		
1730	1	37	3,7 (4)
1731	4		
1732	10		
1733	3		
1734	2		
1735	6		
1736	4		
1737	5		
1738	1		
1739	1		
1740	3	23	2,3 (2)
1741	2		
1742	2		
1743	1		
1744	4		
1745	2		
1746	2		
1747	4		
1748	1		
1749	2		
1750	1	40	4
1751	7		
1752	6		
1753	1		
1754	1		
1755	3		
1756	4		
1757	8		
1758	7		
1759	2		
1760	6	24	2,4 (2)
1761	2		
1762	1		
1763	2		
1764	4		
1765	3		
1766	2		
1767	2		
1768	1		
1769	1		
1770	1	28	2,8 (3)
1771	4		

1772	6		
1773	1		
1774	0		
1775	8		
1776	2		
1777	2		
1778	4		
1779	0		
1780	0	20	2
1781	2		
1782	2		
1783	3		
1784	2		
1785	1		
1786	2		
1787	3		
1788	5		
1789	0		
1790	0	30	3
1791	3		
1792	3		
1793	3		
1794	1		
1795	2		
1796	5		
1797	3		
1798	7		
1799	3		
1800	5	5	5*
Total	357	357	2,79 (3)

Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 95-97

Anexo 9 – Entradas, por ano, no RRRSIA (1674-1800) (%)

Ano	Total ano (%)	Total década (%)
1674	1,97%	5,63%
1675	0,56%	
1676	0,28%	
1677	0,28%	
1678	1,69%	
1679	0,85%	
1680	1,13%	9,01%
1681	0,85%	
1682	1,41%	
1683	1,13%	

* Valor não contabilizado para o cálculo das médias decenais.

1684	0,28%	
1685	1,41%	
1686	0,56%	
1687	1,41%	
1688	0,56%	
1689	0,28%	
1690	0,00%	6,20%
1691	0,00%	
1692	0,85%	
1693	1,41%	
1694	0,28%	
1695	0,28%	
1696	0,00%	
1697	1,69%	
1698	0,56%	
1699	1,13%	
1700	1,41%	9,01%
1701	1,41%	
1702	1,69%	
1703	0,56%	
1704	0,28%	
1705	0,56%	
1706	2,25%	
1707	0,28%	
1708	0,56%	
1709	0,00%	
1710	1,13%	7,32%
1711	0,28%	
1712	0,00%	
1713	1,41%	
1714	0,28%	
1715	1,97%	
1716	1,69%	
1717	0,00%	
1718	0,00%	
1719	0,56%	
1720	0,28%	4,51%
1721	0,56%	
1722	1,41%	
1723	0,00%	

1724	0,28%	
1725	0,00%	
1726	0,56%	
1727	0,56%	
1728	0,56%	
1729	0,28%	
1730	0,28%	10,42%
1731	1,13%	
1732	2,82%	
1733	0,85%	
1734	0,56%	
1735	1,69%	
1736	1,13%	
1737	1,41%	
1738	0,28%	
1739	0,28%	
1740	0,85%	6,48%
1741	0,56%	
1742	0,56%	
1743	0,28%	
1744	1,13%	
1745	0,56%	
1746	0,56%	
1747	1,13%	
1748	0,28%	
1749	0,56%	
1750	0,28%	11,27%
1751	1,97%	
1752	1,69%	
1753	0,28%	
1754	0,28%	
1755	0,85%	
1756	1,13%	
1757	2,25%	
1758	1,97%	
1759	0,56%	
1760	1,69%	6,76%
1761	0,56%	
1762	0,28%	
1763	0,56%	

1764	1,13%	
1765	0,85%	
1766	0,56%	
1767	0,56%	
1768	0,28%	
1769	0,28%	
1770	0,28%	7,89%
1771	1,13%	
1772	1,69%	
1773	0,28%	
1774	0,00%	
1775	2,25%	
1776	0,56%	
1777	0,56%	
1778	1,13%	
1779	0,00%	
1780	0,00%	5,63%
1781	0,56%	
1782	0,56%	
1783	0,85%	
1784	0,56%	
1785	0,28%	
1786	0,56%	
1787	0,85%	
1788	1,41%	
1789	0,00%	
1790	0,00%	8,45%
1791	0,85%	
1792	0,85%	
1793	0,85%	
1794	0,28%	
1795	0,56%	
1796	1,41%	
1797	0,85%	
1798	1,97%	
1799	0,85%	
1800	1,41%	1,41%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 95-97

Anexo 10 – Entradas, por meses do ano, RRRSIA (1674-1800)

Mês do ano	Total	Total (%)
Janeiro	26	7,39%
Fevereiro	15	4,26%
Março	34	9,66%
Abril	31	8,81%
Maio	30	8,52%
Junho	33	9,38%
Julho	28	7,95%
Agosto	40	11,36%
Setembro	28	7,95%
Outubro	22	6,25%
Novembro	30	8,52%
Dezembro	35	9,94%
Total	357	100%

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 98

Anexo 11 – Motivações de ingresso no RRRSIA (1674-1799)

Décadas	Orfandade	Viuvez	Ausência do elemento masculino	Ordem			Total	Total (%)
				Régia	Familiar	Episcopal		
1674-1679	6	1	2	1	2		12	5,45%
1680-1689	9	2	2		10	2	25	11,36%
1690-1699	2		1			1	4	1,82%
1700-1709	4	2	5	4	4	1	20	9,09%
1710-1719	2			4	3		9	4,09%
1720-1729	2		1	3	2		8	3,64%
1730-1739	8		3	1	9		21	9,55%
1740-1749	6			9	2		17	7,73%
1750-1759	4	4	1	3	7	4	23	10,45%
1760-1769		2	1	5	1	2	11	5%
1770-1779	1			19	1	2	23	10,45%
1780-1789			2	15		1	18	8,18%
1790-1799				29			29	13,18%
Total	44	11	18	93	41	13	220	100%

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 130

Anexo 12 – Saídas definitivas, por década, no RRRSIA (1674-1799)

Década	Saídas	Saídas (%)	Média
1674-1679	2	1,45%	0,3 (0)
1680-1689	19	13,86%	1,9 (2)
1690-1699	5	3,64%	0,5 (1)
1700-1709	11	8,02%	1,1 (1)
1710-1719	10	7,29%	1
1720-1729	9	6,56%	0,9 (1)
1730-1739	19	13,86%	1,9 (2)
1740-1749	12	8,75%	1,2 (1)
1750-1759	9	6,56%	0,9 (1)
1760-1769	5	3,64%	0,5 (1)
1770-1779	15	10,94%	1,5 (2)
1780-1789	6	4,37%	0,6 (1)
1790-1799	15	10,94%	1,5 (2)
Total	137	100%	1,08

Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 127

Anexo 13 – Reingressos no RRRSIA (1674-1799)

Número de entradas	Ocorrências	Ocorrências (%)
1	298	77,4%
2	49	12,7%
3	17	4,4%
4	3	0,77%
5	2	0,51%
6	2	0,51%
11	1	0,25%
Total		100%

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 142

Anexo 14 – Períodos de ausência, em anos, do RRRSIA (1674-1799)

Duração	Ocorrência
1 mês – 1 ano	18
2-3 anos	13
4-5 anos	4
6-7 anos	2
8-9 anos	1

≤ 10	3
Total	41

Fonte: JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 142

Anexo 15 - Períodos de permanência, em anos, no RRRSIA (1674-1799)

Anos	1674-1679	1680-1689	1690-1699	1700-1709	1710-1719	1720-1729	1730-1739	1740-1749	1750-1759	1760-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	Total	Total (%)
0-5	3	16	3	8	3	7	14	2	7	4	6	6	6	85	40,47%
6-10	3	3	3	1		3	3	4	3	2	4	1	4	34	16,19%
11-15	1		4	3		2	2	1	2	5	2			22*	10,47%
16-20	1	1	4		3	1	3		3		3	1		20**	9,52%
21-25	1			1				1	3	1				7	2,85%
26-30			1	1					5		1		1	9	4,28%
31-35			2	1			1	1						5	2,38%
36-40				1			1		1			1		4	1,42%
41-45		1			3		1		1	1				7	3,3%
46-50				2	1	1	2	2	1					9***	4,28%
+ 50	1	2		1	1			2	1					8	3,80%
Total	10	23	17	19	11	14	27	13	27	13	16	9	11	210	100%
Total (%)	4,76%	10,95%	8,09%	9,04%	5,23%	6,66%	12,85%	6,19%	12,85%	6,19%	7,61%	4,28%	5,23%	100%	

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 1, p. 145

* Valor alterado depois da confirmação de dados.

** Valor alterado depois da confirmação de dados.

*** Valor alterado depois da confirmação de dados.

Anexo 16 – Estatuto socioprofissional das relações sociais das mulheres do RRRSIA (1674-1800)

Tipologia da relação	Igreja	Administração local/periférica	Exército	Justiça	Nobreza/Fidalguia	Serviços/Letrados	Negócios/Comércio	Total	Total (%)	Universo Total
Pais	3	28	25	6	6	19	10	97	36%	202
Irmãos	31	12	9	4	7	7		70	26%	112
Maridos		11	7	2	3	2	5	30	11%	71
Filhos	3		1					4	1%	4
Tios	24	1		6			1	32	12%	54
Avôs	3	4		1				8	3%	11
Cunhados	2	1	5	1		2		11	4%	24
Primos	9	1	1			1		12	4%	15
Sobrinhos	1					1		2	1%	7
Padrinhos	1	1	1		1			4	1%	2
Total	77	59	49	20	17	32	16	270	100%	502
Total (%)	29%	22%	18%	7%	6%	12%	6%	100%		

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra*, Vol. 1, p. 157

Anexo 17 - Parentes das mulheres do RRRSIA afiliados à Ordem de Cristo (1674-1800)

Nome dos Cavaleiros da Ordem de Cristo	Tipologia da relação	Nome da recolhida
Manuel Cardia da Silva	Primo	Mariana da Silva de Jesus
José Bezerra Peixoto	Pai	Isabel Rosa Maria; Maria Josefa da Encarnação; Brites Josefa da Silva Bezerra
João Henes de Miranda	Pai	Teresa de Miranda
António da Costa e Azevedo	Primo e marido	Maria Caetana da Costa e Azevedo
Vasco da Cunha Freitas	Pai	Gertrudes Maria da Cunha e Freitas
Alexandre de Sousa Torres	Irmão	Joana Jacinta de Sousa Torres, Francisca Clara de Sousa Torres, Teresa Laura de Sousa Torres
António de Sousa Pimentel	Pai	Vitória Francisca de Sousa Pimentel
António de Sousa Pimentel	Irmão	Ana Vitória de Sousa Pimentel
José António de Miranda Coimbra	Marido	Maria Joaquina Luísa Delfina
Pantaleão Rodrigues de Sousa	Cunhado	Leonor Maria
Pedro da Costa Guimarães	Irmão	Angélica Josefa da Costa Guimarães, Marcelina Teresa da Costa Guimarães
Manuel Pereira Guedes	Cunhado	Vitória do Nascimento
Manuel Pereira Guedes	Pai	Simoa Teresa
António José de Oliveira Porto	Tio	Ana Vitória de Sousa Pimentel

Fonte: Adaptado de JESUS, Elisabete – *Poder, caridade e honra...* Vol. 2, p. 15

Apêndices

Apêndice 1 – DATA Personagens – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes às mulheres do RONSE (1731-1800)

ID	Personagem nome completo	Estatuto (à entrada)	Estado civil (à entrada)	Data de nascimento	Data de batismo	Data de falecimento	Sepultamento (local)	Permanência na instituição (dias)	Permanência na instituição (anos)	Ausência na instituição (dias)	
Ausência na instituição (anos)	Idade (à entrada) (calculada)	Idade à saída (calculada)	Naturalidade (fonte)	Naturalidade e rua	Naturalidade freguesia	Naturalidade cidade	Residência (fonte)	Residência rua	Residência freguesia	Residência cidade	Observações

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 2 – DATA Movimentos – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes aos movimentos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Evento REF	Personagem ID	Personagem nome completo	Estatuto (no evento)	Evento	Escritura de obrigação fiador (localização)	Data evento	Motivo (Geral)	Motivo (Detalhe)	Motivo descritivo	Origem/Destino (Geral)	Origem/Destino (Detalhe)
Origem descritivo	Escrivão movimento (Nome)	Fonte	Assinaturas	Observações							

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 3 – DATA Relações – Categorias de análise para a recolha de dados concernentes às relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação ID	Personagem ID	Estatuto recolhida (à entrada)	Personagem nome completo	Relação Tipologia	Relação Nome	Estado	Naturalidade (fonte)	Naturalidade rua	Naturalidade freguesia	Naturalidade cidade	Residência fonte
Residência rua	Residência freguesia	Residência cidade	Observações								

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 4 – DATA Estatutos – Categorias de análise para a recolha de dados dos estatutos socioprofissionais das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação ID	Personagem ID	Personagem nome completo	Estatuto da recolhida (à entrada)	Relação Tipologia	Relação Nome	Estatuto Socioprofissional (fonte)	Estatuto Socioprofissional (Geral)	Estatuto Socioprofissional (Detalhe)	Estatuto Socioprofissional (Detalhe 2)	Estatuto Socioprofissional (Descritivo)

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 5 – DATA Afiliações – Categorias de análise para a recolha de dados das afiliações das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação ID	Personagem ID	Personagem nome completo	Estatuto da recolhida (à entrada)	Relação Tipologia	Relação Nome	Afiliação (Geral)	Afiliação (Detalhe)	Afiliação (Descritivo)

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 6 – Documentos disponíveis no ANTT referentes ao RRRSIA e ao RONSE

Tipologia do documento	Título	Data	Referência arquivística
Requerimento	<i>Requerimento de provedor e irmãos da Misericórdia da cidade do Porto, solicitando a expulsão do Recolhimento das Meninas Órfãs de D. Maria Eufrásia</i>	1781	<i>Ministério do Reino 1736/1910 (PT/TT/MR/EXP/051/0240/00058)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Ana Peregrina de Carvalho e Almeida, solicitando ser recolhida em qualquer convento onde tenha liberdade, e não no Recolhimento das Meninas Órfãs do Porto</i>	Séc. XVII-XVIII (?)	<i>Ministério do Reino 1736/1910 (PT/TT/MR/EXP/051/0011/00037)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Ana Joaquina Rita da Silva Souto, solicitando entrada no Recolhimento do Anjo, no Porto</i>	1733	<i>Ministério do Reino 1736/1910 PT/TT/MR/EXP/051/0008/00011</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Antónia Teresa Soares Canha, solicitando a entrada da sua filha no Recolhimento do Anjo da cidade do Porto</i>	1768	<i>Ministério do Reino 1736/1910 (PT/TT/MR/EXP/051/0012/00043)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de António Bernardo da Silva, solicitando que a sua mulher se recolhesse ao Recolhimento do Anjo no Porto</i>	1781	<i>Ministério do Reino 1736/1910 (PT/TT/MR/EXP/051/0014/00024)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Florêncio José de Moraes Cid, Juiz de Fora de Valença do Minho, solicitando que a sua mulher seja recolhida no Recolhimento do Anjo</i>	1787	<i>Ministério do Reino 1736/1910 (PT/TT/MR/EXP/051/0086/00011)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Francisca Bernanda de Azevedo, regente do RRRSIA no Porto, sobre a administração do Recolhimento de Santa Isabel do Anjo, no Porto</i>	1778	<i>Ministério do Reino 1736/1910 PT/TT/MR/EXP/051/0087/00009</i>
Requerimento	<i>Requerimento de Maria Rosa de Lucena, viúva, recolhida no Recolhimento do Anjo, sobre o Recolhimento de sua filha, Umbelina Raimunda no Recolhimento do Anjo, Porto</i>	1794	<i>Ministério do Reino 1736/1910 PT/TT/MR/EXP/051/0223/00070</i>
Requerimento	<i>Requerimento de D. Rita de Cassia de Barros, solicitando ser recolhida no</i>	1792	<i>Ministério do Reino 1736/1910 PT/TT/MR/EXP/051/0261/00012</i>

	<i>Recolhimento do Anjo de Santa Isabel na cidade do Porto, para que com a morte do seu pai, não tenha de viver com o seu marido, José Pinto de Mesquita e Sousa</i>		
Requerimento	<i>Requerimento de Luís Vaz Camelo da Silveira, escrivão da Provedoria da cidade do Porto, sargente-mor de Refóios, solicitando a sua soltura da cadeia da Relação do Porto, bem como da sua esposa, D. Ana Angélica de Carvalho, do Recolhimento do Anjo daquela cidade</i>	1767	<i>Ministério do Reino 1736/1910</i>
Consulta	<i>Consulta do Desembargo do Paço sobre D. Umbelina Violante Vitória de Almeida Coutinho pedir a graça para ingressar no Recolhimento do Anjo da cidade do Porto</i>	1815	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0026/00179)</i>
Requerimento	<i>Requerimento de D. Josefa Gertrudes Pereira, moradora no Peso da Régua, sobre a prática de sevícias pelo marido, António Bernardo Ferreira, pedindo para ser acolhida no Real Recolhimento do Anjo</i>	1815/1816	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0002/00001)</i>
Consulta	<i>Consulta do Desembargo do Paço sobre D. Ana Maria de Jesus pedir graça de entrar no Recolhimento do Anjo na cidade do Porto</i>	1815	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0026/00387)</i>
Consulta	<i>Consulta do Desembargo do Paço sobre D. Gertrudes Correia de Sousa Delicado pedir a graça de ser provido um lugar no Recolhimento do Anjo no Porto</i>	1815	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0026/00405)</i>
Parecer	<i>Parecer do Desembargo do paço relativo ao requerimento de D. Ana Angélica Panning que solicitava ser recolhida no Recolhimento do Anjo da cidade do Porto, e despacho</i>	1817	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0038/00163)</i>
Parecer	<i>Parecer da Mesa do Desembargo do Paço relativo ao requerimento de D. Rita Cássia Teixeira de Sousa, da cidade do porto, a solicitar autorização para recolher-se</i>	1818	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0038/00247)</i>

	<i>com uma criada no Recolhimento do Anjo da mesma cidade, e despacho</i>		
Parecer	<i>Parecer da Mesa do Desembargo do Paço relativo ao requerimento de D. Rita Cercia Teixeira de Sousa, da cidade do porto, a solicitar autorização para ser recolhida no Recolhimento do Anjo da mesma cidade, e despacho</i>	1818	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0038/00330)</i>
Ofício	<i>Ofício de Aires Pinto de Sousa acusando a receção do aviso pelo qual lhe é pedido que informe sobre o requerimento de D. Rita Emília de Castro, que pede licença por tempo de um ano para estar fora do Recolhimento do Anjo da cidade do Porto</i>	1829	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0029/00016)</i>
Parecer	<i>Parecer da Mesa do Desembargo do Paço relativo ao pedido de Vicência do Carmo, da cidade do Porto, para ser recolhida no Recolhimento do Anjo da mesma cidade, e despacho</i>	1817	<i>Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça 1687/1918 (PT/TT/MNEJ/2INC./0038/00115)</i>

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 7 – Documentos disponíveis na Biblioteca da Ajuda referentes ao RRSIA

Tipologia do documento	Título	Data	Referência arquivística
Carta	<i>Carta de D. Luís de Sousa, arcebispo de Braga, sobre o Recolhimento do Porto, (Roma)</i>	1677	Cod. 51-V-25, fl. 12
Provisão	<i>Provisão de D. João de Sousa, bispo do Porto, para o Recolhimento das Órfãs de St^a Isabel poder ter clausur</i>	1685	Cod. 44-XIII-8, fl. 101 v
Provisão	<i>Provisão de D. João de Sousa, bispo do Porto, para o Recolhimento de St^a Isabel sobre a observância dos Estatutos</i>	1685	Cod. 44-XIII-8, n.º 133, fl. 113 v
Carta	<i>Carta do P. Tomás Monteiro, do Recolhimento do Anjo,</i>	1693	Ms. Av. 54-VIII-7, n.º 266

	<i>para D. João de Sousa, bispo do Porto</i>		
Sem referência	<i>Sobre o Recolhimento do Anjo</i>	1695	Ms. Av. 54-VIII-21, n.º 74
Carta	<i>Cartas de Roque de Oliveira, Capelão do Recolhimento do Anjo para D. João de Sousa, bispo do Porto (</i>	1695	Ms. Av. 54-VIII-7, n.º 280
Carta	<i>Cartas de Roque de Oliveira, Capelão do Recolhimento do Anjo para D. João de Sousa, bispo do Porto</i>	1695	Ms. Av. 54-VIII-8, n.º 394
Súplica	<i>Sobre a súplica da Priora e donzelas do Recolhimento de Stª Isabel (Roma)</i>	1695	Ms. Av. 54-IX-17, n.º 102
Requerimento	<i>Sobre o Requerimento das pretendentes do Recolhimento do Anjo</i>	1697	Ms. Av. 54-VIII-15, n.º 37
Sem referência	<i>Sobre as desordens e abusos cometidos no Recolhimento de Stª Isabel</i>	Sem data atribuída	Ms. Av. 54-VIII-28, nºs 94 e 95
Sem referência	<i>Documentos sobre um Recolhimento [do Anjo, Porto</i>	Sem data atribuída	Ms. Av. 54-XI-35, nºs 67 e 68
Notícias	<i>Notícias tocantes ao Recolhimento, de que foi primeira Regente D. Helena Pereira, e ao qual Francisco de Brito Freire fez promessa de 40 mil reis em cada ano para sustento de duas recolhidas</i>	1669-1693	Ms. Av. 54-XI-35, n.º 66
Notícias	<i>Notícias tocantes ao Recolhimento, de que foi primeira Regente D. Helena Pereira, e ao qual Francisco de Brito Freire fez promessa de 40 mil reis em cada ano para sustento de duas recolhidas</i>	1669-1694	Ms. Av. 54-XI-36, n.º 152
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, Porto</i>	1691-1696	Ms. Av. 54-VIII-2, nºs 130; 132; 135; 139; 141
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, Porto</i>	(1691-)	Ms. Av. 54-VIII-4, n.º 328 a

Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, ou de Stª Isabel (Porto)</i>	(1692-1693)	Ms. Av. 54-VIII-9, nºs 120 - 122; 126; 128; 137
Carta	<i>Cartas de D. Vitória da Cruz, Regente do Recolhimento de Stª Isabel (Anjo) para o bispo do Porto, D. João de Sousa</i>	(1693-1694)	Ms. Av. 54-VIII-2, nºs 193
Carta	<i>Cartas de D. Vitória da Cruz, Regente do Recolhimento de Stª Isabel (Anjo) para o bispo do Porto, D. João de Sousa</i>	(1693-1695)	Ms. Av. 54-VIII-2, nºs 204
Carta	<i>Cartas de D. Vitória da Cruz, Regente do Recolhimento de Stª Isabel (Anjo) para o bispo do Porto, D. João de Sousa (1693-1695)</i>	(1693-1695)	Ms. Av. 54-VIII-5, n.º 72
Carta	<i>Cartas de D. Vitória da Cruz, Regente do Recolhimento de Stª Isabel (Anjo) para o bispo do Porto, D. João de Sousa</i>	(1693-1696)	Ms. Av. 54-VIII-7, n.º 267
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, ou de Santa Isabel, Porto</i>	(1694-1695)	Ms. Av. 54-VIII-5, nºs 72 a; 102; 107; 111
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, ou de Santa Isabel, Porto</i>	(1694-)	Ms. Av. 54-VIII-11, n.º 336
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, ou de Santa Isabel, Porto</i>	(1694-1697)	Ms. Av. 54-VIII-6, nºs 193 - 196
Papéis	<i>Papéis sobre o Recolhimento do Anjo, ou de Santa Isabel, Porto</i>	(1694-1695)	Ms. Av. 54-VIII-8, n.º 369; 388; 393; 355; 358

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 8 – Plantas do AHMP relativas ao RONSE e ao RRRSIA

Tipologia do documento	Título	Data	Autoria	Referência arquivística
Planta	<i>Alinhamento na calçada dos Clerigos (R. da Assumpção)</i>	1799	Teodoro de Sousa Maldonado	<i>Junta de Obras Públicas</i> PT-CMPAM/PUB/JOP/1698/028/PT-CMPAM/PUB/CMPRT/OM/1698/028
Planta	<i>Alinhamento na Alameda da Cordoaria para alargamento na Porta do Oliva</i>	1799	Teodoro de Sousa Maldonado	PT-CMPAM/PUB/JOP/1698/133
Planta	<i>Mapa das Cazas que fazem frente à Cordoaria</i>	1800	José Pedro Ribeiro	PT-CMP-AM/PUB/JOP/1698/029
Planta	<i>Plano topográfico exigido pela Ilustríssima Câmara Municipal (...) para mostrar alguns alinhamentos em projeto e aprovados em diversos tempos (...)</i>	1834	Joaquim da Costa Lima Júnior	PT-CMP-AM/PUB/JOP/1698/199

Fonte: Rita Costa, 2024 a partir de MEIRELES, Maria Adelaide – *Catálogo dos livros de plantas...*

Apêndice 9 – Cronologia de fundação dos recolhimentos portugueses, continentais e insulares, e ultramarinos durante a Época Moderna

Ano de fundação	Nome da instituição	Tipologia de mulheres assistidas	Idades	Tipologia da fundação	Tipologia da fundação (detalhe)	Administração	Administração (detalhe)	Localização geográfica
1540	Recolhimento de Santa Marta	Mulheres erradas e penitentes	Sem referência	Eclesiástica	Padre Gomes de Miranda e do Padre Luís de Melo	Sem referência	Sem referência	Évora (Portugal Continental)
1543	Real Recolhimento das Órfãs Honradas/Recolhimento das Órfãs de Castelo (de São Jorge)	Órfãs (juntaram-se porcionistas)	12-30 anos	Régia		Confrarias/Irmãndades	Confraria da Paixão de Cristo	Lisboa (Portugal Continental)
1569	Recolhimento de Santa Maria	Órfãs e viúvas (vítimas da peste)	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência
1574	Recolhimento de Santo António do Campo de Vinha	Mulheres honradas de diversos estados civis	Faixa etária diversa	Eclesiástica	Domingos Peres, abade de São João de Balança (Terras de Bouro)	Confrarias/Irmãndades	Santa Casa da Misericórdia de Braga, desde 1608	Braga (Portugal Continental)
c. 1578	Recolhimento de Santa Isabel da Hungria	Mulheres professoras na Ordem Terceira da	Sem referência	Leiga	Isabel de Jesus	Ordens Terceiras	Padres Terceiros dos Cardais	Lisboa (Portugal Continental)

* Apesar da atribuição da fundação desta instituição ao monarca D. João III, alguns historiadores levantam também a hipótese da fundação se poder atribuir a algumas pessoas religiosas, devido às informações contidas nos estatutos de 1613 da instituição mencionada. *Vide* REIS, Maria de Fátima Dias – *Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência da época moderna...*

		Penitência de São Francisco						
1585	Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição	Mulheres nobres	Sem referência	Leiga	Dona Maria Rosa, viúva de Pedro Leitão	Confrarias/Irmadades	Santa Casa da Misericórdia de Olinda	Olinda (Brasil)
1591**	Recolhimento de São Manços	Órfãs e porcionistas (casadas e viúvas)	12-45 anos	Eclesiástica	D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora	Eclesiástica	Arcebispo de Évora	Évora (Portugal Continental)
1582	Recolhimento de Convertidas	Mulheres erradas e penitentes	Sem referência	Eclesiástica e Leiga	Carmelitas e Arquiduque Alberto, governador do Reino	Confrarias/Irmadades	Paixão de Cristo	Lisboa (Portugal Continental)
1594	Recolhimento das Donzelas da Misericórdia	Órfãs (juntaram-se porcionistas)	12-20 anos	Leiga	Permuta de um hospital destinado a peregrinos por D. Antónia de Castro, viúva de Diogo Lopes de Sousa, governador do Cível	Confrarias/Irmadades	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Lisboa (Portugal Continental)
1598	Recolhimento de Nossa Senhora da Serra	Órfãs (juntaram-se viúvas)	Sem referência	Eclesiástica	D. Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa	Confrarias/Irmadades	Santa Casa da Misericórdia de Goa	Goa (Índia)
1599	Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo e São Cristóvão	Meninas plebeias (juntam-se)	Menores de 8 anos	Leiga	Diogo Lopes Solis, cavaleiro fidalgo do Rei, Tesoureiro Geral de sua Santidade e	Eclesiástica	Padres de São Roque, da Companhia de Jesus	Lisboa (Portugal Continental)

** Apesar da fundação desta instituição em 1591, apenas existe notícia segura do seu funcionamento em 1633. *Vide* LIBERATO, Marco – Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda - *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica...*p. 275-289

		porcionistas nobres)			Câmara Apostólica no reino de Portugal			
1610	Recolhimento de Santa Maria Madalena	Mulheres erradas e penitentes	Sem referência	Eclesiástica	D. Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia de Goa	Goa (Índia)
c. 1630***	Recolhimento de São Tiago	Órfãs, casadas e viúvas de condição nobre	Sem referência	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo	Viana do Castelo (Portugal Continental)
1651	Recolhimento do Ferro ou de Nossa Senhora do Patrocínio	Prostitutas e mulheres casadas malcomportadas	15-30 anos	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Porto (Portugal Continental)
1652	Recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França	Mulheres honradas	Faixa etária adulta	Leiga	Pedro Aguiar e Maria Vieira, casal de benfeitores	Eclesiástica	Arcebispo ou respetivos agentes	Braga (Portugal Continental)
1653	Recolhimento de São José	Órfãs e viúvas	Sem referência	Leiga	Paulo de Mesquita Sobrinho, Desembargador do Tribunal da Relação de Braga	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	Guimarães (Portugal Continental)

*** A certeza concernente à data da fundação do estabelecimento referido é ainda uma questão em aberto. Ainda assim, há certeza de que a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo assumia a administração deste espaço desde, pelo menos, os anos 30 do século XVII, razão pela qual se optou por apresentar a data da forma mencionada. *Vide* MAGALHÃES, António – Um refúgio de «Mulheres nobres principaes»? O Recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX. In SANTOS, Carlota – *Família, Espaço e Património...* p. 223-243

c. 1658****	Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira	Órfãs (juntaram-se porcionistas)	Sem referência	Eclesiástica	Simão Gonçalves Cidrão, Arcediago	Eclesiástica	Ordinário (Bispo, Arcebispo ou eclesiástico) da Diocese do Funchal	Funchal (Madeira, Portugal Insular)
1661	Recolhimento de Santo António do Sacramento da Torre de Moncorvo/Recolhimento de São Nicolau	Sem referência	Sem referência	Leiga	Francisca Borges de Meneses	Local e eclesiástica	Câmara e Arcebispo de Braga	Torre de Moncorvo (Portugal Continental)
1670-1671	Recolhimento do Espírito Santo dos Cardais	Sem referência	Sem referência	Leiga	Dona Maria Borges de Azevedo	Eclesiástica	Religiosos do Convento de Jesus	Lisboa (Portugal Continental)
1672	Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo	Órfãs, casadas e viúvas (de condição nobre)	12-40 anos	Leiga	Dona Helena Pereira, viúva de Gonçalo Borges Pinto, cidadão	Eclesiástica	Bispo da Diocese do Porto	Porto (Portugal Continental)
c. 1672*****	Recolhimento de Nossa Senhora das Mercês	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Lisboa (Portugal Continental)

**** A fundação do Recolhimento do Bom Jesus do Funchal remonta aos anos 60 do século XVII, tendo contornos um pouco distintos dos restantes. A iniciativa inicial previa a função de um convento masculino. Porém, dois anos depois, este empreendimento veio a sofrer uma mudança de ramo, transformando o espaço em recolhimento feminino onde, em 1658, entraram as primeiras mulheres recolhidas. *Vide SANTOS, Filipe dos – O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal...p. 251-398.*

***** Ainda que se saiba que o Recolhimento de Nossa Senhora das Mercês é coevo ao Recolhimento Real das Órfãs Honradas/Recolhimento do Castelo, os trabalhos que referem este espaço são parcos e, por isso, as informações da sua catalogação *online* referem 1672 enquanto data segura de conhecimento da existência de um recolhimento feminino. *Vide COATES, Timothy J. - Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português...*

1690	Recolhimento do Paço do Conde	Mulheres penitentes e honradas	Sem referência	Eclesiástica	D. João de Melo	Eclesiástica	Bispo da Diocese de Coimbra	Coimbra (Portugal Continental)
1691	Recolhimento de Santa Isabel da Hungria/Recolhimento das Manteladas	Mulheres professas na Ordem Terceira de S. Francisco, pobres, incapazes de trabalhar	Sem referência	Ordens Terceiras	Ordem Terceira de São Francisco	Ordens Terceiras	Ordem Terceira de São Francisco (Secular)	Porto (Portugal Continental)
1701	Recolhimento da Misericórdia de Coimbra	Órfãs	14-20 anos	Leiga	Manuel Soares de Oliveira, a partir do seu legado	Confrarias/Irmãndades	Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	Coimbra (Portugal Continental)
1704	Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo	Sem referência	Sem referência	Leiga e eclesiástica	Isabel Francisca, sob a direção de Álvaro Cienfuegos, padre jesuíta	Eclesiástica	Companhia de Jesus	Lisboa (Portugal Continental)
1710/1720	Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões	Mulheres honradas	Sem referência	Leiga	Dois irmãos	Sem referência	Sem referência	Bahia (Brasil)
1713-1716*****	Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição	Mulheres honradas (camadas	A partir dos 12 anos	Leiga	Legado de Gonçalo Ferreira da Costa e da sua esposa, Dona Clara de Barros	Eclesiástica	Sem referência	Arrifana de Sousa (Portugal Continental)

***** A vontade de erguer este recolhimento remonta aos finais do século XVII. No entanto, alguns obstáculos de vária ordem não permitiram a instituição desta instituição mais cedo. Por isso, optou-se por colocar os inícios do século XVIII enquanto data da sua fundação, pelo facto de ser neste tempo que as primeiras recolhidas dão entrada efetiva no espaço. *Vide* FERNANDES, Paula Sofia Costa – Alimentando o corpo e o espírito no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel nos séculos XVIII e XIX. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os recolhimentos femininos no Mundo Ibérico...* p. 128-149

		médias e altas)						
1716	Recolhimento de Órfãs da Misericórdia da Bahia	Órfãs	Sem referência	Leiga	João de Mattos de Aguiar, capitão	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia da Bahia	Bahia (Brasil)
1720	Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo/Recolhimento das Convertidas	Mulheres erradas e penitentes	Faixa etária adulta	Eclesiástica	D. Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga	Eclesiástica	Arcebispo ou respetivos agentes	Braga (Portugal Continental)
1722	RONSE	Órfãs (juntaram-se porcionistas)	7-25 anos (órfãs)	Eclesiástica	Remanescente do legado do padre Manuel de Passos Castro, Tesoureiro-Mor da Colegiada de Cedofeita	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia do Porto	Porto (Portugal Continental)
1724	Recolhimento de Nossa Senhora do Rosário ou de São Domingos da Tamanca	Mulheres honradas	Faixa etária adulta	Leiga	Águeda de Jesus e cinco companheiras	Eclesiástica	Arcebispo ou respetivos agentes	Braga (Portugal Continental)
1725	Recolhimento das Órfãs	Órfãs	Sem referência	Leiga	Francisco da Costa Freira, governador e capitão-general	Confrarias/Irmandades	Santa Casa da Misericórdia do Funchal	Funchal (Madeira, Portugal Insular)
c. 1735	Recolhimento de Mulheres Convertidas	Mulheres arrependidas e penitentes	Sem referência	Eclesiástica	Clérigos Miguel Rodrigues Sepúlveda e André de Souza Sepúlveda, auxiliados	Eclesiástica	Miguel Rodrigues Sepúlveda	Igarassu (Brasil)

					pelo jesuíta Gabriel Malagrida			
1739	Recolhimento de Órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro	Órfãs (exceto pardas ou mulatas)	Sem referência	Leiga	Francisco dos Santos, capitão, e Marçal Magalhães Lima	Confrarias/Irmãndades	Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (Brasil)
1742	Recolhimento de Santa Teresa	Mulheres honradas	Faixa etária adulta	Leiga	Francisca das Chagas, esposa do cozinheiro-mor do arcebispo D. José de Bragança (1741-1756)	Eclesiástica	Arcebispo ou respetivos agentes	Braga (Portugal Continental)
1747	Recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos	Viúvas nobres	Sem referência	Eclesiástica	D. Lázaro Leitão Aranha, Cónego da Capela Real e da Sá Patriarcal de Lisboa	Sem referência	Sem referência	Lisboa (Portugal Continental)
1749	Recolhimento de Nossa Senhora da Luz	Mulheres honradas (solteiras)	Sem referência	Leiga	Catarina do Nascimento, Irmã Terceira de São Francisco	Confrarias/Irmãndades; Eclesiástico	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo; Arcebispo de Évora, a partir de 1780)	Montemor-o-Novo (Portugal Continental)
1768	Recolhimento da Caridade	Sem referência	Sem referência	Leiga	António Pinto de Araújo	Eclesiástica	Arcebispos ou respetivos agentes	Braga (Portugal Continental)

1780	Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo/Recolhimento de Meninas Órfãs Desamparadas	Órfãs	Sem referência	Leiga	Negociante português*****	Eclesiástica	Ordem do Carmo	Lisboa (Portugal Continental)
Sem referência	Recolhimento do Anjo	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Guimarães (Portugal Continental)

Fonte: Rita Costa, 2024, a partir da bibliografia consultada a propósito dos recolhimentos portugueses e ultramarinos

***** A propósito da fundação deste espaço, as fontes de informação primárias parecem não ser totalmente claras. Vide PROJETO LX CONVENTOS – *Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo*. [Em linha]. [Consult. 10 de julho de 2024]. Disponível em WWW: <URL: <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=722&lang=pt>>

Apêndice 10 – Freguesias e arruamentos do Porto (1700-1820)

Topónimo	Freguesia (1700-1820)
Adro (Rua)	Miragaia
Aldas (Rua)	Sé
Alfândega (Rua)	São Nicolau
Almada (Rua)	Santo Ildefonso
Arménia (Rua)	São Pedro de Miragaia
Anjo (Rua)	Santo Ildefonso
Assentos das Virtudes (Rua)	Santo Ildefonso
Bandeirinha (Rua)	São Pedro de Miragaia
Banhos (Rua)	São Nicolau
Bainharia (Rua)	Sé
Barredo (Rua)	São Nicolau
Barreira (Lugar)	Miragaia
Batalha (Lugar)	Santo Ildefonso
Beco da Cruz (Lugar)	São Pedro de Miragaia
Belmonte (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Biquinha (Rua)	Sé
Bonjardim (Rua)	Santo Ildefonso
Buraco (Rua)	São Nicolau
Cadeia (Viela)	Sé
Calçada da Fonte da Arca (Rua)	Santo Ildefonso
Calçada dos Órfãos (Rua)	Santo Ildefonso
Calvário Novo (Rua)	Santo Ildefonso
Calvário Velho (Rua)	Santo Ildefonso
Canastreiro (Rua)	São Nicolau
Canos (Rua)	Sé
Cantareira (Rua)	São João Batista da Foz do Douro
Cativo (Viela)	Sé
Chã (Rua)	Sé
Cidral de baixo (Rua)	São Pedro de Miragaia
Cidral de Cima (Lugar)	São Pedro de Miragaia
Cima do Muro (Rua)	São Nicolau
Cimo da Lada	São Nicolau
Cimo de Vila (Rua)	Sé

Clérigos (Calçada/Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Codessal (Rua do)	São Nicolau
Colégio Velho (Rua)	São Nicolau
Congostas (Rua)	Sé
Congregados (Viela)	Santo Ildefonso
Cordoaria Nova (Rua)	Santo Ildefonso
Cordoaria Velha (Rua)	São Pedro de Miragaia
Corpo da Guarda (Calçada)	Sé
Correio Mor (Viela)	Santo Ildefonso
Costeiras (Rua)	Santa Marinha
Empegada (Lugar)	Santo Ildefonso
Entrevados (Viela)	Sé
Escura (Rua)	Sé
Esnoga (Viela)	Nossa Senhora da Vitória
Esperança (Rua)	São Pedro de Miragaia
Espírito Santo (Lugar)	São Pedro de Miragaia
Fábrica (Rua)	Santo Ildefonso
Ferradores (Rua)	Santo Ildefonso
Ferraria (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Ferraria de Baixo (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Ferraria de Cima (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Ferraz (Viela)	Nossa Senhora da Vitória
Flores (Rua)	Sé
Fonte da Colher (Lugar)	São Pedro de Miragaia
Fonte da Neta (Rua)	Santo Ildefonso
Fonte dos Touros (Lugar)	Miragaia
Fonte Taurina (Rua)	São Nicolau
Fora dos Muros (Lugar)	Miragaia
Forno Velho (Beco)	São Nicolau
Forno Velho (Calçada)	São Pedro de Miragaia
Fradelos (Rua)	Santo Ildefonso
Gatos (Viela)	Sé
Germalde (Lugar)	Santo Ildefonso
Guindais (Lugar)	São Nicolau
Graça (Rua)	Santo Ildefonso

Hortas (Rua)	Santo Ildefonso
Lada (Rua)	São Nicolau
Lages da Cordoaria (Santo Ildefonso)	Santo Ildefonso
Laranjal (Rua)	Santo Ildefonso
Laranjal de Baixo (Rua)	Santo Ildefonso
Larga (Viela)	São Pedro de Miragaia
Liceiras (Rua)	Santo Ildefonso
Loureiro (Rua)	Sé
Matadouros (Lugar)	Santo Ildefonso
Mendes (Viela)	Santo Ildefonso
Mercadores (Rua)	São Nicolau
Minhota (Rua)	São Nicolau
Monchique (Calçada)	São Pedro de Miragaia
Monte (Rua)	São Pedro de Miragaia
Nova (Rua)	São Nicolau
Nova do Bispo	Santo Ildefonso
Nova da Praça (Rua)	Santo Ildefonso
Nova de Santa Valados (Rua)	Santo Ildefonso
Nova de Santo António (Rua)	São Pedro de Miragaia
Nova das Fontainhas (Rua)	Santo Ildefonso
Nova do Anjo (Rua)	Santo Ildefonso
Nova de São João (Rua)	São Nicolau
Ourivesaria (Rua)	São Nicolau
Outeiro (Lugar)	São Nicolau
Padrão das Almas (Rua)	Santo Ildefonso
Paraíso (Rua)	Santo Ildefonso
Pelames (Rua)	Sé
Pena Ventosa (Lugar)	Sé
Pinheiro (Viela)	Santo Ildefonso
Poço das Patas (Lugar)	Santo Ildefonso
Ponte Nova (Rua)	Sé
Porta de Carros (Rua)	Santo Ildefonso
Porta do Olival (Lugar)	Nossa Senhora da Vitória
Porta-Nova (Rua)	São Nicolau
Postigo das Virtudes (Lugar)	Nossa Senhora da Vitória

Póvoa de Baixo (Lugar)	Santo Ildefonso
Póvoa de Cima (Lugar)	Santo Ildefonso
Praça Nova (Rua)	Santo Ildefonso
Reboleira (Rua)	São Nicolau
Ribeira (Praça)	São Nicolau
Salvatodos (Lugar)	Santo Ildefonso
Santa Catarina (Rua)	Santo Ildefonso
Santo André (Rua)	Santo Ildefonso
Santo António do Penedo (Rua)	Sé
Santo Ovídio (Rua)	Santo Ildefonso
São Bento (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
São Bento das Freias (Rua)	Sé
São Bento das Freias (Terreiro)	Sé
São Crispim (Rua)	Sé
São Domingos (Largo/Rua)	Nossa Senhora da Vitória
São Francisco (Calçada/Rua)	São Nicolau
São João Novo (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
São Lázaro (Lugar)	Santo Ildefonso
São Miguel (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
São Roque (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
São Sebastião	Sé
Santo Ovídio	Santo Ildefonso
Souto (Rua)	Sé
Taipas (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Teresa (Calçada)	Santo Ildefonso
Terreiro (Lugar)	São Nicolau
Trás (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Trás da Vitória (Rua)	Nossa Senhora da Vitória
Traseiras da Cordoaria (Rua)	Santo Ildefonso
Traseiras dos Ferradores (Rua)	Santo Ildefonso
Virtudes (Rua)	São Pedro de Miragaia

Fonte: Rita Costa, 2024, a partir de SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana...*p. 281-350; SILVA, Francisco Ribeiro da - *Tempos Modernos*. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto...*p. 256-375; COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto que contem a sua origem, situação, e antiguidades....* Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789

Apêndice 11 – Estatutos ocupados pelas mulheres do RONSE

Estatuto (à entrada)	Contagem do Estatuto (à entrada)	Porcentagem do Estatuto (à entrada)
Porcionista	163	48,1%
Órfã	140	41,3%
Regente	3	0,9%
Mestra	8	2,4%
Porteira	2	0,6%
Outro	2	0,6%
Servente de dentro	18	5,3%
Servente de fora	3	0,9%
Total	339	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 12 – Naturalidade, por cidade, das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
Albergaria-a-Velha			1	1
Amarante		1		1
Aveiro			2	2
Baião	1			1
Barcelos			1	1
Belmonte			1	1
Braga	1			1
Celorico de Basto			2	2
Cinfães		1		1
Felgueiras			1	1
Gondomar		3		3
Guimarães			2	2
Lamego		1	1	2
Lisboa	1			1
Lousada	1			1
Maia	1		1	2
Matosinhos			1	1
Mesão Frio			5	5
Paços de Ferreira			2	2
Paredes	3		1	4
Penafiel	2		1	3
Peso da Régua			4	4
Porto	4	50	29	83
Santa Maria da Feira	2		1	3
Santa Marta de Penaguião			2	2
Santo Tirso		1	2	3

Sernancelhe	1			1
Valongo			1	1
Vila Nova de Foz Côa			1	1
Vila Nova de Gaia		2	3	5
Vila Real			1	1
Viseu	1			1
Total	18	59	66	143

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 13 – Naturalidade, por cidade, das mulheres do RONSE (%)

Cidade	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
Albergaria-a-Velha	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Amarante	0,00%	0,70%	0,00%	0,70%
Aveiro	0,00%	0,00%	1,40%	1,40%
Baião	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Barcelos	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Belmonte	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Braga	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Celorico de Basto	0,00%	0,00%	1,40%	1,40%
Cinfães	0,00%	0,70%	0,00%	0,70%
Felgueiras	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Gondomar	0,00%	2,10%	0,00%	2,10%
Guimarães	0,00%	0,00%	1,40%	1,40%
Lamego	0,00%	0,70%	0,70%	1,40%
Lisboa	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Lousada	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Maia	0,70%	0,00%	0,70%	1,40%
Matosinhos	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Mesão Frio	0,00%	0,00%	3,50%	3,50%
Paços de Ferreira	0,00%	0,00%	1,40%	1,40%
Paredes	2,10%	0,00%	0,70%	2,80%
Penafiel	1,40%	0,00%	0,70%	2,10%
Peso da Régua	0,00%	0,00%	2,80%	2,80%
Porto	2,80%	34,97%	20,28%	58,04%
Santa Maria da Feira	1,40%	0,00%	0,70%	2,10%
Santa Marta de Penaguião	0,00%	0,00%	1,40%	1,40%
Santo Tirso	0,00%	0,70%	1,40%	2,10%
Sernancelhe	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Valongo	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Vila Nova de Foz Côa	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Vila Nova de Gaia	0,00%	1,40%	2,10%	3,50%

Vila Real	0,00%	0,00%	0,70%	0,70%
Viseu	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
Total	12,59%	41,26%	46,15%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 14 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)

Freguesias/Ruas	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total (Rua)	Total (Freg.)
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos					1
Não referido	1			1	
Nossa Senhora da Vitória					11
Belmonte (Rua)		2		2	
Caldeireiros (Rua)	1			1	
Ferraria de Baixo (Rua)		1		1	
Ferraria de Cima (Rua)	1			1	
Não referido	3			3	
São Miguel (Rua)	2	1		3	
Nossa Senhora de Campanhã					2
Não referido			2	2	
Santo Ildefonso					13
Bonjardim (Rua)	2			2	
Calvário Velho (Rua)	2			2	
Carros (Rua)			1	1	
Cordoaria (Rua)		1		1	
Graça (Rua)	1			1	
Não referido		3		3	
Padrão das Almas (Rua)		1		1	
Paraíso (Rua)	2			2	
São João Batista da Foz do Douro					1
Não referido		1		1	
São Martinho de Cedofeita					1
Não referido		1		1	
São Martinho de Lordelo do Ouro					1
Não referido	1			1	
São Nicolau					20
Barredo (Rua)	3			3	
Fonte Taurina (Rua)		1		1	

Mercadores (Rua)	2		1	3	
Não referido	6	6		12	
Ourivesaria (Rua da)	1			1	
São Pedro de Miragaia					6
Cordoaria Velha (Rua)	1			1	
Não referido	4	1		5	
Sé					15
Bainharia (Rua)	1	3		4	
Canos (Rua)	1	1		2	
Chã (Rua)	2			2	
Congostas (Rua)	2			2	
Corpo da Guarda (Calçada)	1			1	
Flores (Rua)	1			1	
Não referido	1			1	
São Bento das Freiras (Rua)	1			1	
Souto (Rua)	1			1	
Total	44	23	4	71	71

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 15 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres RONSE (1731-1800) (%)

Freguesias/Ruas	Órfã	Porcionista	Oficial/ Servente	Total (Rua)	Total (Freg.)
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos					1,41%
Não referido	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Nossa Senhora da Vitória					15,49%
Belmonte (Rua do)	0,00%	2,82%	0,00%	2,82%	
Caldeireiros (Rua dos)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Ferraria de Baixo (Rua)	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	
Ferraria de Cima (Rua)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Não referido	4,23%	0,00%	0,00%	4,23%	
São Miguel (Rua de)	2,82%	1,41%	0,00%	4,23%	
Nossa Senhora de Campanhã					2,82%
Não referido	0,00%	0,00%	2,82%	2,82%	
Santo Ildefonso					18,31%
Bonjardim (Rua do)	2,82%	0,00%	0,00%	2,82%	
Calvário Velho (Rua)	2,82%	0,00%	0,00%	2,82%	
Carros (Rua)	0,00%	0,00%	1,41%	1,41%	
Cordoaria (Rua)	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	

Graça (Rua)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Não referido	0,00%	4,23%	0,00%	4,23%	
Padrão das Almas (Rua)	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	
Paraíso (Rua do)	2,82%	0,00%	0,00%	2,82%	
São João Batista da Foz do Douro					1,41%
Não referido	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	
São Martinho de Cedofeita					1,41%
Não referido	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	
São Martinho de Lordelo do Ouro					1,41%
Não referido	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
São Nicolau					28,17%
Barredo (Rua do)	4,23%	0,00%	0,00%	4,23%	
Fonte Taurina (Rua)	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	
Mercadores (Rua)	2,82%	0,00%	1,41%	4,23%	
Não referido	8,45%	8,45%	0,00%	16,90%	
Ourivesaria (Rua da)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
São Pedro de Miragaia					8,45%
Cordoaria Velha (Rua)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Não referido	5,63%	1,41%	0,00%	7,04%	
Sé					21,13%
Bainharia (Rua)	1,41%	4,23%	0,00%	5,63%	
Canos (Rua)	1,41%	1,41%	0,00%	2,82%	
Chã (Rua)	2,82%	0,00%	0,00%	2,82%	
Congostas (Rua)	2,82%	0,00%	0,00%	2,82%	
Corpo da Guarda (Calçada)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Flores (Rua das)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Não referido	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
São Bento das Freiras (Rua)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Souto (Rua do)	1,41%	0,00%	0,00%	1,41%	
Total	61,97%	32,39%	5,63%	100%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 16 – Residência, por cidade, das mulheres RONSE (1731-1800)

Cidade	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
Albergaria-a-Velha		1		1
Braga		2		2
Guimarães		2		2
Marco de Canaveses		2		2
Paredes		1	1	2
Penafiel		2	1	3
Porto	86	57	7	150
Santo Tirso	2			2
Valongo		1		1
Vila Nova de Gaia	1	2	1	4
Total	89	70	10	169

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 17 – Residência, por cidade, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Cidade	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
Albergaria-a-Velha	0,00%	0,59%	0,00%	0,59%
Braga	0,00%	1,18%	0,00%	1,18%
Guimarães	0,00%	1,18%	0,00%	1,18%
Marco de Canaveses	0,00%	1,18%	0,00%	1,18%
Paredes	0,00%	0,59%	0,59%	1,18%
Penafiel	0,00%	1,18%	0,59%	1,78%
Porto	50,89%	33,73%	4,14%	88,76%
Santo Tirso	1,18%	0,00%	0,00%	1,18%
Valongo	0,00%	0,59%	0,00%	0,59%
Vila Nova de Gaia	0,59%	1,18%	0,59%	2,37%
Total	52,66%	41,42%	5,92%	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 18 – Residência, por freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total (rua)	Total (Freg.)
Nossa Senhora da Vitória					23
Belmonte (Rua do)	4	1		5	
Clérigos (Calçada)		1		1	
Ferraria de Baixo (Rua)	2	3		5	
Ferraria de Cima (Rua)	1	1		2	
Não referido	1	1	1	3	

São Miguel (Rua de)	1	2		3	
Taipas (Rua das)	1	1		2	
Trás (Rua de)	2			2	
Santo Ildefonso					44
Não referido	2	6	3	11	
Almada (Rua do)	3	1		4	
Bonjardim (Rua do)	2	2		4	
Carros (Rua)			1	1	
Cordoaria (Rua)		2		2	
Fábrica (Rua da)	2	2		4	
Ferradores (Rua)	3	1		4	
Graça (Rua)	1			1	
Nova das Fontainhas (Rua)	1			1	
Padrão das Almas (Rua)	2	1		3	
Paraíso (Rua do)		2		2	
Porta de Carros (Rua)		1		1	
Santo André (Rua)	2			2	
Santo Ovídio (Rua)	2			2	
Direita (Rua, Porto)	2			2	
São João Batista da Foz do Douro					1
Não referido		1		1	1
São Miguel de Nevogilde					
Não referido		1		1	22
São Nicolau					
Não referido		3		3	
Banhos (Rua)	2	2		4	
Barredo (Rua do)	1	3		4	
Cima da Lada (Rua)	1			1	
Cima do Muro (Rua)	1			1	
Codessal (Rua)	1			1	
Colégio Velho (Rua do)	1			1	
Fonte Taurina (Rua)	1	2		3	
Mercadores (Rua)	2			2	
Reboleira (Rua da)		1		1	
São Nicolau (Rua)	1			1	
São Pedro de Miragaia					4
Não referido	3			3	
Virtudes (Rua)	1			1	
Sé					42
Não referido	9	3		12	
Aldas (Rua das)		1		1	
Bainharia (Rua)		3		3	
Biquinha (Rua)	1			1	
Canos (Rua)	1			1	

Chã (Rua)	3	3		6	
Cimo de Vila (Rua do)	4			4	
Congostas (Rua)	3			3	
Flores (Rua das)		1	1	2	
Santo António do Penedo (Rua de)	3			3	
São Bento das Freiras (Rua)	1			1	
São Sebastião (Rua de)	3			3	
Souto (Rua do)	2			2	
Total Geral	79	52	6	137	137

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 19 – Residência, por freguesia e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Cidade	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total (Rua)	Total (Freg.)
Nossa Senhora da Vitória					16,79%
Belmonte (Rua do)	2,92%	0,73%	0,00%	3,65%	
Clérigos (Calçada)	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
Ferraria de Baixo (Rua)	1,46%	2,19%	0,00%	3,65%	
Ferraria de Cima (Rua)	0,73%	0,73%	0,00%	1,46%	
Não referido	0,73%	0,73%	0,73%	2,19%	
São Miguel (Rua de)	0,73%	1,46%	0,00%	2,19%	
Taipas (Rua das)	0,73%	0,73%	0,00%	1,46%	
Trás (Rua de)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	32,12%
Santo Ildefonso					
Não referido	1,46%	4,38%	2,19%	8,03%	
Almada (Rua do)	2,19%	0,73%	0,00%	2,92%	
Bonjardim (Rua do)	1,46%	1,46%	0,00%	2,92%	
Carros (Rua)	0,00%	0,00%	0,73%	0,73%	
Cordoaria (Rua)	0,00%	1,46%	0,00%	1,46%	
Fábrica (Rua da)	1,46%	1,46%	0,00%	2,92%	
Ferradores (Rua)	2,19%	0,73%	0,00%	2,92%	
Graça (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Nova das Fontainhas (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Padrão das Almas (Rua)	1,46%	0,73%	0,00%	2,19%	
Paraíso (Rua do)	0,00%	1,46%	0,00%	1,46%	
Porta de Carros (Rua)	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
Santo André (Rua)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	
Santo Ovídio (Rua)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	
Direita (Rua, Porto)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	

São João Batista da Foz do Douro					0,73%
Não referido	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
São Miguel de Nevogilde					0,73%
Não referido	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
São Nicolau					16,06%
Não referido	0,00%	2,19%	0,00%	2,19%	
Banhos (Rua)	1,46%	1,46%	0,00%	2,92%	
Barredo (Rua do)	0,73%	2,19%	0,00%	2,92%	
Cima da Lada (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Cima do Muro (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Codessal (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Colégio Velho (Rua do)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Fonte Taurina (Rua)	0,73%	1,46%	0,00%	2,19%	
Mercadores (Rua)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	
Reboleira (Rua da)	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
São Nicolau (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
São Pedro de Miragaia					2,92%
Não referido	2,19%	0,00%	0,00%	2,19%	
Virtudes (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Sé					30,66%
Não referido	6,57%	2,19%	0,00%	8,76%	
Aldas (Rua das)	0,00%	0,73%	0,00%	0,73%	
Bainharia (Rua)	0,00%	2,19%	0,00%	2,19%	
Biquinha (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Canos (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
Chã (Rua)	2,19%	2,19%	0,00%	4,38%	
Cimo de Vila (Rua do)	2,92%	0,00%	0,00%	2,92%	
Congostas (Rua)	2,19%	0,00%	0,00%	2,19%	
Flores (Rua das)	0,00%	0,73%	0,73%	1,46%	
Santo António do Penedo (Rua de)	2,19%	0,00%	0,00%	2,19%	
São Bento das Freiras (Rua)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	
São Sebastião (Rua de)	2,19%	0,00%	0,00%	2,19%	
Souto (Rua do)	1,46%	0,00%	0,00%	1,46%	
Total Geral	57,66%	37,96%	4,38%	100%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 20 – Entradas, por ano, no RONSE (1731-1800)

Ano	Porcionista	Órfã	Oficial/ Servente	Outro	Total (ano)	Total (década)	Média (década)
1731	3	5	4		12	46	4,6 (5)
1732	1	1			2		
1733		5	3		8		
1734	2		2		4		
1735			1		1		
1736	2	3		1	6		
1737	3		2		5		
1738	1	2	1		4		
1739	4				4		
1740	5	4	1		10	43	4,3 (4)
1741	2		1		3		
1742	2		1		3		
1743	1	1			2		
1744	2	3	2		7		
1745	2	2	1		5		
1746	3	2			5		
1747			1		1		
1748		2	1		3		
1749		4			4		
1750	0	0	0	0	0	23	2,3 (2)
1751			1		1		
1752	0	0	0	0	0		
1753	1				1		
1754	3	1	1		5		
1755		2			2		
1756	2	2	1		5		
1757	1				1		
1758	3				3		
1759	4		1		5		
1760	1				1	52	5,2 (5)
1761	1	2			3		
1762	3	3			6		
1763	4	8			12		
1764	1	2			3		
1765	6				6		
1766	6	3			9		
1767	2	1			3		
1768	2	1			3		
1769	6				6		
1770	2	1			3	41	4,1 (4)
1771	1	2			3		

1772	2	2			4		
1773	2	4			6		
1774	1	4			5		
1775		1			1		
1776	3	2			5		
1777	1		1		2		
1778	3	5			8		
1779	3	1			4		
1780	6	1			7	44	4,4 (4)
1781	4		2		6		
1782		2			2		
1783	1	5			6		
1784	1	4			5		
1785	1	2			3		
1786		3	1		4		
1787	3	2			5		
1788		2			2	63	6,3 (6)
1789	1	3			4		
1790		2			2		
1791	2	3			5		
1792	5	1			6		
1793	7	2		1	10		
1794	1		2		3		
1795	4	5			9		
1796	2	2			4		
1797	3	6			9		
1798	1	1			2		
1799	7	5	1		13	15	15
1800	8	7			15		
Total	154	139	32	2	327	327	

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 21 – Entradas, por ano, no RONSE (1731-1800) (%)

Anos	Porcionista	Órfã	Oficial/Servente	Outro	Total (Ano)	Total (década)
1731	0,92%	1,53%	1,22%	0,00%	3,67%	14,07%
1732	0,31%	0,31%	0,00%	0,00%	0,61%	
1733	0,00%	1,53%	0,92%	0,00%	2,45%	
1734	0,61%	0,00%	0,61%	0,00%	1,22%	
1735	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	0,31%	
1736	0,61%	0,92%	0,00%	0,31%	1,83%	
1737	0,92%	0,00%	0,61%	0,00%	1,53%	
1738	0,31%	0,61%	0,31%	0,00%	1,22%	

1739	1,22%	0,00%	0,00%	0,00%	1,22%	
1740	1,53%	1,22%	0,31%	0,00%	3,06%	13,15%
1741	0,61%	0,00%	0,31%	0,00%	0,92%	
1742	0,61%	0,00%	0,31%	0,00%	0,92%	
1743	0,31%	0,31%	0,00%	0,00%	0,61%	
1744	0,61%	0,92%	0,61%	0,00%	2,14%	
1745	0,61%	0,61%	0,31%	0,00%	1,53%	
1746	0,92%	0,61%	0,00%	0,00%	1,53%	
1747	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	0,31%	
1748	0,00%	0,61%	0,31%	0,00%	0,92%	
1749	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	1,22%	
1750	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,03%
1751	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	0,31%	
1752	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
1753	0,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	
1754	0,92%	0,31%	0,31%	0,00%	1,53%	
1755	0,00%	0,61%	0,00%	0,00%	0,61%	
1756	0,61%	0,61%	0,31%	0,00%	1,53%	
1757	0,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	
1758	0,92%	0,00%	0,00%	0,00%	0,92%	
1759	1,22%	0,00%	0,31%	0,00%	1,53%	
1760	0,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,31%	15,90%
1761	0,31%	0,61%	0,00%	0,00%	0,92%	
1762	0,92%	0,92%	0,00%	0,00%	1,83%	
1763	1,22%	2,45%	0,00%	0,00%	3,67%	
1764	0,31%	0,61%	0,00%	0,00%	0,92%	
1765	1,83%	0,00%	0,00%	0,00%	1,83%	
1766	1,83%	0,92%	0,00%	0,00%	2,75%	
1767	0,61%	0,31%	0,00%	0,00%	0,92%	
1768	0,61%	0,31%	0,00%	0,00%	0,92%	
1769	1,83%	0,00%	0,00%	0,00%	1,83%	
1770	0,61%	0,31%	0,00%	0,00%	0,92%	12,54%
1771	0,31%	0,61%	0,00%	0,00%	0,92%	
1772	0,61%	0,61%	0,00%	0,00%	1,22%	
1773	0,61%	1,22%	0,00%	0,00%	1,83%	
1774	0,31%	1,22%	0,00%	0,00%	1,53%	
1775	0,00%	0,31%	0,00%	0,00%	0,31%	
1776	0,92%	0,61%	0,00%	0,00%	1,53%	
1777	0,31%	0,00%	0,31%	0,00%	0,61%	
1778	0,92%	1,53%	0,00%	0,00%	2,45%	
1779	0,92%	0,31%	0,00%	0,00%	1,22%	
1780	1,83%	0,31%	0,00%	0,00%	2,14%	13,46%
1781	1,22%	0,00%	0,61%	0,00%	1,83%	
1782	0,00%	0,61%	0,00%	0,00%	0,61%	

1783	0,31%	1,53%	0,00%	0,00%	1,83%	
1784	0,31%	1,22%	0,00%	0,00%	1,53%	
1785	0,31%	0,61%	0,00%	0,00%	0,92%	
1786	0,00%	0,92%	0,31%	0,00%	1,22%	
1787	0,92%	0,61%	0,00%	0,00%	1,53%	
1788	0,00%	0,61%	0,00%	0,00%	0,61%	
1789	0,31%	0,92%	0,00%	0,00%	1,22%	
1790	0,00%	0,61%	0,00%	0,00%	0,61%	19,27%
1791	0,61%	0,92%	0,00%	0,00%	1,53%	
1792	1,53%	0,31%	0,00%	0,00%	1,83%	
1793	2,14%	0,61%	0,00%	0,31%	3,06%	
1794	0,31%	0,00%	0,61%	0,00%	0,92%	
1795	1,22%	1,53%	0,00%	0,00%	2,75%	
1796	0,61%	0,61%	0,00%	0,00%	1,22%	
1797	0,92%	1,83%	0,00%	0,00%	2,75%	
1798	0,31%	0,31%	0,00%	0,00%	0,61%	
1799	2,14%	1,53%	0,31%	0,00%	3,98%	
1800	2,45%	2,14%	0,00%	0,00%	4,59%	4,59%
Total	47,09%	42,51%	9,79%	0,61%	100%	

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 22 – Entradas, por meses do ano, no RONSE (1731-1800)

Mês do ano	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total Geral
Janeiro	18	6	2		26
Fevereiro	15	11	3		29
Março	15	12	2		29
Abril	11	9	1		21
Maio	12	17	3		32
Junho	21	13	2		36
Julho	14	16	2		32
Agosto	5	17		1	23
Setembro	6	21	2		29
Outubro	6	9	9		24
Novembro	5	17	4	1	27
Dezembro	11	6	2		19
Total	139	154	32	2	327

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 23 – Entrada, por meses do ano, de mulheres no RONSE (%)

Mês do ano	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total
Janeiro	5,50%	1,83%	0,61%	0,00%	7,95%
Fevereiro	4,59%	3,36%	0,92%	0,00%	8,87%
Março	4,59%	3,67%	0,61%	0,00%	8,87%
Abril	3,36%	2,75%	0,31%	0,00%	6,42%
Maio	3,67%	5,20%	0,92%	0,00%	9,79%
Junho	6,42%	3,98%	0,61%	0,00%	11,01%
Julho	4,28%	4,89%	0,61%	0,00%	9,79%
Agosto	1,53%	5,20%	0,00%	0,31%	7,03%
Setembro	1,83%	6,42%	0,61%	0,00%	8,87%
Outubro	1,83%	2,75%	2,75%	0,00%	7,34%
Novembro	1,53%	5,20%	1,22%	0,31%	8,26%
Dezembro	3,36%	1,83%	0,61%	0,00%	5,81%
Total	42,51%	47,09%	9,79%	0,61%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 24 – Motivações de ingresso no RONSE (1731-1800)

Motivos	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total
Orfandade	139	6			145
Servir			34		34
Ausência do elemento masculino	1	13		1	15
Viuvez		7			7
Ordem		6			6
Outros		4			4
Total Geral	140	36	34	1	211

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 25 – Motivações de ingresso no RONSE (1731-1800) (%)

Motivos	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total
Orfandade	65,88%	2,84%	0,00%	0,00%	68,72%
Servir	0,00%	0,00%	16,11%	0,00%	16,11%
Ausência do elemento masculino	0,47%	6,16%	0,00%	0,47%	7,11%
Viuvez	0,00%	3,32%	0,00%	0,00%	3,32%
Ordem	0,00%	2,84%	0,00%	0,00%	2,84%
Outros	0,00%	1,90%	0,00%	0,00%	1,90%
Total Geral	66,35%	17,06%	16,11%	0,47%	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002);

Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 26 – Orfandade e ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800)

Motivo de entrada	Órfã	Porcionista	Outro	Total Geral
Ausência do elemento masculino	1	14	1	16
Ausência do irmão	1	1		2
Ausência do marido		2		2
Ausência do pai		11	1	12
Orfandade	139	6		145
Órfã de pai	103	1		104
Órfã de pai e mãe	36	5		41
Total Geral	140	20	1	161

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798* (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799* (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 27 - Orfandade e ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800) (%)

Motivo de entrada	Órfã	Porcionista	Outro	Total Geral
Ausência do elemento masculino	0,62%	8,70%	0,62%	9,94%
Ausência do irmão	0,62%	0,62%	0,00%	1,24%
Ausência do marido	0,00%	1,24%	0,00%	1,24%
Ausência do pai	0,00%	6,83%	0,62%	7,45%
Orfandade	86,34%	3,73%	0,00%	90,06%
Órfã de pai	63,98%	0,62%	0,00%	64,60%
Órfã de pai e mãe	22,36%	3,11%	0,00%	25,47%
Total Geral	86,96%	12,42%	0,62%	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798* (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799* (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 28 – Ausência do elemento masculino no RONSE (1731-1800)

Ausência do elemento masculino	Órfã	Outro	Porcionista	Total Geral
Irmão/ã ausente	1		1	2
Lisboa	1			1
Espanha			1	1
Marido ausente			2	2
Brasil			2	2
Pai ausente		1	11	12
Brasil			6	6
Espanha		1	5	6
Total	1	1	14	16

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798* (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799* (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 29 – Idades de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800)

Idade (à entrada)	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total
4				1	1
6	1	1			2
7	8	2			10
8	17				17
9	9	3			12
10	16	2			18
11	25	1			26
12	19				19
13	19	4			23
14	11	1			12
15		2			2
16		2			2
18	1		1		2
22		1	1		2
23		1			1
27		1			1
28		1			1
32		1			1
34		1			1
40		1	1		2
41			1		1
42		1			1
46			1		1
47		1			1
50			1		1
80		2			2
Total	126	29	6	1	162

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 30 – Idades de ingresso das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Idade (à entrada)	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total
4	0,00%	0,00%	0,00%	0,62%	0,62%
6	0,62%	0,62%	0,00%	0,00%	1,23%
7	4,94%	1,23%	0,00%	0,00%	6,17%
8	10,49%	0,00%	0,00%	0,00%	10,49%
9	5,56%	1,85%	0,00%	0,00%	7,41%
10	9,88%	1,23%	0,00%	0,00%	11,11%
11	15,43%	0,62%	0,00%	0,00%	16,05%
12	11,73%	0,00%	0,00%	0,00%	11,73%
13	11,73%	2,47%	0,00%	0,00%	14,20%

14	6,79%	0,62%	0,00%	0,00%	7,41%
15	0,00%	1,23%	0,00%	0,00%	1,23%
16	0,00%	1,23%	0,00%	0,00%	1,23%
18	0,62%	0,00%	0,62%	0,00%	1,23%
22	0,00%	0,62%	0,62%	0,00%	1,23%
23	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
27	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
28	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
32	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
34	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
40	0,00%	0,62%	0,62%	0,00%	1,23%
41	0,00%	0,00%	0,62%	0,00%	0,62%
42	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
46	0,00%	0,00%	0,62%	0,00%	0,62%
47	0,00%	0,62%	0,00%	0,00%	0,62%
50	0,00%	0,00%	0,62%	0,00%	0,62%
80	0,00%	1,23%	0,00%	0,00%	1,23%
Total	77,78%	17,90%	3,70%	0,62%	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 31 – Saídas definitivas, anuais, do RONSE (1731-1800)

Ano	Órfã	Porcionista	Oficial/ Servente	Outro	Total	Total (década)	Total (década %)	Média
1731						24	9,34%	2,4 (2)
1732		1			1			
1733		1	4		5			
1734			1		1			
1735			3		3			
1736	3	2			5			
1737		2		1	3			
1738	2	3			5			
1739	1				1			
1740	1		1		2	29	11,28%	2,9 (3)
1741								
1742		2			2			
1743	1				1			
1744	1	4			5			
1745	1	3	1		5			
1746	1		2		3			
1747	1	1	1		3			
1748	3	2	2		7			

1749	1				1			
1750								
1751	1	2			3			
1752								
1753	2		1		3			
1754								
1755	3	2			5			
1756	1		2		3			
1757		1			1			
1758	2	1			3			
1759	1				1			
1760	1	3			4			
1761	2				2			
1762	2	2			4			
1763	1				1			
1764								
1765		4			4			
1766		1			1			
1767		3			3			
1768	1	1			2			
1769		2			2			
1770	1	5			6			
1771	3	3			6			
1772	4	5			9			
1773	1	2			3			
1774	2	1			3			
1775	1	2			3			
1776	2				2			
1777	1				1			
1778	1	1			2			
1779								
1780	1				1			
1781	2	2	1		5			
1782	1	6			7			
1783	4	2			6			
1784	3	3			6			
1785	2	1			3			
1786	2	2			4			
1787	2	4			6			
1788	2	1			3			
1789	2	1			3			
1790		1			1			
1791	3	2			5			
1792	1				1			

1793	5	3	1		9			
1794	3	1			4			
1795	2	1			3			
1796	2	7		1	10			
1797	2				2			
1798		1			1			
1799	3	5			8			
1800	5	5			10	10	3,89%	
1801	1	1	1		3	3	1,17%	
1802	4	3			7	7	2,72%	
1803	1	1			2	2	0,78%	
1804	2	2			4	4	1,56%	
1806	3				3	3	1,17%	
1807	1				1	1	0,39%	
1809	2				2	2	0,78%	
1810	1				1	1	0,39%	
1811	1				1	1	0,39%	
1812						0		
1813	1				1	1	0,39%	
1814	2				2	2	0,78%	
1815						0		
1816	1				1	1	0,39%	
1817						0		
1818						0		
1819						0		
1820						0		
1821						0		
1822						0		
1823						0		
1824						0		
1825	1				1	1	0,39%	
Total	117	117	21	2	257	257	100%	3,1 (3)

Fonte: AHSCMP - Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 32 – Saídas definitivas, por meses do ano, do RONSE

Meses do ano	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Outro	Total	Total (%)
Janeiro	8	13			21	8,17%
Fevereiro	12	9	2		23	8,95%
Março	4	15			19	7,39%
Abril	7	6	4		17	6,61%
Maio	13	11			24	9,34%
Junho	10	10	2		22	8,56%

Julho	13	7	1	1	22	8,56%
Agosto	10	10	3		23	8,95%
Setembro	10	14	2		26	10,12%
Outubro	10	13	2	1	26	10,12%
Novembro	15	6	2		23	8,95%
Dezembro	7	3	1		11	4,28%
Total	119	117	19	2	257	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 33 – Motivações de saída do RONSE (1731-1800)

Motivos de saída	Oficial/Servente	Órfã	Outro	Porcionista	Total
Casamento		77		12	89
Clausura		5		5	10
Companhia		16		9	25
Despedimento	5			1	6
Doença	7	11		8	26
Licença	1	2		5	8
Ordem		1		19	20
Outros	2		1	7	10
Término do prazo		10			10
Total	15	122	1	66	204

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 34 - Motivações de saída do RONSE (1731-1800) (%)

Motivos de saída	Oficial/Servente	Órfã	Outro	Porcionista	Total
Casamento	0,00%	37,75%	0,00%	5,88%	43,63%
Clausura	0,00%	2,45%	0,00%	2,45%	4,90%
Companhia	0,00%	7,84%	0,00%	4,41%	12,25%
Despedimento	2,45%	0,00%	0,00%	0,49%	2,94%
Doença	3,43%	5,39%	0,00%	3,92%	12,75%
Licença	0,49%	0,98%	0,00%	2,45%	3,92%
Ordem	0,00%	0,49%	0,00%	9,31%	9,80%
Outros	0,98%	0,00%	0,49%	3,43%	4,90%
Término do prazo	0,00%	4,90%	0,00%	0,00%	4,90%
Total	7,35%	59,80%	0,49%	32,35%	100%

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 35 – Doença enquanto motivação de saída no RONSE (1731-1800)

Motivo de saída - doença	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
Ares		4	3	7
Banhos		2	2	4
Não expresso	7	4	3	14
Outros		1		1
Total	7	11	8	26

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 36 – Companhia enquanto motivo de saída do RONSE (1731-1800)

Motivo de saída	Órfã	Porcionista	Total
Relação direta	14	9	23
Avô/Avó	1		1
Irmão/ã	2	2	4
Mãe	10	4	14
Pai		3	3
Tio	1		1
Relação indireta	2		2
Fiador	1		1
Outros	1		1
Total	16	9	25

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 37 – Ordem enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800)

Motivo de saída	Órfã	Porcionista	Total
Ordem	1	19	20
Relação direta		10	10
Mãe		1	1
Marido		1	1
Pai		5	5
Progenitores		2	2
Enteado		1	1
Relação indireta	1	9	10
Fiador	1	1	2
Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto		5	5
Rei		3	3
Total	1	19	20

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 38 – Licença enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800)

Motivo de saída	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
Licença	1	2	5	8
lg./Sup. 3 Meses		1	4	5
Inf. 3 Meses	1			1
Não referido		1	1	2
Total	1	2	5	8

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 39 – Despedimento enquanto motivo de saída no RONSE (1731-1800)

Motivo de saída	Oficial/Servente	Porcionista	Total	Total (%)
Despedimento	5	1	6	
Despedida	2	1	3	50%
Despediu-se	3		3	50%
Total Geral	5	1	6	100%

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 40 – Idades de abandono das mulheres do RONSE (1731-1800)

Idades	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
8		1		1
11	1	2		3
12	2			2
13	2			2
14	4			4
15	3	1		4
16	8	2		10
17	16	1		17
18	13			13
19	10	1		11
20	8		1	9
21	8			8
22	10			10
23	7			7
24	2			2
25	10			10
26	1	1		2
27	1			1
28		1		1
30			1	1

31		1		1
33	1	2		3
35		1		1
36	1			1
42			2	2
44		1		1
Total	108	15	4	127

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 41 – Idades de abandono das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Idades	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
8	0,00%	0,79%	0,00%	0,79%
11	0,79%	1,57%	0,00%	2,36%
12	1,57%	0,00%	0,00%	1,57%
13	1,57%	0,00%	0,00%	1,57%
14	3,15%	0,00%	0,00%	3,15%
15	2,36%	0,79%	0,00%	3,15%
16	6,30%	1,57%	0,00%	7,87%
17	12,60%	0,79%	0,00%	13,39%
18	10,24%	0,00%	0,00%	10,24%
19	7,87%	0,79%	0,00%	8,66%
20	6,30%	0,00%	0,79%	7,09%
21	6,30%	0,00%	0,00%	6,30%
22	7,87%	0,00%	0,00%	7,87%
23	5,51%	0,00%	0,00%	5,51%
24	1,57%	0,00%	0,00%	1,57%
25	7,87%	0,00%	0,00%	7,87%
26	0,79%	0,79%	0,00%	1,57%
27	0,79%	0,00%	0,00%	0,79%
28	0,00%	0,79%	0,00%	0,79%
30	0,00%	0,00%	0,79%	0,79%
31	0,00%	0,79%	0,00%	0,79%
33	0,79%	1,57%	0,00%	2,36%
35	0,00%	0,79%	0,00%	0,79%
36	0,79%	0,00%	0,00%	0,79%
42	0,00%	0,00%	1,57%	1,57%
44	0,00%	0,79%	0,00%	0,79%
Total	85,04%	11,81%	3,15%	100%

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 42 – Dinâmica interna de cargos no RONSE (1731-1800)

Personagem ID*	Mestra	Órfã	Outro	Porcionista	Porteira	Regente	Servente de dentro	Servente de fora	Vice-Mestra	Vice-Regente	Total
PERS-000001						1					1
PERS-000002	1										1
PERS-000003		1									1
PERS-000004		1									1
PERS-000005		1									1
PERS-000006		1									1
PERS-000007		1									1
PERS-000008							1				1
PERS-000009							1				1
PERS-000010				1							1
PERS-000011				1							1
PERS-000012				1							1
PERS-000013				1							1
PERS-000014				1							1
PERS-000015	1			1							2
PERS-000016				1							1
PERS-000017				1							1
PERS-000018				1							1

* Os IDs presentes no presente apêndice estendem-se entre a personagem 1 e a 352. No entanto, não significa que existam 352 mulheres contabilizadas para o RONSE. Pelo contrário, existem apenas 339. Significa, pois, que ao longo da presente investigação se foi evidenciando algumas personagens que se encontravam repetidas, pelo que o seu registo foi eliminado. Contudo, como o número de ID é a conexão entre a tabela das personagens e as restantes, a troca de IDs comprometeria os resultados, pelo que se mantiveram os mesmos até ao final do projeto.

PERS-000019				1							1
PERS-000020				1							1
PERS-000021				1							1
PERS-000022				1							1
PERS-000023				1							1
PERS-000024				1							1
PERS-000025	1			1							2
PERS-000026				1							1
PERS-000027				1							1
PERS-000028				1							1
PERS-000029				1							1
PERS-000030				1							1
PERS-000031				1							1
PERS-000033				1							1
PERS-000035	1			1							2
PERS-000036							1				1
PERS-000038				1							1
PERS-000040		1									1
PERS-000041		1									1
PERS-000042							1				1
PERS-000043		1									1
PERS-000044		1									1
PERS-000045		1									1
PERS-000046		1									1
PERS-000047							1				1
PERS-000048		1									1
PERS-000049							1				1

PERS-000050		1									1
PERS-000051		1									1
PERS-000052		1									1
PERS-000053		1									1
PERS-000054		1									1
PERS-000055		1									1
PERS-000056		1									1
PERS-000057		1									1
PERS-000058		1									1
PERS-000059		1									1
PERS-000060		1									1
PERS-000061	1										1
PERS-000062		1									1
PERS-000063		1									1
PERS-000064		1									1
PERS-000065	1	1									2
PERS-000067		1									1
PERS-000068		1									1
PERS-000069		1									1
PERS-000070		1									1
PERS-000071		1									1
PERS-000072						1					1
PERS-000073		1									1
PERS-000074		1									1
PERS-000075		1									1
PERS-000076		1									1
PERS-000077		1									1
PERS-000078		1									1

PERS-000080		1									1
PERS-000081		1									1
PERS-000083		1									1
PERS-000084		1									1
PERS-000085		1									1
PERS-000086		1									1
PERS-000088		1									1
PERS-000089	1										1
PERS-000090	1										1
PERS-000091		1									1
PERS-000092		1									1
PERS-000093		1									1
PERS-000094				1							1
PERS-000095				1							1
PERS-000096				1							1
PERS-000097				1							1
PERS-000098				1							1
PERS-000099				1		1					2
PERS-000100				1							1
PERS-000101				1							1
PERS-000102				1							1
PERS-000103				1							1
PERS-000104				1							1
PERS-000105				1							1
PERS-000106				1							1
PERS-000107				1							1
PERS-000108				1							1

PERS-000109				1							1
PERS-000110				1							1
PERS-000111				1							1
PERS-000112				1							1
PERS-000113				1							1
PERS-000114				1							1
PERS-000115				1							1
PERS-000116				1							1
PERS-000117				1							1
PERS-000118				1							1
PERS-000119				1							1
PERS-000120				1							1
PERS-000121				1							1
PERS-000122				1							1
PERS-000123				1							1
PERS-000124				1							1
PERS-000125				1							1
PERS-000126				1							1
PERS-000127				1							1
PERS-000128				1							1
PERS-000129				1							1
PERS-000130				1							1
PERS-000131				1							1
PERS-000132				1							1
PERS-000133				1							1
PERS-000134				1							1
PERS-000135		1		1							2
PERS-000136				1							1
PERS-000137				1							1

PERS-000138				1							1
PERS-000139				1							1
PERS-000140		1		1							2
PERS-000141				1							1
PERS-000142				1							1
PERS-000143				1							1
PERS-000144				1							1
PERS-000145				1							1
PERS-000146				1							1
PERS-000147				1							1
PERS-000148				1							1
PERS-000149				1							1
PERS-000150				1							1
PERS-000151				1							1
PERS-000152				1							1
PERS-000153				1							1
PERS-000154				1							1
PERS-000155				1							1
PERS-000156				1							1
PERS-000157				1							1
PERS-000158				1							1
PERS-000159				1							1
PERS-000160				1							1
PERS-000161				1							1
PERS-000162				1							1
PERS-000163				1							1
PERS-000164				1							1
PERS-000172		1									1

PERS-000173		1								1	2
PERS-000175							1				1
PERS-000176							1				1
PERS-000177							1				1
PERS-000178					1						1
PERS-000179	1										1
PERS-000181							1				1
PERS-000182							1				1
PERS-000183								1			1
PERS-000184							1				1
PERS-000185		1									1
PERS-000186		1									1
PERS-000188							1				1
PERS-000189							1				1
PERS-000190		1									1
PERS-000191		1									1
PERS-000192							1				1
PERS-000193							1				1
PERS-000194							1				1
PERS-000195		1									1
PERS-000196		1									1
PERS-000198								1			1
PERS-000199							1				1
PERS-000200		1									1
PERS-000201		1									1
PERS-000202		1									1
PERS-000203		1									1
PERS-000204		1									1

PERS-000205		1									1
PERS-000206		1									1
PERS-000207		1									1
PERS-000208		1									1
PERS-000209		1							1		2
PERS-000210		1									1
PERS-000211		1									1
PERS-000212		1		1							2
PERS-000213		1									1
PERS-000214		1									1
PERS-000215		1									1
PERS-000216		1									1
PERS-000217		1									1
PERS-000218		1									1
PERS-000219				1							1
PERS-000220				1							1
PERS-000221				1							1
PERS-000222				1							1
PERS-000223				1							1
PERS-000224				1							1
PERS-000225				1							1
PERS-000226				1							1
PERS-000227				1							1
PERS-000228				1							1
PERS-000229				1							1
PERS-000230				1							1
PERS-000231				1							1
PERS-000232				1							1

PERS-000233				1							1
PERS-000234			1								1
PERS-000235				1							1
PERS-000236				1							1
PERS-000237				1							1
PERS-000238				1							1
PERS-000239				1							1
PERS-000240				1							1
PERS-000241				1							1
PERS-000242				1							1
PERS-000243				1							1
PERS-000244				1							1
PERS-000245				1							1
PERS-000246				1							1
PERS-000247				1							1
PERS-000248				1							1
PERS-000249				1							1
PERS-000250				1							1
PERS-000251				1							1
PERS-000252				1							1
PERS-000253				1							1
PERS-000254				1							1
PERS-000255				1							1
PERS-000256				1							1
PERS-000257				1							1
PERS-000258				1							1

PERS-000259				1							1
PERS-000260				1							1
PERS-000261				1							1
PERS-000262		1									1
PERS-000263		1									1
PERS-000264		1									1
PERS-000265		1									1
PERS-000266		1									1
PERS-000267		1									1
PERS-000268		1									1
PERS-000269		1									1
PERS-000270		1									1
PERS-000271		1									1
PERS-000272		1									1
PERS-000273	1										1
PERS-000274		1									1
PERS-000275		1									1
PERS-000276		1									1
PERS-000277		1									1
PERS-000278		1									1
PERS-000279		1									1
PERS-000280		1									1
PERS-000281		1									1
PERS-000282		1									1
PERS-000283		1									1
PERS-000284		1									1

PERS-000285	1										1
PERS-000286		1									1
PERS-000287		1									1
PERS-000288		1									1
PERS-000289		1									1
PERS-000290		1									1
PERS-000291		1									1
PERS-000292		1									1
PERS-000293		1									1
PERS-000294		1									1
PERS-000295		1									1
PERS-000296		1									1
PERS-000297		1									1
PERS-000298		1									1
PERS-000299		1									1
PERS-000300		1									1
PERS-000301						1					1
PERS-000302					1						1
PERS-000303		1									1
PERS-000304		1									1
PERS-000305		1									1
PERS-000306		1									1
PERS-000307		1									1
PERS-000308		1									1
PERS-000309		1									1
PERS-000310		1									1

PERS-000311		1									1
PERS-000312		1									1
PERS-000313		1									1
PERS-000314		1									1
PERS-000315		1									1
PERS-000316		1									1
PERS-000317		1									1
PERS-000318		1		1							2
PERS-000319								1			1
PERS-000320		1									1
PERS-000321		1									1
PERS-000322		1									1
PERS-000323	1			1							2
PERS-000324		1									1
PERS-000325		1									1
PERS-000326		1									1
PERS-000327		1									1
PERS-000328		1									1
PERS-000329		1									1
PERS-000330		1			1					1	4
PERS-000331				1							1
PERS-000332				1							1
PERS-000333				1							1
PERS-000334				1							1
PERS-000335			1								1
PERS-000336				1							1
PERS-000337				1							1
PERS-000338				1							1

PERS-000339				1							1
PERS-000340				1							1
PERS-000341				1							1
PERS-000342				1							1
PERS-000343				1							1
PERS-000344				1							1
PERS-000345				1							1
PERS-000346				1							1
PERS-000347				1							1
PERS-000348				1							1
PERS-000349				1							1
PERS-000350				1							1
PERS-000351				1							1
PERS-000352				1							1
Total	12	140	2	162	3	4	18	3	1	2	348

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 43 – Reingressos no RONSE (1731-1800)

Ano	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
1745			1	1
1746	1			1
1750		1		1
1755	1			1
1756		1		1
1761	1			1
1762	1			1
1777		1		1
1783		1		1
1784		2		2
1785		1		1
1786		1		1
1787		1		1
1788	1			1
1789		1		1
1793		1	1	2
1795		1		1
1797		1		1
1799	2	6		8
1800	1	1	1	3
1801	1			1
1802	1			1
1803	1			1
1804	3			3
1805	2			2
1806	1			1
1808	1			1
1809	4			4
1810	1			1
1811	1			1
Não referido	1	1	1	3
Total	25	21	4	50

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 44 – Períodos de ausência, em anos, do RONSE (1731-1800)

Anos	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
0	1	12	11	24
1		8	3	11
2		1		1
3		1		1
8			1	1
15	1			1
Total	2	22	15	39

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 45 – Períodos de permanência, em anos, no RONSE (1731-1800)

Anos	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
Menos de 1		13	4	17
1	5	16	1	22
2	3	20	4	27
3	4	10	1	15
4	6	10	1	17
5	14	8	1	23
6	10	8		18
7	13	9	2	24
8	11	2	1	14
9	9	2		11
10	7	1		8
11	10	1		11
12	7	2	1	10
13	8	3		11
14	3			3
15	4	1		5
16		2		2
17	2	1		3
18	1			1
19			1	1
20	1			1
24		1		1
25	1			1
29		1		1
32			1	1
Total	119	111	18	248

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002);

Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 46 – Períodos de permanência, em anos, no RONSE (1731-1800) (%)

Anos	Órfã	Porcionista	Oficial/Servente	Total
Menos de 1	0,00%	5,24%	1,61%	6,85%
1	2,02%	6,45%	0,40%	8,87%
2	1,21%	8,06%	1,61%	10,89%
3	1,61%	4,03%	0,40%	6,05%
4	2,42%	4,03%	0,40%	6,85%
5	5,65%	3,23%	0,40%	9,27%
6	4,03%	3,23%	0,00%	7,26%
7	5,24%	3,63%	0,81%	9,68%
8	4,44%	0,81%	0,40%	5,65%
9	3,63%	0,81%	0,00%	4,44%
10	2,82%	0,40%	0,00%	3,23%
11	4,03%	0,40%	0,00%	4,44%
12	2,82%	0,81%	0,40%	4,03%
13	3,23%	1,21%	0,00%	4,44%
14	1,21%	0,00%	0,00%	1,21%
15	1,61%	0,40%	0,00%	2,02%
16	0,00%	0,81%	0,00%	0,81%
17	0,81%	0,40%	0,00%	1,21%
18	0,40%	0,00%	0,00%	0,40%
19	0,00%	0,00%	0,40%	0,40%
20	0,40%	0,00%	0,00%	0,40%
24	0,00%	0,40%	0,00%	0,40%
25	0,40%	0,00%	0,00%	0,40%
29	0,00%	0,40%	0,00%	0,40%
32	0,00%	0,00%	0,40%	0,40%
Total	47,98%	44,76%	7,26%	100,00%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 47 – Naturalidade, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Porto	23	14	49	7	16	53	162
Vila Nova de Gaia	8	4	5	6	6	5	34
Santo Tirso	2	4	6	4	6	5	27
Paredes	3	5	5	3	7	3	26
Mesão Frio	3	2	6	2	2	5	20

Vila Nova de Famalicão	1	4	4	2	3	4	18
Gondomar	4	3	1	3		6	17
Guimarães	4	3	1	4	1	3	16
Braga	3	2	2	2	4	1	14
Marco de Canaveses		2	3	4	1	4	14
Santa Maria da Feira	1	1	2	3	1	3	11
Matosinhos	3	1	1	1	4	1	11
Santa Marta de Penaguião		2	2	2		4	10
Castelo de Paiva	2	2	1	1	2	2	10
Arouca	2	2		1	2	2	9
Maia	2	1	1	1	1	3	9
Vizela	2	1	1	2	1	1	8
Lousada		3	1	3		1	8
Peso da Régua			3		1	4	8
Penafiel	2		2	2	1	1	8
Celorico de Basto			3		1	3	7
Barcelos	1	1	1		2	2	7
Cinfães	2	1	1	1	2		7
Oliveira de Azeméis		2		1	1	2	6
Baião	1		1		2	1	5
Sernancelhe		1	1	1	1	1	5
Amarante	1	1	1	1		1	5
Vila Real	2				2	1	5
Paços de Ferreira		1		1		2	4
Valongo	2	1			1		4
Felgueiras			1	1	1	1	4
Ovar	1	1	1			1	4
Lamego			1			3	4
Águeda		2		2			4
Vila do Conde	1				2		3
Montalegre		1		1		1	3
Vagos	1		1		1		3
Resende		1		1		1	3
Estarreja		1		1			2
Ponte de Lima		1		1			2
Covilhã		1		1			2
Oeiras		1		1			2
Vila Nova de Foz Côa			1			1	2

Vila Pouca de Aguiar	1	1					2
Lisboa	1		1				2
Cabeceiras de Basto				2			2
Vila Verde					1		1
Murtosa				1			1
Vila Nova de Poiares						1	1
Coimbra	1						1
Aveiro					1		1
Vale de Cambra					1		1
Belmonte						1	1
Fafe					1		1
Baía						1	1
Monção		1					1
Viseu					1		1
Ferreira do Zêzere				1			1
Terras de Bouro		1					1
Monforte					1		1
Total	80	76	110	71	81	135	553

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 48 – Naturalidade, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Cidade	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Porto	4,16%	2,53%	8,86%	1,27%	2,89%	9,58%	29,29%
Vila Nova de Gaia	1,45%	0,72%	0,90%	1,08%	1,08%	0,90%	6,15%
Santo Tirso	0,36%	0,72%	1,08%	0,72%	1,08%	0,90%	4,88%
Paredes	0,54%	0,90%	0,90%	0,54%	1,27%	0,54%	4,70%
Mesão Frio	0,54%	0,36%	1,08%	0,36%	0,36%	0,90%	3,62%
Vila Nova de Famalicão	0,18%	0,72%	0,72%	0,36%	0,54%	0,72%	3,25%
Gondomar	0,72%	0,54%	0,18%	0,54%	0,00%	1,08%	3,07%
Guimarães	0,72%	0,54%	0,18%	0,72%	0,18%	0,54%	2,89%
Braga	0,54%	0,36%	0,36%	0,36%	0,72%	0,18%	2,53%
Marco de Canaveses	0,00%	0,36%	0,54%	0,72%	0,18%	0,72%	2,53%
Santa Maria da Feira	0,18%	0,18%	0,36%	0,54%	0,18%	0,54%	1,99%

Matosinhos	0,54%	0,18%	0,18%	0,18%	0,72%	0,18%	1,99%
Santa Marta de Penaguião	0,00%	0,36%	0,36%	0,36%	0,00%	0,72%	1,81%
Castelo de Paiva	0,36%	0,36%	0,18%	0,18%	0,36%	0,36%	1,81%
Arouca	0,36%	0,36%	0,00%	0,18%	0,36%	0,36%	1,63%
Maia	0,36%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,54%	1,63%
Vizela	0,36%	0,18%	0,18%	0,36%	0,18%	0,18%	1,45%
Lousada	0,00%	0,54%	0,18%	0,54%	0,00%	0,18%	1,45%
Peso da Régua	0,00%	0,00%	0,54%	0,00%	0,18%	0,72%	1,45%
Penafiel	0,36%	0,00%	0,36%	0,36%	0,18%	0,18%	1,45%
Celorico de Basto	0,00%	0,00%	0,54%	0,00%	0,18%	0,54%	1,27%
Barcelos	0,18%	0,18%	0,18%	0,00%	0,36%	0,36%	1,27%
Cinfães	0,36%	0,18%	0,18%	0,18%	0,36%	0,00%	1,27%
Oliveira de Azeméis	0,00%	0,36%	0,00%	0,18%	0,18%	0,36%	1,08%
Baião	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,36%	0,18%	0,90%
Sernancelhe	0,00%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,90%
Amarante	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,00%	0,18%	0,90%
Vila Real	0,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%	0,18%	0,90%
Paços de Ferreira	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,36%	0,72%
Valongo	0,36%	0,18%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,72%
Felgueiras	0,00%	0,00%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,72%
Ovar	0,18%	0,18%	0,18%	0,00%	0,00%	0,18%	0,72%
Lamego	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,54%	0,72%
Águeda	0,00%	0,36%	0,00%	0,36%	0,00%	0,00%	0,72%
Vila do Conde	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%	0,00%	0,54%
Montalegre	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,54%
Vagos	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,54%
Resende	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,54%
Estarreja	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,36%
Ponte de Lima	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,36%
Covilhã	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,36%
Oeiras	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,36%
Vila Nova de Foz Côa	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,18%	0,36%
Vila Pouca de Aguiar	0,18%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%
Lisboa	0,18%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%
Cabeceiras de Basto	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%	0,00%	0,00%	0,36%
Vila Verde	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Murtosa	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,18%
Vila Nova de Poiares	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,18%

Coimbra	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%
Aveiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Vale de Cambra	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Belmonte	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,18%
Fafe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Baía	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,18%
Monção	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%
Viseu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Ferreira do Zêzere	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,18%
Terras de Bouro	0,00%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%
Monforte	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
Total	14,47%	13,74%	19,89%	12,84%	14,65%	24,41%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 49 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Freguesia/Rua	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Não referido							
Não referido	2	2	12	2	2	19	39
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos							
Não referido			1			1	2
Nossa Senhora da Vitória							
Belmonte (Rua do)			1			1	2
Caldeireiros (Rua dos)			1			1	2
Ferraria de Cima (Rua)	1						1
São Miguel (Rua de)			1			2	3
Não referido	1	1			1		3
Nossa Senhora de Campanhã							
Não referido	2	1	1	1	2	1	8
Santo Ildefonso							
Direita (Rua, Porto)				2	1		3
Bonjardim (Rua do)			2		1	1	4
Cordoaria (Rua)			1			1	2
Cordoaria Nova (Rua)	1		1		1		3
Ferradores (Rua)			1				1
Hortas (Rua)			1			1	2
Paraíso (Rua do)						1	1

Santa Catarina (Rua de)						1	1
Não referido	1	3			1		5
São João Batista da Foz do Douro							
Não referido			1			1	2
São Martinho de Cedofeita							
Não referido	1		1		1	1	4
São Martinho de Lordelo do Ouro							
Não referido	1	1	1	1	1	1	6
São Miguel de Nevogilde							
Não referido	1		1				2
São Nicolau							
Barredo (Rua do)		1	1			1	3
Cima (Rua)			1				1
Esteireiros da Lada (Rua)		1					1
Mercadores (Rua)			1			1	2
Não referido	3		5		2	8	18
São Pedro de Miragaia							
Não referido	3		3		1	1	8
São Salvador de Ramalde							
Não referido		1		1		1	3
Sé							
Bainharia (Rua)	1		4				5
Canos (Rua)						1	1
Chã (Rua)	1					1	2
Cimo de Vila (Rua do)	1	1	1			1	4
Congostas (Rua)	1	2	1			1	5
Corpo da Guarda (Calçada)			1			1	2
Flores (Rua das)			1			1	2
São Bento das Freiras (Rua)						1	1
Souto (Rua do)			1			1	2
Não referido	2		2		2		6
Total	23	14	49	7	16	53	162

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiaes e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiaes e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 50 – Naturalidade, por freguesias e ruas do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Freguesia/ Rua	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Não referido							
Não referido	1,23%	1,23%	7,41 %	1,23%	1,23%	11,73 %	24,07%
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos							
Não referido	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Nossa Senhora da Vitória							
Belmonte (Rua do)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Caldeireiros (Rua dos)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Ferraria de Cima (Rua)	0,62%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,62%
São Miguel (Rua de)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	1,23 %	1,85%
Não referido	0,62%	0,62%	0,00 %	0,00%	0,62%	0,00 %	1,85%
Nossa Senhora de Campanhã							
Não referido	1,23%	0,62%	0,62 %	0,62%	1,23%	0,62 %	4,94%
Santo Ildefonso							
Direita (Rua, Porto)	0,00%	0,00%	0,00 %	1,23%	0,62%	0,00 %	1,85%
Bonjardim (Rua do)	0,00%	0,00%	1,23 %	0,00%	0,62%	0,62 %	2,47%
Cordoaria (Rua)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Cordoaria Nova (Rua)	0,62%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,62%	0,00 %	1,85%
Ferradores (Rua)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,62%
Hortas (Rua)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Paraíso (Rua do)	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,62 %	0,62%
Santa Catarina (Rua de)	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,62 %	0,62%
Não referido	0,62%	1,85%	0,00 %	0,00%	0,62%	0,00 %	3,09%
São João Batista da Foz do Douro							
Não referido	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%

São Martinho de Cedofeita							
Não referido	0,62%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,62%	0,62 %	2,47%
São Martinho de Lordelo do Ouro							
Não referido	0,62%	0,62%	0,62 %	0,62%	0,62%	0,62 %	3,70%
São Miguel de Nevogilde							
Não referido	0,62%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,00 %	1,23%
São Nicolau							
Barredo (Rua do)	0,00%	0,62%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,85%
Cima (Rua)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,62%
Esteireiros da Lada (Rua)	0,00%	0,62%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00 %	0,62%
Mercadores (Rua)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Não referido	1,85%	0,00%	3,09 %	0,00%	1,23%	4,94 %	11,11%
São Pedro de Miragaia							
Não referido	1,85%	0,00%	1,85 %	0,00%	0,62%	0,62 %	4,94%
São Salvador de Ramalde							
Não referido	0,00%	0,62%	0,00 %	0,62%	0,00%	0,62 %	1,85%
Sé							
Bainharia (Rua)	0,62%	0,00%	2,47 %	0,00%	0,00%	0,00 %	3,09%
Canos (Rua)	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,62 %	0,62%
Chã (Rua)	0,62%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Cimo de Vila (Rua do)	0,62%	0,62%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	2,47%
Congostas (Rua)	0,62%	1,23%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	3,09%
Corpo da Guarda (Calçada)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Flores (Rua das)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
São Bento das Freiras (Rua)	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,62 %	0,62%
Souto (Rua do)	0,00%	0,00%	0,62 %	0,00%	0,00%	0,62 %	1,23%
Não referido	1,23%	0,00%	1,23 %	0,00%	1,23%	0,00 %	3,70%

Total	14,20%	8,64%	30,25%	4,32%	9,88%	32,72%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 51 – Naturalidade dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo) das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Avó materna (noivo)	Avô materno (noivo)	Avó paterna (noivo)	Avô paterno (noivo)	Mãe (Noivo)	Noivo	Pai (Noivo)	Total
Porto					3	6	3	12
Vila Nova de Gaia						3	1	4
Santo Tirso					1	2	1	4
Santa Maria da Feira	1	1	1	1	3	2	3	12
Arouca	2	2	2	2	2	2	2	14
São João da Pesqueira						1		1
Vila Flor			1	1	1	1	1	5
Viana do Castelo						1		1
Mesão Frio					1	1	1	3
Braga	1	1	1	1	1	1	1	7
Boticas			1	1	1	1	1	5
Aveiro						1		1
Cinfães	1	1						2
Ponte de Lima			1	1				2
Vouzela	1	1	1	1	1		1	6
Castelo de Paiva			1	1	1		1	4
Maia					1		1	2
Barcelos			1	1				2
Vila Nova de Famalicão	1	1	1	1	1		1	6
Gondomar	2	2	1	1	1		1	8
Viseu			1	1				2
Guimarães				1				1
Valongo	1	1	1		1		1	5
Paredes							1	1
Total	10	10	14	14	19	22	21	110

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 52 – Naturalidade dos cunhados, filhos, irmãos, primos, sobrinhos e tios das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Cunhado/a	Filho/a	Irmão/ã	Primo/a	Sobrinho/a	Tio/a	Total
Porto	1		9	3		4	17
Vila Nova de Gaia	1	1	2				4
Paredes			2				2
Lisboa					1		1
Santo Tirso			2				2
Mesão Frio			8				8
Gondomar			4				4
Paços de Ferreira			2				2
Total	2	1	29	3	1	4	40

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[es] e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 53 – Naturalidade dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Fiador	Outro	Total
Celorico de Basto	2		2
Viseu	1		1
Porto	4	3	7
Total	7	3	10

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiades e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 54 – Residência, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Avó materna	Avó paterna	Avô paterno	Avô materno	Total
Porto	17	14	13	17	61
Gondomar		3	3		6
Penafiel	1	2	2	2	7
Oliveira de Azeméis		2	2		4
Ponte de Lima		2	2		4
Cinfães	2	1	1	2	6
Ovar	1	1	1	1	4
Santo Tirso		1	1		2
Braga	1	1	1	1	4
Barcelos		1	1		2
Santa Maria da Feira		1	1		2
Sernancelhe		1	1	1	3
Valença		1	2		3

Guimarães		1	1		2
Coimbra	2			2	4
Baião	1				1
Albergaria-a-velha	1			1	2
Castelo de Paiva	4			2	6
Vila Nova de Gaia	2			2	4
Lisboa	1			1	2
Matosinhos	2			2	4
Total	35	32	32	34	133

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 55 – Residência, por cidade, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Cidade	Avó materna	Avó paterna	Avô paterno	Avô materno	Total
Porto	12,78%	10,53%	9,77%	12,78%	45,86%
Gondomar	0,00%	2,26%	2,26%	0,00%	4,51%
Penafiel	0,75%	1,50%	1,50%	1,50%	5,26%
Oliveira de Azeméis	0,00%	1,50%	1,50%	0,00%	3,01%
Ponte de Lima	0,00%	1,50%	1,50%	0,00%	3,01%
Cinfães	1,50%	0,75%	0,75%	1,50%	4,51%
Ovar	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%	3,01%
Santo Tirso	0,00%	0,75%	0,75%	0,00%	1,50%
Braga	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%	3,01%
Barcelos	0,00%	0,75%	0,75%	0,00%	1,50%
Santa Maria da Feira	0,00%	0,75%	0,75%	0,00%	1,50%
Sernancelhe	0,00%	0,75%	0,75%	0,75%	2,26%
Valença	0,00%	0,75%	1,50%	0,00%	2,26%
Guimarães	0,00%	0,75%	0,75%	0,00%	1,50%
Coimbra	1,50%	0,00%	0,00%	1,50%	3,01%
Baião	0,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,75%
Albergaria-a-velha	0,75%	0,00%	0,00%	0,75%	1,50%
Castelo de Paiva	3,01%	0,00%	0,00%	1,50%	4,51%
Vila Nova de Gaia	1,50%	0,00%	0,00%	1,50%	3,01%
Lisboa	0,75%	0,00%	0,00%	0,75%	1,50%
Matosinhos	1,50%	0,00%	0,00%	1,50%	3,01%
Total	26,32%	24,06%	24,06%	25,56%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 56 – Residência, por freguesia e rua do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800)

Freguesia/Rua	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Não referido							
Não referido	1	1	2	1	1	5	11
Relação (Calçada)			2			2	4
Nossa Senhora da Vitória							
Belmonte (Rua do)	2	1	5	1	2	4	15
Ferraria de Baixo (Rua)			4			4	8
Não referido			1			1	2
São Domingos (Largo de)	1				1		2
São João Novo (Rua)	1		1		1	1	4
Santo Ildefonso							
Almada (Rua do)			4			2	6
Bonjardim (Rua do)			1			1	2
Calvário Velho (Rua)			1			1	2
Carros (Rua)		1	1	1		1	4
Cordoaria (Rua)			1			1	2
Cordoaria Nova (Rua)	2	1	1	1	2	1	8
Direita (Rua, Porto)			1				1
Fábrica (Rua da)			3			2	5
Ferradores (Rua)	1		2		1	2	6
Graça (Rua)			1			1	2
Não referido	1	1	4	1	1	3	11
Nova das Fontainhas (Rua)			1				1
Nova do Bispo (Rua)			1			1	2
Padrão das Almas (Rua)			2			1	3
Paraíso (Rua do)		1	2			2	5
Santa Catarina (Rua de)						1	1
Santo André (Rua)			1				1
Santo Ovídio (Rua)			3			3	6
São João Batista da Foz do Douro							
Cantareira (Rua)			1			1	2
Não referido			1			1	2
São Nicolau							
Banhos (Rua)			1			1	2
Barredo (Rua do)	1	1	4	1	1	4	12
Codessal (Rua)						1	1
Fonte Taurina (Rua)			1			1	2
Lada (Rua da)			2			2	4
Mercadores (Rua)			3	1		3	7

Não referido			1			1	2
Porta Nova (Rua da)			3			3	6
Reboleira (Rua da)			1			1	2
São Francisco (Calçada de)			1			1	2
São Nicolau (Rua)			2			1	3
São Pedro de Miragaia							
Cordoaria Velha (Rua)	1		1		1	1	4
Não referido			2			2	4
Virtudes (Rua)			1				1
Sé							
Aldas (Rua das)			1			2	3
Bainharia (Rua)	3		4		3	2	12
Biquinha (Rua)			1			1	2
Chã (Rua)			3			2	5
Cimo de Vila (Rua do)	2	1	3	1	1		8
Congostas (Rua)		2	1	1		2	6
Corpo da Guarda (Calçada)			1			2	3
Flores (Rua das)			2			2	4
Não referido	1	1	6	1	1	5	15
Nossa Senhora do Ferro (Rua)		1		1			2
Sant'Ana (Rua)					1		1
Santo António do Penedo (Rua de)			1				1
São Bento das Freiras (Rua)		2	2	2		1	7
São Sebastião (Rua de)			3				3
Souto (Rua do)			2			2	4
Total	17	14	100	13	17	85	246

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãos, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 57 - Residência, por freguesia e rua do Porto, dos pais, avós paternos e maternos das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Freguesia/Rua	Avó materna	Avó paterna	Mãe	Avô paterno	Avô materno	Pai	Total
Não referido							
Não referido	0,41%	0,41%	0,81%	0,41%	0,41%	2,03 %	4,47%
Relação (Calçada)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81 %	1,63%
Nossa Senhora da Vitória							
Belmonte (Rua do)	0,81%	0,41%	2,03%	0,41%	0,81%	1,63 %	6,10%

Ferraria de Baixo (Rua)	0,00%	0,00%	1,63%	0,00%	0,00%	1,63 %	3,25%
Não referido	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
São Domingos (Largo de)	0,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,00 %	0,81%
São João Novo (Rua)	0,41%	0,00%	0,41%	0,00%	0,41%	0,41 %	1,63%
Santo Ildefonso							
Almada (Rua do)	0,00%	0,00%	1,63%	0,00%	0,00%	0,81 %	2,44%
Bonjardim (Rua do)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Calvário Velho (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Carros (Rua)	0,00%	0,41%	0,41%	0,41%	0,00%	0,41 %	1,63%
Cordoaria (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Cordoaria Nova (Rua)	0,81%	0,41%	0,41%	0,41%	0,81%	0,41 %	3,25%
Direita (Rua, Porto)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,41%
Fábrica (Rua da)	0,00%	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	0,81 %	2,03%
Ferradores (Rua)	0,41%	0,00%	0,81%	0,00%	0,41%	0,81 %	2,44%
Graça (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Não referido	0,41%	0,41%	1,63%	0,41%	0,41%	1,22 %	4,47%
Nova das Fontainhas (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,41%
Nova do Bispo (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Padrão das Almas (Rua)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,41 %	1,22%
Paraíso (Rua do)	0,00%	0,41%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81 %	2,03%
Santa Catarina (Rua de)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,41%
Santo André (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,41%
Santo Ovídio (Rua)	0,00%	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	1,22 %	2,44%
São João Batista da Foz do Douro							
Cantareira (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
Não referido	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41 %	0,81%
São Nicolau							

Banhos (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
Barredo (Rua do)	0,41%	0,41%	1,63%	0,41%	0,41%	1,63%	4,88%
Codessal (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,41%
Fonte Taurina (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
Lada (Rua da)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81%	1,63%
Mercadores (Rua)	0,00%	0,00%	1,22%	0,41%	0,00%	1,22%	2,85%
Não referido	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
Porta Nova (Rua da)	0,00%	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	1,22%	2,44%
Reboleira (Rua da)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
São Francisco (Calçada de)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
São Nicolau (Rua)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,41%	1,22%
São Pedro de Miragaia							
Cordoaria Velha (Rua)	0,41%	0,00%	0,41%	0,00%	0,41%	0,41%	1,63%
Não referido	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81%	1,63%
Virtudes (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%
Sé							
Aldas (Rua das)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,81%	1,22%
Bainharia (Rua)	1,22%	0,00%	1,63%	0,00%	1,22%	0,81%	4,88%
Biquinha (Rua)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,41%	0,81%
Chã (Rua)	0,00%	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	0,81%	2,03%
Cimo de Vila (Rua do)	0,81%	0,41%	1,22%	0,41%	0,41%	0,00%	3,25%
Congostas (Rua)	0,00%	0,81%	0,41%	0,41%	0,00%	0,81%	2,44%
Corpo da Guarda (Calçada)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,81%	1,22%
Flores (Rua das)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81%	1,63%
Não referido	0,41%	0,41%	2,44%	0,41%	0,41%	2,03%	6,10%
Nossa Senhora do Ferro (Rua)	0,00%	0,41%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,81%
Sant'Ana (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,41%

Santo António do Penedo (Rua de)	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,41%
São Bento das Freiras (Rua)	0,00%	0,81%	0,81%	0,81%	0,00%	0,41 %	2,85%
São Sebastião (Rua de)	0,00%	0,00%	1,22%	0,00%	0,00%	0,00 %	1,22%
Souto (Rua do)	0,00%	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81 %	1,63%
Total	6,91%	5,69%	40,65%	5,28%	6,91%	34,55 %	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Oficiais e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 58 – Residência dos noivos, pais e avós paternos e maternos (do mesmo), das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Avó materna (noivo)	Avô materno (noivo)	Avó paterna (noivo)	Avô paterno (noivo)	Mãe (Noivo)	Noivo	Pai (Noivo)	Total
Arouca	2	2	2	2	2	2	2	14
Porto					3	6	3	12
Santa Maria da Feira	1	1	1	1	3	2	3	12
Gondomar	2	2	1	1	1		1	8
Braga	1	1	1	1	1	1	1	7
Vila Nova de Famalicão	1	1	1	1	1		1	6
Vouzela	1	1	1	1	1		1	6
Vila Flor			1	1	1	1	1	5
Valongo	1	1	1		1		1	5
Boticas			1	1	1	1	1	5
Vila Nova de Gaia						3	1	4
Santo Tirso					1	2	1	4
Castelo de Paiva			1	1	1		1	4
Mesão Frio					1	1	1	3
Cinfães	1	1						2
Viseu			1	1				2
Ponte de Lima			1	1				2
Maia					1		1	2
Barcelos			1	1				2
Aveiro						1		1
Guimarães				1				1
São João da Pesqueira						1		1

Viana do Castelo						1		1
Paredes							1	1
Total	10	10	14	14	19	22	21	110

Fonte: AHSCMP - Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 59 - Residência dos noivos, pais e avós paternos e maternos (do mesmo), das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Cidade	Avó materna (noivo)	Avô materno (noivo)	Avó paterna (noivo)	Avô paterno (noivo)	Mãe (Noivo)	Noivo	Pai (Noivo)	Total
Arouca	1,82%	1,82%	1,82%	1,82%	1,82%	1,82 %	1,82%	12,73%
Porto	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,73%	5,45 %	2,73%	10,91%
Santa Maria da Feira	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	2,73%	1,82 %	2,73%	10,91%
Gondomar	1,82%	1,82%	0,91%	0,91%	0,91%	0,00 %	0,91%	7,27%
Braga	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91 %	0,91%	6,36%
Vila Nova de Famalicão	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,00 %	0,91%	5,45%
Vouzela	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91%	0,00 %	0,91%	5,45%
Vila Flor	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91 %	0,91%	4,55%
Valongo	0,91%	0,91%	0,91%	0,00%	0,91%	0,00 %	0,91%	4,55%
Boticas	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,91%	0,91 %	0,91%	4,55%
Vila Nova de Gaia	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,73 %	0,91%	3,64%
Santo Tirso	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	1,82 %	0,91%	3,64%
Castelo de Paiva	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,91%	0,00 %	0,91%	3,64%
Mesão Frio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	0,91 %	0,91%	2,73%
Cinfães	0,91%	0,91%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%	1,82%
Viseu	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,00%	0,00 %	0,00%	1,82%
Ponte de Lima	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,00%	0,00 %	0,00%	1,82%
Maia	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	0,00 %	0,91%	1,82%
Barcelos	0,00%	0,00%	0,91%	0,91%	0,00%	0,00 %	0,00%	1,82%
Aveiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91 %	0,00%	0,91%

Guimarães	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	0,00%	0,00 %	0,00%	0,91%
São João da Pesqueira	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91 %	0,00%	0,91%
Viana do Castelo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91 %	0,00%	0,91%
Paredes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,91%	0,91%
Total	9,09%	9,09%	12,73%	12,73%	17,27%	20%	19,09%	100%

Fonte: AHSCMP - Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 60 – Residência dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo), segundo as freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800)

Freguesia/Rua	Avó materna (noivo)	Avô materno (noivo)	Mãe (Noivo)	Noivo	Pai (Noivo)	Total
Não referido						
Não referido				5	1	6
São Bento (Rua de)			1			1
Nossa Senhora da Vitória						
Ferraria de Baixo (Rua)				1		1
Santo Ildefonso						
Hortas (Rua)				1		1
Não referido				3		3
Paraíso (Rua do)			1	2	1	4
Pinheiro (Rua)				1		1
São Nicolau						
Barredo (Rua do)			1	1	1	3
Lada (Rua da)				1		1
Mercadores (Rua)				1		1
Ribeira (Praça)				1		1
São Nicolau (Rua)				1		1
São Pedro de Miragaia						
Arménia (Rua da)			1	1	1	3
Não referido				1		1
Sé						
Chã (Rua)				3		3
Cimo de Vila (Rua do)				1		1
Congostas (Rua)				1		1
Flores (Rua das)			1	3	1	5
Loureiro (Rua do)				4		4
Não referido				2		2

Nossa Senhora do Ferro (Rua)			1	1	1	3
Sant'Ana (Rua)	2	1		1		4
Souto (Rua do)				2		2
Total	2	1	6	38	6	53

Fonte: AHSCMP - Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[es] e Serventes do do (sic) Recolhimento, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 61 - Residência dos noivos, pais, avós paternos e maternos (do mesmo), segundo as freguesias e ruas do Porto, das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Freguesia/Rua	Avó materna (noivo)	Avô materno (noivo)	Mãe (Noivo)	Noivo	Pai (Noivo)	Total
Não referido						
Não referido	0,00%	0,00%	0,00%	9,43%	1,89%	11,32%
São Bento (Rua de)	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	0,00%	1,89%
Nossa Senhora da Vitória						
Ferraria de Baixo (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Santo Ildefonso						
Hortas (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Não referido	0,00%	0,00%	0,00%	5,66%	0,00%	5,66%
Paraíso (Rua do)	0,00%	0,00%	1,89%	3,77%	1,89%	7,55%
Pinheiro (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
São Nicolau						
Barredo (Rua do)	0,00%	0,00%	1,89%	1,89%	1,89%	5,66%
Lada (Rua da)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Mercadores (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Ribeira (Praça)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
São Nicolau (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
São Pedro de Miragaia						
Arménia (Rua da)	0,00%	0,00%	1,89%	1,89%	1,89%	5,66%
Não referido	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Sé						
Chã (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	5,66%	0,00%	5,66%
Cimo de Vila (Rua do)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Congostas (Rua)	0,00%	0,00%	0,00%	1,89%	0,00%	1,89%
Flores (Rua das)	0,00%	0,00%	1,89%	5,66%	1,89%	9,43%
Loureiro (Rua do)	0,00%	0,00%	0,00%	7,55%	0,00%	7,55%
Não referido	0,00%	0,00%	0,00%	3,77%	0,00%	3,77%
Nossa Senhora do Ferro (Rua)	0,00%	0,00%	1,89%	1,89%	1,89%	5,66%
Sant'Ana (Rua)	3,77%	1,89%	0,00%	1,89%	0,00%	7,55%
Souto (Rua do)	0,00%	0,00%	0,00%	3,77%	0,00%	3,77%
Total	3,77%	1,89%	11,32%	71,70%	11,32%	100%

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 62 - Residência dos cunhados, maridos, primos, sobrinhos e tios das mulheres do RONSE (1731-1800)

Cidade	Cunhado/a	Marido	Primo/a	Sobrinho/a	Tio/a	Total
Porto	1	1	3		4	9
Vila Nova de Gaia	1					1
Santa Marta de Penaguião		1				1
Lisboa				1		1
Guimarães		1				1
Penafiel		1				1
Total	2	4	3	1	4	14

Fonte: AHSCMP - *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 63 – Residência, por freguesia e rua do Porto, dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)

Freguesia/Rua	Órfã	Porcionista	Total
Não referido			
Fonte de Cima (Rua)		1	1
Não referido	7	17	24
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos			
Não referido	1		1
Nossa Senhora da Vitória			
Ferraria (Rua da)		1	1
Não referido		1	1
Belmonte (Rua do)		1	1
Ferraria de Cima (Rua)	2		2
São Miguel (Rua de)		1	1
Taipas (Rua das)	2		2
Trás (Rua de)	3		3
Clérigos (Calçada)		2	2
Clérigos (Rua)	1		1
São Domingos (Largo de)	4	5	9
Santo Ildefonso			
Bonjardim (Rua do)	2	4	6
Cordoaria Nova (Rua)	1	1	2
Hortas (Rua)	1		1
Não referido		1	1
Anjo (Rua)		1	1
Fábrica (Rua da)		2	2

Padrão das Almas (Rua)		1	1
Paraíso (Rua do)		1	1
Santa Catarina (Rua de)		2	2
Santo Ovídio (Rua)	1		1
Graça (Rua)	1		1
Carros (Rua)	1		1
Ferradores (Rua)	1		1
São Nicolau			
Não referido		3	3
Lada (Rua da)	1		1
Nova de São João (Rua)		3	3
Mercadores (Rua)	1	1	2
Ribeira (Praça)	1		1
São Pedro de Miragaia			
Não referido	5	1	6
Sé			
Não referido	2	1	3
Bainharia (Rua)	1	1	2
Canos (Rua)	3	5	8
Chã (Rua)	1	1	2
Cimo de Vila (Rua do)		1	1
Congostas (Rua)	3	3	6
Flores (Rua das)	5	13	18
Loureiro (Rua do)	2		2
Nossa Senhora do Ferro (Rua)		1	1
Santo António do Penedo (Rua de)	2	2	4
São Sebastião (Rua de)	1		1
Sant'Ana (Rua)	1	1	2
São João Batista da Foz do Douro			
Não referido		1	1
Total	57	80	137

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiães e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 64 - Residência, por freguesia e rua do Porto, dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Freguesia/Rua	Órfã	Porcionista	Total
Porto			
Não referido			
Fonte de Cima (Rua)	0,00%	0,73%	0,73%
Não referido	5,11%	12,41%	17,52%
Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos			
Não referido	0,73%	0,00%	0,73%

Nossa Senhora da Vitória			
Ferraria (Rua da)	0,00%	0,73%	0,73%
Não referido	0,00%	0,73%	0,73%
Belmonte (Rua do)	0,00%	0,73%	0,73%
Ferraria de Cima (Rua)	1,46%	0,00%	1,46%
São Miguel (Rua de)	0,00%	0,73%	0,73%
Taipas (Rua das)	1,46%	0,00%	1,46%
Trás (Rua de)	2,19%	0,00%	2,19%
Clérigos (Calçada)	0,00%	1,46%	1,46%
Clérigos (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
São Domingos (Largo de)	2,92%	3,65%	6,57%
Santo Ildefonso			
Bonjardim (Rua do)	1,46%	2,92%	4,38%
Cordoaria Nova (Rua)	0,73%	0,73%	1,46%
Hortas (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
Não referido	0,00%	0,73%	0,73%
Anjo (Rua)	0,00%	0,73%	0,73%
Fábrica (Rua da)	0,00%	1,46%	1,46%
Padrão das Almas (Rua)	0,00%	0,73%	0,73%
Paraíso (Rua do)	0,00%	0,73%	0,73%
Santa Catarina (Rua de)	0,00%	1,46%	1,46%
Santo Ovídio (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
Graça (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
Carros (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
Ferradores (Rua)	0,73%	0,00%	0,73%
São Nicolau			
Não referido	0,00%	2,19%	2,19%
Lada (Rua da)	0,73%	0,00%	0,73%
Nova de São João (Rua)	0,00%	2,19%	2,19%
Mercadores (Rua)	0,73%	0,73%	1,46%
Ribeira (Praça)	0,73%	0,00%	0,73%
São Pedro de Miragaia			
Não referido	3,65%	0,73%	4,38%
Sé			
Não referido	1,46%	0,73%	2,19%
Bainharia (Rua)	0,73%	0,73%	1,46%
Canos (Rua)	2,19%	3,65%	5,84%
Chã (Rua)	0,73%	0,73%	1,46%
Cimo de Vila (Rua do)	0,00%	0,73%	0,73%
Congostas (Rua)	2,19%	2,19%	4,38%
Flores (Rua das)	3,65%	9,49%	13,14%
Loureiro (Rua do)	1,46%	0,00%	1,46%
Nossa Senhora do Ferro (Rua)	0,00%	0,73%	0,73%
Santo António do Penedo (Rua de)	1,46%	1,46%	2,92%

São Sebastião (Rua de)	0,73%	0,00%	0,73%
Sant'Ana (Rua)	0,73%	0,73%	1,46%
São João Batista da Foz do Douro			
Não referido	0,00%	0,73%	0,73%
Total	41,61%	58,39%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 65 – Estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)

Estatutos socioprofissionais	Oficial/ Servente	Órfã	Outro	Porcionista	Total
Administração local/Periférica da Coroa		9		2	11
Agricultura/Marítimos		1		2	3
Artes/Ofícios	1	41		7	49
Exército	1	17	1	30	49
Igreja Católica	2	1		5	8
Justiça		3		1	4
Negócios/Comércio		5		6	11
Outros	3	2		2	7
Serviços/Letrados	4	29		23	56
Total	11	108	1	78	198

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 66 – Estatutos socioprofissionais das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Estatutos socioprofissionais	Oficial/ Servente	Órfã	Outro	Porcionista	Total
Administração local/Periférica da Coroa	0,00%	4,55%	0,00%	1,01%	5,56%
Agricultura/Marítimos	0,00%	0,51%	0,00%	1,01%	1,52%
Artes/Ofícios	0,51%	20,71%	0,00%	3,54%	24,75%
Exército	0,51%	8,59%	0,51%	15,15%	24,75%
Igreja Católica	1,01%	0,51%	0,00%	2,53%	4,04%
Justiça	0,00%	1,52%	0,00%	0,51%	2,02%
Negócios/Comércio	0,00%	2,53%	0,00%	3,03%	5,56%
Outros	1,52%	1,01%	0,00%	1,01%	3,54%
Serviços/Letrados	2,02%	14,65%	0,00%	11,62%	28,28%
Total	5,56%	54,55%	0,51%	39,39%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas*

Apêndice 67 – Estatutos socioprofissionais, discriminados, das relações sociais diretas das mulheres do RONSE

Estatutos socioprofissionais	Relações sociais diretas	Relações sociais diretas (%)
Administração local/Periférica da Coroa	11	5,56%
Administrador	1	0,51%
Chanceler	1	0,51%
Cidadão	5	2,53%
Desembargador	2	1,01%
Distribuidor	1	0,51%
Vedor	1	0,51%
Agricultura/Marítimos	3	1,52%
Contramestre	1	0,51%
Morgado	2	1,01%
Artes/Ofícios	49	24,75%
Alfaiate	4	2,02%
Arquiteto	1	0,51%
Bate-folha	3	1,52%
Cabeleireiro	1	0,51%
Cordoeiro	1	0,51%
Corrieiro	1	0,51%
Cravador	1	0,51%
Ensamblador	2	1,01%
Entalhador	2	1,01%
Esteireiro	2	1,01%
Fabricante	1	0,51%
Funileiro	1	0,51%
Lapidário	1	0,51%
Latoeiro	1	0,51%
Lavrante	1	0,51%
Ourives	13	6,57%
Passamaneiro	2	1,01%
Pintor	3	1,52%
Relojoeiro	1	0,51%
Sapateiro	1	0,51%
Serigueiro	1	0,51%
Tanoeiro	3	1,52%
Tecelão	1	0,51%
Tirador	1	0,51%
Exército	49	24,75%
Alferes	6	3,03%
Cabo	1	0,51%
Capitão	36	18,18%
Sargento	4	2,02%

Tenente	2	1,01%
Igreja Católica	8	4,04%
Abade	1	0,51%
Arcediago	2	1,01%
Beneficiado	2	1,01%
Reverendo	2	1,01%
Sacristão	1	0,51%
Justiça	4	2,02%
Juiz	1	0,51%
Solicitador	3	1,52%
Negócios/Comércio	11	5,56%
Mercador	6	3,03%
Negociante	2	1,01%
Tesoureiro	3	1,52%
Outros	7	3,54%
Ajudante	1	0,51%
Meretriz	1	0,51%
Mordomo	1	0,51%
Regente	1	0,51%
Servente	3	1,52%
Serviços/Letrados	56	23,28%
Advogado	3	1,52%
Bacharel	3	1,52%
Barbeiro	1	0,51%
Boticário	3	1,52%
Cirurgião	3	1,52%
Doutor	23	11,62%
Escrivão	9	4,55%
Licenciado	8	4,04%
Livreiro	1	0,51%
Médico	2	1,01%
Total	198	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 68 – Estatutos socioprofissionais, por tipologia de relação, das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)

Relação tipologia	Administração local/Periférica da Coroa	Agricultura/ Marítimos	Artes/ Ofícios	Exército	Igreja Católica	Justiça	Negócios/ Comércio	Outro s	Serviço/ Letrados	Total
Avô materno	1		5	5		1	1		4	17
Avô paterno	3		4	2	1					10
Filho/a		1								1
Irmão/ã	1		1	1			1	2	4	10
Mãe								2		2
Marido	1	1		1	1				1	5
Noivo		1	22	3			2		9	37
Pai	5		12	34	1	2	4	2	31	91
Pai (Noivo)			1							1
Sobrinho/a								1		1
Tio/a			4	3	5	1	3		7	23
Total	11	3	49	49	8	4	11	7	56	198

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 69 – Estatutos socioprofissionais, por tipologia de relação, das relações sociais das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Relação tipologia	Administração local/ Periférica da Coroa	Agricultura/ Marítimos	Artes/ Ofícios	Exército	Igreja Católica	Justiça	Negócios/ Comércio	Outros	Serviços/ Letrados	Total
Avô materno	0,51%	0,00%	2,53%	2,53%	0,00%	0,51%	0,51%	0,00%	2,02%	8,59%
Avô paterno	1,52%	0,00%	2,02%	1,01%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,05%
Filho/a	0,00%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,51%
Irmão/ã	0,51%	0,00%	0,51%	0,51%	0,00%	0,00%	0,51%	1,01%	2,02%	5,05%
Mãe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,01%	0,00%	1,01%
Marido	0,51%	0,51%	0,00%	0,51%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,51%	2,53%
Noivo	0,00%	0,51%	11,11%	1,52%	0,00%	0,00%	1,01%	0,00%	4,55%	18,69%
Pai	2,53%	0,00%	6,06%	17,17%	0,51%	1,01%	2,02%	1,01%	15,66%	45,96%
Pai (Noivo)	0,00%	0,00%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,51%
Sobrinho/a	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,51%	0,00%	0,51%
Tio/a	0,00%	0,00%	2,02%	1,52%	2,53%	0,51%	1,52%	0,00%	3,54%	11,62%
Total	5,56%	1,52%	24,75%	24,75%	4,04%	2,02%	5,56%	3,54%	28,28%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiades e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 70 – Estatuto socioprofissional dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)

Estatuto socioprofissional	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total Geral
Negócios/Comércio	1	8	24	33
Serviços/Letrados	1	10	8	19
Exército		6	6	12
Artes/Ofícios		15	4	19
Outros			1	1
Igreja Católica			1	1
Justiça		1		1
Total Geral	2	40	44	86

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 71 – Estatuto socioprofissional dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Estatuto socioprofissional	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total Geral
Negócios/Comércio	1,16%	9,30%	27,91%	38,37%
Serviços/Letrados	1,16%	11,63%	9,30%	22,09%
Exército	0,00%	6,98%	6,98%	13,95%
Artes/Ofícios	0,00%	17,44%	4,65%	22,09%
Outros	0,00%	0,00%	1,16%	1,16%
Igreja Católica	0,00%	0,00%	1,16%	1,16%
Justiça	0,00%	1,16%	0,00%	1,16%
Total Geral	2,33%	46,51%	51,16%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 72 – Estatutos socioprofissionais dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)

Estatuto socioprofissional	Relações sociais	Relações sociais (%)
Artes/Ofícios	19	22,09%
Alfaiate	2	2,33%
Arquiteto	1	1,16%
Bate-folha	1	1,16%
Cabeleireiro	1	1,16%

Cerieiro	2	2,33%
Cravador	1	1,16%
Ensamblador	1	1,16%
Escritor	1	1,16%
Escultor	1	1,16%
Ourives	6	6,98%
Sapateiro	1	1,16%
Serigueiro	1	1,16%
Exército	12	13,95%
Alferes	1	1,16%
Capitão	10	11,63%
Tenente	1	1,16%
Igreja Católica	1	1,16%
Bispo	1	1,16%
Justiça	1	1,16%
Repartidor	1	1,16%
Negócios/Comércio	33	38,37%
Comerciante	3	3,49%
Homem de negócio	6	6,98%
Mercador	17	19,77%
Negociante	5	5,81%
Tesoureiro	2	2,33%
Outros	1	1,16%
Contratador	1	1,16%
Serviços/Letrados	19	22,09%
Barbeiro	1	1,16%
Cirurgião	1	1,16%
Doutor	9	10,47%
Escrevente	1	1,16%
Escrivão	5	5,81%
Licenciado	1	1,16%
Médico	1	1,16%
Total	86	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Officiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 73 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800)

Afiliações	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total Geral
Confrarias/Irmandades	1	31	11	43
Igreja Católica	1	4	7	12
Nobreza/Fidalguia	2		1	3
Ordens Religioso-Militares	1		1	2
Total	5	35	20	60

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 74 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE (1731-1800) (%)

Afiliações	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total Geral
Confrarias/Irmandades	1,67%	51,67%	18,33%	71,67%
Igreja Católica	1,67%	6,67%	11,67%	20,00%
Nobreza/Fidalguia	3,33%	0,00%	1,67%	5,00%
Ordens Religioso-Militares	1,67%	0,00%	1,67%	3,33%
Total	8,33%	58,33%	33,33%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 75 – Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE em Confrarias/Irmandades e na Igreja Católica (1731-1800)

Afiliações	Oficial/Servente	Órfã	Porcionista	Total
Confrarias/Irmandades	1	29	10	40
Confraria do Santíssimo Sacramento de Santo Ildefonso		1		1
Não referido		1		1
Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo		2		2
Irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo		2		2
Ordem Terceira de São Francisco		2		2
Irmão Terceiro da Ordem de São Francisco		1		1
Irmão Terceiro da Ordem Terceira de São Francisco		1		1
Santa Casa da Misericórdia do Porto	1	24	10	35

Irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto	1	24	10	35
Igreja Católica	1	4	7	12
Santo Ofício	1	4	7	12
Familiar do Santo Ofício	1	4	7	12
Total	2	33	17	52

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 76 - Afiliações das relações sociais diretas das mulheres do RONSE em Confrarias/Irmandades e na Igreja Católica (1731-1800) (%)

Afiliações	Oficial/ Servente	Órfã	Porcionista	Total
Confrarias/Irmandades	1,92%	55,77%	19,23%	76,92%
Confraria do Santíssimo Sacramento de Santo Ildefonso	0,00%	1,92%	0,00%	1,92%
Não referido	0,00%	1,92%	0,00%	1,92%
Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	0,00%	3,85%	0,00%	3,85%
Irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	0,00%	3,85%	0,00%	3,85%
Ordem Terceira de São Francisco	0,00%	3,85%	0,00%	3,85%
Irmão Terceiro da Ordem de São Francisco	0,00%	1,92%	0,00%	1,92%
Irmão Terceiro da Ordem Terceira de São Francisco	0,00%	1,92%	0,00%	1,92%
Santa Casa da Misericórdia do Porto	1,92%	46,15%	19,23%	67,31%
Irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto	1,92%	46,15%	19,23%	67,31%
Igreja Católica	1,92%	7,69%	13,46%	23,08%
Santo Ofício	1,92%	7,69%	13,46%	23,08%
Familiar do Santo Ofício	1,92%	7,69%	13,46%	23,08%
Total	3,85%	63,46%	32,69%	100%

Fonte: AHSCMP - *Recolhimento Orfas Entradas de Meninas Officiães e Serventes Maio 1731 a 1783 Março*, livro 2794 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0001); *Livro I das Sahidas [d]as Orphas Officia[e]s e Serventes do do (sic) Recolhimento*, livro 2795 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0004); *Recolhimento Porcionistas Que Entrão Junho 1731 a 1781 Maio*, livro 2796 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0002); *Recolhimento Porcionistas Que Sahem Janeiro 1732 a 1782 Agosto*, livro 2797 (PT AHSCMP SCMP-RONSE-0003); *Recolhimento Orfas Porcionistas que Entrão 1731 a 1865*, livro 2798 (PT AHSCMP SCMP-M-0019); *Registos de Aceitação de Órfãs, Oficiais e Serventes no Recolhimento de São Lázaro 1731 a 1862*, livro 2799 (PT AHSCMP SCMP-M-0018)

Apêndice 77 – Irmãos de segunda condição da SCMP relacionadas com as mulheres do RONSE (1731-1800)

Personagem ID	Personagem Nome Completo	Estatuto Recolhida	Relação da Tipologia	Relação Nome	Data de Admissão	Categoria
PERS-000004	Maria da Rosa de Vasconcelos	Órfã	Pai	Bernardo Manuel de Vasconcelos	Sem referência	Sem referência
PERS-000010	Angélica Tomásia	Porcionista	Pai	Bento de Araújo Silva	Sem referência	Sem referência
PERS-000003	Ana Teresa	Órfã	Fiador	António Nogueira	Sem referência	Sem referência
PERS-000004	Maria da Rosa de Vasconcelos	Órfã	Fiador	António Carvalho de Almeida	Sem referência	Sem referência
PERS-000069	Ana do Sacramento	Órfã	Pai	Francisco de Oliveira	2 de março de 1733*	Irmão de 2ª condição
PERS-000070	Joana Angélica	Órfã	Pai	José Pinto Nazário	Sem referência	Sem referência
PERS-000073	Custódia do Sacramento	Órfã	Pai	Manuel Coelho	25 de março de 1744**	Irmão de 2ª condição
PERS-000083	Ana Maria Batista	Órfã	Pai	Luís Batista	Sem referência	Sem referência
PERS-000086	Ana da Ressurreição	Órfã	Tio/a	António de Sousa Reis	15 de março de 1741***	Irmão de 2ª condição
PERS-000002	Teresa Angélica de São Bernardo	Oficial/Servente	Avô materno	António Fernandes Jorge	Sem referência	Sem referência
PERS-000029	Maria Luísa da Fonseca	Porcionista	Fiador	António Teixeira	Sem referência	Sem referência
PERS-000030	Isabel Luísa da Assunção	Porcionista	Tio/a	António Teixeira	Sem referência	Sem referência
PERS-000030	Isabel Luísa da Assunção	Porcionista	Fiador	António Teixeira	Sem referência	Sem referência
PERS-000029	Maria Luísa da Fonseca	Porcionista	Tio/a	António Teixeira	Sem referência	Sem referência

* AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 196-196v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 218v-219 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

*** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 209v-210 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

PERS-000106	Maria Josefa de Jesus	Porcionista	Fiador	António Fernandes Leite	Sem referência	Sem referência
PERS-000113	Ana Eufrásia	Porcionista	Tio/a	António de Sousa Reis	15 de março de 1741*	Irmão de 2ª condição
PERS-000113	Ana Eufrásia	Porcionista	Fiador	António de Sousa Reis	15 de março de 1741*	Irmão de 2ª condição
PERS-000117	Luísa Caetana Lima Lobo (D.)	Porcionista	Fiador	Manuel Carlos da Silva	Sem referência	Sem referência
PERS-000119	Custódia Maria Duarte	Porcionista	Pai	Manuel Correia de Aguiar	15 de março de 1741**	Sem referência
PERS-000121	Josefa Joaquina Rosa	Porcionista	Pai	José Martins Rodrigues	17 de fevereiro de 1762***	Irmão de 2ª condição
PERS-000135	Antónia da Paz Azevedo	Órfã	Pai	Timóteo da Paz e Azevedo	25 de março de 1744****	Irmão de 2ª condição
PERS-000158	Guitéria Jacinta	Porcionista	Fiador	Henrique da Silva	Sem referência	Sem referência
PERS-000167	Maria Eufrásia (D.)	Porcionista	Pai	António Bernardo Alves de Brito	Sem referência	Sem referência
PERS-000186	Teresa de Jesus Maria	Órfã	Pai	João dos Santos	4 de março de 1736*****	Irmão de 2ª condição
PERS-000195	Ana Joaquina	Órfã	Pai	Manuel Correia	10 de abril de 1748*****	Sem referência
PERS-000201	Ana Catarina	Órfã	Pai	José Gomes Pacheco	15 de março de 1741*****	Irmão de 2ª condição
PERS-000081	Josefa Inácia (D.)	Órfã	Fiador	Domingos Francisco	7 de abril de 1756*****	Irmão de 2ª condição
PERS-000203	Rosa Teresa Rita (D.)	Órfã	Fiador	Domingos Francisco	7 de abril de 1756*****	Irmão de 2ª condição

* AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 209v-210 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

* AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 209v-210 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 209v-210 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

*** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 260v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

**** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 218v-219 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

***** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 202-20v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

***** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 226v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

***** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 209v-210 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

***** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 247-247v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

***** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 247-247v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

PERS-000062	Teresa de Jesus	Órfã	Pai	Salvador da Silva	17 de fevereiro de 1762*	Irmão de 2ª condição
PERS-000208	Teresa de Jesus	Órfã	Pai	Agostinho Marques Alão	19 de março de 1760**	Irmão de 2ª condição
PERS-000209	Ana de Jesus Teles e Meneses	Órfã	Pai	Manuel Ferreira Campos	Sem referência	Sem referência
PERS-000210	Teresa Margarida de Santa Rita	Órfã	Pai	Manuel Ferreira Campos	Sem referência	Sem referência
PERS-000212	Ana Claudina Rosa	Órfã	Pai	Francisco Pinto Rosa	Sem referência	Sem referência
PERS-000217	Ana Rita Duarte	Órfã	Pai	Vicente Luís de Miranda	18 de março de 1771***	Sem referência
PERS-000218	Libânia Rosa	Órfã	Pai	António Ferreira Ermelindo	Sem referência	Sem referência
PERS-000222	Maria do Carmo	Porcionista	Tio/a	Bento Gonçalves Delgado	Sem referência	Sem referência
PERS-000222	Maria do Carmo	Porcionista	Tutor	Bento Gonçalves Delgado	Sem referência	Sem referência
PERS-000276	Joana Joaquina de Brito (D.)	Órfã	Pai	João Gonçalo José Teixeira de Sousa	Sem referência	Sem referência
PERS-000277	Rosa Raimunda de Brito (D.)	Órfã	Pai	João Gonçalo José Teixeira de Sousa	Sem referência	Sem referência
PERS-000278	Margarida Rosa	Órfã	Pai	José Dias Alves Pereira	Sem referência	Sem referência
PERS-000281	Rita Margarida de São Boa Ventura	Órfã	Pai	José Pinto da Fonseca	Sem referência	Sem referência
PERS-000282	Maria Angélica da Soledade	Órfã	Pai	António de Azevedo	7 de abril de 1756****	Irmão de 2ª condição
PERS-000284	Ana Maria dos Anjos	Órfã	Pai	Romão Pereira	Sem referência	Sem referência
PERS-000206	Miquelina	Órfã	Noivo	José de Sousa Pinto	Sem referência	Sem referência
PERS-000342	Florência Raquel	Porcionista	Pai	José dos Santos Batista	Sem referência	Sem referência

* Irmão riscado. Vide AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 260v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 256 (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

*** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 281v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

**** AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 247-247v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

PERS-000347	Teresa Angélica	Porcionista	Pai	Bernardo Pinto de Araújo	22 de junho de 1762*	Irmão de 2ª condição

* AHSCMP - *Dos Irmãos da Caza 1611 a 1787*, fl. 271v (PT AHSCMP SCMP-M-005-0002)

Apêndice 78 – Afiliações dos fiadores das mulheres do RONSE (1731-1800)

Afiliações	Órfã	Porcionista	Total	Total (%)
Confrarias/Irmandades	4	8	12	80%
Irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto	4	8	12	
Igreja Católica		2	2	13,33%
Bispo do Porto		1	1	
Familiar do Santo Ofício		1	1	
Ordens Religioso-Militares	1		1	
Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo	1		1	6,67%
Total Geral	5	10	15	100%

Apêndice 79 – Parâmetros gerais do roteiro temático

Recolhimentos femininos no Porto Moderno	
Contexto	<i>Contexto natural</i> Cidade do Porto, próximo ao Centro Histórico classificado enquanto Património Mundial
Conteúdo	<i>Elementos tangíveis essenciais</i> BASE Porto, espaço ocupado entre 1672 e 1837 pelo RRRSIA e respetiva Igreja; Colégio e Igreja de Nossa Senhora da Esperança, espaço ocupado desde 1722 pelo RONSE; Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto
Valor do conjunto partilhado	Pelas movimentações e respetivas vivências documentadas, o RRRSIA e o RONSE representam espaços singulares no que diz respeito à presença da figura feminina na cidade
Carácter dinâmico	O envolvimento dos grupos e comunidades no espaço urbano portuense confere ao roteiro a dimensão dinâmica
Meio ambiente	Meio urbano, de extensão local
Duração	Curta duração (1 manhã ou tarde)
Públicos	Grupos e comunidades locais e/ou turísticas
Objetivos e desafios	<i>Objetivos</i> Consciencializar os públicos acerca da importância da compreensão da História das Mulheres para a interpretação das singularidades dos espaços urbanos Apelar à reflexão crítica acerca da invisibilidade das mulheres na História local da cidade do Porto Possibilitar reflexões acerca das ideias pré-concebidas que o público possa ter sobre os recolhimentos <i>Desafios</i>

	A complexidade relacionada com a invisibilidade das mulheres na História local da cidade do Porto
Resultados expectáveis	Desenvolvimento do interesse e da consciência para a importância da visibilidade feminina na História local Apelar à consciência cívica a respeito da conservação e preservação dos elementos tangíveis do Património feminino
Recursos	Humanos (especialista em mediação e público) e materiais (cartografia concernente aos recolhimentos, entregue numa capa que será entregue a cada membro do público presente)

Fonte: Rita Costa, 2024

Apêndice 80 – Programação do roteiro temático

Atividade	Procedimento	Objetivo	Duração	Recursos
a. Apresentação do roteiro e boas-vindas ao público no ponto de encontro selecionado - Jardim da Cordoaria	a.1. Apresentação do mediador que acompanhará o grupo durante a sessão e abertura de alguns minutos para o público comunicar as expectativas respeitantes ao roteiro a.2. Entrega de um <i>kit</i> com os materiais cartográficos e as representações visuais	Fornecer os materiais necessários ao público para a realização da atividade	5 minutos	Humanos e materiais
b. Observação da zona do Centro Histórico do Porto através da cartografia	a.3. Utilização da planta de George Balck, de 1813, observando a zona delimitada pela muralha fernandina a.4. O profissional da mediação deve explicar que a planta do século XIX é dos testemunhos mais fiéis do mapeamento dos arruamentos e principais espaços de administração civil e religiosa da cidade do Porto, seguindo-se uma breve localização do Jardim da Cordoaria e do RRRSIA na mesma	Compreensão da dinâmica de origem das recolhidas do Anjo	5 minutos	Humanos e materiais (Planta redonda de George Balck, 1813)
c. Apresentação da BASE, antiga localização do RRRSIA e respetiva igreja	c.1. Questão sobre as funções desempenhadas pelo espaço durante os séculos XVII e XVIII c.1.1. Estratégias de reação: <i>Caso o público acerte</i> – o profissional de mediação deve partir para as considerações relacionadas com a fundação de cariz particular do Recolhimento do Anjo, localizando a fundação da instituição no tempo e no espaço, referindo D. Helena Pereira, fundadora do recolhimento, assim como as particularidades de administração do espaço <i>Se ninguém acertar</i> – o profissional de mediação deve tecer algumas considerações relativas ao enquadramento geral dos recolhimentos em Portugal,	Localização do RRRSIA	30 minutos	Humanos e materiais (figura referente à Feira da Cordoaria, de 1835, da autoria de J. Forrester e figura da Torre dos Clérigos, de 1837, de James Holland)

	partindo depois para as considerações específicas acerca do Recolhimento do Anjo c.2. O profissional da mediação solicita ao grupo que retire também das suas capas as imagens referentes ao Jardim da Cordoaria, de 1835, e a figura referente à Torre dos Clérigos, de 1837 c.2.1. Através da observação destas representações, o público irá ser capaz de estabelecer uma conexão entre as figuras e o espaço onde se encontra c.2.2. O profissional de mediação deve indicar que as representações foram produzidas com o objetivo de representar a feira existente na Cordoaria durante o século XIX, assim como a Torre dos Clérigos, referindo também que estas são as únicas representações através das quais se permite uma pequena análise ao Recolhimento do Anjo, ainda que no plano de fundo das gravuras			
d. Argumentação acerca da naturalidade e residência das recolhidas	d.2. O profissional deve solicitar ao público que observe os mapas 1, 2 e 3, referentes à naturalidade e residência das mulheres do Anjo e do Recolhimento da Misericórdia do Porto d.3. O profissional lança o debate sobre o mapa e questiona o público sobre as principais conclusões que os mesmos conseguem retirar da cartografia d.3.1. <i>Estratégias de reação</i> <i>Caso o público participe ativamente</i> – o profissional da mediação parte para algumas considerações acerca das variáveis em questão, salientando a importância da cidade do Porto, ainda que deva também explicar que alguns casos são singulares pelas deslocações que as mulheres executaram <i>Caso o público não participe ativamente</i> – o profissional parte para uma breve explicação	Compreensão das origens e destinos mulheres do RRRSIA	25 minutos	Humanos e materiais (mapa 1 referente à residência das recolhidas do Anjo)

	sobre a importância da muralha na cidade do Porto, fazendo posteriormente alusão às considerações anteriores d.4. Salientar, a par das origens, as tendências de destino de algumas recolhidas			
e. Chegada à rua das Flores	e.1. Depois do profissional guiar o público pela rua dos Caldeireiros, o grupo deve chegar à rua das Flores, onde o profissional da mediação irá explicar, de forma sucinta, a importância da divisão socioprofissional dos arruamentos portuenses, enquanto aspeto contextual para a atividade f. Deve também fazer alusão ao perfil social de algumas recolhidas.	Compreensão de alguns aspetos relacionados com o perfil social das recolhidas	5 minutos	Humanos e materiais
f. Igreja da Misericórdia do Porto	f.1. O profissional deve apresentar a Santa Casa da Misericórdia do Porto enquanto Irmandade proeminente no que respeita à assistência dos vulneráveis e desamparados na cidade do Porto, como era o caso das mulheres f.2. Abordar o facto desta instituição ter ficado a cargo da administração do RONSE, espaço de visita que se segue f.3. Debate acerca da rua das Flores ter sido um eixo essencial na cidade do Porto, enquanto espaço de residência dos fiadores de algumas mulheres recolhidas f.3.1. Salientar os principais estatutos socioprofissionais dos fiadores f.3.2. Evidenciar as suas principais afiliações, entre as quais a Irmandade da Misericórdia do Porto	Compreensão da administração do RONSE e de alguns aspetos relacionados com as afiliações das suas relações sociais	10 minutos	Humanos e materiais
g. Continuação do percurso entre a rua Mouzinho da	g.1. Situado o grupo na rua Escura, o profissional de mediação deve indicar, de forma sucinta, que um dos primeiros		10 minutos	Humanos e materiais

Silveira, seguindo pela rua do Souto até à rua Escura	recolhimentos da cidade, o Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro, foi fundado na presente rua, ainda que tenha sido transferido para as escadas do Codessal já no século XVIII	Breve menção a outros espaços de clausura na cidade do Porto		
h. Sé do Porto	h.1. O profissional de mediação deve continuar o trajeto, passando pela Sé e indicando, de forma muito breve, que o espaço se associa ao poder episcopal da cidade, fazendo alusão à administração do Recolhimento do Anjo	Breve alusão à administração do RRRSIA	5 minutos	Humanos e materiais
i. Continuação do percurso até à Universidade Lusófona	i.1. A passagem do grupo pela Universidade Lusófona serve para ilustrar um dos episódios de 1809, conectado com o RONSE, mencionando a importância do conceito de honra, onde era evidente a insegurança que algumas mulheres sentiam por um possível corrompimento deste atributo por parte dos soldados franceses	Breve menção a outros espaços de clausura na cidade do Porto e evidência de conexão com o RONSE	15 minutos	Humanos e materiais
j. Chegada ao Colégio de Nossa Senhora da Esperança	j.1. Chegados ao Colégio de Nossa Senhora da Esperança, o profissional de mediação deve elucidar acerca dos seguintes aspetos j.1.1. Fundação e administração do espaço j.1.2. Origem das mulheres – naturalidade e residência j.1.3. Destinos das mulheres – salientar alguns casos singulares j.1.4. Comparar a existência de vestígios arquitetónicos com a falta dos mesmos no Recolhimento do Anjo, após a sua demolição em 1837, alertando para o desaparecimento da memória do espaço j.1.5. Salientar as transformações arquitetónicas do espaço no século XIX,	Compreensão da fundação e administração do RONSE, bem como das origens e destinos das recolhidas, salientando o facto da existência de vestígios arquitetónicos deste espaço, ao contrário da lacuna existente para o RRRSIA	40 minutos	Humanos e materiais (representação do RONSE em 1833 e mapas referentes à naturalidade e residência das recolhidas e dos seus pais e avós paternos e maternos)

	solicitando ao público que retire da capa as plantas de finais do século XIX referentes ao recolhimento da Misericórdia do Porto j.1.6. O profissional de mediação solicita que o público retire da capa a figura referente ao RONSE, datada de 1833 j.1.7. O profissional de mediação lança o debate durante 5 minutos para o público identificar semelhantes e diferenças com os principais aspetos arquitetónicos do espaço j.1.8. <i>Estratégias de reação</i> <i>Caso o público participe ativamente</i> – o profissional de mediação deve apenas frisar que, quer o Recolhimento do Anjo, quer o RONSE possuíam os dois uma igreja que se incorporava no edifício, sendo este um aspeto fulcral dos espaços de natureza clausural. Além disso, deve salientar a importância das gelosias, mecanismos que permitiam que as recolhidas observassem o lado de fora, mas que ninguém as visse, reforçando o aspeto essencial da honestidade dentro destes espaços <i>Caso o público não participe ativamente</i> – o profissional de mediação deve-se deter sobre as semelhanças e diferenças e posteriormente deter-se sobre as considerações mencionadas			
k. Questões e debate	l.1. O profissional de mediação abre caminho ao debate acerca do tema, auscultando dúvidas, questões e críticas sobre o mesmo		20 minutos	Humanos e materiais

Fonte: Rita Costa, 2024